

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CAMILA TRAESEL SCHREINER

**POLÍTICAS PÚBLICAS "NA COLÔNIA":
INCIDÊNCIA, SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE, RS**

Porto Alegre

2020

CAMILA TRAESEL SCHREINER

**POLÍTICAS PÚBLICAS "NA COLÔNIA":
INCIDÊNCIA, SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE, RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural, com ênfase na Linha de Pesquisa 3 – Sistemas Agrários, Estruturas Produtivas e Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Schreiner, Camila Traesel
Políticas públicas "na colônia": incidência,
significados e implicações para a agricultura familiar
na Fronteira Noroeste, RS / Camila Traesel Schreiner.
-- 2020.
318 f.
Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Desenvolvimento rural. 2. Política pública. 3.
Sistemas agrários. 4. Incidência de políticas. I.
Miguel, Lovois de Andrade, orient. II. Título.

ATA DE AVALIAÇÃO DE TESE

Camila Traesel Schreiner, turma de 2016, nível de Doutorado, realizou em 10/12/2020, às 09h00min, na Sala Virtual de Mconf - CISADE/UFRGS, Defesa de Tese perante a Banca Examinadora constituída pelos professores Lovois de Andrade Miguel (PGDR/DERI/UFRGS), Rozane Márcia Triches (Departamento de Nutrição/UFFS), Pedro Selvino Neumann (Educação Agrícola e Extensão Rural/UFSM), Catia Grisa (PGDR/Interdisciplinar/CLN/UFRGS) e Daniela Garcez Wives (PGDR/CLN/UFRGS), sob a presidência do primeiro, indicado pela Portaria Nº 44 de 25/11/2020 emitida pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS.

A Defesa consistiu na avaliação da Tese intitulada: **Políticas públicas "na colônia": incidência, significados e implicações para a agricultura familiar na Fronteira Noroeste, RS**, na sua forma escrita e na defesa oral da mesma por parte da aluna, tendo sido considerada:

Aprovada

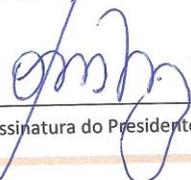
Reprovada

A Banca **recomenda** / **não recomenda** que seja feita revisão da tese.

A defesa acontece inteiramente online, em acordo às medidas emergenciais adotadas pela UFRGS em função da pandemia COVID-19. A publicidade está garantida pela transmissão simultânea via web.

Parecer do Presidente da Banca:

A Banca examinadora considera que o documento de tese apresentado possui a estrutura, requisitos metodológicos e acadêmicos e forma condizentes com uma tese de doutoramento. A Banca solicita a realização de uma revisão gramatical e de forma do documento de tese. Foi explicitada a necessidade de uma revisão do problema de pesquisa de modo a adequar o mesmo em relação ao objetivo geral. A implementação das demais sugestões e contribuições da banca ficam a critério da apreciação do orientador, em especial considerando a pertinência e viabilidade de realização.


Assinatura do Presidente da Banca

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora:

1. Prof.^a Rozane Márcia Triches (UFFS) _____ *Participação por webconferência* _____

2. Prof. Pedro Selvino Neumann (UFSM) _____ *Participação por webconferência* _____

3. Prof.^a Catia Grisa (UFRGS) _____ *Participação por webconferência* _____

4. Prof.^a Daniela Garcez Wives (UFRGS) _____ *Participação por webconferência* _____

Dedico esse trabalho a
Maria Steffen Traesel (*in memoriam*) e Camilo Traesel,
Adelita Schmidt Schreiner e Mário Schreiner (*in memoriam*),
Meus avós, Agricultores Familiares da Fronteira Noroeste.

AGRADECIMENTOS

O percurso que trilhei durante os últimos anos, no decorrer do curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural, se apresentou para mim, como um trajeto cheio de aprendizados, crescimento pessoal e lições que, com certeza, levo para a vida. Ao mesmo tempo, uma soma de desafios, incertezas e inseguranças se impuseram, desde o primeiro dia, nessa cidade que se chama Porto Alegre, exigindo de mim uma grande dose de “jogo de cintura”. Felizmente, nesse processo, tive o privilégio de viver momentos incríveis e contar com o apoio de muitas pessoas especiais, sem as quais, com certeza não seria possível que eu percorresse esse caminho. À todas essas pessoas deixo meu mais profundo sentimento de gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, minha mãe Geni Inês Traesel Schreiner, meu pai Nercí Luiz Schreiner e meu irmão Bruno Traesel Schreiner, professores educadores dedicados, que sempre me incentivaram a me armar com a melhor ferramenta, a educação. Gratidão por toda atenção, carinho, força que sempre me deram, mesmo a centenas de quilômetros de distância. Também agradeço imensamente por me auxiliarem em todas as vezes em que foi necessário um apoio financeiro, pelo empréstimo do carro e auxílio logístico durante a etapa da pesquisa de campo da tese. Sem o apoio de vocês eu não teria concluído nem a graduação, nem o mestrado e não teria cursado o doutorado.

Gratidão enorme ao André Luis Miranda da Silva, companheiro que Porto Alegre me deu de presente. Agradeço muito pela força que tem me dado, pelos carinhos, passeios, alegrias vividas, por ter tornado esse Porto um pouco mais Alegre, e, sobretudo, pela companhia e compreensão nesse período de pandemia em isolamento social e escrita da tese.

Às amigas que tiveram seus laços fortalecidos nesses anos desde minha vinda à Porto Alegre e se forjaram desde as campanhas políticas e lutas contra o golpe parlamentar de 2016 (grupo “Migas da Revolução” que, em 2020, se tornou “Migas da Pandevolução”), Cíntia Florence Nunes, Vinícius Jean Barth, Luciele Dresch, Emilene Bairros, Suelen Aires Gonçalves, Ariely de Castro, Carol Rousseff, Adriele Manjabosco, Alexandre Arns Gonzales, Eleandra Koch, Rodrigo Schley, Marcelão, Laurem Aguiar, Giovani Zuanazzi, Mariana Marques Sebastião, Andreia Neim, gratidão pelas longas discussões, cumplicidade, companheirismo e aprendizados. Vocês são muito importantes para mim e tornaram Porto Alegre mais agradável para se viver.

Ao Coletivo Namaskar, ao grupo de Yoga do Ginásio Municipal Tesourinha, e ao canal de Yoga online da Pri Leite, sou grata por me possibilitarem o acesso a aulas públicas de yoga, contribuindo para minha saúde física e mental nesse período.

Aos agricultores familiares da Feira Agroecológica (FAE), especialmente a família Martins (Mauro, Rosane, Gabriela e Ezequiel), participantes da ACERT de Morrinhos do Sul, agradeço muitíssimo pela amizade, pela experiência de trabalho na feira aos sábados e pelo suprimento com alimentação orgânica saudável.

Às pessoas que dividiram moradia comigo nos primeiros anos do doutorado, Vinícius Jean Barth, Milena Oliveira, Otto Colpari Cruz, Tamara Raisa Bubanz, Lucas Oliveira do Amorim e Fernando Fernandes, gratidão pelos aprendizados, pela convivência e paciência nesse período.

Às pessoas que fazem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) uma universidade pública, gratuita e de excelência. Sou muito grata por me ter sido possibilitada a vivência nessa instituição e por poder contar com toda a infraestrutura oferecida, bibliotecas, espaços de estudo, restaurante universitário etc.

Agradeço imensamente pelo apoio recebido por cada um dos funcionários do CISADE/PGDR, local onde pude contar com espaço físico, laboratório de informática, equipamentos adequados e salas de estudo para desenvolver meu trabalho. À Danielle Finamor, gratidão pelo acolhimento, carinho e apoio emocional. À Macarena Donoso e Ana Paula Pacheco, pela prestatividade, atenção e conselhos na secretaria. Ao Fernando Fontana Dias, Guilherme Fernandes Lemos, Roger Sobierajski, Jorge Aguiar e Carlos Weber pelo apoio técnico administrativo. Às gurias da limpeza, por sempre deixarem tudo em condições impecáveis, e ao pessoal que trabalhou na portaria, Marlene Gomes, Dionéia Flores, Tiago Quevedo e Gilberto (*in memoriam*), que sempre nos receberam com um bom dia, uma palavra de estímulo e alguma novidade para contar.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), sou grata pela dedicação de vocês, pelas boas aulas e debates construtivos. Gratidão por todas as análises críticas e por compartilharem tamanha sabedoria. Agradeço sobretudo, ao meu orientador Lovois de Andrade Miguel, por acompanhar toda essa trajetória, pela paciência, retornos, orientações, olhar atento à realização da pesquisa e ao processo de escrita, por acreditar, sobretudo, na minha capacidade.

Aos colegas do doutorado e do mestrado, pelas amizades cultivadas, já sinto a saudade apertando no coração. Agradeço à minha turma do doutorado 2016/1, por todo apoio que tive, especialmente Andreia Vigolo Lourenço, Carima Oliveira Atiyel, Letícia Chechi, Jenifer Medeiros, Cecília Zenteno Lawrence, Dagoberto de Dios, Luzia Bucco Coelho, Tamara Raísa Bubanz, Judit Herrera Ortuno, Adriana Benedetti e Edmundo Hoppe Oderich, por encararem tudo com tanto bom humor e por partilharem das angústias do doutorado e da vida.

Um agradecimento pra lá de especial às colegas de PGDR e amigas “Focas no trabalho”: Jaqueline Silveira Martins, Loyvana Perucchi, Andressa Ramos Teixeira e Carolina Silveira, por sempre levantarem meu astral com palavras que mais pareciam injeção de ânimo, pela companhia prazerosa, primeiramente presencial, no laboratório de informática, e depois, no grupo de trabalhos online durante a pandemia de COVID-19. Não tenho palavras para agradecer. Vocês tornaram o processo de escrita mais leve e menos solitário.

Ao curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS), por me proporcionar recursos financeiros mínimos para me sustentar durante o doutorado nas diversas disciplinas em que fui tutora à distância. Agradeço imensamente aos colegas tutores, docentes e discentes do curso nas duas edições que pude acompanhar aos polos de Três de Maio, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Restinga Seca e Camargo. Gratidão pela prática docente e pelos aprendizados no ensino à distância.

Agradeço também pela possibilidade de trabalho no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFRGS), por me proporcionar a experiência de monitoramento e assessoria a entidades executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em diversos municípios do Rio Grande do Sul. Gratidão às professoras Luciana Dias de Oliveira e Vanuska Lima da Silva e às colegas de assessoria, Jéssica Blatt Lopes, Gabriela Martini, Carima Oliveira Atiyel, Camila Dallazen e Gabriela Bratkoski, pela convivência de trabalho e aprendizagem sobre essa política pública fundamental para segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Gratidão às professoras Gabriela Peixoto Coelho e Viviane Camejo Pereira, pela possibilidade de atuação em projetos e atividades realizadas no âmbito do Círculo de Referência em Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CR-ASSSAN) e à toda equipe envolvida, agradeço pela convivência e aprendizados com pessoas tão dedicadas.

Aos professores do Programa Inglês Sem Fronteiras (ISF), gratidão pela possibilidade de estudos da língua inglesa em cursos de qualidade e oferecidos gratuitamente na UFRGS. Aos professores do Núcleo de Estudos em Línguas Estrangeiras (NELE-UFRGS), por me possibilitarem avançar no aprendizado e a proficiência na língua alemã nesse período.

À equipe do Núcleo de Apoio ao Estudante, por todos os materiais elaborados com o intuito de contribuir com a nossa sobrevivência saudável na vida acadêmica. Agradeço, especialmente, a psicóloga Fabiane Marcilio, pelo acompanhamento psicopedagógico, pela paciência, dicas e orientações tão didáticas no decorrer do doutorado, com certeza me ajudou a não surtar.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela possibilidade de bolsa de doutorado GD em período parcial. O tempo de recebimento de bolsa foi crucial para a realização dessa pesquisa por me permitir sustentação financeira, dedicação integral ao doutorado e disponibilização de recursos para a realização da pesquisa de campo.

Ao Mateus Camana, agradeço pela colaboração na elaboração dos mapas da região Fronteira Noroeste. Aos diversos interlocutores entrevistados, agradeço por terem contribuído com seu tempo e sabedoria para a análise e descrição da história e características da agricultura familiar, bem como, para a compreensão da incidência das políticas públicas na região, Neiva Marines Benke, Airton Henn, Eliane Engelmann, Elaine Carvalho, Élsio Rosano Mohr, Genoveva Hass Meinertz, André Camargo, Ademir Amaral, Paulo Baumgartner, Teresa Pessoa, Cecília Bernardi, Vera Waechter, Elir Paulo Pasqueti, Jorge Nonnemach, Romeu Wolfart, Ivone Angst, Pedro Almir Ullerich, Zeca Seger, Anísia Trevisan, Flávio Fagonde e Carlos Olavo Neutzling. Gratidão especial aos que contribuíram com contatos e na minha aproximação para visita às famílias agricultoras.

As famílias agricultoras da Fronteira Noroeste que me receberam em suas casas com tanta atenção. Agradeço imensamente por terem contribuído com um pouco do seu precioso tempo e conhecimento. Gratidão pela paciência em responder à tantas questões que lhes foram colocadas. Parabéns pela profissão que exercem com tanta dedicação!

Agradeço à banca de qualificação do projeto de pesquisa, professores Marco Antônio Verardi Fialho, Rosa Maria Vieira Medeiros, Cátia Grisa e Daniela Garcez pela análise cuidadosa e apontamentos para o aprimoramento do trabalho. À Cátia e à Dani, também sou grata pelos constantes estímulos e contribuições valiosas desde os primeiros passos no doutorado e na construção do projeto de tese.

De antemão, agradeço à banca de defesa da tese, professores Cátia Grisa, Daniela Garcez Wives, Pedro Selvino Neumann, Rozane Márcia Triches, por aceitarem o convite de contribuírem com a leitura e avaliação desse trabalho.

Tenho profunda admiração e carinho por cada um/a de vocês. Saibam que me permitiram enxergar que esse período de doutoramento vale muito mais do que apenas a conclusão de uma tese ou obtenção de um título. A amizade de vocês são as flores que cultivei e admirei pelo caminho. Gratidão!

Eu vi um moço bonito, numa rua principal
Por ele passou um colono, que trajava muito mal
O moço pegou a rir, fez ali um carnaval
Resolvi fazer uns versos, pra este fulano de tal.

Não ri seu moço daquele colono
Agricultor que ali vai passando
Admirado com o movimento
Desconfiado lá vai tropicando
Ele não veio aqui te pedir nada
São ferramentas que ele anda comprando
Ele é digno do nosso respeito
De sol a sol vive trabalhando
Não toque flauta, não chame de grosso
Pra te alimentar, na roça está lutando.

Se o terno dele não está na moda
Não é motivo pra dar gargalhada
Este colono que ali vai passando
É um brasileiro da mão calejada
Se o seu chapéu é da aba comprida
Ele comprou e não te deve nada
É um roceiro que orgulha a pátria
Que colhe o fruto da terra lavrada
E se não fosse este colono forte
Tu ias ter que pegar na enxada.

E se tivesse de pegar na enxada
Queria ver-te mocinho moderno
Pegar no coice de um arado nove
E um machado pra cortar o cerno
E enfrentar doze horas de sol
Num verão forte tu suava o terno
Tirar o leite, arrancar mandioca
No mês de julho no forte do inverno
Tuas mãozinhas finas delicadas
Criava calo e virava um inferno.

Este colono enfrenta tudo isto
E muito mais eu não disse a metade
Planta e colhe com suor do rosto
Pra sustentar nós aqui na cidade
Não ri seu moço mais deste colono
Vai estudar numa faculdade
Tire um "Dr", chegue lá na roça
Repare lá quanta dificuldade
Faça algo por nossos colonos
Que Deus lhe pague por tanta bondade
E faça algo por nossos colonos
Que deus lhe pague por tanta bondade
E faça algo por nossos colonos
Que deus lhe pague por tanta bondade
Faça algo por nossos colonos
E deus lhe pague com tanta bondade.

(O Colono, Teixeira, 1969)

RESUMO

O presente trabalho aborda a incidência das políticas públicas na agricultura familiar na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. A partir de uma abordagem sistêmica e privilegiando o ponto de vista das famílias agricultoras, busca-se desvelar a incidência das políticas públicas “na colônia”, tal como é denominado o “meio rural” pelos agricultores familiares da região. Visando contribuir para a compreensão das políticas públicas no desenvolvimento rural, essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar o conjunto de políticas acessadas pela agricultura familiar na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, considerando o entendimento de agricultores familiares acerca destas e sua interferência em seus sistemas sociais e produtivos. Partindo-se da abordagem de estudo da evolução e diferenciação de sistemas agrários, procedeu-se com as seguintes etapas de operacionalização metodológica: 1) reconstituição da história da agricultura na região; 2) entrevistas com informantes-chave e elaboração de uma tipologia da agricultura familiar; 3) visitas em Unidades de Produção Agrícola (UPAs) e entrevistas com famílias agricultoras; 4) tabulação de dados e análise dos resultados. Foram identificados cinco sistemas agrários na história da região, sendo eles: 1) Sistema Agrário Indígena; 2) Sistema Agrário Jesuítico-Guarani; 3) Sistema Agrário Caboclo; 4) Sistema Agrário Colonial; 5) Sistema Agrário Moderno Agroindustrial. Para a caracterização socioeconômica da agricultura familiar na região Fronteira Noroeste, classificou-se as UPAs em 9 tipos a partir de seus sistemas de produção, os quais foram denominados de: 1) Tipo Leite; 2) Tipo Leite+Fumo; 3) Tipo Leite+Grãos; 4) Tipo Leite+Suínos; 5) Tipo Grãos; 6) Tipo Suínos+Grãos; 7) Tipo Gado de Corte; 8) Tipo Pesca Artesanal; 9) Tipo Hortifruti. Identificou-se 49 políticas públicas (nas diferentes esferas e níveis) incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas, as quais foram classificadas em oito eixos de incidência: 1) acesso à terra; 2) habitação e eletrificação rural; 3) saúde no rural; 4) educação do campo e formação profissional; 5) socioassistencial; 6) ambiental; 7) produção agrícola e agroindustrial; 8) comercialização. Em média, foi identificada a incidência de 11 políticas públicas por UPA no período de 19 anos considerado (2000 a 2018), sendo que a UPA em que incidiu o maior número de políticas públicas contou com 17 políticas incidentes e na UPA com o menor número de políticas públicas, houve a incidência de apenas 2 políticas. Destacaram-se, pela importância, a linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Constatou-se uma desigual incidência de políticas públicas e diferentes necessidades apontadas pelas famílias em cada um dos tipos de UPAs identificados.

Os resultados das entrevistas também apontaram para a necessidade de políticas de garantia de preço, acesso à mercados diferenciados para agricultura familiar, modernização da infraestrutura produtiva, acesso à terra e reconhecimento da pluriatividade na agricultura familiar. Destaca-se a importância de considerar a influência do conjunto de políticas incidentes na agricultura familiar, tanto para a construção de políticas de desenvolvimento rural, quanto na análise, diagnóstico e planejamento de UPAs.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Política pública. Sistemas agrários. Incidência de políticas.

ABSTRACT

The current study addresses the public policies incidence on family farming in the Northwest Frontier region of Rio Grande do Sul. Based on a systemic approach and privileging the farming families' point of view, we sought to reveal the impact of public policies “in the colony”, as the “rural area” is called by family farmers in the region. Aiming to contribute to the understanding of public policies in rural development, this research had as objective to identify the set of policies accessed by family farming in the Northwest Frontier region of Rio Grande do Sul, considering the family farmers understanding about it and their interference in their social and productive systems. Based on the approach of studying the evolution and differentiation of agrarian systems, the following steps of methodological operationalization were carried out: 1) reconstitution of the agriculture's history of the region; 2) interviews with key informants and the elaboration of a family farming typology; 3) visits to Agricultural Production Units and interviews with farming families; 4) data tabulation and results analysis. Five agrarian systems have been identified in the history of the region, namely: 1) Indigenous Agrarian System; 2) Jesuit-Guarani Agrarian System; 3) Caboclo Agrarian System; 4) Colonial Agrarian System; 5) Agroindustrial Modern Agrarian System. For the socioeconomic characterization of family farming in the Fronteira Noroeste region, UPAs were classified into 9 types based on their production systems, which were called: 1) Milk type; 2) Milk + Smoke type; 3) Milk + Grain type; 4) Milk + Pigs type ; 5) Grain type; 6) Pigs + Grains type; 7) Beef Cattle type; 8) Artisanal fishing type; 9) Vegetable type. 49 public policies were identified (at different levels and levels) in the family farming UPAs surveyed, which were classified into eight areas of incidence: 1) land access; 2) housing and rural electrification; 3) rural health; 4) Countryside education and professional training; 5) socio-assistance; 6) environmental; 7) agricultural and agro-industrial production; 8) commercialization. On average, the incidence of 11 public policies per UPA were identified, in a period of 19-year period (2000 to 2018), wherein the UPA with the highest number of public policies accessed 17 policies and the UPA with the lowest number of public policies accessed only two policies. Due to their importance, The Pronaf Mais Alimentos credit line, the National Rural Housing Program (PNHR) and the National Land Credit Program (PNCF) stood out. An unequal incidence of public policies was observed and different needs were pointed out by families in each of the types of UPAs identified. The interviews results also pointed to the need for price guarantee policies, access to differentiated markets for family farming, modernization of the productive infrastructure, access to land and recognition of the

pluriactivity in family farming. The importance of considering the influence of the set of policies on family farming is highlighted, both for the construction of rural development policies and for the analysis, diagnosis and planning of UPAs.

Keywords: Rural Development. Public policy. Agrarian systems. Policy incidence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática da unidade de produção agrícola segundo a abordagem sistêmica	58
Figura 2 - Mapa de localização da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.....	60
Figura 3 – a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alecrim; b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá	62
Figura 4 - Croquis elaborados por famílias agricultoras nos municípios de Alecrim e Três de Maio, apresentando o uso da terra em suas Unidades de Produção Agrícola	65
Figura 5 – Mapa da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e os pontos de realização da pesquisa de campo	68
Figura 6 - Mapa de altitude da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.....	72
Figura 7 - Mapa da rede hidrográfica da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul	73
Figura 8 - Mapa de cobertura e uso do solo da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.....	74
Figura 9 - Ilustração representativa de cortes transversais do relevo na Fronteira Noroeste ...	75
Figura 10 - Vista do Rio Uruguai, município de Alecrim, divisa com Argentina.....	76
Figura 11 – Vista do Rio Uruguai, município de Porto Vera Cruz, divisa com Argentina.....	76
Figura 12 - Paisagem característica da Zona da Costa do Rio Uruguai, Alto Biguá, Alecrim, RS	76
Figura 13 - Paisagem característica da Zona da Costa do Rio Uruguai, Esquina Vanguarda, Alecrim, RS	77
Figura 14 - Galpão de secagem de fumo desativado, Lajeado Seco, Porto Vera Cruz, RS	77
Figura 15 - Taperas de casas e galpões abandonados, município de Alecrim, RS.....	78
Figura 16 - Estruturas de escolas estaduais abandonadas na zona rural dos municípios de Alecrim e Porto Vera Cruz	78
Figura 17 - Paisagem em área de concentração de terras cercadas de longos poteiros com gado de corte, Município de Alecrim, RS	79
Figura 18 - Paisagem característica da Zona de Planalto, Linha progresso, Três de Maio, RS80	
Figura 19 – Paisagem característica da Zona de Planalto, com chiqueirão ao fundo, Linha Rolador Alto, Santo Cristo, RS.....	80
Figura 20 - Cultivo de Mandioca para autoconsumo em UPA no município de Três de Maio	103

Figura 21 – a) Agroindústria de Panificados, São José, Porto Vera Cruz; b) Agroindústria de embutidos, Seção 19, Horizontina; c) Agroindústria de melado, São José, Porto Vera Cruz; d) Agroindústria de polvilho, Linha Belinha Centro, Santo Cristo ..	105
Figura 22 - Unidade de Produção Agrícola “Tipo Leite”, Linha progresso, Três de Maio ...	108
Figura 23 - Vacas leiteiras se encaminhando para a ordenha em UPAs “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo e Linha Quineira, Três de Maio	110
Figura 24 – Instalações de silagem de milho para alimentação do gado leiteiro em UPA Tipo Leite, Linha Taquaruçu, Santo Cristo.....	111
Figura 25 - Área de gramíneas perenes onde pasta o gado (potreiro), em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo	111
Figura 26 - Piquete de pastagem anual de verão para gado leiteiro em UPA “Tipo Leite”, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo.....	111
Figura 27 – Criações de frangos em UPAs “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu e Linha Rolador Baixo, Santo Cristo.....	112
Figura 28 - Estrebaria em UPA “Tipo Leite”, São José, Porto Vera Cruz.....	113
Figura 29 - Sala de ordenha e, ao fundo, galpão de máquinas em UPA “Tipo Leite”, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo	113
Figura 30 - Galpão de alimentação do gado leiteiro em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo e Linha Quineira, Três de Maio	114
Figura 31 - Sala de ordenha com sistema de canalização em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo	114
Figura 32 - Carreta agrícola, Linha Final Sul, Porto Vera Cruz.....	115
Figura 33 - Implementos para trator em UPA “Tipo Leite” - pulverizador, carretão e chupim, Linha Taquaruçu, Santo Cristo	116
Figura 34 – Vista geral de uma UPA Tipo Leite+Fumo, Linha Progresso, Três de Maio. Na parte inferior, à frente, no lado esquerdo, o local onde fica a silagem de milho e à direita o galpão de secagem de fumo. No meio à esquerda a plantação de mandioca e à direita o chiqueiro. Na parte superior ao fundo, a habitação da família e o galpão de alimentação do gado com a sala de ordenha.	118
Figura 35 - Vista geral de uma UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Quineira, Três de Maio. À frente e à esquerda a plantação de mandioca, à direita a vala de silagem de milho para o gado. Ao fundo à esquerda a habitação da família e à direita a estufa para secagem de fumo	118

Figura 36 - Família agricultora em galpão de secagem de fumo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Chico Alferes, Porto Vera Cruz.....	120
Figura 37 – Galpão e estufa de secagem de fumo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Quineira e Linha progresso, Três de Maio	121
Figura 38 - Criação de porcos ciclo completo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Progresso, Três de Maio	122
Figura 39 – Agricultor familiar conduzindo vacas leiteiras para a sala de ordenha em UPA “Tipo Leite+Grãos”, Linha Vênus, Santo Cristo.....	124
Figura 40 - Benfeitorias em UPAs do “Tipo Leite+Grãos”, Seção 19, Horizontina e Linha Patos, Alecrim.....	125
Figura 41 - Galpão e sala de ordenha em UPA “Tipo Leite+Grãos”, com sistema de produção pecuária leiteira semi-confinada Compost Barn, Linha Vênus, Santo Cristo	125
Figura 42 – Máquinas e implementos em UPAs “Tipo Leite+Grãos”, Linha Vênus, Santo Cristo e Linha Patos, Alecrim.....	126
Figura 43 - Local de armazenagem de silagem de milho em UPAs “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária e Linha Rolador Alto, Santo Cristo.....	128
Figura 44 - Galpão de alimentação do gado bovino e sala de ordenha e em UPA “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária.....	129
Figura 45 – Chiqueirão com sistema de recria e terminação em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo	129
Figura 46 - Sistema de criação de suínos (creche) em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Duas Esquinas, Nova Candelária.....	130
Figura 47 - Recebimento de leitões para criação em sistema de recria e terminação de suínos, em UPA “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária	131
Figura 48 - Esterqueira para depósito de dejetos de suínos em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo	131
Figura 49 – Trator e implementos - grade e distribuidor de esterco - em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo.....	132
Figura 50 - Abatedouro de suínos da Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo, Linha Central, Santo Cristo.....	134
Figura 51 – Vista geral de uma UPA do “Tipo Suínos+Grãos”, Lajeado Paraíso, Alecrim ..	134
Figura 52 – Sistema de criação de suínos (creche), em UPA Tipo Suínos+Grãos, Linha Três Lajeados, Santo Cristo	136

Figura 53 - Chiqueirão com esterqueira em UPA “Tipo Suínos+Grãos”, Lajeado Paraíso, Alecrim	136
Figura 54 – Vista geral de áreas de cultivo de grãos em UPA “Tipo Grãos”, São José, Independência	138
Figura 55 – Agricultor familiar em frente a galpão de máquinas e equipamentos e ao fundo chiqueiro/galinheiro, em UPA “Tipo Grãos”, Ponte Queimada, Independência	140
Figura 56 – Vista geral de UPAs “Tipo Gado de corte”, Barra do Ouro, Alecrim	141
Figura 57 - Agricultora pecuarista familiar apresentando seu rebanho bovino em UPA “Tipo Gado de corte”, Lajeado Tateto, Alecrim	143
Figura 58 – Vista geral de uma UPA “Tipo Pesca Artesanal”, Roncador, Porto Vera Cruz .	145
Figura 59 - Agricultora familiar pescadora artesanal em frente ao seu barco no Rio Uruguai, Barra do Santo Cristo, Alecrim	146
Figura 60 – Rede de pesca em UPA “Tipo Pesca Artesanal”, Barra do Santo Cristo, Alecrim	147
Figura 61 – Agricultores familiares em áreas de produção diversificada de olerícolas e frutas em UPAs “Tipo Hortifruti” nas localidades de Bela União e Rincão dos Souza, município de Santa Rosa, São José, município de Porto Vera Cruz e Linha Dona Belinha, município de Santo Cristo	151
Figura 62 - Restaurante orgânico de família agricultora no município de Santa Rosa	152
Figura 63 – Estufas de produção de olerícolas em UPAs nas localidades de Lajeado Paraíso, Alecrim e Nossa Senhora do Carmo, Três de Maio	153
Figura 64 – Vista geral de UPAs Tipo Hortifruti, que trabalham com turismo rural como forma de geração de renda, Rincão dos Souza, Santa Rosa e Nossa Senhora do Carmo, Três de Maio	154
Figura 65 - Sentidos atribuídos pelos agricultores familiares ao significado de políticas públicas para agricultura familiar	161
Figura 66 - Habitações construídas a partir do Programa Nacional de Habitação Rural, nas localidades de Linha Progresso, município de Três de Maio, Linha Vênus e Linha Taquaruçu, município de Santo Cristo	181
Figura 67 – Banners expostos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá: 1) imagens de habitações construídas através do PNHR (antes/depois) no município de Três de Maio; 2) mapa indicando pontos de localização de famílias agricultoras beneficiadas pelo PNHR no município de Três de Maio	182

Figura 68 – Unidade Básica de Saúde do Programa de Estratégia de Saúde da Família, Linha Caúna, Três de Maio, RS	193
Figura 69 - Placas de identificação em UPAs onde residem jovens que participaram do Programa Jovem Empreendedor Rural, Lajeado Ouro, Alecrim e Lajeado Seco, Porto Vera Cruz, RS.	197
Figura 70 – Casa Familiar Rural Filhos da Terra, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS	198
Figura 71 – Turma de formados em 2018 pela Casa Familiar Rural Filhos da Terra, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS.....	198
Figura 72 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Bem Viver Caúna e seus espaços de criações e cultivos educativos, Linha Caúna, Três de Maio, RS.....	201
Figura 73 - Viveiro de mudas florestais nativas de iniciativa do Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê, Rincão dos Souza, Santa Rosa.....	215
Figura 74 - Galpão com placas fotovoltaicas instaladas a partir de recursos do Pronaf Eco, Linha Taquaruçu, Santo Cristo	220
Figura 75 - Encontro de representantes comunitárias e de Clubes de Mulheres do município de Alecrim com acompanhamento de assessoria técnica da Emater.....	224
Figura 76 - Agroindústria beneficiada com equipamentos para processamento de frutas pelo Programa Ecoforte, São José, Porto Vera Cruz.....	225
Figura 77 – Estufa com sistema de hidroponia e biodigestor, instalados com recursos do FEAPER, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo e Linha Progresso, Três de Maio.....	226
Figura 78 - Local de troca de sementes da agrobiodiversidade e banner do Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas de operacionalização da pesquisa	60
Quadro 2 - Detalhamento de municípios, comunidades, número de UPAs e informantes-chave onde foi realizada a pesquisa	63
Quadro 3 - Resumo e principais características de cada período da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.....	82
Quadro 4 - Tipologia de UPAs da agricultura familiar na Fronteira Noroeste do RS com base nos sistemas de produção.....	107
Quadro 5 - Síntese das principais características de UPAs do “Tipo Leite”.....	109
Quadro 6 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite+Fumo”	119
Quadro 7 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite + Grãos”	123
Quadro 8 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite+Suínos”.....	127
Quadro 9 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Suínos+Grãos”	135
Quadro 10 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Grãos”.....	139
Quadro 11 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Gado de Corte”.....	142
No Quadro 12 apresenta-se uma síntese das principais características da agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal):Quadro 12 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Pesca Artesanal”.....	145
Quadro 13 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Hortifruti”.....	150
Quadro 14 – Síntese das políticas públicas, níveis, eixos e resultados na UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste.....	171
Quadro 15 – Síntese das políticas públicas elencadas como mais importantes e necessárias por tipo de UPA na Fronteira Noroeste, RS.....	244
Quadro 16 - Políticas públicas incidentes em UPAs Tipo Leite na Fronteira Noroeste, RS .	245
Quadro 17 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Leite+Fumo” na Fronteira Noroeste, RS	251
Quadro 18 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Leite+Grãos” na Fronteira Noroeste, RS	254
Quadro 19 – Políticas públicas incidentes em “UPAs Tipo Leite+Suínos” na Fronteira Noroeste, RS	257
Quadro 20 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Suínos+Grãos” na Fronteira Noroeste, RS	260

Quadro 21 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Grãos” na Fronteira Noroeste, RS	262
Quadro 22 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Gado de Corte” na Fronteira Noroeste, RS.....	266
Quadro 23 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Pesca Artesanal” na Fronteira Noroeste, RS.....	269
Quadro 24 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Hortifruti” na Fronteira Noroeste, RS	272

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distância das UPAs até o centro urbano de seu município.....	97
Tabela 2 - Área das Unidades de Produção Agrícola pesquisadas.....	98
Tabela 3 - Situação legal das áreas que dispõem as famílias agricultoras entrevistadas.....	99
Tabela 4 - Número de integrantes das famílias agricultoras entrevistadas.....	99
Tabela 5 - Faixas etárias do público pesquisado	100
Tabela 6 - Número de gerações da mesma família que residiram e/ou residem na mesma UPA	100
Tabela 7 - Número de habitações e material das habitações nas UPAs pesquisadas	101
Tabela 8 - Escolaridade dos maiores de 18 anos nas UPAs pesquisadas	102
Tabela 9 - Receita monetária bruta das famílias agricultoras pesquisadas.....	104
Tabela 10 - Políticas públicas lembradas e citadas espontaneamente pelos agricultores familiares de acordo com o número de ocorrência nas entrevistas	163
Tabela 11 - Políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, em ordem de número e porcentagem de UPAs em que houve incidência	164
Tabela 12 - Níveis de políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas Fronteira Noroeste, RS, e quantidade de políticas identificadas por nível	166
Tabela 13 - Políticas públicas governamentais de nível federal incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência.....	167
Tabela 14 - Políticas públicas governamentais de nível estadual incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência.....	168
Tabela 15 - Políticas públicas governamentais de nível municipal e intermunicipal incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência	169
Tabela 16 - Políticas públicas não governamentais incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS.....	170
Tabela 17 - – Número médio de políticas públicas acessadas por eixo temático.....	175
Tabela 18 - Linhas de crédito do Pronaf que foram acessadas nas UPAs pesquisadas, em ordem de número de UPAs que tiveram acesso	217

Tabela 19 - Número de políticas públicas incidentes por UPA no período 2000-2018	239
Tabela 20 - Número médio de políticas públicas acessadas por eixo temático por UPA pesquisada.....	240
Tabela 21 - Número de políticas públicas incidentes por Tipo de UPA e em cada eixo de incidência na Fronteira Noroeste, RS	242
Tabela 22 - Número médio de políticas públicas incidentes na agricultura familiar por tipo de UPA na Fronteira Noroeste, RS.....	242

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente comunitário de saúde
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
AREDE	Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BT	Banco da Terra
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CFR	Casa Familiar Rural
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPASC	Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo
Cooperluz	Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
Coopermil	Cooperativa Mista São Luiz Ltda.
Cooperteresa	Cooperativa Canavieira Santa Teresa Ltda.
COOPRAL	Cooperativa dos Produtores de Alecrim
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
COTRIROSA	Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRES	Centro Rural de Ensino Supletivo
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EETFN	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental

ESF	Programa Estratégia de Saúde da Família
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FEMA	Fundação Educacional Machado de Assis
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
Funcap	Fundação de Capacitação e Desenvolvimento
FUNDERUR	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LAFERGS	Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OGM	Organismo geneticamente modificado
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PARS	Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade
PBF	Programa Bolsa Família
PCT	Programa Cédula da Terra
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar
PHR	Programa de Habitação Rural
Plageder	Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural
PMAMR	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda
PMM	Programa Mais Médicos
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PROAGRO	Mais Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Proinf	Programa de infraestrutura
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RS Rural	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural
SDPA	Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEAF	Seguro Agrícola Familiar
SEAPA	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEAPDR	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
Sicredi União	RS Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul
SINIMA	Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente
SIOUT	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
Troca-Troca	Programa Troca-Troca de Sementes
UEP	Unidade Educativa de Produção
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICOOPER	Cooperativa Central de Agricultura Familiar Ltda.
UPA	Unidade de Produção Agrícola
Zarc	Zoneamento Agrícola de Risco Climático

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	29
2	ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA.....	36
2.1	A CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	36
2.2	HETEROGENEIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
2.3	DISCUTINDO POLÍTICA PÚBLICA.....	47
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS E A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR	51
3	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	55
3.1	A TEORIA SISTÊMICA NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ESTUDOS RURAIS.....	55
3.2	PERCURSO E OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	59
4	ZONEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA AGRÁRIA DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	70
4.1	ZONEAMENTO REGIONAL: CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS.....	70
4.1.1	Zona da Costa do Rio Uruguai	75
4.1.2	Zona de Planalto	79
4.2	EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	81
4.2.1	Sistema agrário indígena (11 mil anos a.p. a 1626).....	83
4.2.2	Sistema agrário Jesuítico-Guarani (1626 a 1750)	84
4.2.3	Sistema agrário caboclo (1750 a 1890).....	88
4.2.4	Sistema agrário colonial (1890 a 1960)	89
4.2.5	Sistema agrário moderno agroindustrial (1960 a ...)	92
5	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS.....	97
5.1	TIPOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE ..	107
5.1.1	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira (Tipo Leite).....	108
5.1.2	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo (Tipo Leite+Fumo)	117
5.1.3	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e grãos (Tipo Leite+Grãos).....	122

5.1.4	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos (Tipo Leite+Suínos).....	127
5.1.5	Agricultura familiar com foco na produção de suínos e grãos (Tipo Suínos+Grãos).....	134
5.1.6	Agricultura familiar com foco na produção de grãos (Tipo Grãos).....	138
5.1.7	Agricultura familiar com foco na produção de gado de corte (Tipo Gado de corte)	141
5.1.8	Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal).....	144
5.1.9	Agricultura familiar com produção diversificada de hortaliças e frutas (Tipo Hortifruti).....	149
6	POLÍTICAS PÚBLICAS INCIDENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS	156
6.1	“SEM A DAP A GENTE NÃO É NADA”: A DAP COMO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL E CAMINHO NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	156
6.2	“POLÍTICA PÚBLICA, QUE BICHO É ESSE?”: SIGNIFICADOS DE POLÍTICA PÚBLICA SOB O OLHAR DE AGRICULTORES FAMILIARES NA FRONTEIRA NOROESTE.....	160
6.3	POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIVERSOS NÍVEIS E EIXOS.....	163
6.3.1	Políticas públicas de acesso à terra: “sem a terra a gente não tem nada”.....	175
6.3.2	Políticas públicas de habitação e eletrificação rural: um pouco de dignidade e autoestima para agricultura familiar.....	180
6.3.3	Políticas públicas de saúde no rural: da atenção básica à “estreita porta de entrada no SUS”.....	186
6.3.4	Políticas públicas de educação do campo e formação profissional: da invisibilização do rural à construção de alternativas	194
6.3.5	Políticas públicas socioassistenciais: direito à inclusão social no meio rural	202
6.3.6	Políticas públicas ambientais: normatização e instrumentos regulatórios como solução para questões ambientais (?).....	207
6.3.7	Políticas públicas para produção agrícola e agroindustrial: crédito, garantia e/ou assessoria?.....	216
6.3.8	Políticas públicas incidentes na comercialização de produtos da agricultura familiar: possível aliança entre geração de renda e segurança alimentar e nutricional.....	232

7	CONJUGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE.....	238
7.1	O CONJUNTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIARES: UMA POSSÍVEL (DES)ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	238
7.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE.....	241
7.2.1	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite”	244
7.2.2	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Fumo”	251
7.2.3	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Grãos”	253
7.2.4	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Suínos”.....	257
7.2.5	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Suínos+Grãos”	259
7.2.6	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Grãos”	261
7.2.7	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Gado de Corte”.....	266
7.2.8	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Pesca Artesanal”.....	268
7.2.9	Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Hortifruti”	272
7.3	POR QUE FICAR “NA COLÔNIA”? FATORES QUE MOTIVAM A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR....	278
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
	REFERÊNCIAS.....	289
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE PARA ANÁLISE DA HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA DA FRONTEIRA NOROESTE, RS	307
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE PARA ELABORAÇÃO DE TIPOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E LEVANTAMENTO PRÉVIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCIDENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE, RS	308
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS AGRICULTORAS NA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	310

1 INTRODUÇÃO

As formas familiares de produção são, de longa data, fonte de pesquisa de estudiosos do mundo todo e têm sido reconhecidas, cada vez mais, por sua importância social, econômica, cultural e ambiental. Entretanto, o reconhecimento da categoria “agricultura familiar” pelo Estado, é recente no Brasil, vindo, especialmente, desde a criação do Pronaf¹, em meados da década de 1990, a partir da pesquisa realizada pelo convênio FAO/INCRA², tendo se consolidado com a realização do censo agropecuário de 2006 e a posterior criação de distintas políticas públicas específicas para esse público³.

Tal reconhecimento é fruto da ação de diversos atores, dentre os quais se destacam as organizações da agricultura familiar, como sindicatos e movimentos sociais populares, a academia e alguns agentes estatais, com trabalhos que passaram a evidenciar as diferenças entre os estabelecimentos denominados familiares e os denominados patronais (SCHNEIDER, 2006; PICOLOTTO, 2014). A partir desse reconhecimento por parte do Estado, a categoria agricultura familiar passou a ter significativa visibilidade, maior reconhecimento e respeito social junto à população em geral, deixando de ser vista como uma parcela unicamente de pobres, excluídos e passando a ter reconhecido seu papel produtivo, de geração de emprego, renda e estabilização social (MIELITZ NETTO, 2010).

Os resultados do Censo Agropecuário de 2006 demonstraram que os estabelecimentos da agricultura familiar representavam, na época, 84% dos estabelecimentos rurais (aproximadamente 4,37 milhões de estabelecimentos) enquanto ocupavam apenas 24% das áreas (80 milhões de hectares) e correspondiam a 77% do pessoal ocupado no meio rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2009), trazendo à tona sua dimensão e importância em nível nacional. Mais recentemente, com o Censo Agropecuário de 2017 constatou-se uma diminuição desses números, tanto no total de estabelecimentos da agricultura familiar, quanto na quantidade de áreas ocupadas e de pessoal ocupado. Mesmo assim, a agricultura familiar segue sendo expressivamente majoritária, tanto no número de estabelecimentos, quanto na ocupação de pessoas no setor agropecuário. Os resultados deste último censo demonstraram que os estabelecimentos da agricultura familiar

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Decreto 1.946/96 (BRASIL, 1996).

² GUANZIROLI, Carlos Enrique. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: FAO; Incra, 1996. Projeto UFT/BRA/036/BRA.

³ Destacando-se Lei nº 11.326 de 2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

representam, ainda, 77% do total de estabelecimentos agropecuários (3,9 milhões de estabelecimentos) enquanto ocupam apenas 23% da área dos estabelecimentos agropecuários no país (80,9 milhões de hectares) e correspondem a 67% do pessoal ocupado no setor agropecuário (10,1 milhões de pessoas) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2019).

Entretanto, mesmo representando maioria absoluta em número de estabelecimentos agropecuários e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, o montante de recursos governamentais que tem sido destinado à agricultura familiar é substancialmente menor ao que tem sido destinado à agricultura patronal (não familiar). No ano agrícola de 2005/2006, o montante de recursos destinado à agricultura familiar foi de 17% do total de recursos destinados ao financiamento da agricultura no país (BRASIL, 2005). No Plano Safra 2019/2020, essa diferença foi ainda maior, com a destinação de apenas 14% do total de recursos para a agricultura familiar (BRASIL, 2019b). E para o ano agrícola de 2020/2021 segue prevista, para a agricultura familiar, a destinação de apenas 14% do total de recursos em financiamento do setor agropecuário (BRASIL, 2020).

Mesmo com essa notável diferença na disponibilização de recursos, pode-se afirmar que desde a década de 1990 até os tempos atuais, apresentaram-se importantes avanços para a agricultura familiar. Nesse período, um amplo conjunto de políticas públicas voltadas para a proteção e desenvolvimento socioeconômico da categoria agricultura familiar se estabeleceu no Brasil, as quais podem ser classificadas em três gerações distintas. Num primeiro momento, tiveram destaque as políticas com referencial agrícola, principalmente por meio de programas de financiamento e garantia de produção. Num segundo momento, constituiu-se uma geração de políticas com referencial social e assistencial, com destaque para o Programa Bolsa Família e outras políticas que passam a considerar o rural para além do agrícola. E num terceiro momento passaram a se constituir políticas com viés mais pautado na construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional, como os programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar e de promoção da agroecologia. Especialmente nesse último momento, o Brasil passou a ter certa notoriedade internacional no que se refere às políticas de apoio à agricultura familiar e estas se tornaram um tema recorrente na academia (GRISA; SCHNEIDER, 2014, 2015b).

Contudo, a agricultura familiar brasileira é composta de uma infinidade de formas sociais e de sistemas de produção, apresentando uma grande heterogeneidade, a qual pode ser identificada tanto entre as diferentes regiões do país, quanto dentro de cada local/região. Tal

diversidade tem sido descrita e categorizada por diversos pesquisadores em todo país com diferentes objetivos e formas de análise. Juntamente com o reconhecimento dessa diversidade, há também o reconhecimento de que essa diversidade se manifesta em diferenças no acesso às políticas públicas, as quais, por sua vez, se apresentam de formas mais generalistas ou focalizadas em vista de determinado tipo social ou característica produtiva. É assim, que algumas políticas acabam por priorizar apenas alguns sistemas de produção e/ou alguns segmentos sociais, como é o caso do Pronaf, que acaba por beneficiar agricultores familiares mais capitalizados e produtores de *commodities*.

Dessa maneira, mesmo com os avanços deste período, as políticas públicas voltadas à categoria agricultura familiar, carecem de avaliações e adequações, bem como, aporte de recursos para sua continuidade de efetivação e aprimoramentos, a fim de possam abranger maior parte de seu público beneficiário. Frente a isso, apresenta-se como um desafio, o planejamento de políticas públicas que se articulem entre si e que se adequem às múltiplas realidades e necessidades da agricultura familiar. Nesse sentido, alguns estudos apontam para a necessidade de políticas públicas diferenciadas, que atendam a heterogeneidade dessa categoria social e considerem as diferenças regionais, culturais e produtivas (GRANDO, 2011; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; CAPELLESSO, 2016; GRISA; KATO; ZIMMERMANN, 2017).

Observando “o estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil, identifica-se a importância de avançar na direção do desenvolvimento de tipologias analíticas que concentrem esforços para o melhor entendimento dos resultados das políticas públicas. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de análises que partam da natureza do problema (*Bottom up*), ou seja “assumir a complexidade da política pública como algo a ser explicado, em especial a sua implementação” (SOUZA, 2003, p. 17). Nesse sentido, na agricultura familiar, observa-se a importância de que se focalize a observação para como tem sido o acesso às políticas públicas “da porteira para dentro”, compreendendo como essas políticas de manifestam e se articulam no interior das unidades de produção. Para além disso, observar esses fatores sob a perspectiva das próprias famílias agricultoras – público beneficiário de tais políticas. Ou seja, compreender a incidência e atuação conjunta de tais políticas públicas nas unidades de produção agrícola familiares.

Nesse sentido, esse trabalho se defronta com indagações que dizem respeito ao conjunto de políticas públicas e sua forma de incidência na agricultura familiar: de que maneira o acesso às políticas públicas impacta as atividades produtivas e a organização

socioproductiva das famílias agricultoras? Como é o acesso a diferentes políticas públicas em diferentes formas familiares de agricultura? Qual a articulação entre diferentes políticas públicas em uma mesma unidade de produção agrícola e quais os significados que estas assumem para as famílias agricultoras?

A perspectiva sistêmica, no uso da ferramenta de diagnóstico de sistemas agrários, tem contribuído de forma significativa na observação e análise das Unidades de Produção Agrícola (UPAs) no que diz respeito a aspectos econômicos, produtivos, ambientais e sociais. Para além disso, ao observar a unidade de produção agrícola como um sistema, é possibilitado observar com maior proximidade os impactos das políticas públicas, permitindo observar estas sob o ponto de vista das famílias agricultoras e, sobretudo, evidenciar as diferenças que ocorrem entre distintas UPAs. Observa-se, nesse aspecto, uma carência de estudos que buscam compreender, a partir da dinâmica social e produtiva, como o conjunto de ações de políticas públicas têm influenciado internamente as Unidades de Produção Agrícola.

Desta maneira, partindo-se da abordagem sistêmica para observar a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar e o acesso a políticas públicas, este trabalho se propôs observar a agricultura familiar e as ações de organizações governamentais e não-governamentais, por meio do conjunto de políticas públicas incidentes nas unidades de produção agrícola, partindo do ponto de vista das famílias agricultoras. Nesse sentido, o principal objeto de análise dessa pesquisa é a Unidade de Produção Agrícola – aqui compreendida como a soma indissociável entre o sistema social (família) e o sistema de produção implementado em determinado ambiente (espaço).

O recorte espacial determinado para realização do estudo foi a região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, espaço este que foi definido a partir da proximidade da trajetória pessoal da pesquisadora com a região. Tendo como fato marcante a colonização por descendentes de imigrantes europeus no início do século XX, a região é considerada uma das “colônias novas”⁴ do estado, fato que contribuiu para que se passasse a denominar os agricultores da região como “colonos”. Desta maneira, para os habitantes da

⁴ A formação das “Colônias Velhas” no Rio Grande do Sul ocorreu no período de 1824 a 1890, com a vinda de imigrantes europeus, os quais se concentraram, primeiramente, nas regiões que ficavam em um raio de aproximadamente 200 quilômetros de Porto Alegre. Já a instalação das “Colônias Novas” se iniciou com a fundação da Colônia de Ijuí, em 1890 e foi até o ano de 1920, com a instalação de diversas colônias na região noroeste do estado. Enquanto a maior parte das Colônias Velhas foi constituída por imigrantes vindos diretamente da Europa, as Colônias Novas foram constituídas, em grande parte, por descendentes dos imigrantes das Colônias Velhas (FRANTZ; SILVA NETO, 2015; SILVA NETO, 2015).

região⁵, ser “colono” ou “colona”, é visto como um sinônimo de ser agricultor ou agricultora. Da mesma forma, como referido no título⁶ deste trabalho, “a colônia” é reconhecida como um sinônimo de meio rural.

Desse modo, apresentou-se como objetivo geral de pesquisa: identificar e analisar o conjunto de políticas públicas acessadas pela agricultura familiar na Fronteira Noroeste, considerando o entendimento de agricultores familiares acerca dessas políticas e sua interferência nos sistemas sociais e produtivos das famílias agricultoras. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) reconstituir a formação social e histórica da agricultura na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul;
- b) caracterizar e descrever a agricultura familiar da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul;
- c) identificar o conjunto de políticas públicas acessadas nas unidades de produção agrícola familiares na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul;
- d) analisar como o acesso às políticas públicas interfere no contexto dos sistemas sociais e produtivos da agricultura familiar na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul;
- e) analisar o entendimento e os anseios de agricultores familiares da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul acerca das políticas públicas.

Dessa forma, considera-se a diversidade da categoria agricultura familiar e sua importância social, econômica e ambiental, para estudar como tem sido seu acesso às políticas públicas. Através de uma análise crítica do papel que as políticas públicas têm cumprido junto a esta categoria, contribuindo com uma análise de sua influência nos diferentes sistemas sociais e produtivos da agricultura familiar na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Pretende-se, com isto, contribuir com a compreensão da heterogeneidade da agricultura familiar e com uma reflexão acerca das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para tanto, esse trabalho empenhou-se em responder às seguintes questões de pesquisa:

⁵ Até mesmo agricultores e agricultoras não descendentes de imigrantes europeus se autodenominam “colono” e “colona”, fator que foi constatado na realização das entrevistas dessa pesquisa.

⁶ Ou seja, nesse trabalho, não nos referimos à colônia como Brasil Colônia do período colonial da história do país, mas, sim, nos referimos à “colônia” como sinônimo de meio rural, tal como se denomina popularmente na região. Assim, políticas públicas “na colônia”, entende-se como: políticas públicas no meio rural e/ou na agricultura familiar.

- a) Como se caracteriza a agricultura familiar da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e seus sistemas de produção?
- b) Qual o conjunto de políticas públicas acessadas pela agricultura familiar na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul?
- c) Qual a interferência no conjunto de políticas públicas nas unidades de produção agrícola familiares da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul?
- d) Qual o entendimento dos agricultores familiares sobre as políticas públicas e quais seus anseios e perspectivas em relação às políticas públicas?

A problemática de pesquisa partiu da trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, em diálogo com as perspectivas e temáticas de estudo dos docentes do PGDR. Inicialmente, partiu-se do trabalho no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) e da busca por compreender a influência das políticas de segurança alimentar e nutricional para a agricultura familiar. Entretanto, observando mais afundo, percebeu-se que, para analisar as políticas públicas de maneira sistêmica nos sistemas socioprodutivos, seria necessário compreender e observar o fator “política pública” de forma conjunta nos diversos âmbitos das Unidades de Produção Agrícola. Nesse sentido, optou-se por observar a unidade de produção como um todo, percebendo as políticas públicas como elementos que influenciam a vida das famílias agricultoras em diversas dimensões. Dessa forma, espera-se que esse estudo possa contribuir, através do enfoque de estudo aqui aplicado, para a análise de políticas públicas para agricultura familiar e para o planejamento e desenvolvimento rural da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

A partir disso, a tese está organizada da seguinte maneira: esse primeiro capítulo introdutório, onde consta a introdução ao tema de pesquisa, problemas de pesquisa, justificativa e objetivos. O segundo capítulo, onde apresentam-se os elementos teórico-conceituais que embasaram a pesquisa, perpassando pela discussão sobre a categoria agricultura familiar, a conceituação de política pública e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil. O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico e a descrição dos procedimentos de operacionalização da pesquisa. No quarto capítulo apresenta-se uma descrição geral da região e a história agrária da Fronteira Noroeste, a partir da evolução e diferenciação de seus sistemas agrários. O quinto capítulo apresenta uma caracterização da agricultura familiar na Fronteira Noroeste, partindo-se das Unidades de Produção Agrícola investigadas e da tipologia elaborada com base nos diferentes sistemas de produção implementados. No sexto capítulo são apresentadas e discutidas as políticas

públicas identificadas e a maneira como estas incidiram nas UPAs familiares investigadas na região. E, por fim, o sétimo capítulo discute a incidência de políticas públicas em cada um dos tipos identificados na agricultura familiar da região, as principais políticas para cada um dos tipos, suas principais dificuldades e demandas específicas no que concerne às políticas públicas.

2 ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentam-se os elementos conceituais que embasam as temáticas envolvidas nesse trabalho. Dessa maneira, aborda-se, em uma breve discussão, a categoria agricultura familiar e sua heterogeneidade, bem como, o conceito e definição de política pública e uma localização da discussão acerca das políticas públicas para agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil.

2.1 A CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Observadas como categoria analítica, social ou normativa, as formas familiares de produção das populações rurais e suas formas de vida têm sido analisadas por inúmeros pesquisadores, desde os estudos dos camponeses no feudalismo europeu até os *farmers* norte-americanos. Contudo, no Brasil, o reconhecimento das formas familiares de produção agrícola, consolidou-se, especialmente, a partir da década de 1990, sendo designada sob a expressão “agricultura familiar”. Anteriormente a essa denominação, as formas que atualmente se abrigam sob o termo Agricultura Familiar, recebiam outras denominações, segundo o contexto regional e sua formação social e histórica (SCHNEIDER, 2006).

Algumas das denominações regionais que se apresentam são, os colonos, no sul do Brasil, os roceiros e caipiras, no Sudeste, os caboclos, em diferentes regiões do País, os caiçaras, em regiões litorâneas, e inúmeras outras populações tradicionais indígenas e quilombolas, que possuem, cada uma, sua própria identidade cultural. Muitas dessas expressões são comumente utilizadas em duplo sentido, fazendo referência ao agricultor, a quem vive no campo, mas, também, são utilizadas em atributos negativos e depreciativos (MARTINS, 1986). Em inúmeros trabalhos, as expressões utilizadas também são ligadas a algo menor, muitas vezes inferiorizando a sua importância, tais como: “pequeno produtor”, “pequeno agricultor”, “pequena agricultura” ou ainda “agricultor de pequeno porte”.

Martins (1986), denominando estes grupos como “camponeses do Brasil”, considera que houve uma desvalorização histórica conceitual, na qual, estes sujeitos sociais são excluídos do processo político e vistos como inferiores, não essenciais. Como observa Wanderley (1998, p. 37), este “foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. Concordando com estes autores, Altafin (2007) considera que, apesar de serem diferentes,

estes grupos estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento adotado no País.

Para Picolotto (2014, p. 65), ao longo da história, a grande exploração agropecuária foi considerada como a “única capaz de garantir divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional”. Nesse processo, a agricultura de base familiar possui um longo processo de subjugação e até de dependência, como no caso dos arrendatários, parceiros e agregados, que sempre existiram à margem da grande exploração. Dessa forma, segundo o autor, “a grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido”.

Conforme analisa Wanderley (2009), de fato, um dos elementos chave da legitimação ideológica da modernização da agricultura no Brasil consiste na afirmação de que, para ser moderno, é necessário ser grande, a escala sendo considerada, portanto, uma das exigências do desenvolvimento. Para autora, esse argumento encobre uma dupla dimensão do caráter conservador da modernização. Por um lado, tenta reconhecer nas propriedades de grandes extensões uma capacidade, nem sempre real, para responder satisfatoriamente às transformações tecnológicas em curso e, por outro lado, tenta justificar a exclusão dos agricultores que operam em pequena escala, no que se refere, tanto à terra, quanto ao capital. Assim, aos pequenos agricultores, poder-se-ia oferecer a fixação no campo, uma eventual melhoria da renda, o acesso a certos bens, mas jamais a parceria no “progresso da agricultura”.

Entretanto, também de acordo com Wanderley (2003, p. 58), os agricultores familiares não são personagens passivos “sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo”. Pelo contrário, estes constroem “sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural”, e o fazem recorrendo às suas próprias experiências e procurando adaptação aos desafios impostos pelo desenvolvimento rural da sociedade moderna. Nesse sentido, Picolotto (2014) observa que, para continuarem persistindo, os agricultores de base familiar precisaram, de alguma maneira, abrir caminho entre as dificuldades encontradas.

A fim de fazerem-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado, ocorreu um processo complexo de ressignificação desses grupos e categorias sociais. Conforme Picolotto (2014), existiram três conjuntos de atores que promoveram a construção da categoria agricultura familiar no Brasil:

- a) alguns trabalhos acadêmicos que deram base para repensar o lugar teórico desta agricultura na história e no desenvolvimento do país;
- b) as políticas do Estado e as normativas legais que deram visibilidade e definiram operacionalmente como se compreende esta categoria⁷;
- c) as organizações de agricultores familiares que têm identificado nesta categoria o seu projeto de agricultura e a utilizam como identidade política.

Schneider (2006) destaca que, do ponto de vista intelectual, ocorreu um processo de reconhecimento que buscou definir os estabelecimentos rurais que não contratam mão de obra, por isso, denominados familiares, em oposição aos patronais, onde há uma separação entre os donos dos meios de produção e trabalhadores assalariados. Do ponto de vista político-institucional, destaca a criação do Pronaf e a criação de uma estrutura estatal específica, que passou a operar políticas públicas destinadas para esse público, a Secretaria de Agricultura Familiar, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁸. E do ponto de vista social, dentre outros, destaca-se a atuação sindical. Assim, nas palavras de Picolotto (2014, p. 64): “por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e do Estado, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos”.

Todavia, tal interesse pela agricultura familiar é um fenômeno recente no Brasil (SCHNEIDER, 2006), sendo que o primeiro estudo conduzido por órgãos oficiais, que separava os estabelecimentos familiares dos patronais foi realizado somente a partir do ano de 1994. Trata-se de um dossiê estatístico sobre o perfil da agricultura familiar no Brasil, elaborado em conjunto entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura⁹ e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (GUANZIROLI, 1996).

⁷ De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de julho de 2006, é considerado agricultor familiar aquele que exerce atividades no meio rural, em uma superfície que não ultrapasse quatro módulos fiscais, com uso predominante de mão de obra familiar e que possui como fonte principal de renda a atividade agrícola.

⁸ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi instituído e regulamentado pelo Decreto nº 3.338/2000, governo de Fernando Henrique Cardoso. Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 4.723/03, governo de Luiz Inácio da Silva, que manteve o nome do ministério e definiu suas competências. Posteriormente, durante o governo interino de Michel Temer, houve a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 e suas competências foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social. Logo, no mesmo governo, o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transferiu as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República.

⁹ Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Conforme Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012), essa pesquisa, que definiu a agricultura familiar a partir do tamanho e forma de uso da terra, revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante do ponto de vista econômico e social do que aquela que era apresentada pela visão dominante da “pequena produção de subsistência”. Os autores retratam que até aquele momento a “pequena produção” era vista principalmente como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais e que alguns autores consideravam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, também conhecido como boia-fria (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012, p. 352).

Depois disso, somente em 2006, foi realizado o primeiro Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considerou a categoria agricultura familiar especificada dentre os estabelecimentos agropecuários. A partir desse estudo, pôde-se, finalmente, ter uma dimensão dessa categoria em estatísticas com abrangência nacional, visto que, apesar de terem existido outros censos agropecuários anteriores, e, mesmo com sua forte e continuada presença no cenário nacional, a agricultura familiar não comparecia nas estatísticas anteriores divulgadas pelo IBGE. Tal ação representou um marco na história das estatísticas agropecuárias do Brasil e foi fundamental para colocar a agricultura familiar em evidência e permitir o reconhecimento do quanto esta contribui para a sociedade na produção de riquezas, de alimentos e na ocupação de mão de obra (GRANDO, 2011).

Desde então, um amplo debate se desenvolveu no âmbito da construção de teorias a respeito da dinâmica social, econômica, ambiental e cultural das formas de organização e funcionamento das unidades familiares de produção agrícola. Sob o ponto de vista político, pode se listar diversas ações que tem trazido avanços a esse público, como ações de renovação da extensão rural, da produção agroecológica, da aquisição de alimentos (venda direta e compras institucionais) etc. (PEREZ-CASSARINO, 2012). Pode se apontar também os avanços nos trabalhos acerca da importância e da multifuncionalidade da agricultura familiar e de sua função no desenvolvimento territorial, tanto no âmbito produtivo, como social e ambiental (CARNEIRO, 2003; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Nesse sentido, Ploeg (2014) aborda diversas virtudes da agricultura familiar, tais como a capacidade de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas, podendo contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecer o desenvolvimento econômico, elevar o grau de resiliência econômica,

ecológica e social das comunidades rurais. Além de favorecer para a manutenção de paisagens e da biodiversidade.

Rosset (1999), por sua vez, analisando as múltiplas funções e os benefícios da agricultura familiar a partir de evidências de países dos dois hemisférios observou que, por serem multifuncionais, as pequenas propriedades familiares são mais produtivas e mais eficientes do que as grandes fazendas. Nesse sentido, conforme o autor, estas contribuem mais para o desenvolvimento econômico, pois são capazes de administrar melhor os recursos naturais, conservando a biodiversidade e salvaguardando a sustentabilidade futura da produção agrícola. Portanto, na análise do autor, se estivermos preocupados com a produção de alimentos e a sustentabilidade da agricultura, a pequena produção familiar é a solução.

Entretanto, as implicações da liberalização e da integração econômica global para os pequenos agricultores, se apresentam como uma grave ameaça à existência continuada de pequenas fazendas em todo o mundo (ROSSET, 1999). Nesse sentido, Ploeg (2008) considera que as ameaças à agricultura familiar podem ser tanto externas quanto internas. Algumas ameaças internas, tais como as dificuldades gerenciais, estruturais e sucessionais. Outras externas, como os preços baixos, custos altos, dificuldades de acesso aos mercados, políticas agrícolas que desconsideram suas principais demandas e características, recursos controlados por grandes grupos de capital privado, mudanças climáticas, dentre outros fatores. Nessa perspectiva, ambos os autores defendem a necessidade de acordos sobre a agricultura que estabeleçam políticas para proteção destes produtores.

2.2 HETEROGENEIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Desde a definição da categoria normativa “Agricultura Familiar”, houve grandes avanços em seu reconhecimento no Brasil. Entretanto, como observa Schneider (2006), deve-se considerar que o termo Agricultura Familiar traz uma tentativa de síntese de uma miríade de formas sociais que não podem ser enquadradas nem pelo sentido normativo da política, nem pelo recurso ao seu caráter familiar. Para Wanderley (2003) a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Capelesso (2016), por sua vez, observa que, embora a distinção dos estabelecimentos entre familiares e não familiares seja aplicável em diferentes países do mundo, essa dualização não dá conta da diversidade social presente no interior da agricultura familiar brasileira.

Como descreveu Barros (2012, p. 09):

Multifacetada e multifuncional, a agricultura familiar brasileira tem características próprias em cada um dos biomas e microrregiões deste país continental. Essas características variam desde as formas de apossamento da terra à organização produtiva, das espécies cultivadas às atividades com que se complementa a agricultura.

Nesse sentido, Dufumier (1996) explica que, mesmo uma zona considerada relativamente homogênea do ponto de vista das grandes transformações da agricultura, pode apresentar heterogeneidades internas que provêm de diversos fatores, como as variações agroecológicas e as diferenças socioeconômicas. Para Wagner *et al.* (2010, p. 07), a realidade agrária brasileira e do Rio Grande do Sul é "fruto de um longo processo de diferenciação social e de infinitas possibilidades de combinações entre fatores de produção, contextos regionais e formas sociais". Conforme os autores, os distintos processos de ocupação, em diferentes tempos e espaços agrários, envolvendo grupos sociais diversos, imprimiram características bastante diferenciadas às unidades de produção agrícola familiares.

A categorização normativa adotada no Brasil¹⁰, apesar de estabelecer os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, abrange tipos diferenciados de formas sociais, sistemas produtivos, de níveis de integração ao mercado e de renda (GRANDO, 2011). Segundo Picolotto (2014, p. 77-78)

A Lei objetivou englobar a diversidade de situações de trabalho familiar rural nos mesmos instrumentos legais. Se, de um lado, esta unificação fortalece as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a torna definidora de direitos e políticas públicas para categorias sociais diversas, de outro, esconde as diferenças existentes no meio rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar. Nos anos mais recentes algumas destas categorias têm reacendido demandas por reconhecimento de diferenças, por visibilidade pública e por políticas públicas específicas, que atendam suas particularidades, como os pescadores, os extrativistas, quilombolas, entre outros.

¹⁰ A Lei Federal nº 11.326, de julho de 2006 define como "agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família", incluindo silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de remanescentes de quilombos rurais e que atendam simultaneamente tais requisitos (BRASIL, 2006). Posteriormente, tal lei foi regulamentada pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, o qual traz a definição da "Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele" (BRASIL, 2017a).

Assim sendo, para Schneider (2006, p. 09)

O estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.), assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Nesse sentido, Wanderley (2003) aponta para a necessidade do reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica pode incluir, tomando em conta que esse termo encobre uma significativa diversidade social. Complementarmente, Schneider (2006) observa que essa diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento rural, pois, o desenvolvimento é sujeito destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e identitária. Para Dufumier (1996, p. 45), “errado seria considerar os agricultores como uma categoria social homogênea a quem seriam propostas soluções relativamente uniformes”.

Conforme as análises de Grando (2011), ainda são necessárias informações estatísticas mais bem especificadas sobre a diversidade da agricultura familiar. A autora, que partiu de uma análise de dados existentes sobre a agricultura familiar do Rio Grande do Sul, observa que, em se tratando da análise de políticas públicas em prol da agricultura familiar, são necessárias informações e metodologias de trabalho que levem em conta as diferenças e viabilizem a estratificação dos agricultores.

Nessa perspectiva, Grisa, Kato e Zimmermann (2017), consideraram uma tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros, a partir das quais elaboraram reflexões, a fim de contribuir com a readequação dos desenhos institucionais das políticas e promover maior equidade de acesso aos habitantes do meio rural, levando em conta sua pluralidade, especificidades e similaridades. Dentre outras questões, as autoras ponderam a importância de considerar as dinâmicas dos pequenos municípios brasileiros para a elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Para as autoras, um elemento comum entre as tipologias regionais já realizadas, é de que o Brasil não deve ser tratado como um todo homogêneo. Assim, as autoras destacam a necessidade do reconhecimento da diversidade social, ambiental, cultural e

econômica do meio rural para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Conforme analisam,

Ainda que simplificadoras da realidade social, as tipologias podem ser bons instrumentos para elucidar a diversidade do rural e, ao mesmo tempo, favorecer a formulação de diagnósticos e propostas para a ação e intervenção de diferentes atores, dentre eles o Estado. A identificação destas diferentes formas como a ruralidade se expressa pode servir de subsídios para a elaboração de políticas públicas, contribuindo para que as ações públicas cheguem mais adaptadas e em maior sintonia com as dinâmicas territoriais (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2017, p 347).

Na tentativa de compreender melhor a diversidade das formas familiares de produção, diversos pesquisadores constroem categorias partir de diferentes critérios. Conforme analisa Dufumier (1996), apesar da diversidade de situações ecológicas, sociais e históricas que fazem com que cada unidade de produção seja única, é possível agrupar os sistemas de produção por algumas similaridades e determinar diferentes categorias sociais de acordo com cada categoria de estudo.

Lamarche *et al.* (1993) realizaram uma ampla pesquisa, abrangendo diversas regiões do mundo a fim de classificar as formas familiares de produção. Essa classificação leva em consideração características como o nível familiar, o grau de integração à economia de mercado e o grau de dependência do estabelecimento – tecnológica, financeira e do mercado. A partir disso, Lamarche (1998) determinou quatro modelos teóricos para as formas familiares de produção:

- a) modelo empresa;
- b) modelo empresa familiar;
- c) modelo agricultura camponesa e de subsistência;
- d) agricultura familiar moderna.

Para o caso brasileiro¹¹, o autor ressaltou a predominância de dois modelos: a agricultura camponesa e de subsistência e a agricultura familiar moderna. Além disso, ressaltou a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégica, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável a terra.

¹¹ No Brasil, a pesquisa foi realizada com famílias agricultoras nas regiões de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, de Leme, no estado de São Paulo, e do Cariri, no estado da Paraíba.

Guanziroli (1996), partindo da pesquisa do convênio FAO/INCRA, classificou os agricultores familiares brasileiros em três categorias, segundo critérios econômicos e de área:

- a) consolidados;
- b) em transição;
- c) periféricos ou camponeses.

Nessa metodologia, o autor propôs como público alvo prioritário para ações em políticas públicas, a categoria de agricultores “em transição”. Segundo os argumentos do autor, seria importante fortalecer e expandir a agricultura familiar que enfrenta dificuldades, mas possui “potencial” para se transformar em “empresas viáveis”.

Schneider e Cassol (2014), por sua vez, utilizaram dados do Censo Agropecuário de 2006 para realizar uma classificação/tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros, baseando-se nas receitas obtidas com as atividades agrícolas e não agrícolas. Assim, considerando as variáveis “valor total de produção” e “receita total do estabelecimento”, os autores classificaram a diversidade da agricultura familiar em três tipos:

- a) estabelecimentos familiares especializados;
- b) estabelecimentos familiares que possuem múltiplas fontes de rendimento;
- c) estabelecimentos familiares residentes rurais.

Para eles, o desenvolvimento rural no Brasil deve levar em conta a diversidade na estrutura social e econômica da agricultura e do meio rural e definir políticas específicas para cada tipo. Ademais, os autores ressaltam que estudos e pesquisas sobre essa diversidade econômica e heterogeneidade social, são, ainda, uma demanda necessária.

Outros autores fazem o uso da abordagem dos “estilos de agricultura” como proposto e operacionalizado por Ploeg (1993, 1994), para fazer classificações das formas familiares de agricultura. Tal abordagem leva em consideração o grau de mercantilização das explorações familiares e é principalmente utilizada para o desenho de métodos de desenvolvimento em níveis local e regional. Segundo Ploeg *et al.* (2009), o estilo de agricultura pode ser definido como um conjunto de relações entre mercados e tecnologia, por um lado, e os cultivos, do outro. Os autores destacam a importância desse método de classificação não criar uma hierarquização entre os diferentes estilos e, sim, reconhecer as diferentes lógicas sociais, econômicas e produtivas que se encontram no campo.

Conterato, Schneider e Waquil (2010), utilizaram essa abordagem, associada a uma análise fatorial e de análise de *cluster* para identificar os estilos de agricultura familiar em três municípios do Rio Grande do Sul – Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões. Os

autores identificaram cinco estilos diferentes de agricultura familiar. O “Estilo 1” é caracterizado como altamente descapitalizado e economicamente vulnerável, o “Estilo 2” é caracterizado como capitalizado, altamente especializado e mercantilizado, o “Estilo 3” caracteriza-se por ser altamente voltado para o autoconsumo e dependente das transferências sociais, o estilo 4 caracteriza-se pela descapitalização e dependência da produção de *commodities*, e, por fim, o estilo 5 diferencia-se dos demais por ser diversificado na perspectiva não agrícola e altamente capitalizado.

Na perspectiva sistêmica, pesquisadores também têm feito classificações dos diferentes tipos de unidades de produção agrícola a partir da abordagem dos sistemas agrários, a qual foi desenvolvida pela escola de francesa de estudos agrários e tem como principais expoentes os pesquisadores Marcel Mazoyer e Laurence Roudart. Essa perspectiva propõe analisar a relação entre os sistemas sociais e os sistemas técnicos e produtivos das unidades de produção para a elaboração de tipologias (MAZOYER; MIGUEL, 2009).

Utilizando essa abordagem, Ferreira (2001) realizou um estudo da agricultura no município de Camaquã, RS. O autor construiu uma tipologia baseada nos sistemas de produção (cultivo e criação), identificando, assim, onze tipos de estabelecimentos rurais:

- a) fumiicultura em parceria com sistemas de cultivo e criação de subsistência;
- b) pequenos e médios proprietários e arrendatários fumicultores com atividades de subsistência;
- c) grandes fumicultores com atividades de cultivo e criação destinados à subsistência;
- d) produtores de hortigranjeiros e feirantes;
- e) fumicultores e produtores de leite;
- f) trabalhadores graniteiros que exploram a atividade extrativa do corte de pedras de granito;
- g) pequenos arrozeiros familiares do banhado do colégio;
- h) médios arrozeiros;
- i) arrozeiros proprietários;
- j) arrozeiros grandes arrendatários;
- k) grandes proprietários.

Silva Neto e Basso (2015a) apresentam uma compilação de estudos da evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul com tipologias realizadas em diferentes regiões do estado. Para análise dos sistemas agrários da Fronteira Noroeste, apresentou-se o estudo de Callegaro e Trevisan (2015), que realizaram um diagnóstico da agricultura o município de

Santa Rosa. Neste estudo, os autores identificaram onze tipos de sistemas de produção, dentre os quais, nove são considerados agricultores familiares:

- a) olerícola;
- b) tração simples grãos + leite extensivo;
- c) tração simples grãos + leite + vassoura;
- d) minifúndio tração animal grãos;
- e) tração simples grãos;
- f) minifúndio tração animal grãos + leite;
- g) tração simples grãos + leite + pepino;
- h) tração simples grãos + leite intermediário;
- i) tração simples grãos + leite intensivo.

Os outros tipos não familiares identificados são:

- a) suínos terminação;
- b) grãos com mecanização completa.

Wives (2008), por sua vez, elaborou uma tipologia baseando-se nos sistemas de produção e de cultivo de banana na microrregião do litoral norte do Rio Grande do Sul. A autora identificou dez tipos diferentes de sistemas:

- a) sistema de cultivo intensivo;
- b) sistema de produção empresarial de banana;
- c) sistema de cultivo extensivo/baixo nível de mecanização;
- d) sistema de produção convencional (banana, gado e aipim);
- e) sistema de produção convencional (banana e gado);
- f) sistema de cultivo ecológico SAF;
- g) sistema de produção ecológico feirante;
- h) Sistema de produção ecológico feirante PAA;
- i) sistema de cultivo ecológico em transição;
- j) sistema de produção ecológico em transição.

Em outro estudo, Machado (2018) analisou dois municípios periféricos da Fronteira Noroeste do RS – Porto Lucena e Porto Vera Cruz. O autor descreveu sete tipos de agricultores, dentre os quais, apenas o último não se enquadra na categoria agricultura familiar:

- a) agricultor familiar diversificado;
- b) agricultor familiar leite;

- c) agricultor familiar leite grãos;
- d) agricultor familiar leite grãos e suíno integrado;
- e) agricultor familiar aposentado gado de corte e leite;
- f) agricultor familiar fumo e leite;
- g) empreendedor externo gado de corte e suíno integrado.

Machado *et al.* (2017) realizaram uma análise sobre as diferentes abordagens utilizadas para a captação da diversidade da agricultura familiar. Observando as tipologias baseadas em “estilos de agricultura” e na abordagem dos sistemas agrários, os autores consideram que, apesar de não terem sido criadas para analisar especificamente a agricultura familiar, ambas têm sido utilizadas por pesquisadores comprometidos com a agricultura familiar e que procuram ir além dos modelos positivistas de apreensão da realidade.

Nessa perspectiva, Ploeg *et al.* (2009), ponderam que os esquemas de classificação são ferramentas para consulta. Sendo assim, eles não devem ser reificados em representações objetivadas e não contestáveis da realidade. Para os autores, cada classificação destaca uma parte específica da realidade e não se deve deixar de avaliar e reconhecer os limites de cada abordagem. Ao se reconhecer a multifuncionalidade da agricultura, se tornam ainda mais necessárias avaliações que considerem múltiplos fatores e cruzem diversas classificações. A partir disso, se pode afirmar que as formas de classificação e interpretação da heterogeneidade da agricultura familiar variam de acordo com a escala, abordagem metodológica, enfoques e objetivos de cada estudo.

2.3 DISCUTINDO POLÍTICA PÚBLICA

A área disciplinar do estudo das políticas públicas se consolidou a partir da década de 1950 com um corpus teórico próprio, um instrumental analítico útil e um vocabulário voltado para a compreensão de fenômenos de natureza político-administrativa. Para este período, Secchi (2016) destaca como marco teórico a publicação de dois livros fundamentais da área: “*The governmental process*”, de David B. Truman e “*The policy sciences*”, de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell. Segundo o autor, as *policy sciences* (ciências políticas) nasceram para contribuir com o diagnóstico e tratamento de problemas públicos, assim como a medicina o faz com problemas do organismo e a engenharia, com problemas técnicos.

Conforme o mesmo autor, os países de língua latina como Brasil, encontram dificuldades na distinção de alguns termos essenciais das ciências políticas. Na língua

portuguesa, o termo ‘política’ pode assumir duas principais conotações, diferenciadas em outras línguas como *politics* e *policy*, na língua inglesa. Na concepção de Bobbio (2002), o termo “*politics*” refere-se às atividades humanas ligadas à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder na sociedade. Já o termo “*policy*”, está mais vinculado ao conteúdo de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Neste trabalho, considera-se como políticas públicas, o que na literatura internacional denomina-se de “*policy*”. Isso não significa que se desconsidere a influência que a política tem sobre as políticas, como demonstra a análise realizada por Romano (2009) demonstrando a influência da “política nas políticas”¹² no Brasil. Da mesma forma, não se ignora que as políticas públicas também podem influenciar no jogo político, tal como afirmaram Theodore Lowi e James Wilson, afirmando que “*policies determine politics*”¹³ em seus estudos que observavam consequências das políticas públicas para a política e para a democracia (INGRAM; SCHNEIDER, 2006).

Feita essa distinção, ainda assim, pode-se observar que não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública na literatura especializada nacional e internacional.

Para Dye (1972¹⁴ *apud* SECCHI, 2016), a política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer. Nesse caso, a política pública também pode significar omissão e negligência. Entretanto, na concepção de Secchi (2016), o que há, nesse caso, é uma falta de política pública. Uma vez que, para o autor, a centralidade da política pública está na intenção em responder a um problema público, ou seja, a política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. Nesse sentido, Amabile (2012, p. 390) explica que

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório.

¹² O autor faz um estudo da agricultura brasileira observando a influência da política (*politics*) nas políticas públicas agrícolas (*policy*) do país.

¹³ Expressão que, literalmente traduzida, significa “políticas determinam a política”.

¹⁴ DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.

Rua e Romanini (2013), por sua vez, diferenciam uma política pública da ação política ou decisão política. Para as autoras, uma política pública envolve mais do que uma decisão isolada e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já, a decisão política, corresponde a uma escolha entre várias alternativas. Assim sendo, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Nesse sentido, Thoening e Mény (1989) consideram que uma política pública se apresenta sob a forma de um programa de ação de uma ou mais autoridades governamentais. Para Secchi (2016), na prática, estas se apresentam sob a forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*¹⁵ etc.

Quanto ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas, alguns autores defendem a abordagem estatista, também chamada de estadocêntrica, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas ou policêntricas. A abordagem estatista ou estadocêntrica (*state-centered policy-making*) considera as políticas públicas como monopólio dos atores estatais. Por outro lado, a abordagem multicêntrica ou policêntrica considera que outras organizações também podem ser protagonistas no estabelecimento de políticas públicas, envolvendo a existência de múltiplos espaços de tomada de decisão (SECCHI, 2016).

Secchi (2016) compartilha da convicção de que o Estado deve ter seu papel reforçado para evitar problemas distributivos, assimetrias informativas e outras falhas de mercado. Entretanto, do ponto de vista analítico, considera que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas. Portanto, filia-se à abordagem multicêntrica. Pois, segundo ele, a abordagem multicêntrica adota um enfoque mais interpretativo, menos positivista, do que seja uma política pública, permitindo um aproveitamento do instrumental analítico e conceitual da área de política pública para um amplo espectro de fenômenos político-administrativos de natureza não estatal. Além disso, essa abordagem considera que o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país.

¹⁵ Atores envolvidos processo, nos estágios do ciclo de uma política pública.

Atualmente, as políticas governamentais são o subgrupo mais importante das políticas públicas, e são as que recebem maior atenção na literatura da área. A elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais do nascimento e da existência do Estado moderno. Assim, este se destaca em relação a outros atores, por deter o monopólio do uso da força legítima e por controlar grande parte dos recursos nacionais e, a partir disso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2016).

Nesse sentido, em busca de responder quantas políticas públicas há no Brasil, Heringer (2018) realizou um levantamento junto aos ministérios do Poder Executivo e analisou documentos dos principais órgãos do Estado brasileiro. O autor observou primeiramente que, tanto no campo teórico quanto no campo institucional normativo e político, não há uma definição do que vem a ser política pública no Brasil. Em seu estudo, o autor observa que nenhum ministério possui, de modo consolidado, transparente e preciso, o rol de políticas públicas sob seus cuidados, o que foi percebido pela dificuldade de indicação nítida das políticas públicas sob seu domínio. Ou seja, conforme Heringer (2018), não há ainda um conceito preciso a ponto de permitir enumerar com clareza o conjunto de políticas públicas existentes no Brasil.

De maneira geral, conforme Frey (2000), as políticas públicas podem ser caracterizadas no tocante à forma e efeitos dos meios de implantação, ao conteúdo e no que tange ao modo da resolução de conflitos. Entretanto, são diversas as classificações das políticas públicas, de maneira que o tipo de classificação adotado dependerá dos objetivos da análise. Da mesma forma, são diversos os enfoques de análise de políticas públicas. As principais dimensões de análise, conforme destacado por Secchi (2016), são:

- a) dimensão de conteúdo, que aborda os tipos de políticas públicas;
- b) dimensão temporal, que trata das fases do ciclo da política (*policy cycle*);
- c) dimensão espacial, que aborda as instituições;
- d) dimensão de atores, que aborda os atores no processo de política pública;
- e) dimensão comportamental, que trata dos estilos de políticas públicas.

Nesse trabalho, optou-se por considerar as políticas públicas em uma perspectiva multicêntrica. Assim, considera-se que, apesar de o Estado ser o principal agente de efetivação de políticas, tanto os atores governamentais, quanto não governamentais envolvem-se na elaboração e execução de políticas públicas. Assume-se, nesse sentido, o conceito de política pública a partir da compreensão de Secchi (2016), como a busca pela solução de um problema público e/ou a maneira como é buscado o tratamento de um

problema entendido como coletivamente relevante. As políticas públicas, que, a partir disso, assumem diversas formas, são aqui, observadas a partir da dimensão de seu conteúdo e efeitos gerados na sua implementação.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A MULTIDIMENSIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Analisando as razões tradicionais para intervenção do Estado na agricultura e no meio rural, Delgado (2001) observa que as particularidades existentes nesse setor condicionam a atuação dos agentes econômicos e dos atores sociais. Conforme o autor, a intervenção do Estado na agricultura tem longa tradição, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento). Seu objetivo principal tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimulando a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

O mesmo autor destaca que, do ponto de vista da intervenção do Estado na agricultura, dois tipos de política econômica se distinguem: a política macroeconômica e a política setorial. A política macroeconômica é a combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial, a qual, por sua vez, pode estimular ou neutralizar o funcionamento das políticas econômicas setoriais. O autor destaca três tipos de política setorial relacionada ao rural e/ou agricultura: a política agrícola, a política agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural.

A política agrícola é a que engloba as políticas de mercado (preços, comercialização e crédito) e as políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica, de extensão rural, de infraestrutura, de recursos naturais e do meio ambiente). A política agrária tem como objetivo tradicional intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, sendo importante considerar que a política agrícola traz sempre implícita uma política agrária determinada. Já as chamadas políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, são as políticas que assumem um caráter de desenvolvimento rural regional e são usualmente dirigidas a segmentos mais empobrecidos do rural. Conforme afirma o autor, são estes (agricultores familiares e ou camponeses), “os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta é, antes de mais nada, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais” (DELGADO, 2001, p. 27).

Referindo-se a essas políticas diferenciadas, voltadas ao público “mais empobrecido do rural”, o autor afirma que, por mais bem concebidas que sejam estas políticas

[...] sua execução enfrentará sempre terríveis dificuldades. Num país como o Brasil, em que a população é principalmente urbana, em que a agricultura é complexa e articulada aos interesses agroindustriais, e em que o dinamismo da economia e a criação de novos empregos têm estado até recentemente, bastante articulados ao comportamento da indústria, os pequenos produtores pobres rurais não são maioria da população, nem têm alcançado condições políticas para influenciar decisivamente os rumos da política econômica e social do país (DELGADO, 2001, p. 27).

Nesse sentido, Saborin, Samper e Massardier (2015, p. 600), consideram que o modelo de políticas específicas e focalizadas na agricultura familiar se justifica “pela sua capacidade de responder a problemas nacionais de segurança e de soberania alimentar, de redução de pobreza rural e geração de emprego”. Por esse ângulo, Schneider e Cassol (2014), apontam para a necessidade de políticas específicas para os distintos tipos de estabelecimentos familiares, permitindo o desenvolvimento de diferentes estratégias de uso da terra e dos demais meios de produção para alcançar sua reprodução social.

Assim sendo, as políticas públicas para essa categoria social precisam ser, necessariamente, diferenciadas, contando com um portfólio variado de opções. Além disso, essas políticas devem ter dois focos distintos, um deles mais voltado para o fortalecimento das condições de produção e meios que permitam gerar excedentes econômicos e o outro foco voltado ao rural lato sensu, com ações e programas dirigidos ao fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Para Picolotto (2014), o reconhecimento alcançado pela agricultura familiar com as políticas públicas nas últimas décadas, não ocorreu somente nos aspectos produtivos, ligados à profissão e ao local de trabalho. Incluem-se neste processo, outras dimensões do mundo da vida, tais como: a habitação rural, a educação, a capacitação, o desenvolvimento dos territórios rurais pensados em suas diversas dimensões, a cultura local etc. Trata-se de uma forma diferenciada de conceber o mundo rural, de tratar os agricultores como cidadãos, não somente como produtores.

Observando o conjunto de políticas específicas voltadas para a agricultura familiar, Grisa e Schneider (2014, 2015b) identificam a existência de “três gerações de políticas públicas para agricultura familiar” no Brasil. O referencial orientador da primeira geração, conforme os autores, teve um viés especialmente agrícola e agrário nas décadas de 60 e 70. Já o referencial que fundamentou a segunda geração foi o assistencialismo com suas políticas

sociais nas décadas de 80 e 90. E a terceira geração de políticas, a partir dos anos 2000, foi marcado por um cenário complexo e multifacetado, onde se destaca a construção social de mercados orientados pela segurança alimentar e nutricional.

Conforme afirma Mielitz Netto (2010), a substituição da antiga visão que via o mundo rural apenas como local de produção, por outra que o reconhece como um espaço de vida, diverso em todos os aspectos que se possa pensar, impôs ao setor público a necessidade de reconhecer e operar nessa “realidade recentemente aflorada”. De acordo com o autor (p. 75), “as iniciativas de novas instituições, programas, etc. guardam um pouco de experimentação, processos de tentativa e correção, ajustamentos na medida em que não se tem experiência anterior em que se espelhar”.

Nesse sentido, Grisa e Schneider (2015a), organizaram um amplo trabalho que aborda o panorama das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e observa a existências de um rol de políticas que se voltaram à agricultura familiar nas últimas décadas. Em seu trabalho, os autores classificam essas políticas em:

- a) políticas agrícolas;
- b) políticas de segurança alimentar e nutricional;
- c) políticas de desenvolvimento rural;
- d) políticas ambientais;
- e) políticas agrárias;
- f) políticas sociais;
- g) políticas de ciência e tecnologia;
- h) políticas para grupos sociais específicos do meio rural.

Nesta publicação apresentam-se diversos avanços e desafios que ainda são enfrentados em políticas específicas de cada um desses temas.

Entretanto, mesmo havendo tal diversidade de políticas específicas no Brasil, conforme observado por Resende, Baptista e Amâncio Filho (2015), há diversos limites para a articulação intersetorial, os quais originaram no processo histórico de conformação das políticas sociais no Brasil. Para os autores é evidente que as ações estatais estruturadas dentro de limites disciplinares são inadequadas ou incompletas para lidar com problemas amplos e complexos. Assim, conforme afirma Almeida Filho (2000, p. 12), “o campo das políticas sociais no Brasil, tem sido representado historicamente como um conjunto de ‘setores’ independentes que, no limite, são apenas comunicantes entre si”. Dessa forma,

Embora fundamentadas no seu objeto e no acúmulo de práticas e saberes, a produção de cada setor não é coesa e tranquila, mas contraditória e conflituosa. O imbricamento das políticas econômicas e sociais e a disputa dos diversos grupos sociais envolvidos pela pauta e determinação dos rumos dessas políticas conferem especial significado ao conflito de interesses para o desenvolvimento de ambos os tipos de políticas e exigem que, em ambientes democráticos, elas aconteçam de modo pactuado. Tencionam, assim, as relações internas de cada setor e também as relações entre os setores administrativos, no processo de definição das demandas e de escolha e execução das soluções. Dessa forma, a articulação intersetorial depende tanto de uma nova maneira de compreender a realidade e os problemas sociais quanto da disponibilidade dos diferentes grupos envolvidos nas políticas de ampliarem as instâncias participativas de negociação (RESENDE; BAPTISTA; AMÂNCIO FILHO, 2015, p. 304).

Nesse sentido, ao analisarem as políticas de desenvolvimento rural na América Latina, Saborin, Samper e Massardier (2015, p. 611) afirmam que “a agricultura familiar é sempre mais do que agricultura”. Desse modo, é ressaltada a necessidade e a importância de conjuntos coordenados de modalidades diversas de políticas públicas, pois, conforme os autores, não se pode deixar de levar em conta o tecido social, as identidades culturais, as atividades não agrícolas, as lógicas de associativismo, cooperativismo e reciprocidade que estão vinculados aos sistemas produtivos. Assim sendo, não é possível “abordar o setor familiar exclusivamente mediante políticas agropecuárias setoriais [...] a abertura temática e intersetorial favorece um enfoque mais global da ruralidade moderna, capaz de integrar as interações entre as várias facetas multisetoriais e transversais do desenvolvimento rural” (SABORIN; SAMPER; MASSARDIER, 2015, p. 611).

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico e metodológico utilizado na pesquisa. Primeiramente, apresenta-se uma discussão sobre a teoria sistêmica e como esta tem sido aplicada nas ciências agrárias e nos estudos rurais, observando-a sob o enfoque do estudo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários e alguns dos conceitos que se aplicam à análise de unidades de produção agrícola. Na sequência, é descrito o percurso operacional percorrido ao longo dessa pesquisa e elaboração da tese.

3.1 A TEORIA SISTÊMICA NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ESTUDOS RURAIS

A teoria dos sistemas foi desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, como uma tentativa de resposta às crescentes críticas e falhas de projetos reducionistas e disciplinares encontrados na aplicação de investigações científicas de enfoque analítico. Passava-se a compreender que a agricultura tem um grau de complexidade que não era contemplada pelas análises desse tradicional enfoque (PINHEIRO, 2000; PINHEIRO; SCHMIDT, 2001; VILLARET, 1994).

Conforme explicam Pinheiro e Schmidt (2001), na agricultura, o enfoque sistêmico contribui para modificar o foco da pura observação dos objetos e sistemas físicos da produção, partindo para a observação dos sujeitos e sistemas complexos. Além disso, é agregada nessa análise, a observação da relação entre ser humano e ambiente. Dessa maneira, busca-se um maior equilíbrio entre as análises das dimensões econômica, social, ambiental e política.

O enfoque de estudo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, por sua vez, consiste na aplicação da abordagem sistêmica no âmbito das ciências agrárias e procura compreender as condições de existência e as particularidades da evolução das sociedades agrárias e suas respectivas formas de agricultura, desde sua expressão local, até regional e nacional, considerando as dinâmicas agrícolas e agrárias próprias à agricultura (MAZOYER; MIGUEL, 2009). Esta pode ser entendida como “o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 76). Nesse sentido, considera-se a agricultura, em seu sentido amplo, como um sistema organizado em torno de interações entre seus múltiplos componentes, desde

sua reprodução social até a produção de bens através da exploração da fertilidade de um determinado meio (MAZOYER; MIGUEL, 2009).

Silva Neto e Basso (2015b, p. 25) distinguem a agricultura tal como ela se apresenta na realidade daquilo que o observador pensa sobre ela. Para os autores, um sistema agrário corresponde a essa segunda categoria, sendo assim, um “conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular”. Dessa forma, para os autores, “um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda a sua complexidade”, e sim, tornar esta complexidade inteligível, segundo os objetivos e grau de abrangência de cada estudo.

Silva Neto e Basso (2015a) consideram que um sistema agrário é determinado a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas, que poderiam ser agrupados, por dois conjuntos: o agroecossistema e o sistema social produtivo. Para os autores, o agroecossistema corresponde ao ecossistema cultivado, ou seja, a forma como se organizam e constituem os fatores físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário, sendo, portanto, um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação por uma sociedade¹⁶. Por outro lado, o sistema social produtivo diz respeito aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, que se constitui de um conjunto de unidades de produção caracterizado pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados. A categoria social de agricultores é definida pelos autores como o resultado de um processo de acumulação condicionado pelo acesso à terra e pela origem da mão de obra e do capital.

Mazoyer e Miguel (2009, p. 24) trazem para o nível micro, o conceito de “Unidade de Produção Agrícola” (UPA), definindo-a como “o objeto resultante da interação do sistema social com o sistema de produção”, ou, como definido por Miguel (2010, p. 14), “interação do sistema social com o sistema natural”. Dito de outra forma, a UPA pode ser concebida como

¹⁶ Tal conceito se aproxima da compreensão de Gliessman (2002), que compreende como agroecossistema, a manipulação e alteração que o ser humano faz nos ecossistemas com o propósito de produzir alimentos, fazendo com estes sejam diferentes que os ecossistemas naturais. Para este autor, um agroecossistema que incorpora as qualidades de um ecossistema natural como resistência a perturbações, estabilidade, produtividade e balanço, proporcionará condições que asseguram o equilíbrio dinâmico necessário para alcançar um sistema sustentável.

Um sistema composto de um conjunto de elementos em interação (sistemas de cultivo e/ou criação e/ou transformação), influenciado pelos objetivos do agricultor/ produtor rural e de sua família (sistema social), aberto e em interação com o meio externo (econômico, físico e humano). A UPA é, portanto, um sistema dinâmico e aberto ao ambiente externo (ambiental, econômico, social) (MIGUEL, 2010, p. 14).

Na Unidade de Produção agrícola, a família compõe o sistema social, o qual é influenciado pelas trajetórias socioespaciais¹⁷ de seus membros, seus conhecimentos, seus elementos culturais e seu sistema decisional. O sistema decisional, consiste na maneira com que a família toma suas decisões, sendo formado, conforme Dufumier (1996) pelas práticas sociais, representações, estratégias (planos, metas) e objetivos da família. O sistema social interage com o meio, definindo os sistemas produtivos, também chamados de sistemas de produção. Estes, por sua vez, são compostos pela soma dos sistemas de cultivo, sistemas de criação e atividades de beneficiamento e processamento, com seus respectivos itinerários técnicos e modos de condução em uma UPA. Ou seja, “os sistemas de produção correspondem à forma como os agricultores organizam suas atividades no interior das unidades de produção” (SILVA NETO; BASSO, 2015b, p. 27). A Figura 1 ilustra esquematicamente a representação de uma UPA, de maneira generalizada, conforme a compreensão da abordagem sistêmica.

¹⁷ Relacionado à história da família e vivências de cada um dos membros no tempo e no espaço.

Figura 1 - Representação esquemática da unidade de produção agrícola segundo a abordagem sistêmica



Fonte: Elaborada pela autora

Para Mazoyer e Miguel (2009), a UPA é um sistema complexo, dinâmico e aberto, formado por um conjunto de elementos em interação. É considerado um sistema complexo por ser multidimensional, na medida em que agrupa diferentes esferas (sociais, biológicas, físicas, econômicas, demográficas etc.) que se comunicam entre si, de maneira que não é possível isolá-las (MORIN, 2005). Também é um sistema dinâmico por estar em constante mudança e, ao mesmo tempo aberto, pelas trocas que ocorrem, com entradas e saídas de insumos e produtos, e por sofrer influências no sentido econômico, político, cultural, ambiental, climático etc.

Wagner *et al.* (2010, p. 07) explicam que

A complexidade dos fatores socioeconômicos e ambientais envolvidos nas Unidades de Produção Agrícola (UPAs) exige não apenas uma análise dos fatores de produção diretamente envolvidos com a produção agropecuária, mas também uma aproximação da questão social.

Nesse sentido, as políticas públicas numa UPA, existem, por sua vez, como fatores externos que se inserem em sua dinâmica, as quais podem influenciar a UPA como um todo, desde o sistema social até o sistema produtivo. Entretanto, esta é uma “via de mão dupla”,

pois assim como as famílias são influenciadas por políticas públicas em suas unidades de produção, estas também podem influenciar em fatores políticos e, por conseguinte, em políticas públicas, o que ocorre em diferentes medidas. Da mesma forma, uma determinada dinâmica de unidade de produção, pode levar ao acesso de determinadas políticas em detrimento de outras.

No âmbito desse trabalho, cabe salientar o que afirmam Deves, Rambo e Miguel (2008) sobre utilização da teoria sistêmica em estudos de políticas públicas e agricultura familiar. Para os autores, quando se trata de políticas públicas em um espaço amplo e complexo onde a agricultura familiar tem papel importante, a abordagem dos sistemas agrários permite melhor compreender a dinâmica interna, bem como, a dinâmica externa das unidades de produção agrícola, sua relação com as atividades a montante e a jusante. Pode-se, a partir dessa abordagem, elencar potencialidades e debilidades da agricultura e ações para incrementá-las ou reduzi-las respectivamente, no intuito de promover um processo de desenvolvimento territorial, não restrito a um setor da economia.

3.2 PERCURSO E OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

O recorte espacial da pesquisa é a região Fronteira Noroeste, situada na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Ao Norte faz limite com a região Celeiro, ao Sul pelas regiões Missões e Noroeste Colonial e a Oeste pela província de Misiones, Argentina. A região é composta por 20 municípios: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi (Figura 2)¹⁸.

¹⁸ A descrição da região encontra-se detalhada no Capítulo 4 - Zoneamento, caracterização e história agrária da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Mapa de localização da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul



Fonte: Camana e Schreiner (2020)

Para operacionalização da pesquisa, foram seguidas as etapas apresentadas no Quadro 1, as quais seguem descritas na sequência.

Quadro 1 - Etapas de operacionalização da pesquisa

Etapas de operacionalização da pesquisa		Período de realização
Etapa 1	Zoneamento regional e reconstituição da formação social e histórica da agricultura na Fronteira Noroeste	05/16 a 09/16
Etapa 2	Elaboração e qualificação do projeto de pesquisa	10/17 a 09/18
Etapa 3	Entrevistas com informantes-chave e elaboração da pré-tipologia	11/18 a 01/18
Etapa 4	Visitas nas UPAs e entrevistas com famílias agricultoras	12/18 a 07/19
Etapa 5	Transcrição e tabulação de dados das entrevistas	05/19 a 01/20
Etapa 6	Validação da tipologia e caracterização dos tipos de UPAs identificados	01/20 a 03/20
Etapa 7	Análise e escrita dos resultados	04/20 a 10/20

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Baseando-se em Miguel, Mazoyer e Roudart (2009), a primeira etapa da pesquisa consistiu em um zoneamento regional e reconstituição da formação social e histórica da agricultura na região Fronteira Noroeste. Para tanto, esta pesquisa se utilizou da teoria sistêmica com enfoque histórico-dialético considerando o rural como uma realidade complexa (SILVA NETO, 2016). Foram seguidas as etapas baseadas na metodologia proposta por

Miguel, Mazoyer e Roudart (2009) para o estudo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários:

- a) caracterização do espaço geográfico, percepção do espaço agrário e zoneamento agroambiental (Capítulo 4, item 4.1);
- b) consulta a bibliografias da história da região e dados secundários (censos, pesquisas, mapas);
- c) entrevistas com informantes-chave da região (indivíduos que tem conhecimento sobre a história local ou que vivenciaram as principais transformações, historiadores e técnicos de campo), de acordo com o roteiro apresentado no “APÊNDICE A”¹⁹;
- d) descrição dos diferentes sistemas agrários que se sucederam no espaço e no tempo (Capítulo 4, item 4.2).

A segunda etapa consistiu na elaboração e qualificação do projeto de pesquisa, onde foi realizada pesquisa bibliográfica, identificação dos problemas e dos objetivos de pesquisa. A partir disto foram definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os roteiros de entrevista. O projeto foi apresentado em ato público perante banca examinadora, tendo sido aprovado e posteriormente ajustado conforme orientações da banca.

Na etapa 3, para a definição de uma pré-tipologia da agricultura familiar, foram realizadas pesquisas bibliográficas e visitas nos municípios de Alecrim, Campina das Missões, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. Nestes municípios foram realizadas entrevistas individuais com um total de 32 informantes-chave durante o segundo semestre de 2018. A escolha dos informantes-chave, bem como dos municípios visitados, seguiu critérios não probabilísticos de acordo com a metodologia “bola de neve” (*snowball*) (VINUTO, 2014), de maneira que, inicialmente, foram identificadas lideranças regionais (representantes de entidades de representação da agricultura familiar e assistência técnica), as quais indicaram outras pessoas que pudessem, também, contribuir com as informações necessárias para a pesquisa.

Foram entrevistados técnicos da Emater, representantes de prefeituras, de organizações não governamentais, cooperativas relacionadas à agricultura familiar, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) (Figura 3) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no

¹⁹ Roteiro elaborado pela autora.

Rio Grande do Sul (FETAG-RS). Para tanto, foi utilizado o roteiro de entrevista que consta no “APÊNDICE B”. A partir das descrições e informações fornecidas pelos informantes-chave, foi elaborada uma pré-tipologia da agricultura familiar da Fronteira Noroeste, identificando-se 12 tipos diferentes de UPAs.

Figura 3 – a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alecrim; b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá



Fonte: Schreiner (2019)

A etapa 4 consistiu em pesquisa de campo com visitas nas unidades de produção agrícola e realização de entrevistas com famílias agricultoras. Para escolha das famílias agricultoras foi realizada uma amostragem dirigida e não estratificada, também denominada amostragem por tipicidade, conforme Gil (1987). As famílias visitadas foram definidas de acordo com a pré-tipologia e com apoio de informações obtidas junto à informantes-chave, os quais indicavam as famílias conforme os tipos pré-identificados. Assim sendo, houve a preocupação de garantir, não a representação estatística, mas a representação e captação da diversidade da agricultura familiar e os sistemas de produção implementados na região estudada.

Dessa forma, foram visitadas 51 unidades de produção agrícola familiares, totalizando 205 pessoas, dentre as quais, 143 participaram das entrevistas²⁰, contemplando 39 localidades rurais de 7 municípios da região. Além destes, também foram realizadas visitas a duas iniciativas de educação do campo, Casa Familiar Rural Filhos da Terra, localizada na Linha Butiá Norte, município de Campina das Missões e Escola Municipal de Ensino Fundamental Caúna, na localidade de Caúna, município de Três de Maio.

No Quadro 2, encontra-se um detalhamento dos municípios, localidades rurais, número de UPAs pesquisadas, informantes-chave entrevistados e sua representação institucional.

²⁰ O número de participantes das entrevistas diferiu em cada família. Em algumas famílias todos participavam da entrevista, enquanto em outras famílias apenas uma pessoa estava presente.

Quadro 2 - Detalhamento de municípios, comunidades, número de UPAs e informantes-chave onde foi realizada a pesquisa

Município	Número de UPAs pesquisadas	Número de participantes das entrevistas nas UPAs	Número de localidades visitadas	Localidades onde foi realizada pesquisa em UPAs	Número de informantes-chave	Representação institucional de informantes-chave entrevistados
Alecrim	11	35	8	Alto Biguá; Barra do Ouro; Barra do Santo Cristo; Esquina Abelha; Lajeado Ouro; Lajeado Paraíso; Lajeado Tateto; Linha Patos	4	Emater Alecrim; Sindicato Alecrim; Associação Municipal de Pescadores Profissionais de Alecrim; Movimento dos Atingidos por Barragens
Campina das Missões	-	-	-	-	1	CFR Filhos da Terra
Horizontina	2	10	2	Esquina Tunas; Seção 19	2	STR Horizontina; CONSEA
Independência	4	8	4	Ponte Baixa; Ponte Queimada; São Miguel; Pessegueiro	2	Emater Independência
Nova Candelária	3	11	3	Duas Esquinas; Linha Fátima; São Miguel	1	Emater Nova Candelária
Porto Vera Cruz	11	19	6	Chico Alferes; Lajeado Seco; Linha Final Sul; Linha Final Norte; Roncador; São José	3	Emater Porto Vera Cruz; Prefeitura Porto Vera Cruz; ONG Arede; Rede Ecovida de Agroecologia
Santa Rosa	2	4	2	Rincão dos Souza; Bela União	4	Arede; Unicooper; Colegiado Territorial; CONSEA/SR; Emater Santa Rosa; Emater Regional; Rede Ecovida de Agroecologia
Santo Cristo	13	40	10	Linha Belinha Centro; Linha Castor; Linha Central; Linha Dona Belinha; Linha Entrada; Linha Rolador Baixo; Linha Rolador Alto; Linha Taquaruçu; Linha Três Lajeados; Linha Vênus	8	STR Santo Cristo; FETAG regional; CFR Filhos da Terra; Coopasc; Emater Santo Cristo; Representação parlamentar; Cresol regional
São José do Inhacorá	-	-	-	-	1	Prefeitura São José do Inhacorá; Colegiado territorial
Três de Maio	5	16	4	Barra do Canaleira; Linha Progresso; Linha Quineira; Nossa Senhora do Carmo	5	STR Três de Maio e São José do Inhacorá; Emater Três de Maio; EMEF Caúna
Tucunduva/Tuparendi ²¹	-	-	-	-	1	Emater Tuparendi
TOTAL	51	143	39	39	32	31

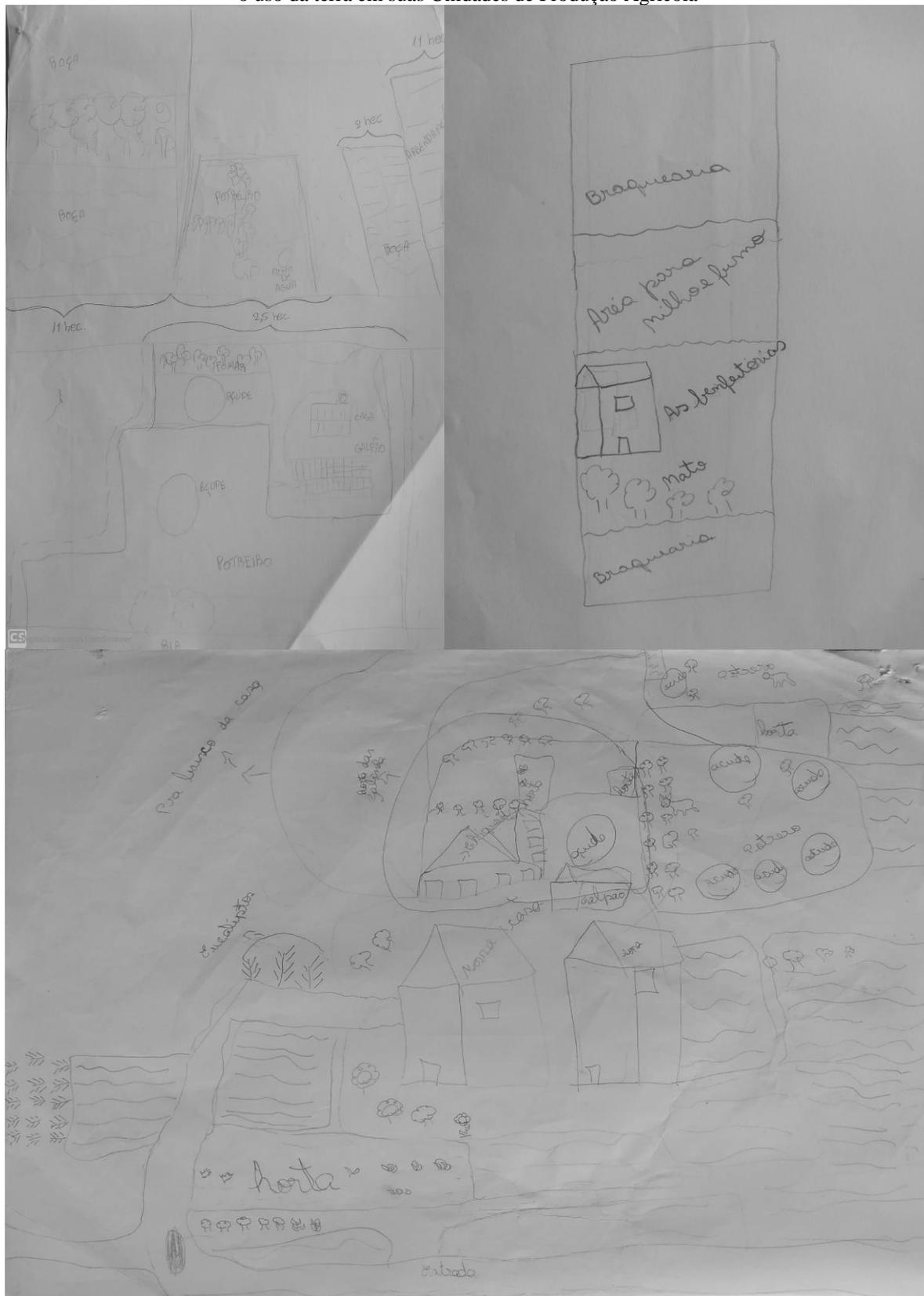
Fonte: Dados da pesquisa (2018, 2019)

²¹ A entrevista foi realizada no município de Tucunduva, com representante da Emater Tuparendi.

As entrevistas foram realizadas através de comunicação oral com o grupo familiar, fazendo uso de gravador, caderno de campo e o roteiro de entrevista que consta no “APÊNDICE C”, com perguntas abertas e fechadas. As entrevistas tiveram duração média de 2 horas e 30 minutos, sendo reservado aproximadamente um turno do dia para realização de cada visita, contando o tempo de entrevista e visitação à área da UPA. Para melhor compreender as diferentes perspectivas dos membros da família, as perguntas abertas (de opinião), foram direcionadas para todos os membros que estiveram presentes na ocasião da entrevista. Cabe ressaltar ainda que, antes da realização das entrevistas nas UPAs, os roteiros foram testados e readequados com o auxílio de técnicos informantes-chave da região. A fim de preservar os entrevistados, foi mantido sigilo quanto a sua identidade e cada agricultor(a) familiar foi nomeado(a) com um algarismo numérico (ex: Agricultora Familiar 01, Agricultor Familiar 02, ...).

A primeira parte do roteiro de entrevista contemplou perguntas sobre características da família, aspectos socioeconômicos, técnico-produtivos e um breve histórico da unidade de produção agrícola familiar. No aspecto socioeconômico, cabe ressaltar que para fins de cálculo da receita monetária, optou-se por fazer o levantamento da receita bruta aproximada e não detalhar os cálculos da renda em cada UPA, tendo em vista os objetivos centrais da pesquisa e o tempo que levaria cada entrevista. Nesse sentido, também não foi calculada a renda oriunda da produção de autoconsumo, sendo questionada apenas sobre a importância desta para a família. Para facilitar a compreensão do funcionamento da UPA e dinamizar a comunicação foi utilizada uma técnica de abordagem participativa com a elaboração de um croqui de uso da terra (GEILFUS, 1997). Para elaboração dos croquis, eram fornecidos materiais e os membros da família elaboravam o desenho enquanto descreviam os usos destinados a cada área da UPA (Figura 4).

Figura 4 - Croquis elaborados por famílias agricultoras nos municípios de Alecrim e Três de Maio, apresentando o uso da terra em suas Unidades de Produção Agrícola



Fonte: Dados da pesquisa, arquivo pessoal, Schreiner (2019)

A segunda parte do roteiro de entrevista contemplou questões referentes à incidência das políticas públicas nas UPAs, buscando considerar todas as políticas públicas acessadas ao longo da trajetória das UPAs, a maneira como são acessadas, qual a influência que têm na UPA, quais os significados que assumem para as famílias, as dificuldades encontradas, as políticas públicas que gostariam de ter acessado e não conseguiram e as perspectivas/aspirações do grupo familiar no que se refere às políticas públicas. As perguntas sobre cada uma das políticas públicas foram elaboradas partindo-se de uma lista preliminar (a qual consta no APÊNDICE B) de políticas públicas recorrentes em bibliografias, a qual foi complementada com auxílio dos informantes-chave.

Como recorte temporal, apesar de ser considerado todo o histórico das UPAs, foi dado enfoque para o conjunto de políticas acessadas entre os anos 2000 e 2018. Dentre as políticas públicas, as de nível federal e estadual puderam ser elencadas nas perguntas, enquanto, as ações públicas de nível municipal e de outros setores, tais como ONG's, cooperativas, bancos, sindicatos etc., foram citadas espontaneamente, tanto pelos informantes-chave quanto pelas famílias agricultoras entrevistadas, a partir da pergunta sobre “outras políticas acessadas”, sendo, portanto, também elencadas nesta pesquisa.

Após a realização das visitas e entrevistas com as famílias agricultoras, realizou-se a etapa 5. Nesta etapa procedeu-se a escuta de todas as gravações e a transcrição das entrevistas realizadas. As informações obtidas (qualitativas e quantitativas) foram tabuladas e classificadas de maneira detalhada em planilhas de Microsoft Office Excel. Para conferência de eventuais informações faltantes ou incertas, retornou-se a fazer contato com alguns dos agricultores familiares e informantes-chave, por meio de contato telefônico, para complementação de informações e/ou elucidação de dúvidas.

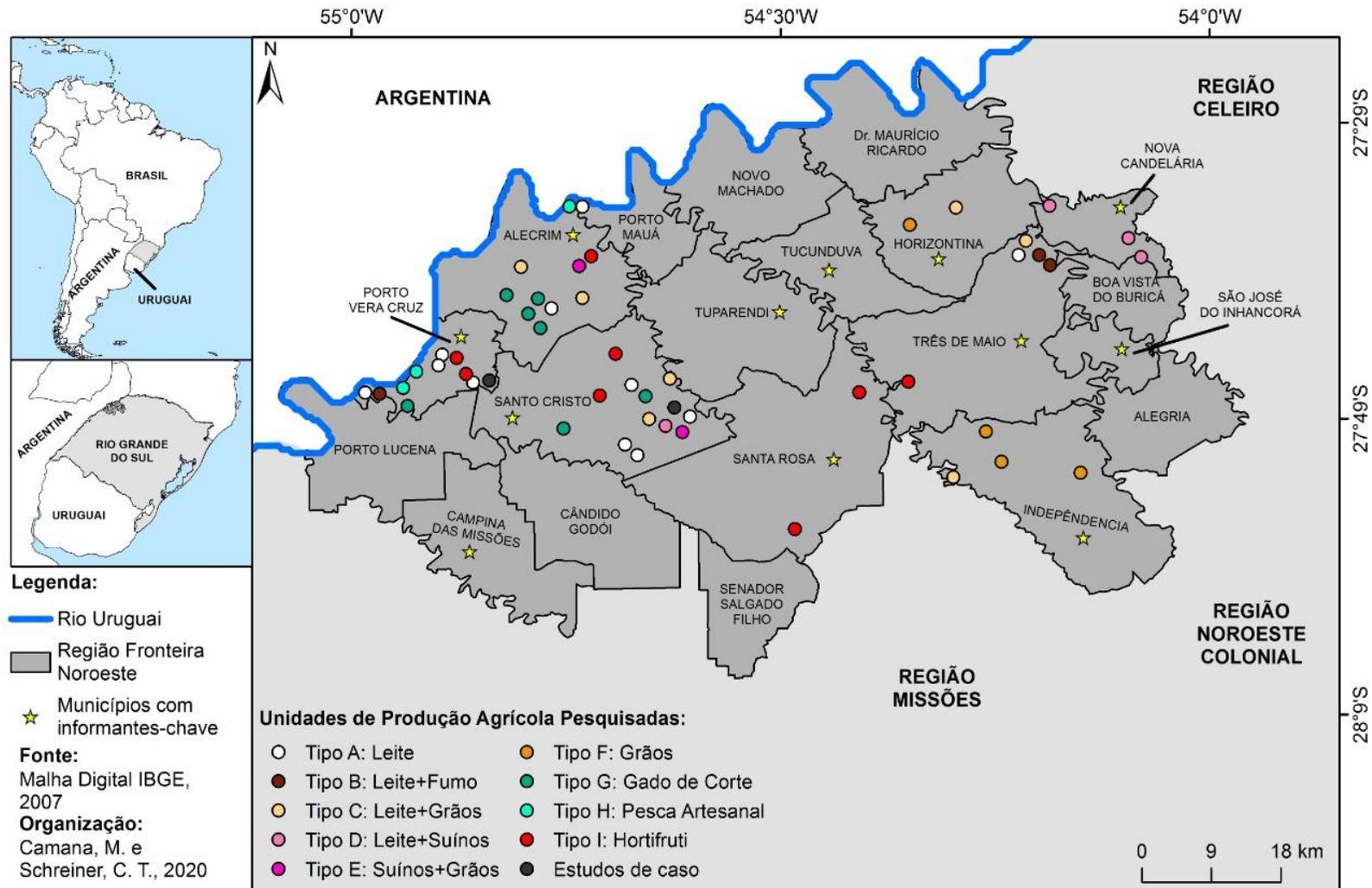
Somente a partir dos dados da pesquisa de campo tabulados, partindo-se das informações da pré-tipologia e somando-as com os dados obtidos nas visitas e entrevistas com famílias agricultoras, foi realizada uma (re)organização da pré-tipologia e validação da tipologia. Para tanto, na Etapa 6, os tipos de UPAs familiares foram classificados a partir dos sistemas de produção implementados nas UPAs visitadas, sendo possível identificar 9 tipos. Estes foram nomeados de acordo com a(s) cultura(s) ou característica que dão centralidade aos seus sistemas de produção.

Foram visitadas/investigadas 11 UPAs do “Tipo Leite”, 3 UPAs do “Tipo Leite+Fumo”, 7 UPAs do “Tipo Leite+Grãos”, 4 UPAs do “Tipo Leite+Suínos”, 2 UPAs do “Tipo Grãos+Suínos”, 4 UPAs do “Tipo Grãos”, 7 UPAs do “Tipo Gado de Corte”, 3 UPAs

do “Tipo Pesca Artesanal”, 8 UPAs “Tipo Hortifruti”. Cada um dos tipos encontra-se descrito no Capítulo 5. Explicita-se, que no processo descritivo, optou-se por manter algumas expressões e terminologias regionais, considerando que estas são a representação social e cultural da realidade dos entrevistados (JODELET, 2017; MOSCOVICI, 2003). Salienta-se que não foi pretensão deste estudo contemplar todas as UPAs familiares da região nesta tipologia. Devido à grande diversidade de unidades de produção agrícola familiares, há UPAs com tamanha heterogeneidade e excentricidade que não se aproximam de nenhum dos tipos, como é o caso de duas UPAs desta pesquisa que foram incluídas como estudos de caso. O que aqui foi feito é apenas uma classificação na tentativa de agrupar UPAs familiares com características de sistemas de produção em comum. Na Figura 5 encontram-se os pontos de localização das UPAs pesquisadas de acordo com cada um dos tipos identificados

Figura 5 – Mapa da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e os pontos de realização da pesquisa de campo

Locais de Realização da pesquisa de campo na região Fronteira Noroeste



Fonte: Camana e Schreiner (2020)

Por fim, na Etapa 7 procedeu-se com a classificação e análise das respostas obtidas nas entrevistas e escrita dos resultados. Primeiramente, foi realizada a análise de dados acerca de cada uma das políticas públicas incidentes nas UPAs pesquisadas, partindo-se das planilhas dos resultados tabulados e classificados. Para tanto, foi realizada a apresentação e classificação das políticas públicas identificadas nas UPAs de maneira geral, primeiramente em níveis (governamentais federais estaduais, municipais e não governamentais) e depois por eixos de incidência das políticas públicas, os quais encontram-se descritos no Capítulo 6. Por último, procedeu-se a análise da incidência das políticas públicas em cada um dos tipos de UPAs, observando-se também, as dificuldades no acesso, as políticas mais importantes e as indicadas como necessárias para cada um dos tipos, conforme se apresenta no Capítulo 7.

4 ZONEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA AGRÁRIA DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo apresenta-se um arcabouço de informações que permitem a compreensão da conformação histórica da agricultura da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto, buscou-se compreender as relações entre os fatos históricos e atuais com um enfoque sistêmico e análise da evolução e diferenciação dos sistemas agrários ao longo da história regional. Apresenta-se um zoneamento do espaço agrário regional, suas características naturais e ações antrópicas na história. Na sequência, apresentam-se em grandes traços, os sistemas agrários identificados na evolução da região, sendo eles: sistema agrário indígena, sistema agrário jesuítico-guarani, sistema agrário caboclo, sistema agrário colonial e sistema agrário moderno agroindustrial.

4.1 ZONEAMENTO REGIONAL: CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS

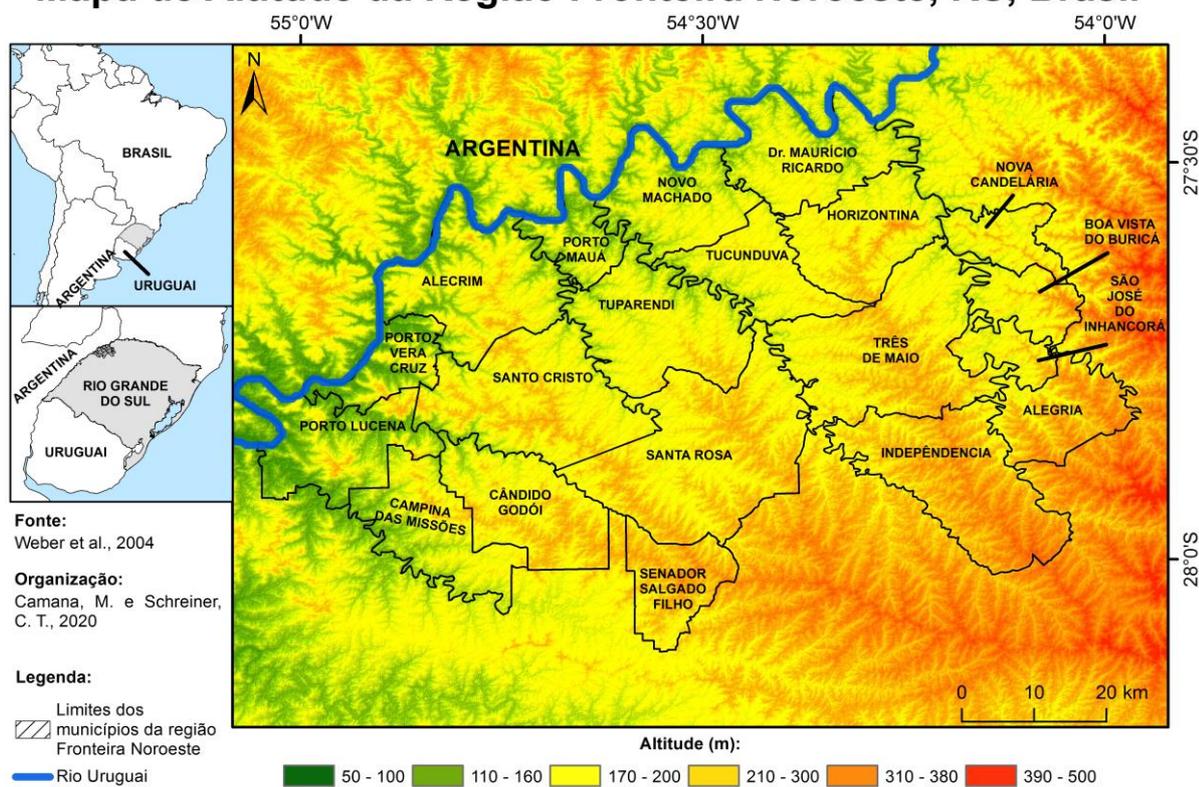
A região Fronteira Noroeste é composta pelos municípios de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. Esta delimitação geográfica foi determinada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, que subdividiu o estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), através da Lei estadual 10.283/94, estabelecendo, assim, o COREDE Fronteira Noroeste. Antes da subdivisão em COREDES, a maior parte dos municípios pertencia à microrregião denominada de “Grande Santa Rosa”, que era assim constituída desde 1964 como associação de municípios, a qual aglutinava inicialmente apenas os municípios desmembrados de Santa Rosa: Alecrim, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. Antes ainda (até 1955), a microrregião também fazia parte da grande região denominada de “Região Missões”, de acordo com a divisão fisiográfica de Fortes (1959).

Em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada, na época, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), estabeleceu a subdivisão geográfica em territórios rurais, no qual estabeleceu o “Território Rural Fronteira Noroeste”. Neste caso, fazem parte do Território Rural, os mesmos municípios que o denominado COREDE.

Em 2010, a região possuía uma população de aproximadamente 203.494 habitantes, com uma proporção de 68% da população residente em áreas urbanas e 32% em áreas rurais. O principal centro urbano é Santa Rosa, com uma população de aproximadamente 60.366 habitantes. Seguidos por Três de Maio, Horizontina e Santo Cristo, com populações entre 10 e 20 mil habitantes. O restante dos municípios possui população abaixo de 10 mil habitantes (BERTÊ, 2015). Conforme dados do censo agropecuário de 2006, 92% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar.

Do ponto de vista geomorfológico, a região está localizada no planalto norte-riograndense com formação de derramamento basáltico da era mesozoica e macrozoneamento ambiental “Planalto meridional”. A altitude média é de 275 metros do nível do mar. As áreas de menores altitudes e relevo mais acidentado estão localizadas próximas ao Rio Uruguai (aproximando-se de 100 metros de altitude) e seus afluentes. As áreas de maiores altitudes e relevo mais plano estão localizadas próximas à Região Celeiro e Missões, com altitudes que passam dos 300 metros de altitude, conforme demonstra a Figura 6.

Figura 6 - Mapa de altitude da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

Mapa de Altitude da Região Fronteira Noroeste, RS, Brasil

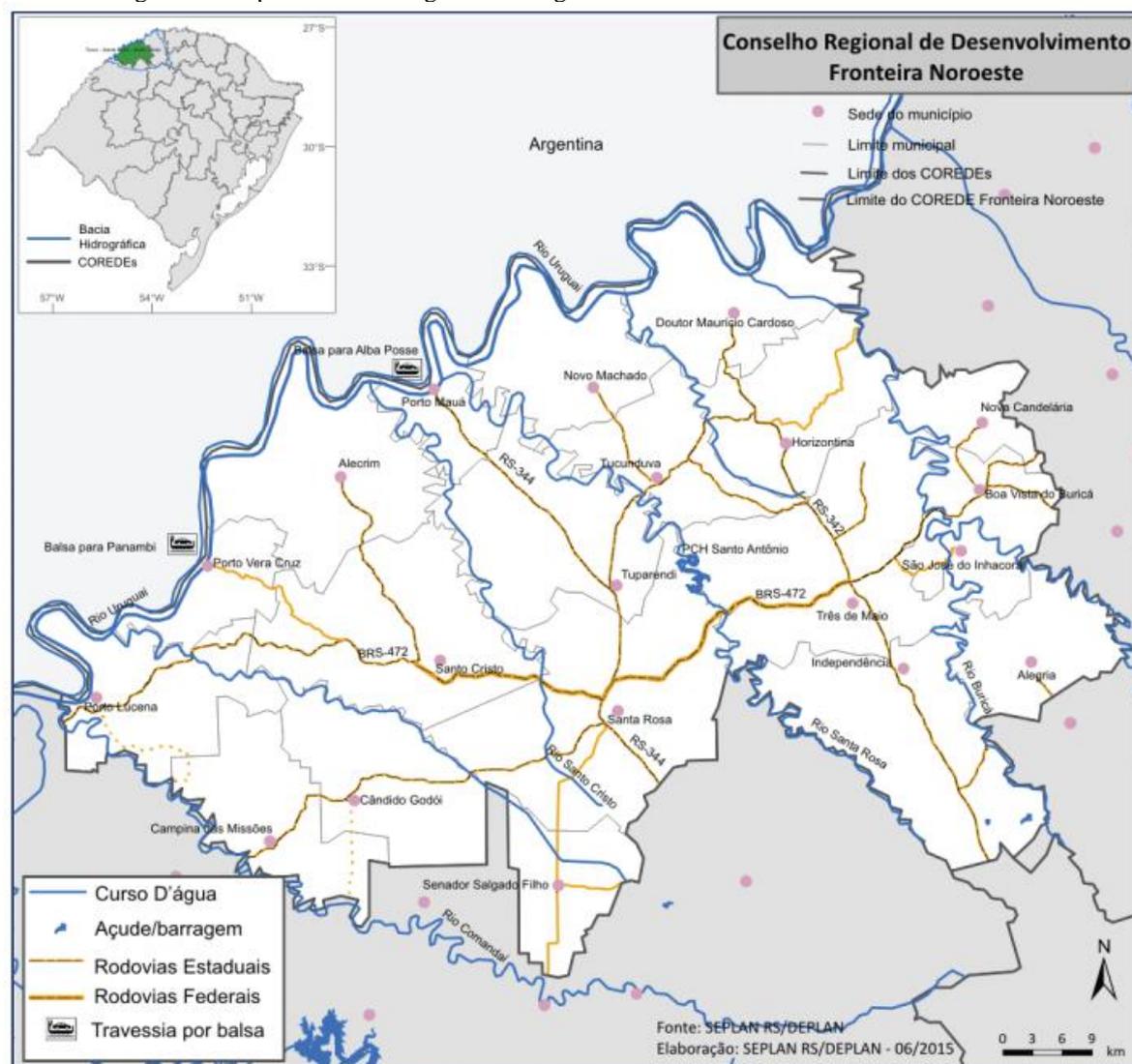
Fonte: Camana e Schreiner (2020)

Devido à formação de derramamento basáltico, a microrregião é caracterizada por solos ácidos recentes e predominantemente profundos, apesar de alguns afloramentos rochosos. Os tipos de solos mais característicos da região são os latossolos vermelhos (mais presentes na zona de planalto), chernossolos (mais presentes em áreas próximas aos afluentes do Rio Uruguai) e neossolos (com pequenas áreas dispersas por toda região). Considerando a resistência dos solos aos impactos ambientais, as áreas mais altas são caracterizadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM, 2001) como altamente resistentes e as áreas próximas aos rios são caracterizadas com baixa e muito baixa resistência.

De maneira geral, a região apresenta as quatro estações do ano bem distintas e as chuvas bem distribuídas ao longo do ano. No entanto, o clima é marcado pela forte influência dos fenômenos *El niño* e *La niña*, que determinam a ocorrência de alguns anos mais chuvosos e outros de estiagem. No que diz respeito aos recursos hídricos, a região pertence à bacia do Prata e sub-bacia do Rio Uruguai. É uma região rica em recursos hídricos, tem como principal

rio o Rio Uruguai e seus afluentes, como o Rio Santo Cristo, Rio Santa Rosa, Rio Buricá, Rio Amandaú e Rio Comandaí. Na Figura 7 está demonstrada a rede hidrográfica da região.

Figura 7 - Mapa da rede hidrográfica da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

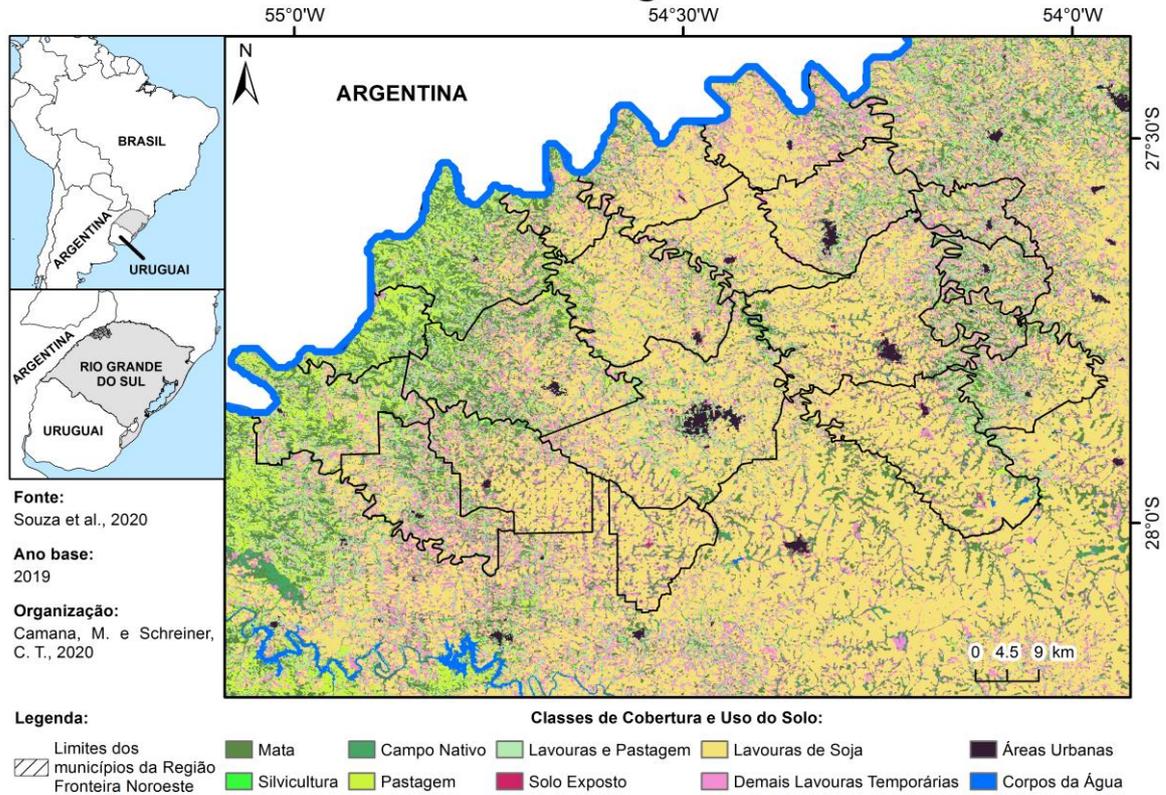


Fonte: Berté (2015).

A vegetação natural da Fronteira Noroeste faz parte do bioma Mata Atlântica, mais especificamente a formação de Floresta Estacional Decidual (SOS Mata Atlântica; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE, 2014), formação florestal naturalmente muito biodiversa, que, no entanto, encontra-se, altamente ameaçada pela sua devastação, o que fica bastante evidente na Figura 8, com a existência de pequenos remanescentes florestais.

Figura 8 - Mapa de cobertura e uso do solo da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

Cobertura e Uso do Solo da Região Fronteira Noroeste



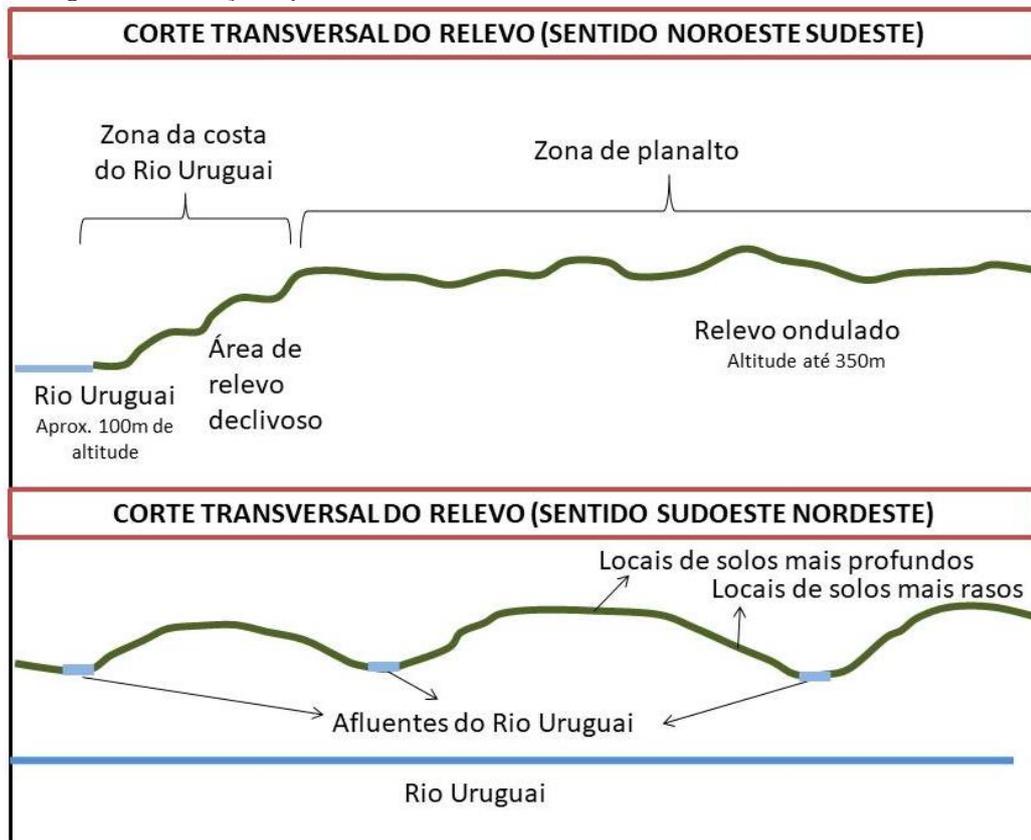
Fonte: Camana e Schreiner (2020)

A partir do zoneamento agroambiental, identificou-se duas zonas distintas nos aspectos geofísicos, ambientais, econômicos e sociais: Zona da costa do Rio Uruguai e Zona de Planalto, as quais são descritas a seguir. Cabe ressaltar que não há uma delimitação exata entre as zonas identificadas, assim como há muitos elementos de uma zona, que também ocorrem na segunda e vice-versa, tal zoneamento foi realizado a partir da compreensão de características diferenciadas nesses dois espaços agrários da região de estudo a partir das informações prestadas pelos entrevistados e percorrimento exploratório da área pesquisada.

Na Figura 9 está ilustrado o perfil de um corte transversal da região. Primeiramente no sentido noroeste-sudeste, podemos identificar duas zonas distintas: a) Zona da costa - área mais próxima ao Rio Uruguai, que possui relevo mais declivoso intercalado por pequenas áreas mais planas, possuindo solos mais rasos e menores altitudes; b) Zona de planalto - maior altitude, terreno ondulado e solos mais profundos. Por outro lado, em um corte no sentido sudoeste nordeste, pode-se observar um terreno ondulado, onde as menores altitudes ficam próximas aos afluentes do Rio Uruguai. Os municípios localizados na Zona da costa são: Porto Lucena, Porto Vera Cruz, Alecrim, Porto Mauá, Novo Machado e Doutor Maurício

Cardoso, uma parte dos municípios de Santo Cristo e de Tuparendi. Os demais municípios têm como característica geral, o relevo ondulado de planalto, apresentando grande parte dos terrenos mecanizáveis, exceto as partes com terrenos mais declivosos próximos aos rios.

Figura 9 - Ilustração representativa de cortes transversais do relevo na Fronteira Noroeste



Fonte: Elaborada pela autora, 2018

4.1.1 Zona da Costa do Rio Uruguai

A área que denominamos de Zona da Costa do Rio Uruguai, perpassa os municípios de Porto Mauá, Alecrim, Porto Vera Cruz, Porto Lucena e parte dos municípios de Novo Machado, Doutor Maurício Cardoso, Tuparendi, Santo Cristo, Candido Godói e Campina das Missões. O panorama que se observa ao andar pelas estradas rurais desta zona que costeia o Rio Uruguai é de um relevo declivoso (Figura 10 e 11), com poteiros²² onde pasta o gado de corte e leiteiro (Figura 12 e 13), entremeado por capões de mato e afloramentos rochosos nas áreas de solos mais rasos e pequenas plantações de soja e de milho, no verão, e as pastagens temporárias, no inverno.

²² Denominação regional para a área de pecuária extensiva com gramíneas perenes para pastagem do gado.

Figura 10 - Vista do Rio Uruguai, município de Alecrim, divisa com Argentina



Fonte: Schreiner (2018)

Figura 11 – Vista do Rio Uruguai, município de Porto Vera Cruz, divisa com Argentina



Fonte: Schreiner (2018)

Figura 12 - Paisagem característica da Zona da Costa do Rio Uruguai, Alto Biguá, Alecrim, RS



Fonte: Schreiner (2018)

Figura 13 - Paisagem característica da Zona da Costa do Rio Uruguai, Esquina Vanguarda, Alecrim, RS



Fonte: Schreiner (2018)

Se encontram pequenas comunidades, onde geralmente estão presentes a igreja e o centro recreativo, que na maioria das vezes, possui um salão de festas, uma "cancha" de bocha e um campo de futebol. As moradias das famílias, são, em sua maioria, cercadas por cultivos de pequenos pomares de frutas e plantações de hortaliças e tubérculos para autoconsumo da família. As criações para autoconsumo, como frangos, porcos, terneiros e os animais de estimação também são comuns de serem observadas nas proximidades de cada moradia, bem como pequenos galpões e "estrebrias" em construções de madeira. As plantações de fumo, que outrora foram muito comuns na região, hoje se encontram em declínio, como demonstrado na Figura 14, que ilustra um galpão de secagem de fumo desativado em uma propriedade em que o fumo já não é mais cultivado, no município de Porto Vera Cruz.

Figura 14 - Galpão de secagem de fumo desativado, Lajeado Seco, Porto Vera Cruz, RS



Fonte: Schreiner (2019)

O êxodo rural é perceptível pela presença de taperas com casas e galpões abandonados (Figura 15). As escolas abandonadas também fazem parte da paisagem de quem percorre esta zona (Figura 16), demonstrando que, anteriormente, ali existiram comunidades que outrora foram bem estruturadas e mais populosas.

Figura 15 - Taperas de casas e galpões abandonados, município de Alecrim, RS



Fonte: Schreiner (2018)

Figura 16 - Estruturas de escolas estaduais abandonadas na zona rural dos municípios de Alecrim e Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

Ao se aproximar mais das áreas ribeirinhas, identifica-se a presença de inúmeras casas e sítios de veraneio, construídas por famílias urbanas de diversos municípios da região, as quais utilizam as casas para lazer de final de semana que são habitadas apenas nos finais de semana e períodos de férias. Estas casas são entremeadas por moradias de famílias ribeirinhas, que vivem em pequenas áreas nas bordas do Rio, tendo sua dinâmica de vida totalmente relacionada com o Rio Uruguai, vivendo da pesca e algumas outras produções de subsistência. Muitos desses também trabalham como diaristas nos sítios de veraneio.

Atualmente ocorre na Zona da Costa do Rio Uruguai, um processo de concentração de terras, as quais vêm sendo adquiridas por profissionais de diversas áreas oriundos de outros municípios da região. Estes, por sua vez, ao adquirirem as terras de pequenos proprietários que emigram da zona rural, transformam a paisagem em grandes cercados e poteiros para gado de corte, entremeados de capões de mata (Figura 17).

Figura 17 - Paisagem em área de concentração de terras cercadas de longos poteiros com gado de corte, Município de Alecrim, RS



Fonte: Schreiner (2018)

4.1.2 Zona de Planalto

Foi denominada de Zona de Planalto, a área de maiores altitudes na região, representando a área dos municípios de Alegria, Nova Candelária, Boa Vista do Buricá, São José do Inhacorá, Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Tucunduva Independência, Senador Salgado Filho e parte dos municípios de Novo Machado, Doutor Maurício Cardoso, Tuparendi, Santo Cristo, Candido Godói e Campina das Missões.

Percorrendo a zona de planalto se percebe uma nítida diferença na paisagem. Com relevo menos declivoso e ondulações mais suaves, possibilitando a mecanização em grandes áreas de cultivos, como demonstrado na Figura 18, prevalecem as UPAs com áreas maiores do que na zona da costa do Rio Uruguai, ainda que existam as propriedades menores, as quais se localizam, em sua maioria, nas áreas mais declivosas e próximas aos rios afluentes do Rio Uruguai, as quais possuem características semelhantes às descritas na Zona da Costa do Rio Uruguai.

Figura 18 - Paisagem característica da Zona de Planalto, Linha progresso, Três de Maio, RS



Fonte: Schreiner (2019)

Na zona de planalto, predominam os monocultivos de grãos, soja e milho, no verão e trigo e aveia no inverno. Os capões de mato que aparecem no caminho são substancialmente menores e menos frequentes do que na primeira zona. Grande parte das moradias possui em seu pátio grandes galpões, onde são guardadas as máquinas de tração pesada (tratores, colheitadeiras e implementos), possuindo valores de capital elevado investidos em infraestrutura e equipamentos e receitas brutas mais elevadas com altos custos de produção. A produção leiteira também é o "carro-chefe" de grande parte das propriedades, à qual, aqui, se soma à produção de grãos e, em algumas situações, mais frequentes nos municípios de Nova Candelária e Santo Cristo, também se soma a produção de suínos (Figura 19) em contratos de integração com frigoríficos multinacionais.

Figura 19 – Paisagem característica da Zona de Planalto, com chiqueirão ao fundo, Linha Rolador Alto, Santo Cristo, RS.



Fonte: Schreiner (2018)

4.2 EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS NO CONTEXTO HISTÓRICO DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

A partir do levantamento de informações desse trabalho, foram identificados cinco sistemas agrários na evolução histórica da região Fronteira Noroeste. São eles:

- a) sistema agrário indígena (11 mil a.p. a 1626);
- b) sistema agrário jesuítico-guarani (1626 a 1750);
- c) sistema agrário caboclo (1750 a 1890);
- d) sistema agrário colonial (1890 a 1960);
- e) sistema agrário moderno agroindustrial (1960 até atualmente).

Ressalta-se que a transição de um sistema agrário para outro, geralmente não é exata nem abrupta. As datas que aqui estabelecemos, são os anos em que ocorrem os fatores mais marcantes para transição de um sistema agrário para outro. Assim, evidentemente, algumas características de um sistema agrário podem ainda persistir nos sistemas agrários seguintes, não deixando de existir por completo. As características identificadas em cada um desses sistemas agrários estão sintetizadas no Quadro 3, que apresenta as características predominantes de cada período e serão melhor explicados nas subseções a seguir.

Quadro 3 - Resumo e principais características de cada período da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul

Sistema Agrário	1º Sistema agrário INDÍGENA	2º Sistema agrário JESUÍTICO-GUARANI	3º Sistema agrário CABOCLO	4º Sistema agrário COLONIAL	5º Sistema agrário MODERNO AGROINDUSTRIAL
Característica					
Período aproximado	11 mil a.p. a 1626	1626 a 1750	1750 a 1910	1910 a 1960	1960 a ...
Categoria social	Povos Indígenas	Guaranis e espanhóis	Caboclos	Colonos	Agricultores familiares
Religiosidade	Cosmologias indígenas	Cosmologias indígenas com influência católica	Influência católica	Cristã – católica, luterana, protestante e evangélica	Cristã – católica, luterana, protestante, evangélica e outras
Principais cultivos	Mandioca, batatas, curcubitáceas, milho, erva-mate e frutas nativas	Erva-mate, milho, mandioca, curcubitáceas	Erva-mate, milho, mandioca, curcubitáceas	Erva-mate, milho, batatas, cana-de-açúcar, fumo, amendoim, horticultura, fruticultura	Soja, milho, trigo
Principais criações	Caça e pesca	Caça, pesca, bovinos e suínos	Caça, pesca, bovinos e suínos	Bovinos e suínos	Bovinos e suínos
Instrumentos e equipamentos de trabalho	Ferramentas manuais	Ferramentas manuais	Ferramentas manuais	Ferramentas manuais e tração animal leve	Energia elétrica, motomecanização, tração pesada, automatização
Acesso à terra	Livre	Livre	Livre	Compra	Compra, herança, arrendamento
Linha geral de ação do Estado na região	Inexistência de Estado único	Ação Jesuítica - espanhola; disputa Espanha x Portugal	Assegurar a posse da área para o Brasil de Portugal	Política de migração e ocupação de terras – nacionalismo	Extensão rural; difusão de tecnologias; financiamento de produção
Organização a Agroindustrial	Artesanal	Artesanal	Artesanal	Indústrias artesanais e cooperativas	Multinacionais; cooperativas e agroindústrias familiares
Relação com mercado/comércio	Trocas entre povoados	Exportação erva-mate, madeira; trocas locais	Vendas de Erva-mate e trocas locais	Cooperativas de comercialização locais	Mercado nacional, internacional e regional
Trabalho – mão de obra	Livre, organização nas tribos	Livre - organizada pelos espanhóis	Livre e escrava	Livre – caráter familiar	Livre - familiar, assalariado e contratos de integração
Reposição de nutrientes	Ciclagem natural e queimadas	Ciclagem natural e queimadas	Ciclagem natural e queimadas	Dejetos de animais e adubação verde	Adubos sintéticos industriais
Fator de crise	Vinda de jesuítas espanhóis	Tratado de Madrid	Política de colonização	Revolução verde	...

Fonte: elaborado pela autora (2018)

4.2.1 Sistema agrário indígena (11 mil anos a.p. a 1626)

Estudos antropológicos realizados por Bonomo (2012) demonstram que as primeiras ocupações humanas na sub-bacia do Rio Uruguai estão entre as mais antigas da Bacia do Prata. Constando de até 11 mil anos “Antes do Presente” (AP.), estas ocupações eram formadas por grupos de caçadores-coletores, cuja subsistência foi baseada na caça de animais de médio e pequeno porte e na coleta de frutos e raízes. Certamente, diversas frutas típicas da floresta estacional decidual, como os butiás, jabuticaba, ariticum, guabirova, uvaia e coquinho-jerivá tiveram grande importância nesse período.

Como relata Bonomo (2012), apesar de serem tão antigas as ocupações nessa região, são poucos os achados arqueológicos na sub-bacia do Rio Uruguai. Para o autor, isso pode significar uma menor densidade demográfica em tempos pré-coloniais ou simplesmente pode ser o resultado de uma menor quantidade de pesquisas na região. Algumas das tribos citadas pelo autor, que primeiramente podem ter ocupado esse espaço são: Chaná-timbú, Corondá, Quiloazas, Caracarais, Chaná, Mbeguá, Chaná-mbeguá, Timbú, Mocoretás, Charrúas e Querandí.

Posteriormente, a região foi sendo ocupado por grupos seminômades da etnia Guaraní, grupos amazônicos que migraram para o sul, colonizando amplas áreas de mata na Bacia do Rio da Prata. A chegada dos Guaranis nessa região é representada por sítios arqueológicos compostos por manchas de terra preta e por cerâmicas com decorações. Sua chegada ocasionou uma série de mudanças culturais, de reacomodações territoriais e de novas formas de relações sociais com as populações locais (BONOMO, 2012). Na agricultura esses grupos se caracterizavam por serem caçadores, coletores e horticultores, onde passaram a ter importância o cultivo da erva-mate, da mandioca, da batata e do milho.

Conforme Trentin e Padilha (2004), no Estado do Rio Grande do Sul havia três grupos principais de Guaranis: Tapes, Carijós e Arachanes ou Patos. Os grupos que habitavam as margens dos rios Ijuí e Uruguai eram os Tapes, que seriam oriundos do atual Paraguai e chegaram ao Rio Grande do Sul há aproximadamente dois mil anos.

Estes grupos praticavam a caça de mamíferos, tais como anta, veado, cateto, queixada, quati, e de aves, como jacu, uru, papagaio, nambu e macuco. As atividades extrativistas também tinham grande importância, fazendo uso de ervas, frutas, sementes, raízes, madeiras etc. Pode-se destacar também a coleta de mel, larvas de insetos e a erva-mate. Além disso,

praticavam atividade agrícola em clareiras na floresta em sistemas de coivara²³ e agricultura de queimada. Os principais cultivos eram o milho, mandioca, feijão, amendoim, abóbora, purungo²⁴, algodão, batata-doce, entre outros (TRENTIN; PADILHA, 2004).

O modo de acesso fundiário era coletivo, entretanto, a propriedade das áreas de cultivo era do cacique das tribos. A este cabia a tarefa de distribuir as terras e a produção destinada ao consumo. Os instrumentos de trabalho nesse sistema baseavam-se em arco e flecha com pontas de madeira, pedras e ossos de animais, armadilhas para caça (muitas à base de taquara), machado de pedra e outros instrumentos manuais (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008).

Toda extensão da Bacia do Prata, portanto, foi ocupada por muitas culturas, que perduraram no tempo, mas que foram caladas pela historiografia tradicional por conta dos interesses ideológicos do Estado. Assim, a história indígena foi silenciada em prol da modernização, do branqueamento étnico, do progresso e da formação de identidades nacionais euro-referenciadas. Conforme relatado por Bonomo (2012), a partir de 1536 inicia a chegada das primeiras populações europeias na bacia do Rio da Prata, fato que ocasiona o extermínio de muitas populações indígenas com a desterritorialização e muitas mortes por doenças, levando à crise deste sistema agrário. No entanto, o fato que influencia diretamente a região aqui analisada ocorre em 1626, com a chegada dos jesuítas católicos espanhóis, o que ocasiona uma brusca mudança no sistema agrário indígena.

4.2.2 Sistema agrário Jesuítico-Guarani (1626 a 1750)

Os jesuítas espanhóis da “Companhia de Jesus” chegaram através do Rio Uruguai com o intuito de catequizar os povos que ali viviam e obter seu controle cultural. Adentraram o Noroeste do Rio Grande do Sul através do Rio Uruguai, onde formaram, assim, os sete povos das missões. Na época, essa parte do Rio Grande do Sul era considerada de domínio da Espanha.

Neto (2012) realizou um amplo estudo acerca da sustentação econômica e ecológica das missões jesuítico-guaranis desse período. Conforme o autor, ainda é um grande mistério

²³ Agricultura itinerante praticada em intercalação de culturas.

²⁴ Designação popular dos frutos das plantas dos gêneros *Lagenaria* e *Cucurbita*. Do quíchua, poronco significa "vaso de barro com o gargalo estreito e comprido" com o qual se confecciona a cuia (do tupi *ku'ya*, que significa "cuia verdadeira"), utensílio utilizado para tomar o chimarrão.

descobrir de que modo os missionários jesuítas conseguiram transferir populações inteiras de ameríndios para povoados sob outra organização social. Uma verdadeira transmigração de tribos diversas, com culturas diferenciadas que integrava esses povos em uma proposta alternativa e os transformava em copartícipes da gestão comunitária dos vários núcleos urbanos.

Apesar de terem existido movimentos de resistência entre os Guaranis, o autor considera que os jesuítas teriam sido

[...] colonizadores-missionários desbravadores ultrafronteiras [...] de grande tenacidade e determinação que, com astúcia, observavam atentamente o processo social para poder transformá-lo, apesar da escassez de seus membros. Mas eles não eram conquistadores. Sua sobrevivência e seu sucesso não foram resultado de força física superior nem de esmagadora dominação cultural mas de uma bem-sucedida e inevitável adaptação à sociedade indígena (NETO, 2012, p. 15).

Assim, nesse período, foram estabelecidos mais de 30 povoados na Bacia do Prata²⁵, os quais são conhecidos como “Misiones de los Treinta Pueblos” (Missões dos trinta povos), ou também como República Guarani. A área ocupada abrangia a província de Misiones, no nordeste da Argentina, a região de Encarnación, no sudeste do Paraguai e, no lado Brasileiro, a região das Missões ao noroeste do Rio Grande do Sul. Cada missão era coordenada por dois padres e podia comportar milhares de indígenas. Em 1732, cerca de 140.000 indígenas viviam nos povoados jesuítico-guaranis, quantidade que representava mais da metade da população das províncias do Rio da Prata (NETO, 2012).

Os maiores povoados do Rio Grande do Sul são os denominados “Sete povos das missões”, também conhecidos como “sete reduções orientais”:

- a) São Nicolau, fundado em 1626, onde atualmente se localiza o município com o mesmo nome;
- b) São Miguel Arcanjo, fundado em 1687, onde atualmente se localiza o município de São Miguel das Missões;
- c) São Francisco de Borja, fundado em 1682, onde atualmente se localiza o município de São Borja;
- d) São Luiz Gonzaga, com sua fundação em 1687, onde atualmente situa-se o município de São Luiz Gonzaga;

²⁵ Também conhecida como Bacia Platina, é a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil e se estende pelo Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina. Constituídas pelas sub-bacias dos Rios Paraná, Paraguai e Uruguai e seus afluentes.

- e) São Lourenço Mártir, fundado em 1690, onde hoje se localiza o distrito de São Lourenço das Missões, no município de São Luiz Gonzaga;
- f) São João Batista, 1697, atual município de Entre-Ijuís;
- g) Santo Ângelo Custódio, fundado em 1706, onde atualmente situa-se o município de Santo Ângelo.

Apesar dos principais povoados das missões jesuíticas não terem ocupado a Fronteira noroeste do RS, neste trabalho, consideramos que o período de ocupação jesuítica teve influência direta sobre o espaço circundante, abrangendo, dessa forma, o espaço que hoje denominamos de Fronteira Noroeste.

Nas áreas circundantes à região das missões jesuíticas propriamente ditas, existiam diversos povoados menores que realizavam trocas de produtos agrícolas com os povoados maiores. Há registros de que em Santa Rosa, Santo Cristo e alguns municípios limítrofes ao Rio Uruguai, eram plantados os ervais para a missão de Santo Ângelo Custódio (Atual município de Santo Ângelo), a partir de 1707, data da fundação dessa missão. Parte dessa erva-mate também era exportada para Buenos Aires através do Rio Uruguai (SANTA ROSA, [19--]).

Para Neto (2012, p. 15),

[...] o mais importante aspecto da República Guarani é ter comprovado na prática a viabilidade da alternativa autossustentável, revelando profundo respeito aos recursos naturais e perfeita integração de diversas tecnologias e visões de mundo ao reproduzir com êxito a opção agroambiental [...] [levando ao] usufruto racional da biodiversidade (grifo da autora).

Conforme o autor analisa, apesar das brutais investidas dos bandeirantes, das crises de abastecimento, das doenças, dos ataques das feras e de outros povos belicosos, os povos missionários se tornaram eficientes administradores, educadores, linguistas, artistas, construtores, arquitetos e músicos. Dentre esses povos, inexistia o Estado tal como hoje o conhecemos, tampouco a divisão em classes sociais. Vigorava o regime de propriedade coletiva dos meios de produção e uma estrutura ímpar de organização político-administrativa voltada ao crescimento socioeconômico e às artes – tudo sob orientação cristã.

Na agricultura, praticava-se a caça, coleta de frutos em lavouras de subsistência (erva-mate, milho, banana, mandioca, tabaco, algodão, cará, inhame, feijão, amendoim, arroz, abóbora) em um sistema de queimada e rotação de terras e pequenas criações (porcos,

galinhas, cavalos e bovinos). Destacam-se alguns dos instrumentos utilizados, como foice, machado, chuço²⁶, enxada, arados rudimentares e saraquá²⁷.

Os jesuítas introduziram o gado - bovino, cavalar e ovino – que se reproduziu rapidamente devido às boas condições das pastagens naturais da região. Tanto os equipamentos como as ferramentas, as terras, o gado e a produção agrícola e artesanal pertenciam à comunidade. Eram consideradas atividades tipicamente masculinas: a roça, a caça, a pesca, a fabricação de canoas e de armas. E atividades femininas como o plantio, a colheita, a cerâmica, a tecelagem e afazeres domésticos relacionados à alimentação, vestimentas etc. Ambas as atividades eram realizadas de maneira coletiva, as quais se tornavam assim, mais eficientes, havendo, muitas vezes a necessidade de se fazer uso do mutirão ou putirum. Tanto na produção agrícola quanto na pecuária, cada missão objetivava autoabastecer-se. Por isso, plantava-se o maior número possível de gêneros compatíveis com o solo. Em caso de escassez de algum produto faziam-se intercâmbios com outras missões (NETO, 1012).

Praticavam eventuais vendas de algumas produções, como peles de animais e a erva-mate, que pode ser considerada um dos principais excedentes agrícolas desse sistema, vendida principalmente para a Argentina e Uruguai, sendo transportada pelo Rio Uruguai. Prevalciam trocas não monetarizadas (eram realizadas trocas por produtos de difícil produção na propriedade – sal, açúcar, tecidos, ferragens, bebidas com pequenos comerciantes locais). Nesse período, a pecuária passou a ter destaque na região.

Durante esse período, não deixou de haver conflitos com bandeirantes paulistas, os quais levavam os indígenas para escravizá-los a mando da coroa portuguesa que disputava pelo território. Neto (2012, p. 16) considera que as missões passaram a ser vistas como um projeto anticolonial instalado dentro da colônia, o que, pode ter contribuído para seu extermínio, como descreve o autor: “utopia que decretou seu próprio destino ao tornar-se, na colônia, um projeto anticolonial”.

A partir de 1750, com fim do Tratado de Tordesilhas e criação do tratado de Madrid, todo o território passou a pertencer a Portugal, obrigando esses povos a migrarem para o outro lado do Rio Uruguai. Ao não aceitarem a decisão desse tratado, os jesuítas e guaranis passaram por sucessivas guerras contra os portugueses e espanhóis. Dessa forma, em um

²⁶ Cavadeira de madeira utilizada para o cultivo sobre as cinzas.

²⁷ Ferramenta de plantio usada para abrir um pequeno buraco na terra, para logo em seguida plantar alguma semente. Constituíam-se basicamente de uma haste de madeira com uma ponta para furar a terra.

longo período de conflitos, conhecido por “guerras guaraníticas” (1753 a 1759), a população da região foi drasticamente reduzida com a morte de milhares de pessoas (DALLABRIDA; RAMBO, 2002; NETO, 2012).

4.2.3 Sistema agrário caboclo (1750 a 1890)

Em 1801, os portugueses conquistaram definitivamente o território dos Sete Povos das Missões, tendo destruído quase que por completo aquela civilização. Entre os poucos índios missioneiros que conseguiram se salvar, alguns fugiram em direção à margem direita do Rio Uruguai, na Argentina, outros refugiaram-se na mata densa da própria região, vivendo de forma dispersa. Outros, ainda, transformaram-se em peões de estância, mão de obra barata ou escrava para o latifúndio pastoril. Conforme analisa Fontella (2013, p. 20), nesse período, a região passou a fazer parte do império escravista, onde a principal preocupação dos novos povoadores era assegurar a posse daquela região aos domínios luso-brasileiros e estabelecer ali suas produções, o que, nas palavras do autor “ensejou a construção de um outro mundo sobre as ruínas dos sete povos”.

Conforme observa Zarth (2000, p. 01), ainda no início do século XIX, o território das Missões foi conquistado por comandos militares de estancieiros locais que seguiam os planos políticos do governo português. Os portugueses e seus descendentes, os mestiços e os negros africanos (estes na condição de escravos), instalaram-se como criadores de gado e como coletores de erva-mate, sustentando também uma agricultura de subsistência na região das missões. Os portugueses se instalavam em estâncias de gado no campo nativo, baseada na forte concentração fundiária, dando origem a propriedades que alcançaram até 60.000 hectares.

Um grupo de camponeses nacionais, descendentes de indígenas e portugueses, dedicou-se ao extrativismo de erva mate, confrontando-se com indígenas Kaingang que ocupavam essas florestas. Estes ervais, esparsos pela extensa mata, eram considerados públicos e controlados pelas autoridades municipais. Nestas condições, os ervateiros não formaram uma classe de proprietários e sim tornaram-se extrativistas e produtores de subsistência. Os documentos e a bibliografia denominam estes camponeses de diversas formas: lavradores nacionais, caboclos, sertanejos, mestiços, ameríndios (ZARTH, 2000, p. 01).

Fontella (2013, p. 23), analisa esse período na história da região das missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, observando que na versão historiográfica consagrada da história, este foi um período não escravista e com uma população pauperizada, baseada na produção de autoconsumo, em que a região esteve isolada dos circuitos comerciais dinâmicos. Entretanto,

para o autor “a estrutura econômica da região esteve ligada a distintos circuitos comerciais dinâmicos, e se caracterizou pela diversificação dos processos produtivos, os quais foram animados por diversas formas de trabalho, inclusive, pela presença da mão de obra cativa”.

Na área que hoje é considerada a região Fronteira Noroeste, esse período é marcado por uma população bastante reduzida e formada predominantemente por caboclos (mestiços de brancos com índios). A redução da população certamente levou a um retorno considerável da área florestada na região. Nesse período havia grandes dificuldades de acesso, falta de estradas, o que levava a um isolamento da região em relação aos mercados do centro do país e do exterior. Tais aspectos marcam este período de aproximadamente 160 anos, que aqui denominamos de sistema agrário caboclo, sobre o qual existem poucas informações documentadas.

Observando esse período histórico, Zarth (2000, p. 2) constata que

As dificuldades regionais levaram, em 1877, os chefes políticos locais a propor a emancipação do Norte da província, separando-a do Rio Grande do Sul. O principal argumento dos separatistas para a criação da "Província das Missões", era o abandono e a falta de investimentos públicos. A economia regional baseada no mate e na criação de mulas e vacuns encontrara seu limite de expansão nas últimas décadas do século, gerando o movimento separatista como forma de pressão para o estabelecimento de novos projetos de desenvolvimento regional. A resposta do governo foi o estabelecimento de um programa de colonização e a construção de uma ferrovia, projetos que atenderiam as demandas solicitadas.

A condição de fronteira com os países da bacia do Prata, foi, por todo esse período, objeto de grande preocupação do governo, temeroso de uma invasão dos países vizinhos que conduzissem à novas guerras por disputa de território. Diante disso, a política oficial consistia em criar núcleos estratégicos de povoamento ao longo da fronteira com a atual República Argentina para garantir a propriedade nacional da terra. Em 1862, uma comissão formada por militares sugeriu “povoar o sertão”, criando várias colônias militares junto ao rio Uruguai. Alguns anos depois, o governo resolveu colocar em prática tais planos de “povoar o sertão”, iniciando as políticas de colonização do noroeste do Rio Grande do Sul (ZARTH, 2000), o que implicou em grande mudança nos sistemas agrários da região.

4.2.4 Sistema agrário colonial (1890 a 1960)

O sistema agrário colonial representou uma ruptura na evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Fronteira Noroeste. Uma nova lógica de exploração da terra se instaurou

e ocorre um amplo processo de vinda de migrantes para a região, modificando drasticamente as dinâmicas locais. Se antes o acesso à terra era livre, nesse período as formas de acesso a terra passam a ser por meio de compra, herança ou arrendamento. A partir de 1910 o governo estadual começou uma política de ocupação dessas áreas, promovendo as colônias mistas, organizadas pelo próprio estado, que integrava descendentes de diversas etnias (colônias mistas) e as colônias particulares, organizadas por companhias particulares e que privilegiavam a unidade étnica (à exemplo de Santo Cristo, onde a ocupação se deu apenas por descendentes de imigrantes alemães católicos) (SANTA ROSA, [199-?]).

Assim, iniciou-se o período do sistema agrário colonial, com a chegada dos migrantes oriundos das primeiras zonas de colonização do estado, os quais eram principalmente descendentes de alemães, italianos e, em menor número, poloneses. As primeiras colônias descendentes de alemães fixaram-se em Campinas das Missões, Porto Lucena e Santo Cristo, os quais se caracterizavam por sua forte tradição religiosa católica. Posteriormente os migrantes que ocuparam Santa Rosa, Três de Maio e Boa Vista do Buricá, vieram fixando-se em Santa Rosa, também tinham tradição das religiões evangélica e luterana (SANTA ROSA, [199-?]). Para Zarth (2000, p. 2), esta fase “completou a formação regional do ponto de vista étnico, dando origem à uma sociedade multicultural composta de negros africanos, indígenas e europeus de diversas línguas”.

Em 1850 havia sido criada a Lei de terras, que definia que a única forma de acesso a terra seria por meio de compra. Esta lei também legitimava a posse efetiva para aqueles que nela estivessem no momento de promulgação da lei, desde que fosse reconhecido por uma autoridade competente da província local. O fato de muitos caboclos da região não possuírem a posse legal das terras facilitou a sua expulsão com a chegada dos projetos oficiais de colonização a partir de 1890. Como discutido no trabalho de Machado (2017), os caboclos da Fronteira Noroeste passaram a contribuir na construção da infraestrutura local – estradas, pontes, construções - para instalação das colônias, muitos em regime de trabalho escravo. Outros migraram para as áreas mais periféricas, se instalando nos municípios mais próximos ao Rio Uruguai, onde os projetos e colonização demoraram mais a chegar.

A população da região cresceu rapidamente nas primeiras décadas do século XX. A grande maioria da população vivia no campo e as atividades eram predominantemente agrícolas com pequenas propriedades de produção diversificada. Nesse período começaram a serem construídas as primeiras vias de acesso aos centros urbanos e o surgimento de

indústrias artesanais – moinhos, serrarias, olarias, funilarias (MACHADO, 2001; SANTA ROSA, [199-?]).

O sistema agrário colonial era baseado na mão de obra familiar. As unidades de produção eram adquiridas com títulos a serem recebidos após o pagamento total das terras. Em média uma colônia possuía 25 hectares, na sua grande maioria eram demarcados entre o topo do morro e os cursos de água. Inicialmente, para abertura das áreas de mata e preparos dos solos, tiveram bastante importância os trabalhos em mutirões (MACHADO, 2001). No primeiro período, a madeira teve papel importante, tanto na construção das casas e galpões, quanto na fabricação de instrumentos de trabalho (CONTI; MIGUEL, 2014).

Primeiramente era praticada uma agricultura de queimada, a qual foi sucedida por sistemas de plantio com pousio de curta duração. Logo, esse sistema baseado na rotação de terras passou para o sistema de rotação de culturas, onde se iniciam os cultivos de inverno como forma de adubar o solo. A partir daí passou-se a utilizar uma agricultura mais intensiva com pequenos intervalos de pousio em função do pequeno tamanho da área, o que contribuiu com o rápido esgotamento do solo. O esterco de pequenos rebanhos bovinos e suínos assume importante papel na adubação do solo (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008).

Esse período é marcado pela policultura e utilização de equipamentos manuais (machado, facão, serrote, foice, cavadeira, enxada, plantadeira manual, mangá etc) e tração animal (carroça e arado puxados a boi ou cavalo). A produção, que contava com uma rica diversidade de cultivos e criações, servia principalmente ao consumo próprio, as trocas não monetárias e ao comércio local, que era realizado por pequenas casas de comércio que foram surgindo na região. Com a melhoria das vias de acesso, foi iniciada a comercialização para Porto Alegre e outras regiões com maiores centros urbanos. A estrada de ferro, que chega a Cruz Alta em 1894, em Santo Ângelo, em 1914 e em Santa Rosa em 1937, representou um incremento no comércio entre colônias e centros urbanos maiores (CONTI; MIGUEL, 2014).

Nessa fase (por volta de 1950) o “porco-banha” se torna uma importante fonte de renda para as famílias, pois a banha era um produto supervalorizado na época. Essa fase é denominada “Ciclo do Porco”, onde o milho assumia importante papel para assegurar a alimentação do rebanho suíno. Dessa forma, ressalta-se a importância que tinha a relação dos cultivos com as criações nesse período – enquanto os cultivos serviam de alimento aos animais seus dejetos eram aproveitados na adubação do solo, sendo essa a principal fonte de adubação.

A partir da década de 1940 surgiram na região os primeiros plantios de soja. Santa Rosa foi o primeiro município a realizar plantio desta leguminosa, e por isso é conhecida como “berço nacional da soja”. Sua produção na região passou a se expandir até que passou a ser importante na alimentação dos suínos tanto quanto o milho. No mesmo período o trigo também assumiu importante papel como cultivo de inverno na região. A partir de 1960, as culturas da soja e do trigo passaram a assumir posição de destaque na região com o “binômio soja-trigo” (BRUM, 1985).

O processo sucessório das famílias levou ao fracionamento destas pequenas propriedades e incorporação cada vez maior de novas áreas para lavoura, o que ocasionou grande redução da área florestada. Este fato, somado à queda da fertilidade devido à intensificação da produção com períodos de pousio cada vez menores, gerou um novo fluxo migratório, que levou a nova geração a migrar para o oeste catarinense (principalmente na década de 1920) e sudoeste paranaense (principalmente na década de 1940).

Dessa forma, na década de 60, a chamada “Revolução Verde” surge como fator importante de transformação no sistema agrário colonial. Não ausente de contradições, esta surge como uma resposta à baixa da fertilidade dos solos mediante uso generalizado de calcário e fertilizantes. Nesse período também tem importância o surgimento do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965 (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008).

4.2.5 Sistema agrário moderno agroindustrial (1960 a ...)

O período que aqui denominamos de “Sistema agrário moderno agroindustrial” teve início no planalto gaúcho, logo após o término da segunda guerra mundial, sendo marcado pela denominada “Revolução Verde” na agricultura e predominando até os tempos atuais. Conforme analisado por Brum (1985), mesmo que em alguns lugares tenha sido de maneira mais limitada, a agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul ingressou na nesse período de modernização tecnológica a partir dos anos 1960. Esse período é marcado pela da motomecanização (tratores, arados, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras etc.), pelo predomínio de culturas especializadas e uso intensivo insumos agroquímicos industrializados. Além disso, embora ainda se mantenha certa diversificação da produção, passa a haver o predomínio de monocultivos e centralidade em uma ou duas atividades principais para geração de renda nas UPAs.

A produção de grãos em monocultivos expandiu-se largamente, tendo destaque as produções de soja, milho e milho. A soja, principal grão cultivado até atualmente na região, teve a região Fronteira Noroeste como primeiro local de cultivo no país²⁸. Aos poucos, a produção leiteira também se expande, sendo visada, inicialmente, como forma de “diversificação” para as UPAs e posteriormente tornando a região uma das principais produtoras de leite do estado.

Outro fator marcante é o surgimento de importantes cooperativas voltadas ao processo de produção, beneficiamento e comercialização, tanto da produção de grãos quanto da produção leiteira, tais como Cotrijuí, Cotrirosa, Cotrimaio, Coopermil e CCGL. Tomam destaque uma diversidade e quantidade de indústrias alimentícias de pequeno porte e outras grandes indústrias se instalam como a AGCO do Brasil, em Santa Rosa, John Deere, em Horizontina e a Frankhauser, em Tuparendi, na produção de máquinas agrícolas e o frigorífico Alibem, em Santa Rosa, com um dos maiores abatedouros de suínos do estado. Até atualmente, uma série de estabelecimentos industriais está em expansão (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO - COREDE - FRONTEIRA NOROESTE, 2010).

Delgado (2012) analisa esse período denominando-o de “modernização conservadora da agricultura”. Conforme o autor, foi nesse período que ocorreu o maior avanço do capitalismo no campo, se intensificaram os financiamentos agrícolas e, mais tarde, a agricultura que antes era regional, passou a se tornar cada vez mais dependente do capital nacional e internacional. Nesse sentido, as políticas do Estado brasileiro, como as de crédito e extensão rural, foram essenciais para a difusão das técnicas, equipamentos e insumos agrícolas.

Esse modelo de agricultura resultou em altamente custoso e menos demandador de mão de obra, o que gerou a exclusão de diversas famílias menos capitalizadas, estimulando mais o êxodo rural (que já vinha ocorrendo no período anterior) e a urbanização da região (apesar de ainda ser uma região menos urbanizada que outras regiões do estado). Para Almeida (2009), a integração da agricultura à indústria não significou, simplesmente uma mudança de ordem quantitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma

²⁸ Nas primeiras décadas cultivava-se a soja de variedades convencionais, as quais foram, aos poucos, sendo substituídas pela soja transgênica (Organismo geneticamente modificado - OGM) no início dos anos 2000. Um dos entrevistados, ao relatar o processo de inserção da soja transgênica na região, explicou que a variedade transgênica, chegou à região muito antes de sua legalização, vindo através de contrabando da Argentina, simplesmente atravessando o Rio Uruguai. Conforme o relato do entrevistado, por ser uma soja vinda da Argentina, e que possuía um porte menor, a soja transgênica era denominada “maradoninha”, em analogia ao jogador de futebol argentino Maradona.

transformação radical de suas estruturas (de produção e de comercialização, bem como sociais). Conforme analisa Zarth (2000, p. 5)

A solução para os problemas regionais seria a “modernização” da agricultura - novamente a agricultura era eleita como política principal de desenvolvimento regional -, via mecanização e utilização de insumos modernos para fertilizar o solo. Desta forma, instalou-se a era das máquinas, dos financiamentos subsidiados, do envenenamento dos rios, da construção de grandes armazéns, dos tratores, das lojas de maquinaria agrícola, uma época de euforia, de progresso aparente. Mas ao lado deste aparente progresso e modernidade, um expressivo contingente de homens, mulheres e crianças saíam do campo e construíam, em ritmo acelerado, uma outra versão do progresso: as favelas, as sub-moradias, o desemprego, a violência e a miséria.

Quanto às categorias sociais, enquanto no sistema agrário anterior prevaleciam os colonos e pequenos comerciantes, no sistema agrário moderno agroindustrial prevalecem os agricultores familiares, as empresas agroindustriais, as cooperativas, as agroindústrias familiares e os bancos (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008). Os indígenas da etnia Guarani, apesar de possuírem uma população bastante reduzida, ainda persistem na região. Entretanto, na região Fronteira Noroeste não há nenhuma área indígena delimitada pelos órgãos competentes. Assim sendo, essas populações vivem na região como nômades, utilizando pequenas áreas em beiras de estradas e praticando artesanato. A área indígena mais próxima é da etnia Kaingang, que fica a margem direita do Rio Inhacorá, no município de São Valério do Sul e possui uma população de aproximadamente 1.044 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

Conforme analisado por Zarth (2000), a nova modernização proposta para a região implicava na exclusão de parte da população local, transferindo-a para a fronteira agrícola distante. O autor pondera que

[...] a modernização sugerida exigia estabelecimentos maiores - daí o combate às pequenas propriedades - e consistia na utilização de insumos químicos, máquinas agrícolas modernas e especialização da produção, substituindo a policultura, a rotação de terras e os instrumentos e máquinas obsoletas. Cem anos depois dos esforços para “povoar o sertão”, a nova política era a de despovoar a terra para permitir a introdução de um novo modelo agrário (ZARTH, 2000, p. 4).

A supervalorização das terras e substituição da mão de obra por máquinas dificultou ainda mais o acesso à terra, o que contribuiu para a continuidade do êxodo rural e a saída de pessoas da região. Por todo esse período, ocorrem migrações de pessoas da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul para outras regiões do país, muitas vezes organizados por empresas colonizadoras, como a “Cooperativa de Colonização 31 de março”, surgida com a proposta de

enviar os agricultores para a Amazônia. Dessa vez os movimentos migratórios chegavam até o Centro-Oeste, Norte e, mais tarde, Nordeste do Brasil e, inclusive até outros países próximos, como o Paraguai, onde as terras eram mais baratas.

Além disso, uma parte desses trabalhadores que não conseguiam acesso à terra, somaram-se aos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado na década de 1960 e, posteriormente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) criados a partir da década de 1980. Por outro lado, merece destaque a organização sindical, com a criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG), criadas na década de 1960. Os quais pautavam apoio governamental para a modernização da agricultura.

Além dessas questões de cunho socioeconômico, como analisa Caporal (2009) pode-se dizer que essa revolução tecnológica da agricultura gerou o aumento da produção, mas também trouxe sérios problemas ambientais, como a redução da biodiversidade, erosão dos solos, assoreamento dos rios, diminuição da base genética, envenenamento alimentar e ambiental, exclusão social, concentração de terras etc. Para Altieri *et al.* (2012) os sistemas de produção da “Revolução Verde” problemas em relação a sustentabilidade desse sistema, em função de ser fortemente dependente de insumos externos e de recursos não renováveis. Além disso, o envelhecimento da população rural e falta de sucessão vem sendo um problema recorrente na agricultura familiar na região, a qual se encontra em um impasse sobre as possibilidades de sua reprodução socioeconômica.

Silva Neto, Lima e Basso (2015), analisando os sistemas agrários do Rio grande do Sul, concluíram que a região das Colônias Novas enfrenta atualmente uma situação crítica. Os seus sistemas de produção, cujo principal componente é a cultura da soja, já não conseguem assegurar a reprodução social de uma ampla parcela dos agricultores da região. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de atividades mais intensivas que poderiam proporcionar um aumento da renda, é restritivo para muitos produtores, em razão dos problemas de acesso ao capital necessário e às políticas discriminatórias de muitas empresas processadoras de produtos agropecuários. Os autores consideram que os únicos sistemas de produção que conseguem garantir a sua reprodução social são os mais intensificados. Por isso, recomendam para a região mais políticas de apoio aos grupos agroindustriais, a reconversão para sistemas mais intensivos, como leite, aves e suínos, considerando estes como produtos com potencial de mercado maior e preços menos sensíveis a variação da produção local.

Enquanto alguns autores apontam para saídas via intensificação da agricultura e maior integração às cadeias agroindustriais de leite, aves e suínos, outros apontam para a necessidade de potencialização de agroindústrias familiares e construção de trajetórias mais autônomas. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar os questionamentos sobre a sustentabilidade ambiental dos sistemas atuais de produção agrícola modernos para a agricultura familiar. Questões como a situação dos recursos hídricos, biodiversidade, agrobiodiversidade, resiliência, soberania alimentar também são colocadas em questão ao se avaliar o atual sistema produtivo da agricultura moderna.

Diante desse contexto, discussões em torno da diversificação produtiva são destacados enquanto alternativas de desenvolvimento para a agricultura familiar. Ainda que sejam minoritárias, observa-se um aumento na diversificação da produção, como no caso da fruticultura nos municípios mais próximos ao Rio Uruguai (ANGST, 2013) e a disseminação de experiências de produção orgânica e agroecológica na região, como é o caso da inserção de alguns agricultores na Rede Ecovida de Agroecologia (BUBANZ-SILVA, 2013).

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS

Apresentam-se, nesse capítulo, as características das 51 Unidades de Produção Agrícola pesquisadas na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, em sua totalidade enquadradas na categoria social agricultura familiar. São descritos os sistemas sociais e produtivos, levando em conta a situação infraestrutural e socioeconômica das famílias agricultoras, com um total de 205 pessoas integrantes. Destaca-se que, para as famílias agricultoras, as UPAs são a representação de diversas dimensões, sendo espaços multifuncionais, de moradia, trabalho, produção e geração de renda. Ou seja, as Unidades de Produção Agrícola Familiar estudadas se apresentam como o local central onde sua vida acontece, onde a partir de seu trabalho e de sua vivência se estabelece a relação com o ambiente.

As UPAs estão localizadas a uma distância relativamente próxima dos centros urbanos dos municípios. O que é característica da região, que possui municípios próximos uns aos outros e com menor extensão territorial se comparado a outras regiões do estado. Em média, são 9,2 quilômetros de distância total da UPA até a área urbana do município, variando entre 1 e 30 quilômetros. Conforme demonstrado na Tabela 1, a ampla maioria, 47 UPAs (92%), está localizada a menos de 20 quilômetros e as demais 4 UPAs estão localizadas a menos de 30 Km de distância da área urbana. Em média são apenas 5,5 quilômetros de estradas não pavimentadas, variando de 0,3 a 17 quilômetros.

Tabela 1 - Distância das UPAs até o centro urbano de seu município

Distância da sede do município	UPAs distância total	UPAs estrada não pavimentada
Até 10 Km	15	44
Entre 10 e 20 Km	32	7
Entre 20 e 30 Km	4	0
Total de UPAs	51	51

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As áreas de que as famílias agricultoras dispõem são relativamente pequenas, em média 26,8 hectares²⁹. Isso significa apenas 1,34 módulos fiscais³⁰, sendo que o módulo fiscal

²⁹ Considerou-se como área total da UPA, toda a área sobre a qual a família agricultora utiliza como moradia, produção, conservação ambiental, dentre outras, independentemente da situação fundiária legal. Podendo, em alguns casos, ser a soma de áreas que não são necessariamente contínuas espacialmente.

³⁰ Unidade de medida instituída pela Lei nº 6.746/79, que determina o número de módulos fiscais de um imóvel rural a partir da divisão de sua área aproveitável pelo módulo fiscal do município que leva em consideração:

dos municípios desta região é de 20 hectares. A ampla maioria, 45 famílias agricultoras (88,2%), dispõe de até 50 hectares, ou seja, menos que o equivalente a 2,5 módulos fiscais, e apenas 6 famílias agricultoras (11,8%) dispõem de mais de 50 hectares (Tabela 2). Apesar de todas as UPAs pertencerem a categoria agricultura familiar, identifica-se uma diversidade de situações em relação à disponibilidade de terras, a família agricultora com menor área disponível possui apenas 1 hectare e a família agricultora com maior área, dispõe de um total de 139 hectares³¹.

Tabela 2 - Área das Unidades de Produção Agrícola pesquisadas

Área que as famílias agricultoras dispõem	Número de UPAs
Até 10 hectares	10
Entre 10 e 20 hectares	17
Entre 20 e 50 hectares	18
Mais de 50 hectares	5
Mais de 100 hectares	1
Área média	26,8 hectares

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como característica comum à agricultura familiar, a área de que as famílias dispõem constitui-se de uma soma de áreas com diversas situações fundiárias legais e que têm se modificado ao longo da história de cada família. Apresentam certa flexibilidade nas vendas e/ou aquisições de partes das áreas, somando-se situações de áreas em usufruto, comodato e/ou concessão, bem como os contratos de arrendamentos, parcerias e outras situações. Conforme esquematiza a Tabela 3, a ampla maioria, 47 famílias agricultoras (92,1%), possui pelo menos parte da área própria, adquirida a partir de compra direta (em 36 UPAs), financiamento por crédito fundiário (em 15 UPAs) e/ou através de herança (em 14 UPAs). Vale ressaltar que os contratos de arrendamentos de terra de terceiros e/ou em parcerias são feitos por um número muito maior de famílias se comparado aos arrendamentos para terceiros, o que sugere uma demanda por terra e a inviabilidade de compra. Da mesma forma, as áreas dos arrendamentos de terceiros (13,4 hectares) são, em média, maiores do que as arrendadas para terceiros (5,7 hectares).

a) o tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; c) outras explorações do município, que embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) o conceito de “propriedade familiar” (BRASIL, 1979).

³¹ Destaca-se que, no caso desta UPA, tal área é subdividida em duas Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAPs diferentes (de dois irmãos), sendo, portanto, legalmente considerada como duas propriedades da agricultura familiar e não excedendo, portanto, a área correspondente à 4 módulos fiscais legais. Entretanto, aqui foi considerada como sendo uma UPA indivisível, devido à sua gestão compartilhada.

Tabela 3 - Situação legal das áreas que dispõem as famílias agricultoras entrevistadas

Situação legal das áreas	Nº de famílias agricultoras que dispõem pelo menos parte da área na situação	Percentual de famílias agricultoras que dispõem pelo menos parte da área na situação	Média de área entre as que dispõem de área na situação (ha)	Maior área na situação (ha)	Menor área na situação (ha)
Própria total	47	92,2%	19,9	124	1
Própria herdada	14	27,5%	6,6	15	1
Própria financiada crédito fundiário	16	31,4%	9,19	20	3,7
Própria comprada sem financiamento no banco	36	70,6%	18,4	124	3
Em comodato, concessão ou usufruto	17	33,3%	15,3	47,5	2
Arrendada para terceiro(s) ou em parceria	9	17,6%	5,7	10	3,5
Arrendada de terceiro(s) ou em parceria	18	35,3%	13,4	40	0,5
Total	51		26,8	1	139

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme informado pelas famílias agricultoras entrevistadas, o preço de um hectare de terra é, em média, R\$ 28.400,00. Entretanto, há grande diferença entre as localidades, variando entre R\$ 3.000,00 a R\$ 100.000,00 por hectare. Os motivos para tais variações vão desde as condições naturais de relevo, solo, localização e condições de acesso até a especulação imobiliária e empresarial. Esta última tem aumentado exponencialmente os preços das terras em algumas localidades, inviabilizando a aquisição de maior quantidade de terras para muitas famílias agricultoras que ali permanecem.

A maioria das famílias agricultoras pesquisadas não são muito numerosas, 74,5% é composta por até 5 membros (Tabela 4). O número de pessoas do sexo masculino, 111 pessoas (54,1%), é ligeiramente superior que o número de pessoas do sexo feminino, 94 pessoas (45,8%).

Tabela 4 - Número de integrantes das famílias agricultoras entrevistadas

Tamanho das famílias agricultoras	Quantidade de famílias agricultoras
2 pessoas	14
3 pessoas	7
4 pessoas	9
5 pessoas	8
6 pessoas	11
7 pessoas	2
Total	51

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto à faixa etária, a maior parte, 93 pessoas (45%), está em idade adulta, na faixa entre 30 e 59 anos. Outras 46 pessoas (22,4%) são idosas³², 38 pessoas (18,5%) são jovens de 15 a 29 anos³³ e 28 pessoas (13,66%) são crianças e adolescentes de até 14 anos (Tabela 5). Ou seja, se somarmos os jovens e adultos e considerarmos estes em idade economicamente ativa (de 15 a 59 anos), estes representam a ampla maioria, 131 pessoas, 63,9% do público pesquisado. Constata-se uma importante presença de idosos e de jovens: em 27 famílias agricultoras (52,9%) pelo menos um componente é idoso e em 27 famílias agricultoras pelo menos um componente é jovem, enquanto que em 20 famílias há criança(s) e/ou adolescente(s) de até 14 anos.

Tabela 5 - Faixas etárias do público pesquisado

Faixas etárias do público pesquisado	Crianças e adolescentes (até 14 anos)	Jovens (15 a 29 anos)	Adultos (30 a 59 anos)	Idosos (igual ou maior de 60 anos)	Total
Número de pessoas na idade	28 (13,66%)	38 (18,5%)	93 (45%)	46 (22,4%)	205 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme demonstrado na Tabela 6, a maior parte das famílias agricultoras está a partir da segunda geração da família residente na UPA. Tal característica remonta ao fato de ser uma região de colônias novas, onde a maior parte dos(as) agricultores(as) das UPAs são descendentes dos migrantes vindos das colônias velhas no início do século XX.

Tabela 6 - Número de gerações da mesma família que residiram e/ou residem na mesma UPA

Número de gerações na UPA	Número de famílias agricultoras
Primeira geração	14 (27,5%)
Segunda geração	22 (43,1%)
Terceira geração	12 (23,5%)
Quarta geração	3 (5,9%)
Total	51 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maior parte das pessoas entrevistadas declarou possuir alguma descendência de origem alemã (41 famílias), seguido pela descendência italiana (12 famílias), negra (7 famílias), polonesa (6 famílias), indígena (3 famílias) e francesa (1 família), sendo grande

³² Com idade igual ou superior a 60 anos de acordo com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003 (BRASIL, 2003d).

³³ Entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013b).

parte das famílias agricultoras formadas por mais de uma destas origens³⁴. Há predominância da descendência europeia, que foi citada, por no mínimo um dos membros, em todas as famílias entrevistadas. Isso se explica a partir da história de colonização da região no início do século XX, onde predominaram as colônias formadas por descendentes de imigrantes alemães, seguidos por descendentes de imigrantes italianos e em menor número, por descendentes de imigrantes poloneses.

A maioria das famílias possui uma habitação na UPA, havendo também algumas que possuem duas ou três habitações. A maior parte, 38 habitações (48,1%) são de alvenaria, seguido por 28 habitações (35,4%) mistas (com parte de alvenaria e parte de madeira) e outras 28 habitações (35,4%) de madeira (Tabela 7). Cabe ressaltar aqui, que quase metade das habitações de alvenaria (17 habitações) são pelo acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH), que contribuiu para melhoria significativa nas condições de moradia da população rural, o que será melhor discutido nos próximos capítulos.

Tabela 7 - Número de habitações e material das habitações nas UPAs pesquisadas

Número de habitações	Número de UPAs	Material	Número de habitações por material
1 habitação	28	Alvenaria	38 (41,8%)
2 habitações	18	Madeira	28 (35,4%)
3 habitações	5	Mista	28 (35,4%)
Total	79	Total	79

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 8, encontra-se esquematizada a escolaridade das 169 pessoas maiores de 18 anos nas famílias agricultoras pesquisadas. Destaca-se significativamente o baixo nível de escolaridade, 4,7% das pessoas são analfabetas e mais da metade, 54,4% das pessoas, possuem apenas até o ensino fundamental incompleto. Outras 8,9% possuem até o ensino fundamental completo, 4,1% possuem ensino médio incompleto e 0,6% encontra-se cursando ensino médio. Ou seja, a ampla maioria, 72,7% das pessoas entrevistadas, não possui ensino médio completo. Somente 15,9% possuem ensino médio completo e apenas 11,2% estão cursando ou possuem ensino de nível técnico, superior ou pós-graduação. Dentre as demais 36 pessoas são crianças e adolescentes com menos de 18 anos, 14 ainda não estão em idade

³⁴ Em relação à descendência, cabe aqui citar a denominação local trazida nas falas das pessoas entrevistadas. Às pessoas com descendência italiana, muitas vezes referiam-se como “gringos”, com descendência polonesa referiam-se como “polacos”, com descendência indígena referiam-se como “bugres” e com descendência de negros e/ou de indígenas miscigenados a alguma descendência europeia, referiam-se como “brasileiros”.

escolar e as demais 22 que estão em idade escolar, encontram-se cursando o ensino básico regularmente.

Tabela 8 - Escolaridade dos maiores de 18 anos nas UPAs pesquisadas

Escolaridade	Número de pessoas (maior escolaridade)	Porcentagem entre as pessoas acima de 18 anos (%)	Idade média (anos) das pessoas com essa escolaridade
Analfabeta	8	4,7%	64,1 (de 31 a 92)
Ensino Fundamental Incompleto	92	54,4%	59,8 (de 34 a 89)
Ensino Fundamental Completo	15	8,9%	40,7 (de 21 a 66)
Ensino Médio Incompleto	7	4,1%	33,7 (de 19 a 56)
Cursando Ensino Médio	1	0,6%	50
Total Sem Ensino Médio Completo	123	72,7%	37,9 (de 19 a 92)
Ensino Médio Completo	27	15,9%	33,5 (de 18 a 61)
Cursando Ensino Técnico	3	1,8%	26 (de 19 a 40)
Ensino Técnico Completo	7	4,1%	35,7 (de 24 a 57)
Cursando Ensino Superior	5	2,9%	21,4 (de 19 a 24)
Ensino Superior Completo	3	1,8%	43,7 (de 26 a 67)
Pós-Graduação Completa	1	0,6%	37
Total	169	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em média, as famílias agricultoras possuem 2,5³⁵ pessoas com dedicação integral às atividades na UPA, variando entre 1 e 4,5 pessoas. Além da dedicação na UPA, a realização de atividades externas é expressiva, sendo que em 18 UPAs (35,3%) pelo menos um membro da família realiza atividade(s) externa(s) remunerada(s) e em 22 (43,1%) UPAs pelo menos um dos membros da família encontra-se estudando.

A mão de obra para as atividades produtivas das UPAs é predominantemente familiar e na maioria das UPAs (37 UPAs - 72,5%) realiza-se apenas a contratação eventual de serviço ou mão de obra para atividades de preparo do solo, plantio e/ou colheita. Em 28 UPAs (54,9%) são feitas contratações sazonais de serviços de maquinário (“hora-máquina”) para preparação do solo, adubação, plantio, colheita e/ou produção de silagem, o que indica a insuficiência de maquinário para a realização das atividades produtivas em um número expressivo de UPAs. Em 11 UPAs (21,6%) são feitas contratações eventuais de diaristas que auxiliam no trabalho em períodos em que é exigida maior demanda de mão de obra. E apenas em 2 UPAs há contratação de um funcionário permanente que contribui diariamente. Além

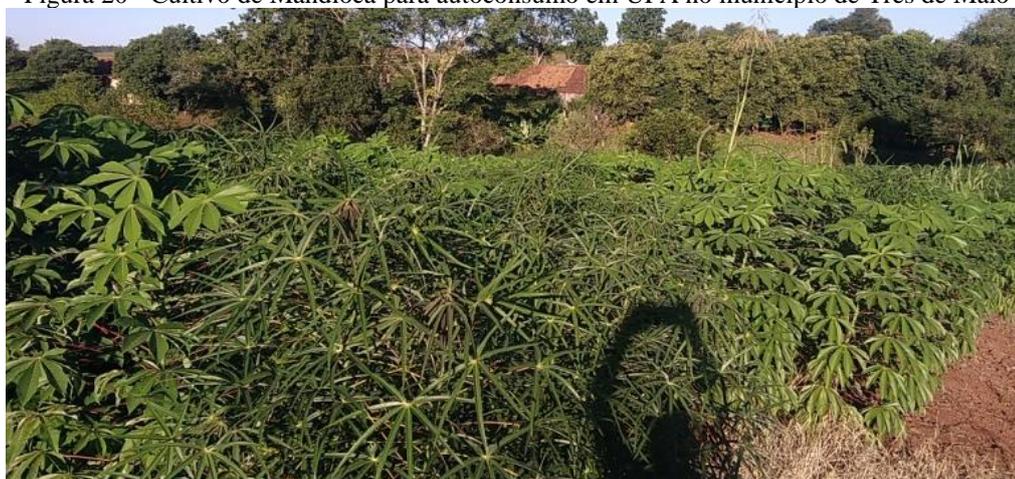
³⁵ Ressalta-se que este número é uma média aproximada calculada a partir da resposta das famílias sobre a contribuição de cada membro da família nas atividades produtivas e reprodutivas na UPA, contando-se “1” para quem possui dedicação integral, “0,5” para quem possui dedicação parcial e “0,25” para quem possui dedicação eventual.

disso, a maioria das famílias agricultoras (52%) realiza troca de serviço de maquinário ou de mão de obra com parentes ou vizinhos, especialmente em períodos de maior demanda.

A produção para autoconsumo possui importante papel e é uma característica fortemente presente na ampla maioria das UPAs familiares na Fronteira Noroeste, sendo que quase a totalidade das UPAs possui produção de alimentos destinados à alimentação da própria família. Dentre as famílias entrevistadas, 98% declararam ter mais da metade da sua alimentação provinda da produção na UPA. Tal característica tem contribuído significativamente para a segurança alimentar das famílias e tem sido fator relevante para a permanência no meio rural, tal como evidenciado pelos entrevistados durante a realização das entrevistas.

A presença de um pequeno pomar de frutíferas, da horta com o cultivo de olerícolas, tubérculos (com destaque para batata-doce), grãos (destacando-se o feijão) e raízes (especialmente a mandioca que ocupa lugar de destaque na maioria das UPAs – Figura 20) para alimento da família, são características importantes da agricultura familiar de toda região e não seria diferente nas UPAs pesquisadas. São igualmente de grande relevância as criações de animais para provisão proteica da família, principalmente as criações de porcos, frangos e gado de corte. Tais trabalhos de manutenção da agrobiodiversidade e alimentação da família agricultora são feitos, majoritariamente, pelas mulheres. O que não significa que os homens não contribuam neste processo, mas que, em suma maioria, são elas que têm dedicado mais tempo e conhecimento em tais cultivos e criações. Desta forma, garantem a alimentação básica das famílias e, inclusive, de familiares que já não residem mais no rural, mas se abastecem dos “produtos coloniais” provenientes dessas UPAs.

Figura 20 - Cultivo de Mandioca para autoconsumo em UPA no município de Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Além das áreas destinadas à produção agrícola, em todas as UPAs pesquisadas foram identificadas áreas destinadas a preservação ambiental. As áreas de mata nativa ocupam em média 19% das áreas disponíveis (entre 3% e 70%), em média 4,3 hectares por UPA, variando entre 0,5 e 25 hectares.

A Tabela 9 esquematiza as diferentes fontes de receitas brutas monetárias recebidas pelas famílias agricultoras. Apresentam-se as receitas oriundas da UPA (receitas agrícolas³⁶ e não agrícolas oriundas de processamento de alimentos e/ou de turismo rural) e as receitas oriundas de fontes externas à UPA (benefícios sociais e remuneração em atividades externas).

Tabela 9 - Receita monetária bruta das famílias agricultoras pesquisadas

Receita monetária		Média anual (R\$)	Média mensal (R\$)	Média anual per capita (R\$)	Média mensal per capita (R\$)
Receitas oriundas de trabalho na UPA	Receita bruta agrícola	122.889,31	10.039,98	30.315,51	2.526,29
	Receita bruta com produtos processados ou agroindustrializados na UPA e/ou turismo rural	6.389,55	511,58	1.471,89	122,66
	Total em receitas da UPA	129.278,86	10.551,56	31.787,40	2.648,95
Receitas externas	Receita bruta externa em benefícios sociais	19.300,73	1.608,39	465,35	465,35
	Receita bruta oriunda de atividade externa ou arrendamento de terra	8.267,08	688,92	7.657,35	172,76
	Total em receitas externas	27.567,80	2.297,32	8.122,70	638,11
Receita Bruta total da família agricultora		154.186,50	12.848,88	39.910,10	3.287,06

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A receita bruta total por família agricultora é de R\$ 154.186,50 anuais (R\$ 12.848,88 mensais) em média. A maior receita bruta familiar é de aproximadamente R\$ 845.668,00 (70.742,33 mensais) e a menor receita bruta familiar é de R\$ 7.616,00 anuais (R\$ 634,67 mensais). Se considerarmos o número de pessoas em cada família, a maior receita bruta por pessoa da família é de aproximadamente R\$ 153.525,00 anuais (R\$ 12.793,75 mensais) e a menor receita bruta é de R\$ 2.538,67 anuais (R\$ 211,56 mensais) por pessoa. Tais dados

³⁶ Vale ressaltar que não foi calculada a renda das famílias, para tal cálculo seriam necessárias informações financeiras das quais não se dispõe neste trabalho. Assim sendo, para receita bruta agrícola entende-se o valor monetário recebido pela venda dos produtos agrícolas produzidos, não sendo descontados os custos de produção envolvidos no processo produtivo. Ou seja, uma receita bruta agrícola alta não significa necessariamente uma renda bruta agrícola alta para a família e vice-versa.

evidenciam uma ampla diferenciação econômica entre as famílias agricultoras, os quais são decorrentes de diferentes situações e modos de produção implementados em suas UPAs.

As receitas agrícolas provêm de uma grande diversidade de produtos, dentre os quais se destacam: leite, grãos (principalmente soja, milho e trigo), suínos, gado de corte e, em menor proporção, as olerícolas, frutas e o fumo. Em 48 UPAs (94,1%) foi identificada a ocorrência de receitas monetárias agrícolas. Apenas três famílias agricultoras (5,9%) não possuem nenhuma receita monetária agrícola, sendo que nestas UPAs, a totalidade de sua produção agrícola tem como destino o autoconsumo, o qual, por sua vez, adiciona importante valor à renda agrícola total, como demonstrado anteriormente.

Além das receitas agrícolas, outros recursos monetários gerados nas UPAs provêm da transformação de produtos agrícolas - beneficiamento, processamento e/ou agroindustrialização. Os principais produtos que são vendidos transformados são os panificados, o melado, a nata, os queijos, as carnes, os embutidos, o polvilho etc. Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 27 (52,9%) vendem algum produto transformado. Dentre estas, a ampla maioria, 22 famílias agricultoras, realizam o processamento na própria casa da família. Apenas 5 possuem espaço específico de agroindústria (Figura 21) para transformação dos produtos, dentre as quais somente 3 possuem as autorizações legais para funcionamento e venda. Frente a essa questão, as famílias agricultoras relataram as dificuldades em fazer frente às exigências fiscais e sanitárias para legalização da produção e venda de seus produtos, dando ênfase aos altos custos de investimentos infraestruturais e em procedimentos burocráticos dada sua produção em pequena escala.

Figura 21 – a) Agroindústria de Panificação, São José, Porto Vera Cruz; b) Agroindústria de embutidos, Seção 19, Horizontina; c) Agroindústria de melado, São José, Porto Vera Cruz; d) Agroindústria de polvilho, Linha Belinha Centro, Santo Cristo





Fonte: Schreiner (2019)

Nesse sentido, vale observar que as agroindústrias se apresentam de forma bem diversificada nas UPAs da Fronteira Noroeste, geralmente estas aparecem nas UPAs como atividade complementar de geração de renda e agregação de valor. As agroindústrias mais presentes são as de panificados, pequenos abatedouros, embutidos, queijos, melado, doces, compotas e artesanatos. Algumas vezes as agroindústrias familiares, contribuem para aproveitamento de produtos da própria UPA. É evidente a contribuição de tais agroindústrias para dinamização da economia local, realizando a compra de insumos de outras famílias agricultoras do município e comercializando seus produtos de forma direta a consumidores ou no comércio local, além de, muitas vezes, empregarem mão de obra da mesma comunidade e/ou comunidades vizinhas.

As receitas monetárias externas aparecem em 47 UPAs, o equivalente a 92,1% das famílias agricultoras pesquisadas. A maior parte destas receitas provém de benefícios sociais, recebidos por 40 famílias agricultoras (78,4%), destacando-se as aposentadorias rurais (em 30 UPAs - 58,8%), os benefícios de prestação continuada (BPC), os auxílios doença e as pensões (em 7 UPAs - 13,7%)³⁷, o seguro defeso³⁸ (em 6 UPAs - 11,8%) e a bolsa família (em 3 UPAs - 5,9%). Ademais, outras fontes de rendas externas são as atividades remuneradas que provêm de trabalhos agrícolas informais efêmeros ou rotineiros realizados como diaristas em outras UPAs ou algum emprego com contrato formal assalariado em serviços urbanos ou rurais, presentes em quase metade, 24 famílias agricultoras (47%), e os arrendamentos de parte das terras, que fazem parte da dinâmica de 9 famílias agricultoras (17,6%).

³⁷ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa (INSS, 2015).

³⁸ O Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA), também chamado de Seguro Defeso é um benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pescadores artesanais durante o período em que ficam impedidos de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Na região da Fronteira Noroeste, o período em que pescadores artesanais recebem o benefício é durante os 4 meses da piracema no Rio Uruguai (01 de outubro a 31 de janeiro).

Se observarmos a soma das diferentes receitas monetárias, apesar da importância da receita agrícola nas UPAs, é expressivo o número de famílias agricultoras que possuem alguma fonte de receita monetária externa à UPA. Apenas 4 famílias possuem somente receitas monetárias agrícolas. Ou seja, prevalecem famílias agricultoras que combinam as diferentes fontes de receitas agrícolas e não agrícolas da UPA com as receitas provindas de fontes externas.

Nesse sentido, a pluriatividade se destaca como uma característica inerente às UPAs pesquisadas. Tais atividades estão presentes por longos anos nas UPAs ou apenas esporadicamente, propiciando uma diversificação nas fontes de receitas monetárias e propiciando opções de trabalho para membros da família que eventualmente não se identificam com as atividades agrícolas. De qualquer forma, a soma de atividades agrícolas com as atividades não agrícolas, realizadas na UPA e/ou externas à UPA, é fator relevante para a obtenção de receitas monetárias. Quiçá, possa ser considerada fator de estímulo para a permanência e manutenção de muitas famílias no meio rural.

5.1 TIPOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA NOROESTE

A partir dos resultados de pesquisa, as Unidades de Produção Agrícola pertencentes à categoria agricultura familiar na Fronteira Noroeste foram classificadas em nove tipos. Estes tipos de UPAs foram definidos a partir das principais características dos sistemas de produção implementados e foram nomeados conforme apresentado no Quadro 4:

Quadro 4 - Tipologia de UPAs da agricultura familiar na Fronteira Noroeste do RS com base nos sistemas de produção

Denominação abreviada	Descrição sucinta do sistema de produção
Tipo Leite	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira
Tipo Leite+Fumo	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo
Tipo Leite+Grãos	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e grãos
Tipo Leite+Suínos	Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos
Tipo Grãos+Suínos	Agricultura familiar com foco na produção de grãos e suínos
Tipo Grãos	Agricultura familiar com foco na produção de grãos
Tipo Gado de Corte	Agricultura familiar com foco na produção de gado de corte
Tipo Pesca Artesanal	Agricultura familiar ribeirinha com foco na atividade de pesca artesanal
Tipo Hortifruti	Agricultura familiar com produção diversificada de hortaliças e frutas

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Destaca-se que a construção dessa tipologia da agricultura familiar está fundamentada na perspectiva dos sistemas agrários. Estando calcada em um viés sistêmico, considera-se a compreensão dos processos complexos que cercam a agricultura e a dinâmica dos espaços

agrários. Nesse sentido, a seguir encontram-se caracterizados cada um dos tipos de UPAs identificados, os principais elementos de seus sistemas sociais e de produção, bem como, alguns de seus indicadores agroeconômicos e socioeconômicos.

5.1.1 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira (Tipo Leite)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Leite” (Figura 22) possuem a produção pecuária leiteira como principal atividade produtiva e fonte de receita monetária, representando em média 70% das receitas monetárias brutas totais. São o tipo mais frequente na Fronteira Noroeste, ocorrendo por toda região, muito frequentes nos municípios de Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz, Cândido Godói, Campina das Missões e Três de Maio. Estima-se que entre 40 e 60% das UPAs familiares existentes nesta região possam se enquadrar neste tipo. Em média, as UPAs deste tipo, dispõem de pequenas áreas, aproximadamente 15 hectares de terra, variando entre 6 e 30 hectares.

Figura 22 - Unidade de Produção Agrícola “Tipo Leite”, Linha progresso, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

No Quadro 5 apresenta-se uma síntese das principais características da Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira (Tipo Leite):

Quadro 5 - Síntese das principais características de UPAs do “Tipo Leite”

Características gerais do Tipo Leite - Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira	
Zona de ocorrência	Toda região
Estimativa de ocorrência na região	40 a 60% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	6 a 30 hectares (15 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 17.000,00 a R\$ 250.000,00 anuais (em média R\$ 95.000,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 10.000,00 a R\$ 205.000,00 anuais (em média R\$ 63.880,00)
Atividades externas à UPA	Eventualmente
Arrendamento de terceiros	Eventualmente
Arrendamento para terceiros	Eventualmente
Principais cultivos	Milho (3 a 7 hectares) (duas safras anuais) Potreiro e Pastagem (3 a 16 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Vacas leiteiras (8 a 26 animais) Gado de corte (3 a 20 animais) Frangos (20 a 80 animais) Porcos (1 a 9 animais)
Benfeitorias	Estrebaria ou sala de ordenha galpão de alimentação Galpão para máquinas Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Carreta agrícola motorizada e/ou pequeno trator com implementos
Equipamentos	Ordeneira mecanizada Resfriador de leite a granel
Contratação de serviços de maquinário	Sazonal
Contratação de mão de obra	Raramente e sazonalmente
Troca de serviços	Eventualmente e sazonalmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Baixo preço do leite Exigência de mão de obra Carência de maquinários e/ou equipamentos Exigências em quantidade

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Possuem, em média, 13 vacas leiteiras podendo variar de 8 a 26 animais e produzem entre 80 e 500 litros de leite por dia, que são comercializados para laticínios instalados na região. A atividade de ordenha das vacas é realizada intermitentemente duas vezes ao dia, uma ao amanhecer e outra ao anoitecer (Figura 23), o que demanda uma grande dedicação em mão de obra, não lhes permitindo descanso semanal ou mesmo anual. A entrega do leite para venda é realizada diariamente ou a cada dois dias. As coletas são realizadas pela própria empresa de laticínios, por intermediários e/ou por cooperativas que transportam o leite em caminhão com tanque resfriado (o leiteiro, como denominado regionalmente).

Figura 23 - Vacas leiteiras se encaminhando para a ordenha em UPAs “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo e Linha Quineira, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

A maior parte de suas áreas é ocupada com plantio de milho e de pastagens perenes e/ou temporárias, destinadas à alimentação do gado leiteiro. As áreas cultivadas com milho variam entre 3 e 7 hectares, onde são feitos dois cultivos anuais – safra e safrinha. A partir do milho é produzida a silagem (Figura 24) e/ou armazenamento de grãos para alimento do gado durante o ano. Parte de suas áreas é ocupada com o potreiro³⁹ (Figura 25) somado a uma plantação de pastagem anual ou perene, os quais ocupam entre 3 e 16 hectares, geralmente subdividida em piquetes separados por cerca elétrica (Figura 26). Além disso, as áreas que no verão são utilizadas para o plantio de milho, posteriormente são utilizadas para pastagens temporárias de inverno. Ou seja, a centralidade de sua produção vegetal é produzir alimentos para o gado leiteiro.

³⁹ Denominação regional para a área de pecuária extensiva com gramíneas perenes para pastagem do gado.

Figura 24 – Instalações de silagem de milho para alimentação do gado leiteiro em UPA Tipo Leite, Linha Taquaruçu, Santo Cristo



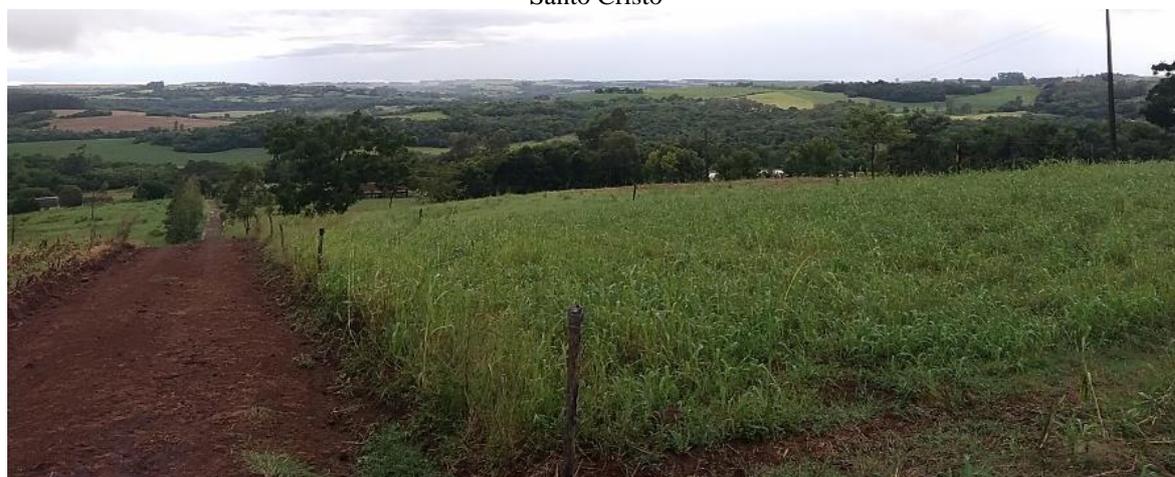
Fonte: Schreiner (2019)

Figura 25 - Área de gramíneas perenes onde pasta o gado (potreiro), em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 26 - Piquete de pastagem anual de verão para gado leiteiro em UPA “Tipo Leite”, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Grande parte das UPAs deste tipo possui outras atividades complementares⁴⁰ à atividade leiteira, as quais dependem da demanda de área e de mão de obra necessária para a produção pecuária leiteira a cada ano. As atividades que também podem ser encontradas nas UPAs desse tipo são: piscicultura, produção de madeira e lenha, floriculturas, apicultura, fruticultura, olericultura, hortaliças, cana-de-açúcar (para melado e açúcar mascavo). Algumas cultivam esporadicamente pequenas lavouras (de 2 a 4ha) com grãos para comercialização (soja, milho, aveia, painço, sorgo e/ou girassol). E outras também arrendam parte da área para terceiros para o plantio de soja no verão em área que é utilizada para pastagem no inverno.

A ampla maioria possui uma importante produção de alimentos para autoconsumo da família. A presença da horta, pomar e lavouras de produção de alimentos para o autoconsumo são notáveis, onde destacam-se o cultivo da mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar e feijão. Também são importantes as criações para suprimento de proteína animal para a família. O gado de corte, com um rebanho entre 3 e 20 animais, é criado de maneira extensiva em ciclo completo, tanto para autoconsumo quanto com o intuito de prover uma poupança viva para algum momento em que a família necessite de recursos financeiros. O mesmo ocorre com a criação de porcos, criados em ciclo completo, variando entre 1 e 9 animais. A criação de frangos (Figura 27) também tem grande importância nas criações para autoconsumo (de 20 a 80 animais), sendo realizadas eventuais vendas diretas de ovos ou frangos abatidos.

Figura 27 – Criações de frangos em UPAs “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu e Linha Rolador Baixo, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

⁴⁰ Não reduzindo a importância de tais atividades, muito pelo contrário, estas atividades se apresentam como essenciais em algumas UPAs. Aqui chamamos tais atividades de complementares tendo em vista a grande centralidade que tais famílias dão à produção leiteira, inclusive diminuindo e até parando as demais atividades nos períodos em que a atividade leiteira demanda maior mão de obra.

Em relação às benfeitorias, para a atividade leiteira, uma parte das UPAs possui uma estrebaria⁴¹, estrutura mais rudimentar, geralmente construída em madeira (Figura 28). Outra parte das UPAs possui uma sala de ordenha, geralmente construída em alvenaria ou mista, conforme apresentado na Figura 29. Na maioria dos casos, as UPAs que contam com a sala de ordenha possuem também galpão de alimentação para o gado, como apresentado na Figura 30. A maioria das UPAs possui também um galpão que serve como garagem para as máquinas e equipamentos, um pequeno chiqueiro e um pequeno galinheiro construídos em madeira.

Figura 28 - Estrebaria em UPA “Tipo Leite”, São José, Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 29 - Sala de ordenha e, ao fundo, galpão de máquinas em UPA “Tipo Leite”, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

⁴¹ Estábulo utilizado para a ordenha e abrigo dos animais, geralmente em madeira e construído pela própria família agricultora.

Figura 30 - Galpão de alimentação do gado leiteiro em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo e Linha Quineira, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Dentre os equipamentos, a ordenhadeira mecanizada e o resfriador de leite são fundamentais para a realização da ordenha diária das vacas em lactação. Quando as famílias agricultoras dispõem de uma estrebaria identifica-se a realização da ordenha com o sistema balde ao pé. Já quando dispõem de uma sala de ordenha encontra-se, geralmente, um sistema com canalização do leite diretamente para o tanque resfriador (Figura 31), proporcionando maior eficiência e melhores condições de trabalho. Para o resfriamento do leite, a ampla maioria das UPAs possui um taque de resfriamento a granel, com capacidade de armazenamento que varia entre 300 e 1.000 litros.

Figura 31 - Sala de ordenha com sistema de canalização em UPA “Tipo Leite”, Linha Taquaruçu, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

A maioria das UPAs possui uma carreta agrícola⁴² (Figura 32), sem dúvida um equipamento extremamente importante para a diminuição da penosidade do trabalho. Sendo uma máquina economicamente mais acessível, esta tem cumprido a função de transporte de cargas e em alguns momentos é até utilizada para tracionar pequenos implementos agrícolas. Parte das UPAs deste tipo podem também possuir um pequeno trator (geralmente mais antigo, comprado usado) e alguns dos implementos a serem acoplados (plataforma, grade, pulverizador e carretão – Figura 33). Em menor número de UPAs também são identificados ensiladeira, desensiladeira, roçadeira, chupim de milho e gerador de energia. A ampla maioria destas famílias agricultoras contrata serviços de maquinário nos períodos de plantio, colheita e produção da silagem. Em uma minoria de UPAs ainda há utilização da tração animal para preparo do solo. Ou seja, trata-se de um grupo que, em geral, apresenta carência de maquinário e de equipamentos suficientes e/ou adequados para sua demanda.

Figura 32 - Carreta agrícola, Linha Final Sul, Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

⁴² Máquina motorizada acoplada a uma carroceria com quatro rodas, utilizada para carga nas Unidades de Produção Agrícola. Possui tamanho aproximado de 1,80m x 3,00m e muitas vezes é montada pelos próprios agricultores de maneira artesanal, que aproveitam peças usadas anteriormente em outras funções.

Figura 33 - Implementos para trator em UPA “Tipo Leite” - pulverizador, carretão e chupim, Linha Taquaruçu, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

A receita bruta total é de, em média, R\$ 94.500,00 anuais, variando entre R\$ 17.000,00 a R\$ 250.000,00 anuais. A receita bruta monetária agrícola é em média R\$ 63.880,00, variando entre R\$ 10.000,00 e R\$ 205.000,00 por ano. A principal fonte de receita monetária agrícola é proveniente da venda do leite para laticínios, sendo que em algumas UPAs é a única fonte de receita monetária agrícola. Além da comercialização do leite, realizam eventuais vendas de grãos, gado, suínos, queijos etc. Identifica-se também a ocorrência de outras fontes de rendas externas, tais como os trabalhos de prestação de serviço em outras UPAs e/ou empregos no meio urbano, variando entre R\$ 500,00 e R\$ 41.000,00 anuais. Algumas famílias também possuem rendas externas provindas de benefícios sociais, que variam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 38.000,00 anuais. As receitas provindas da atividade leiteira destacam-se neste tipo de UPA, visto que garantem uma regularidade mensal de entrada recursos monetários (a nota do leite, como regionalmente é denominada). Entretanto, a frequente busca por receitas monetárias externas e/ou complementares, indica que, não obstante, somente esta receita monetária não tem sido suficiente para o sustento necessário da família.

As UPAs Tipo Leite têm sido afetadas continuamente por ações que tendem a forçar sua exclusão da cadeia produtiva do leite. As famílias agricultoras que estão em rotas mais distantes para coleta do leite e/ou que não têm investido em tecnificação e aumento da quantidade produzida têm sido excluídas do processo produtivo por meio da comercialização. Nestes casos, as empresas de laticínios têm paralisado as coletas do leite produzido, alegando

que a baixa quantidade inviabilizaria o recolhimento, passando a priorizar localidades com maiores quantidades de leite produzidas.

Além da pressão exercida pelo mercado para um constante aumento de escala de produção, a maioria das famílias agricultoras do Tipo Leite também relatou enfrentar dificuldades em cumprir com as constantes exigências estruturais e sanitárias cada vez mais restritivas e excludentes. Somado a isso, são correntes os preços baixos recebidos pelo leite e a insegurança nos contratos de venda com empresas de laticínios. Como estratégia para manutenção destas famílias agricultoras na produção leiteira, algumas cooperativas, como a Cooperativa dos Produtores de Alecrim (Coopral), no município de Alecrim e a Cooperativa Canavieira Santa Teresa (Cooperteresa), no município de Campina das Missões, têm atuado como intermediárias na comercialização do leite realizando o “recolhimento” do leite nestas UPAs. Entretanto, apenas isso não tem sido suficiente para garantir a continuidade de todas as UPAs que possuem esse tipo de sistema de produção familiar. Ou seja, se permanecerem as mesmas circunstâncias, a tendência é que estas UPAs sejam obrigadas investir significativamente na modernização da produção pecuária leiteira ou terão de abandonar o sistema de produção leiteira em busca de outras alternativas.

5.1.2 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo (Tipo Leite+Fumo)

As Unidades de Produção Agrícola Tipo Leite+Fumo possuem a produção pecuária leiteira e o fumo⁴³ como principais atividades produtivas e fontes de receita monetária. As UPAs deste tipo já foram mais frequentes na região, mas atualmente encontra-se apenas um reduzido número de UPAs que possuem esse sistema de produção implementado, tendo em vista que, por diversos motivos, muitas UPAs têm abandonado a produção de fumo. Em média, as famílias agricultoras neste tipo, dispõem de pequenas áreas, variando entre 14 e 20 hectares. As Figuras 34 e 35 exemplificam a vista geral identificada em UPAs Tipo Leite+Fumo.

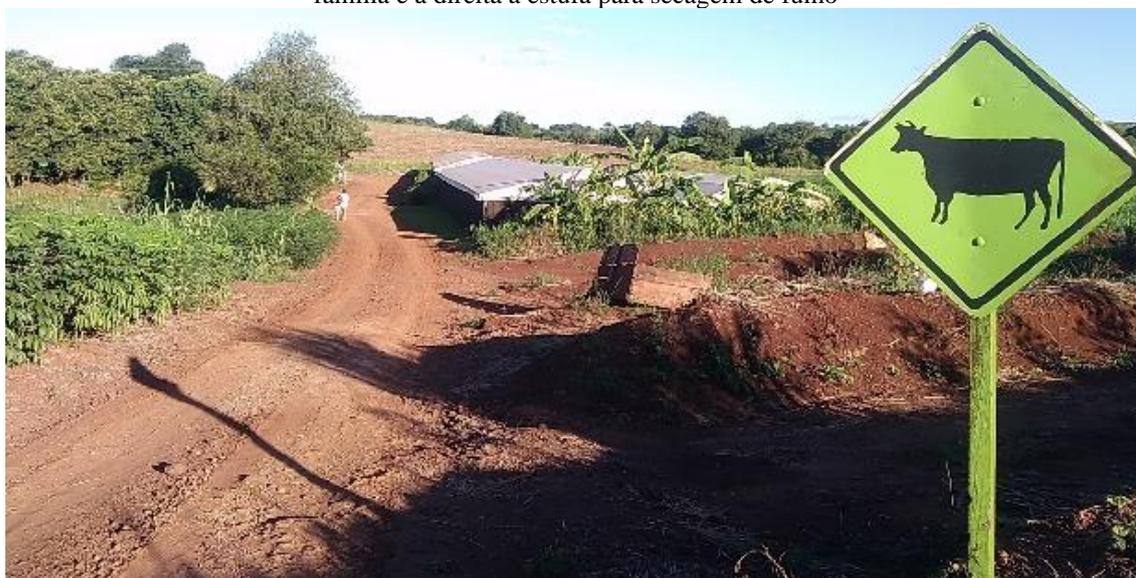
⁴³ Utiliza-se aqui a palavra “fumo” como sinônimo de “tabaco”. Optou-se por manter a palavra “fumo” devido à sua utilização pelas famílias agricultoras pesquisadas.

Figura 34 – Vista geral de uma UPA Tipo Leite+Fumo, Linha Progresso, Três de Maio. Na parte inferior, à frente, no lado esquerdo, o local onde fica a silagem de milho e à direita o galpão de secagem de fumo. No meio à esquerda a plantação de mandioca e à direita o chiqueiro. Na parte superior ao fundo, a habitação da família e o galpão de alimentação do gado com a sala de ordenha.



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 35 - Vista geral de uma UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Quineira, Três de Maio. À frente e à esquerda a plantação de mandioca, à direita a vala de silagem de milho para o gado. Ao fundo à esquerda a habitação da família e à direita a estufa para secagem de fumo



Fonte: Schreiner (2019)

No Quadro 6 apresenta-se uma síntese das principais características da Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo (Tipo Leite+Fumo):

Quadro 6 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite+Fumo”

Características gerais do Tipo Leite+Fumo - Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo	
Zona de ocorrência	Dispersos por toda região
Estimativa de ocorrência na região	Menos que 2% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	14 a 20 hectares (18,8 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 40.000,00 a R\$ 160.000,00 anuais (em média R\$ 112.696,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 37.000,00 a R\$ 135.000,00 anuais (em média R\$ 102.280,00)
Atividades externas à UPA	Raramente
Arrendamento de terceiros	Raramente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Milho (4 a 11 hectares) (duas safras anuais) Fumo Burley (2 a 4 hectares) Potreiro e Pastagem (1,5 a 7 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Vacas leiteiras (8 a 20 animais) Gado de corte (14 a 27 animais) Frangos (10 a 80 animais) Porcos (1 a 9 animais)
Benfeitorias	Estrebaria ou sala de ordenha e galpão de alimentação Galpão ou Estufa para secagem de fumo Galpão para máquinas Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Carreta agrícola motorizada e/ou pequeno trator com implementos
Equipamentos	Ordenhadeira mecanizada Resfriador de leite a granel
Contratação de serviços de maquinário	Sazonal
Contratação de mão de obra	Sazonalmente
Troca de serviços	Eventualmente e sazonalmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Baixo preço do leite Exigências em quantidade do leite Instabilidade no preço do fumo Uso intensivo de agrotóxicos Exigência de mão de obra Carência de maquinários e/ou equipamentos

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A produção pecuária leiteira é implementada de modo similar à das UPAs de Tipo Leite, possuem uma área de plantação de milho para silagem (de 4 a 11 hectares), uma área de potreiro e/ou pastagem (de 1,5 a 7 hectares), criação de vacas leiteiras (entre 8 e 20 animais), uma estrebaria ou sala de ordenha mecanizada. O principal diferencial destas UPAs para o Tipo Leite, é que se soma a produção pecuária leiteira à produção fumicultora.

A área utilizada para o cultivo do fumo é entre 2 e 4 hectares, onde é cultivado o tabaco do tipo Burley, popularmente denominado de fumo de galpão. Toda a produção de fumo é realizada de forma integrada às empresas fumicultoras, que lhes fornecem os insumos para produção e assistência técnica com regras de itinerário técnicos pré-estabelecidas. O processo é bastante exigente em mão de obra, iniciando com a produção das mudas de fumo durante os meses de junho e julho. Posteriormente é realizado o preparo do solo e plantio das mudas entre os meses de agosto e setembro. A colheita é realizada entre os meses de

novembro e dezembro. Depois da colheita, as folhas de fumo são curadas por até dois meses em galpões ou estufas sem paredes que mantêm a ventilação para secagem das folhas ao ar livre (Figura 36). Ainda antes de serem comercializadas, as folhas de fumo passam por um processo de seleção manual para classificação de acordo com a qualidade.

Figura 36 - Família agricultora em galpão de secagem de fumo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Chico Alferes, Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

O nível de mecanização das UPAs e os equipamentos de que dispõem são similares à situação do Tipo Leite. Quanto às benfeitorias, além das identificadas no Tipo Leite, as UPAs do Tipo Leite+Fumo possuem de 1 a 3 galpões e/ou estufas (Figura 37), os quais são utilizados para secagem das folhas de fumo.

Figura 37 – Galpão e estufa de secagem de fumo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Quineira e Linha progresso, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

A receita monetária total destas UPAs varia entre R\$ 40.000,00 e R\$ 160.000,00 anuais. A receita agrícola bruta varia entre R\$ 37.000,00 e R\$ 135.000,00 por ano. Na maioria dos casos, aproximadamente metade da receita monetária agrícola provém da produção leiteira e a outra metade da venda do fumo. Apesar de somarem as atividades de leite e fumo, a receita monetária agrícola bruta das UPAs de Tipo Leite+Fumo não corresponde, necessariamente, a um valor superior do que a das UPAs que possuem apenas produção pecuária leiteira. Isso pode se explicar pela demanda em mão de obra, limitação de terras e de mecanização, que dificultam um maior investimento na produção leiteira e/ou de fumo.

Além da produção leiteira e do fumo, outras atividades agrícolas para comercialização são esporádicas, sendo realizadas apenas algumas vendas de gado de corte e/ou grãos. Da mesma forma, são muito menos presentes as receitas monetárias provindas de atividades externas à UPA, o que se explica pela grande exigência em mão de obra das suas atividades produtivas - leite e fumo. Normalmente as únicas receitas monetárias externas à UPA provêm eventuais benefícios sociais. Também apresentam importante produção de alimentos para autoconsumo como o cultivo de olerícolas e criação de frangos, porcos (Figura 38) e/ou gado de corte.

Figura 38 - Criação de porcos ciclo completo em UPA “Tipo Leite+Fumo”, Linha Progresso, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Os desafios e dificuldades citadas pelas famílias agricultoras do Tipo Leite+Fumo são semelhantes às identificadas pelas famílias do Tipo Leite, tais como os baixos preços recebidos pelo leite, a insegurança nos contratos com as empresas de laticínios e a carência de equipamentos que tornem o trabalho menos penoso. No que concerne à produção de fumo, as famílias agricultoras também citaram a dependência para com as empresas fumicultoras. Estas definem a cada safra, o preço a ser pago pela produção, gerando instabilidade financeira para a família. Além disso, citam como dificuldade a grande quantidade de agrotóxicos utilizada na produção fumicultora, não sendo raros os casos de problemas de saúde e intoxicação decorrentes da manipulação de tais insumos.

5.1.3 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e grãos (Tipo Leite+Grãos)

As Unidades de Produção Agrícola Tipo Leite+Grãos possuem a pecuária leiteira e cultivos de grãos como principais atividades produtivas e fontes de receita monetária. Se estima que entre 15 e 20% das UPAs familiares da região se enquadrem neste tipo, sendo menos frequentes nos municípios limieiros ao Rio Uruguai e com maior ocorrência nos municípios de Santo Cristo, Três de Maio e Horizontina. As áreas que dispõem são maiores do que os Tipos Leite e Leite+Fumo, em média, 59 hectares, variando entre 24 e 140 hectares. Estão entre os tipos de UPAs familiares que mais realizam arrendamentos de terceiros, sendo que, em média, 11 hectares das áreas de que dispõem são arrendadas de terceiros. Pelo fato de disporem de maiores áreas, a produção de grãos alcança maior relevância e importância.

No Quadro 7 apresenta-se uma síntese das principais características da Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e grãos (Tipo Leite+Grãos):

Quadro 7 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite + Grãos”

Características gerais do Tipo Leite+Grãos - Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e Grãos	
Zona de ocorrência	Mais frequente na Zona de Planalto
Estimativa de ocorrência na região	15 a 20% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	24 e 140 hectares (59 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 192.000,00 a R\$ 845.000,00 anuais (em média R\$ 395.000,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 160.000,00 a R\$ 807.000,00 anuais (em média R\$ 343.000,00)
Atividades externas à UPA	Frequente prestação de serviços com maquinário
Arrendamento de terceiros	Frequente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Soja (13 a 72 hectares) Milho (4,5 a 30 hectares) (duas safras anuais) Trigo (de 3 a 60 hectares) Aveia de inverno (4 a 10 hectares) Potreiro e Pastagem (2 a 10 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Vacas leiteiras (15 a 47 animais) Gado de corte (10 a 35 animais) Frangos (20 a 100 animais) Suínos (1 a 80 animais)
Benfeitorias	Galpão para máquinas e equipamentos Sala de ordenha e galpão de alimentação Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Trator Colheitadeira Caminhão
Equipamentos	Ordeneira mecanizada Resfriador de leite a granel Implementos de trator – plataforma, carretão, semeadeira, grade, arado, distribuidor de adubo, ensiladeira, roçadeira, pulverizador, desensiladeira
Contratação de serviços de maquinário	Raramente
Contratação de mão de obra	Raramente
Troca de serviços	Sazonalmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Demanda de mão de obra Baixo preço do leite Doenças nos cultivos e/ou criações Necessidade de algum equipamento ou melhoria de benfeitoria

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maior parte de suas áreas é ocupada com cultivos de soja e milho no verão e de trigo⁴⁴ e/ou aveia no inverno. São cultivados, em média, 30 hectares de soja (entre 13 e 72 hectares), duas safras anuais em 12 hectares de milho (entre 4,5 e 30 hectares), 22 hectares de

⁴⁴ Vale destacar que nos últimos anos tem ocorrido uma diminuição no plantio de trigo por estas UPAs, e algumas deixaram de cultivá-lo. Conforme relatado pelas famílias agricultoras entrevistadas, isso se deve à desvalorização do preço pago pela saca de trigo frente a seus altos custos de produção.

trigo (entre 3 e 60 hectares) e 7 hectares de aveia (entre 4 e 10 hectares) ou outra pastagem de inverno. A produção de soja e trigo é destinada integralmente à comercialização em cooperativas ou empresas cerealistas, já o milho e a aveia são destinados à alimentação do gado bovino, dos quais é comercializado apenas o excedente. Nestes cultivos, há uma concentração de mão de obra e demanda de maquinário nos períodos de plantio, colheita e produção de silagem de milho.

Uma menor parte de suas áreas é destinada para pastagens permanentes (potreiro) e para o plantio de pastagens anuais para o gado bovino, em média 5,5 hectares (entre 2 e 10 hectares). A produção pecuária leiteira é implementada de modo similar à das UPAs de Tipo Leite, mas por serem mais capitalizadas, estas famílias agricultoras possuem maiores rebanhos leiteiros (Figura 39) e possuem um nível de tecnificação e motomecanização superior. Em média, possuem 27 vacas em lactação, variando entre 15 e 47 animais, e produzem entre 150 e 800 litros de leite por dia, que são comercializados para laticínios instalados na região, os quais realizam a coleta do leite diariamente ou a cada dois dias em caminhão tanque resfriado.

Figura 39 – Agricultor familiar conduzindo vacas leiteiras para a sala de ordenha em UPA “Tipo Leite+Grãos”, Linha Vênus, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Na maioria dos casos, além das vacas leiteiras, possuem outras criações como gado de corte (de 10 a 35 animais), frangos (de 20 a 100 animais) e porcos (de 1 a 80 animais) destinados em grande parte para o autoconsumo e, em algumas UPAs, para comercialização.

No que concerne às benfeitorias das UPAs do Tipo Leite+Grãos, estas possuem, no mínimo um galpão que serve para armazenamento das máquinas e equipamentos, sendo a maioria em alvenaria. Para a atividade leiteira, a maior parte das UPAs possui uma sala de ordenha e um galpão de alimentação para o gado bovino, também geralmente construídos em alvenaria (Figura 40). Um reduzido número de UPAs iniciou o sistema de gado confinado ou semi-confinado (*Freestahl ou Compost Barn*) (como demonstra a figura 41), no qual as vacas em lactação permanecem em tempo integral ou parcial confinadas em um galpão específico

para tal. Geralmente estas UPAs possuem também um chiqueiro e um galinheiro construídos em madeira destinados às criações de autoconsumo.

Figura 40 - Benfeitorias em UPAs do “Tipo Leite+Grãos”, Seção 19, Horizontina e Linha Patos, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 41 - Galpão e sala de ordenha em UPA “Tipo Leite+Grãos”, com sistema de produção pecuária leiteira semi-confinada *Compost Barn*, Linha Vênus, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

As famílias agricultoras do Tipo Leite+Grãos dispõem de, no mínimo, um trator e seus implementos, tais como: plataforma, carretão, semeadeira, grade, arado, distribuidor de adubo, ensiladeira, roçadeira, pulverizador e, em alguns casos, desensiladeira (Figura 42). Grande parte das UPAs possuem também uma colheitadeira e um caminhão, sendo que, nas UPAs em que não se dispõem destas máquinas, as mesmas são alugadas no período de

colheita. Para a atividade leiteira, possuem ordenhadeira mecânica canalizada com um resfriador de leite a granel, com capacidade que varia entre 300 e 1.200 litros.

Figura 42 – Máquinas e implementos em UPAs “Tipo Leite+Grãos”, Linha Vênus, Santo Cristo e Linha Patos, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

A receita bruta total é de, em média, R\$ 395.000,00 anuais, variando entre R\$ 192.000,00 e R\$ 845.000,00 anuais, bastante elevada se comparada às receitas das UPAs de Tipo Leite e Leite+Fumo. A receita bruta monetária agrícola representa, em média, R\$ 343.000,00, variando entre R\$ 160.000,00 e R\$ 807.000,00 por ano, aproximadamente 86,8% das receitas monetárias das UPAs. Somente as receitas monetárias provindas da comercialização de grãos e de leite já representam 81,7% das receitas monetárias totais da UPA, sendo que a produção de grãos em geral representa um montante maior do que o da produção leiteira. Enquanto a comercialização de grãos representa, em média, 46,4% da receita monetária bruta agrícola, a produção leiteira representa 35,3% desta receita. Uma menor parte das receitas monetárias agrícolas, 6,5%, provém das vendas de gado de corte, vacas de descarte, suínos etc. Os outros 13,2% são receitas não agrícolas que provêm do processamento de produtos na UPA, prestação de serviços com máquinas e benefícios sociais.

As principais dificuldades citadas pelas famílias agricultoras do Tipo Leite+Grãos são, em primeiro lugar a grande demanda por mão de obra com a dedicação intermitente às atividades da produção leiteira e períodos com baixa nos preços recebidos pelo leite.

5.1.4 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos (Tipo Leite+Suínos)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Leite+Suínos” possuem a pecuária leiteira e criação de suínos como principais atividades produtivas e fontes de receita monetária. Se estima que menos de 10% das UPAs familiares da região se enquadrem neste tipo, sendo mais frequentes nos municípios de Nova Candelária, Santo Cristo e Boa Vista do Buricá. Dispõem de, em média, 28 hectares, variando entre 16 e 39 hectares, possuindo áreas maiores do que os Tipos Leite e Leite+Fumo, e menores que o Tipo Leite+Grãos. Em algumas UPAs é realizado arrendamento de terras de terceiros, o que indica necessidade por maiores áreas de terras, visto que algumas vezes possuem maquinário e mão de obra suficiente para ampliação da produção. Em grande parte das UPAs deste tipo, o sistema de produção de suínos foi implementado de maneira complementar à produção leiteira. Além da complementação de renda obtêm-se uma melhoria na produção leiteira a partir do aproveitamento dos dejetos dos suínos para a adubação do solo e nos cultivos de alimentos para o gado leiteiro.

No Quadro 8 apresenta-se uma síntese das principais características da agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos (Tipo Leite+Suínos):

Quadro 8 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Leite+Suínos”

Características gerais do Tipo Leite+Suínos - Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos	
Zona de ocorrência	Mais frequente na Zona de Planalto
Estimativa de ocorrência na região	Menos de 10% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	16 a 39 hectares (28 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 240.500,00 a R\$ 348.000,00 anuais (em média R\$ 296.000,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 206.000,00 a R\$ 323.000,00 anuais (em média R\$ 102.280,00)
Atividades externas à UPA	Raramente
Arrendamento de terceiros	Eventualmente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Milho (8 a 24 hectares) (duas safras anuais) Potreiro e Pastagem (6 a 15 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Suínos (cria, recria ou terminação) (350 e 2.450 animais) Vacas leiteiras (21 e 51 animais) Gado de corte (8 a 53 animais) Frangos (15 a 50 animais)
Benfeitorias	Estrebaria ou sala de ordenha e galpão de alimentação Chiqueirão Galpão para máquinas e equipamentos Galinheiro
Mecanização	Trator e Carreta agrícola
Equipamentos	Ordeneira mecanizada Resfriador de leite a granel Alimentador automático de suínos Implementos de trator – plataforma, carretão, semeadeira, grade,

Características gerais do Tipo Leite+Suínos - Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos	
	arado, ensiladeira, roçadeira, pulverizador, distribuidor de esterco
Contratação de serviços de maquinário	Sazonalmente
Contratação de mão de obra	Eventualmente
Troca de serviços	Eventualmente e sazonalmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Baixo preço do leite Instabilidade no preço do suíno Insegurança nos contratos com empresas integradoras frigoríficas

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A produção pecuária leiteira é implementada de modo similar à das UPAs de Tipo Leite e Tipo Leite+Fumo, sendo a maior parte de suas áreas ocupada com plantação de milho e pastagens para alimentação do gado leiteiro. Entretanto, em sua maioria, possuem um maior número de vacas em lactação e um nível de tecnificação em motomecanização superior ao encontrado nas UPAs do tipo Leite e Leite+Fumo. Em média, são 33 vacas em lactação (entre 21 e 51 animais). Em média, são 13 hectares (entre 8 e 24 hectares) para cultivo de duas safras anuais de milho, o qual é majoritariamente destinado à alimentação do gado bovino em forma de silagem (figura 43) ou grãos. Em média 10 hectares (entre 6 e 15 hectares) são destinados ao potreiro e/ou pastagens temporárias. Possuem uma estrebaria ou uma sala de ordenha com galpão de alimentação onde é realizada a ordenha (Figura 44) com ordenhadeira mecanizada e resfriador de leite a granel com capacidade de 300 a 1.000 litros.

Figura 43 - Local de armazenagem de silagem de milho em UPAs “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária e Linha Rolador Alto, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 44 - Galpão de alimentação do gado bovino e sala de ordenha e em UPA “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária



Fonte: Schreiner (2019)

Para criação dos suínos, as UPAs contam com um ou dois chiqueirões⁴⁵ (Figura 45), que consistem em um galpão construído em alvenaria ou misto, aberto nas laterais, e possui, em média, 890 metros quadrados. A maior parte dos chiqueirões contam com silo de armazenamento de ração e um sistema automatizado de alimentação e fornecimento de água para os leitões. Na ampla maioria dos casos, as famílias agricultoras contam com o apoio de financiamentos bancários via programas governamentais para a construção de tal infraestrutura.

Figura 45 – Chiqueirão com sistema de recria e terminação em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

O sistema de criação de suínos é realizado em forma de contrato de integração⁴⁶ com frigoríficos multinacionais instalados na região, os quais fornecem os insumos e assistência

⁴⁵ Denominação regional para pocilga.

⁴⁶ Acordo formal entre produtores de suínos e agroindústrias. De acordo com a Lei nº 13.288/2016 - Integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de

técnica com visitas semanais ou quinzenais na UPA. Cada UPA possui, em média, um plantel de 977 suínos, variando entre 350 e 2.450 animais. A produção é realizada de forma setorializada, de maneira que cada fase da criação dos suínos é realizada em uma UPA diferente. Em algumas UPAs é praticado o sistema de maternidade (cria), no qual é realizado acompanhamento de matrizes e leitões no período pré-parto e pós-natal durante o aleitamento. Em outras UPAs é praticado o sistema de creche (recria), onde os leitões ficam após o desmame até atingirem entre 18 e 25 kg (Figura 46). Por fim, em outras UPAs é praticado o sistema de engorda e terminação (Figura 47), que representa a fase final da criação até o abate dos suínos. Dentre estas três etapas setorializadas, prevalecem as UPAs com os sistemas de criação de creche e de terminação.

Figura 46 - Sistema de criação de suínos (creche) em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Duas Esquinas, Nova Candelária



Fonte: Schreiner (2019)

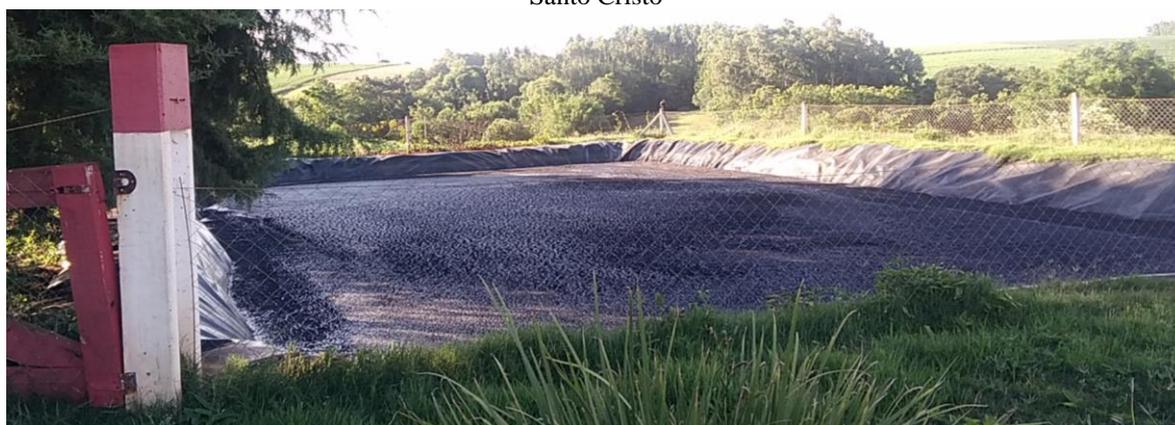
Figura 47 - Recebimento de leitões para criação em sistema de recria e terminação de suínos, em UPA “Tipo Leite+Suínos”, São Miguel, Nova Candelária



Fonte: Schreiner (2019)

Os dejetos dos suínos (esterco) são depositados em esterqueiras protegidas com manta impermeabilizante (Figura 48). Posteriormente tais dejetos são utilizados para adubação do solo, nas áreas de cultivo de milho e de pastagens, contribuindo para a melhoria da produção leiteira. Isto demonstra a ligação e interligação existente entre os dois sistemas de produção pecuária leiteira e de suínos. Em algumas UPAs também é comercializado o excedente dos dejetos de suínos, gerando uma fonte de receita monetária extra.

Figura 48 - Esterqueira para depósito de dejetos de suínos em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

As UPAs deste tipo normalmente dispõem de um trator e implementos – plataforma, carretão, arado, grade, plantadeira, ensiladeira, pulverizador e um distribuidor de esterco

(Figura 49). Alguns também possuem uma carreta agrícola. Para colheita de milho (grão) é realizada a contratação de serviço de colheitadeira.

Figura 49 – Trator e implementos - grade e distribuidor de esterco - em UPA “Tipo Leite+Suínos”, Linha Rolador Alto, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

A receita monetária bruta total é de, em média, R\$ 296.000,00 anuais, variando entre R\$ 240.000,00 e R\$ 348.000,00 anuais, superior às receitas obtidas pelas UPAs de Tipo Leite e Leite+Fumo. A receita bruta monetária agrícola é de R\$ 280.000,00 anuais, em média, variando entre R\$ 206.000,00 e R\$ 323.000,00. A receita bruta agrícola representa 94,6% da receita monetária bruta total, sendo que 74,9% provêm comercialização leiteira e 13% de suínos. Os demais 12,1% provêm da comercialização de gado de corte e outras vendas diretas de produtos agrícolas. Apenas 5,4% provêm de rendas externas, principalmente benefícios sociais como as aposentadorias e eventuais receitas não agrícolas provindas da UPA.

As principais dificuldades identificadas pelas famílias agricultoras do Tipo Leite+Suínos, no que concerne à produção leiteira, são os preços baixos recebidos pelo leite e a insegurança no recebimento de pagamentos das empresas de laticínios. Da mesma forma, com a produção de suínos, a instabilidade nos preços recebidos e inseguranças nos contratos com as empresas frigoríficas integradoras de suínos tem gerado transtornos para as famílias agricultoras. Para cada lote de suínos entregues à empresa integradora é realizado um cálculo de conversão da produção através do qual a empresa integradora define o preço a ser pago pelo suíno, o que tem gerado dificuldades na compreensão dos resultados e na organização financeira das famílias. Além disso, a exigência em escala de produção tem, muitas vezes, ultrapassado a capacidade de grande parte dos produtores familiares, forçando-os a constantes investimentos e endividamentos para ampliações da infraestrutura. Tais questões são explicadas da seguinte maneira no depoimento de um dos agricultores entrevistados:

Porque hoje nós tamo produzindo e não sabemos o que nós ganhemo. E nós temo que começar a produzir sabendo o que nós vamos ganhar. Porque hoje se eu trabalho, eu tenho que saber mais ou menos quanto que eu ganho e em cima disso eu posso investir. E se eu não sei o que eu ganho nunca, que nem agora, ó, eu investi noventa e cinco, noventa e seis dias, eu fazia trezentas injeções por dia, isso nem nos hospitais não se faz tanto, sábado, domingo, feriado, direto, direto, direto, nos porco, por causa que estavam doentes, pra ganhar seis ou sete pila. Então aqui o que tinha que ser feito, fazer um antes que os porcos entrem, quanto eu vou ganhar por porco. Mas se o governo hoje, mesma coisa com leite, eles querem cobrar qualidade, eles querem cobrar um monte de coisa, mas eles têm que, o governo cobrar das empresas, o governo tem que regular as empresas [...]. O problema é que, assim ó, eu tenho que fazer tudo certo, tudo correto. O leiteiro vem ali, ele que pega o leite pra fazer o teste. Não. Se o governo quer cobrar, então, que o governo mande um técnico responsável capacitado, pra fazer essa coleta. Não um leiteiro qualquer ali, que hoje tá andando na rua, não tem nada pra fazer, amanhã de noite ele vai pegar uma vaga como leiteiro e vai fazer a coleta do leite. Sabe, mas a cobrança pra nós é de 10 centavos pra cima ou pra baixo, isso aí é muita diferença, então é aquela coisa, né. Hoje esse controle, que o governo, ele controla muito a propriedade, mas lá as grandes empresas, isso ele não controla, eles que jogam no preço, que fazem o que eles querem, por que ele não controla o preço? Agora, tanta briga, tanta fulia que agora ele reduziu a importação de leite, e olha como já tava. Só que se ele não tivesse importado esse leite, os produtores iam correr atrás, iam produzir mais, iam tentar com mais qualidade. Agora, se hoje eu to produzindo leite a 1,40, 1,50, amanhã ou depois [...] começa de importar leite, daí vai pra um real, e daí como é que eu quero trabalhar? Sabe, e na colônia, o investimento é assim, ele, na cidade tu investiu agora, tu compra agora, e tu vende amanhã e depois de amanhã e dentro desse um mês você tem o teu dinheiro. Na colônia, você investe hoje, eu tenho que pagar dez anos esse chiqueiro pra eu pagar ele, é muito tempo, sabe, é muita coisa no meio disso, então tem que ser uma coisa certa, que tu vai ter certeza daquilo que eu vou ganhar, pra mim continuar trabalhando. Porque, se eu não tenho certeza, três meses do ano eu ganho 1,5 e o resto do ano, eu ganho 0,9, como é que eu vou produzir? O resto do ano eu vou tá botando dinheiro em cima. Então isso é uma coisa assim, ó, que só o governo vai poder controlar isso [...]. No Brasil hoje, parece que você produz, produz, produz, e parece que você tá regredindo, porque o custo de produção e tudo tá sendo muito alto. Que nem eu falei antes, nós somos a ponta da corda. Se eu tenho oferta eu não tenho preço, se eu não tenho oferta eu tenho preço, então não regula (Depoimento do Agricultor Familiar 71, em mar. 2019).

Frente a essas dificuldades, algumas experiências têm surgido em vistas de elaborar alternativas de produção mais autônomas de mercados para a suinocultura. Um desses exemplos é o abatedouro da Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo (COOPASC), instalado na Linha Central, município de Santo Cristo (Figura 50). Para sua construção, o projeto contou com apoio de recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), destinados para este fim através Programa de infraestrutura (Proinf), por meio do colegiado do Território Fronteira Noroeste.

Figura 50 - Abatedouro de suínos da Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo, Linha Central, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

5.1.5 Agricultura familiar com foco na produção de suínos e grãos (Tipo Suínos+Grãos)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Suínos+Grãos” possuem a produção de suínos e grãos como principais atividades produtivas e fontes de receita monetária. Se estima que menos de 10% das UPAs familiares da região se enquadrem neste tipo, sendo mais frequentes nos municípios de Nova Candelária, Santo Cristo e Boa Vista do Buricá. Dispõem de, em média, 24 hectares, variando entre 10 e 38 hectares, possuindo áreas maiores do que as encontradas nos tipos A e B, mas inferiores as áreas encontradas nos tipos C e D. Eventualmente realizam arrendamento de terras de terceiros, indicando necessidade por maiores áreas de terras na medida em que possuem mão de obra e/ou maquinário suficientes para um aumento de área utilizada para produção. A Figura 51 exemplifica a vista geral de uma UPA do Tipo Suínos+Grãos.

Figura 51 – Vista geral de uma UPA do “Tipo Suínos+Grãos”, Lajeado Paraíso, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

No Quadro 9 apresenta-se uma síntese das principais características da Agricultura familiar com foco na produção de suínos e grãos (Tipo Suínos+Grãos):

Quadro 9 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Suínos+Grãos”

Características gerais do Tipo Suínos+Grãos – Agricultura familiar com foco na produção de suínos e grãos	
Zona de ocorrência	Mais frequente na Zona de Planalto
Estimativa de ocorrência na região	Menos de 10% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	10 a 38 hectares (24 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 82.000,00 a R\$ 153.500,00 anuais (em média R\$ 117.800,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 21.000,00 a R\$ 151.000,00 anuais (em média R\$ 86.000,00)
Atividades externas à UPA	Eventualmente
Arrendamento de terceiros	Eventualmente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Soja (3,5 a 20 hectares) Milho (3,5 a 10 hectares) (duas safras anuais) Potreiro ou pastagem perene (2,5 a 5 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1 hectares)
Principais criações	Suínos (900 a 1.200 animais) Gado de corte (16 a 22 animais) Frangos (10 a 70 animais)
Benfeitorias	Chiqueirão Galpão para máquinas e equipamentos
Mecanização	Trator Colheitadeira
Equipamentos	Alimentador automático de suínos Implementos de trator – plataforma, arado, grade, carretão e distribuidor de ureia
Contratação de serviços de maquinário	Sazonalmente
Contratação de mão de obra	Eventualmente
Troca de serviços	Raramente
Principais dificuldades e desafios relatados	Instabilidade no preço do suíno Insegurança nos contratos com empresas integradoras frigoríficas Mudanças em exigências legais sanitárias Aumento em preços de insumos

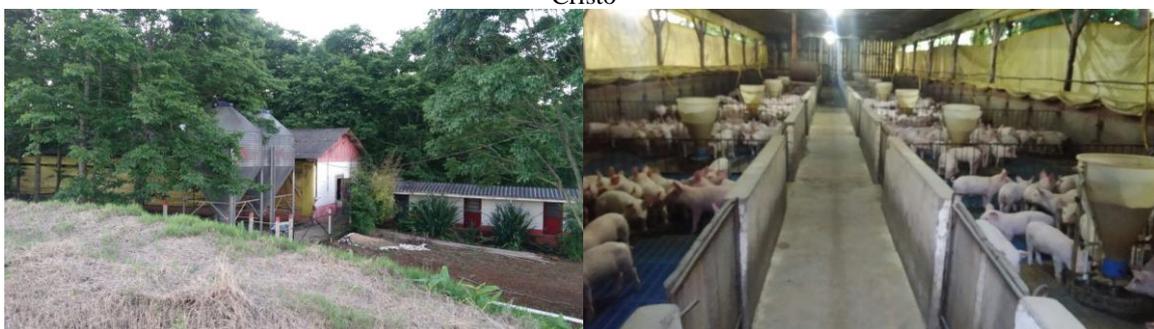
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maior parte de suas áreas são ocupadas para produção de soja e milho durante o verão, sendo cultivados, em média, 12 hectares de soja (variando entre 3,5 e 20 hectares) e duas safras anuais de milho em 7 hectares (variando entre 3,5 e 10 hectares). Estas áreas são ocupadas no inverno com adubação verde e/ou pastagem de inverno para o gado de corte. Alguns também cultivam trigo no inverno, a depender do ano e preço do produto. Outra parte, aproximadamente 3,5 hectares (entre 2,5 e 5 hectares), é ocupada com potreiro e pastagens perenes, onde realizam a criação extensiva de gado de corte, em média 19 animais que são destinados ao autoconsumo da família e venda à frigoríficos locais. Alguns possuem também criação de frangos para autoconsumo (entre 10 e 70 animais).

Possuem em média 1.000 suínos, variando entre 900 e 1.200 animais. O sistema de criação de suínos é similar ao sistema de criação implementado nas UPAs de Tipo Leite+Suínos, de forma setorializada e integrada a empresas frigoríficas. Em algumas UPAs é identificado o sistema de maternidade (cria), em outras o sistema de creche (recria) e em outras o sistema de engorda e terminação.

Nas UPAs do Tipo Suínos+Grãos identifica-se um a dois chiqueirões, que são construídos em alvenaria ou mistos de alvenaria com madeira, normalmente equipados com um silo para armazenamento de ração e alimentador automatizado para os suínos (Figura 52). Normalmente também é encontrado um galpão (geralmente de madeira) que serve para abrigo dos equipamentos e máquinas. Para as atividades nas lavouras de grãos, possuem um pequeno trator e implementos – plataforma, arado, grade, carretão e distribuidor de fertilizantes. Algumas UPAs também possuem colheitadeira, sendo que as que não possuem, contratam serviço de maquinário em época de colheita.

Figura 52 – Sistema de criação de suínos (creche), em UPA Tipo Suínos+Grãos, Linha Três Lajeados, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Assim como nas UPAs de Tipo Leite+Suínos, nas UPAs de Tipo Suínos+Grãos, os dejetos dos suínos são depositados em esterqueiras protegidas com manta impermeabilizante (Figura 53). Posteriormente, esses dejetos são utilizados para adubação do solo nas áreas das lavouras e/ou comercializados para vizinhos.

Figura 53 - Chiqueirão com esterqueira em UPA “Tipo Suínos+Grãos”, Lajeado Paraíso, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

A receita monetária total é de, em média, R\$ 117.800,00 anuais, variando entre R\$ 82.000,00 e R\$ 153.500,00 anuais. A receita bruta monetária agrícola média é de R\$ 86.000,00 anuais, variando entre R\$ 21.000,00 e R\$ 151.000,00 por ano, representando 73%

da receita monetária bruta total. Aproximadamente 37% provêm comercialização de suínos e 31,8% provêm da comercialização de grãos (soja e milho), sendo estes sistemas de produção praticamente equivalentes no que concerne às receitas monetárias brutas. Os demais 4,2% provêm da comercialização de gado de corte e outras vendas diretas de produtos agrícolas. Em média 2% da receita monetária bruta provém da comercialização direta de produtos processados na UPA, tais como carne, torresmo e banha. Os outros 25% provêm de atividades externas e/ou eventuais de benefícios sociais como aposentadorias.

Os desafios e dificuldades encontrados pelas famílias agricultoras do Tipo Suínos+Grãos são semelhantes às citadas pelas famílias do Tipo Leite+Suínos, no que se refere à produção de suínos. Os entrevistados citaram principalmente à instabilidade nos preços recebidos pelos suínos e inseguranças nos contratos com empresas integradoras, as quais definem os preços a partir dos cálculos de conversão aplicados a cada lote de suínos comercializado. Outra dificuldade enfrentada se refere à exigência de aumento de escala de produção e as frequentes mudanças nas exigências sanitárias legais para produção de suínos, os quais induzem à constantes investimentos para mudanças e ampliação no sistema de produção. Nos cultivos de soja e milho, as famílias relataram dificuldades quanto ao aumento frequente nos preços de insumos que têm aumentado os custos de produção, de maneira que não acompanha o preço de venda dos grãos.

5.1.6 Agricultura familiar com foco na produção de grãos (Tipo Grãos)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Grãos” possuem a produção de grãos (em especial soja, milho e trigo) (Figura 54) como a principal atividade produtiva e fonte de receita monetária. Se estima que menos de 10% das UPAs familiares da região se enquadrem neste tipo, sendo menos frequentes nos municípios limieiros ao Rio Uruguai e com maior ocorrência nos municípios de Independência, Horizontina, Tucunduva, Doutor Maurício Cardoso, Senador Salgado Filho e Alegria. Esta maior ocorrência do Tipo Grãos nestes municípios decorre do fato de haver maior presença de áreas mais planas e mecanizáveis. Em média, são o tipo de UPA familiar que dispõem de maiores áreas, em média 60 hectares, variando entre 37 e 80 hectares, e também as que mais realizam arrendamentos de terceiros, sendo que, em média, 17 hectares das áreas de que dispõem estão nesta situação.

Figura 54 – Vista geral de áreas de cultivo de grãos em UPA “Tipo Grãos”, São José, Independência



Fonte: Schreiner (2019)

No Quadro 10 apresenta-se uma síntese das principais características da Agricultura familiar com foco na produção de grãos (Tipo Grãos):

Quadro 10 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Grãos”

Características gerais do Tipo Grãos - Agricultura familiar com foco na produção de grãos	
Zona de ocorrência	Mais frequente na Zona de Planalto
Estimativa de ocorrência na região	5 a 10% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	37 e 80 hectares (60 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 194.500,00 a R\$ 451.250,00 anuais (em média R\$ 291.260,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 102.800,00 a R\$ 416.320,00 anuais (em média R\$ 252.130,00)
Atividades externas à UPA	Eventualmente Frequente prestação de serviços com maquinário
Arrendamento de terceiros	Frequentemente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Soja (18 a 40 hectares) Milho (5 a 36 hectares) (duas safras anuais) Trigo (de 10 a 18 hectares) Poteiro e Pastagem (1 a 14 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Gado de corte (1 a 10 animais) Frangos (8 a 30 animais) Porcos (2 a 3 animais)
Benfeitorias	Galpão para máquinas e equipamentos Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Trator Colheitadeira Caminhão
Equipamentos	Implementos de trator – plataforma, carretão, semeadeira, grade, arado, distribuidor de adubo, roçadeira e pulverizador
Contratação de serviços de maquinário	Raramente
Contratação de mão de obra	Raramente
Troca de serviços	Sazonalmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Aumento no uso de agrotóxicos Aumento em custo de insumos Aumentos de juros em Pronaf custeio

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em média, são cultivados 37 hectares de soja (de 18 a 40 hectares) e 13 hectares de milho (de 5 a 36 hectares) durante o verão e 14 hectares de trigo (de 10 a 18 hectares) no inverno, sendo as outras áreas ocupadas com adubação verde e pastagens para gado de corte no período de inverno. Na maioria dos casos, as áreas que não são tão apropriadas o cultivo mecanizado de grãos, são destinadas à criação extensiva de bovinos, aproximadamente 6 hectares (variando entre 1 e 14 hectares). Contam com, em média, 6 bovinos de corte (de 1 a 10 animais) e uma ou duas vacas para produção de leite para autoconsumo. Além destes, a maioria das UPAs também possui cultivos de olerícolas, pomar e criações de porcos e frangos para autoconsumo.

Para o cultivo de grãos, em ampla maioria dos casos são realizados financiamentos de custeio agrícola (Pronaf Custeio) e na maioria das UPAs foi realizado financiamento de Pronaf Investimento para a construção de benfeitoria e/ou aquisição de máquinas e/ou equipamentos.

As benfeitorias identificadas em UPAs do Tipo Grãos são: um galpão para armazenamento de maquinário e equipamentos (Figura 55), uma cobertura para o gado e um pequeno chiqueiro e galinheiro para as criações de autoconsumo. Normalmente dispõem de um ou dois tratores e implementos, tais como: plataforma, carretão, semeadeira, grade, arado, distribuidor de adubo, roçadeira e pulverizador. Grande parte das UPAs possuem também uma colheitadeira e um caminhão, sendo que, nas UPAs em que não se dispõem destas máquinas, é realizada contratação de prestação de serviço ou troca de serviço no período de colheita.

Figura 55 – Agricultor familiar em frente a galpão de máquinas e equipamentos e ao fundo chiqueiro/galinheiro, em UPA “Tipo Grãos”, Ponte Queimada, Independência



Fonte: Schreiner (2019)

Nestas UPAs há uma concentração da demanda de maquinário de mão de obra nos períodos de plantio e de colheita, ocorrendo, conseqüentemente, uma diminuição na demanda de mão de obra e de necessidade de maquinário nos períodos de entre safra. Há uma clara divisão sexual do trabalho, onde na ampla maioria das vezes os homens se dedicam as lavouras de grãos e operação com de máquinas e implementos e as mulheres se dedicam à produção de autoconsumo e/ou possuem alguma ocupação externa à UPA.

A receita monetária total das famílias agricultoras do Tipo Grãos é, em média, R\$ 291.260,00 anuais, variando entre R\$ 194.500,00 e R\$ 451.250,00 anuais. A receita monetária agrícola bruta é de R\$ 252.130,00 anuais, variando entre R\$ 102.800,00 a R\$ 416.320,00 por ano, o que representa 86,6% da receita monetária bruta total e quase a totalidade da receita monetária agrícola. Somente a comercialização da soja representa 48% da receita bruta total, seguido pela receita provinda do milho, 24% e de trigo, 11%. Os demais 3,6% das receitas agrícolas provêm da comercialização de gado de corte. Outros 13,4% das receitas monetárias

provêm de rendas externas (a maior parte em benefícios sociais como aposentadorias) e/ou receitas com produtos processados provindos da UPA, tais como melado, carne e torresmo.

As principais dificuldades relatadas pelas famílias agricultoras do Tipo Grãos é a necessidade crescente no uso de agrotóxicos para o controle de doenças nos cultivos, ao mesmo tempo em que ocorre crescimento nos preços dos insumos em geral. Outra problemática relatada são os altos custos em juros nos financiamentos de custeios agrícolas, os quais têm tido aumento nas últimas safras.

5.1.7 Agricultura familiar com foco na produção de gado de corte (Tipo Gado de corte)

As Unidades de Produção Agrícola Tipo Gado de Corte (Figura 56) possuem a produção extensiva de gado de corte como principal atividade agrícola, também podendo ser categorizados como pecuaristas familiares⁴⁷. As UPAs deste tipo ocorrem em toda a região e estima-se que entre 10 e 20% se enquadrem neste tipo, ocorrendo principalmente na Zona da Costa do Rio Uruguai. Dispõem de, em média, 21,8 hectares, variando entre 6 e 50 hectares. A ampla maioria são famílias compostas ou por um casal de idosos já aposentados ou por um casal (com ou sem filhos) e que possui atividades externas à UPA. Ou seja, a maioria das famílias do Tipo Gado de Corte, dispõe de pouca mão de obra para as atividades agrícolas. A ampla maioria das UPAs de Tipo Gado de Corte, já implementou anteriormente a pecuária leiteira e praticava, no passado, um sistema de produção semelhante ao encontrado nas UPAs do Tipo Leite.

Figura 56 – Vista geral de UPAs “Tipo Gado de corte”, Barra do Ouro, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

⁴⁷ Ver: Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento (WAQUIL *et al.*, 2016).

No Quadro 11 apresenta-se uma síntese das principais características da agricultura familiar com foco na produção de gado de corte (Tipo Gado de corte):

Quadro 11 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Gado de Corte”

Características gerais do Tipo Gado de Corte - Agricultura familiar com foco na produção de gado de corte	
Zona de ocorrência	Em toda região, principalmente na Zona da Costa do Rio Uruguai
Estimativa de ocorrência na região	10 a 20% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	6 a 50 hectares (21,8 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 29.900,00 a R\$ 63.800,00 anuais (em média R\$ 45.700,00,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 800,00 a R\$ 12.000,00 anuais (em média R\$ 6.600,00)
Atividades externas à UPA	Eventualmente
Arrendamento de terceiros	Raramente
Arrendamento para terceiros	Frequentemente
Principais cultivos	Potreiro e Pastagem (2 a 21 hectares) Milho (1 a 10 hectares) Olerícolas - autoconsumo (0,2 a 1,5 hectares)
Principais criações	Gado de corte (5 a 34 animais) Frangos (20 a 100 animais) Porcos (1 a 30 animais)
Benfeitorias	Galpão para máquinas e equipamentos Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Carreta agrícola
Equipamentos	Trilhadeira a motor FORAGEIRA a motor Roçadeira
Contratação de serviços de maquinário	Eventualmente
Contratação de mão de obra	Eventualmente
Troca de serviços	Raramente
Principais dificuldades e desafios relatados	Preço baixo do gado de corte Dificuldade de comercialização do gado de corte Exigências na genética do gado de corte Falta de assistência técnica Dificuldade no acesso à crédito

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maior parte de suas áreas é ocupada com potreiro destinado à pastagem do gado de corte, em média 7,2 hectares, variando entre 2 e 21 hectares (Figura 57). Possuem, em média, 16 bovinos de corte, entre 5 e 34 animais, sendo que algumas UPAs também possuem criação de ovinos de corte. Não há um padrão de raça dos bovinos e há certa heterogeneidade no que se refere às fases de criação. Em algumas UPAs é realizado ciclo completo de criação e em outras UPAs apenas as fases de recria e terminação. Parte dos animais são destinados para autoconsumo e os demais são comercializados de forma direta ou para frigoríficos regionais.

Figura 57 - Agricultora pecuarista familiar apresentando seu rebanho bovino em UPA “Tipo Gado de corte”, Lajeado Tateto, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

Também é significativa a produção de autoconsumo para as famílias destacando-se a contribuição dos cultivos de mandioca, feijão, abóbora, hortaliças e frutas e as criações de frangos (em média 50 animais) e suínos (em média 9 animais). Geralmente possuem uma pequena plantação de milho (em média 4 hectares) que serve para o consumo da família e das criações.

As benfeitorias identificadas nas UPAs Tipo Gado de Corte, são: são uma cobertura para o gado, um galpão de madeira onde ficam os equipamentos, um pequeno chiqueiro e um galinheiro. A principal máquina utilizada é a carreta agrícola e os equipamentos são a trilhadeira, a forrageira a motor e a roçadeira. Poucos ainda utilizam arado e grade de tração animal para preparo do solo. Quando necessário, fazem a contratação de serviço de maquinário.

A receita monetária total das famílias agricultoras do Tipo Gado de Corte é, em média, R\$ 45.700,00 anuais, variando entre R\$ 29.900,00 e R\$ 63.800,00 anuais, estando entre as mais baixas receitas dentre as UPAs familiares. A receita monetária agrícola bruta é, em média, R\$ 6.700,00 anuais, variando entre R\$ 800,00 e R\$ 12.000,00 por ano, representando apenas 14,7% da receita monetária bruta total. A comercialização de gado de corte representa 12,47% da receita total, sendo a principal receita monetária agrícola. Na maioria dos casos o gado é comercializado na forma de boi vivo para frigoríficos locais e em algumas UPAs parte do gado é abatido na própria UPA, sendo realizada a venda direta de carne bovina à consumidores locais. As demais receitas agrícolas, provêm da comercialização direta de suínos, ovos, feijão, mel e peixes e representam 2,2% das receitas totais. Suas principais

receitas monetárias não provêm das atividades agrícolas e sim de receitas externas, as quais representam, em média, 85,3% das receitas monetárias. Parte destas receitas externas provêm de empregos formais ou informais em serviços rurais ou urbanos e outra parte provêm de benefícios sociais, principalmente aposentadorias e pensões. Tais receitas externas foram identificadas de forma expressiva em todas as UPAs deste tipo que foram pesquisadas.

As principais dificuldades relatadas pelas famílias agricultoras deste tipo referem-se às dificuldades de comercialização e o preço baixo recebido pelo gado de corte. Frente a isso, o desafio que se impõem à essas famílias são as crescentes exigências dos frigoríficos por um padrão genético e de carcaça dos animais. Ao mesmo tempo, essas famílias relataram a falta de assistência técnica para auxiliar nas atividades produtivas e especialmente no cuidado com os animais. Somado a isso, algumas famílias agricultoras também relataram as dificuldades no acesso ao crédito, o que se deve, segundo elas, à existência de atividade externa por pelo menos um dos membros da família. Tendo em vista que parte desses agricultores estão aposentados e outra parte prioriza progressivamente as atividades externas, é visível a tendência à diminuição das atividades agrícolas e até mesmo a venda de terras por parte das famílias agricultoras desse tipo.

5.1.8 Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Pesca artesanal” (Figura 58) são famílias ribeirinhas que possuem a pesca artesanal como atividade central em sua dinâmica, de maneira que a bacia hidrográfica do Rio Uruguai exerce papel essencial na sua rotina e forma de vida. Na Fronteira Noroeste, essas UPAs são identificadas quase que exclusivamente na Zona da Costa do Rio Uruguai, em especial próximos ao Rio Uruguai, nos municípios de Porto Mauá, Alecrim, Porto Vera Cruz, Porto Lucena, Novo Machado e Doutor Maurício Cardoso. São famílias agricultoras que dispõem de, em média, 3,8 hectares, variando de 1 a 8,7 hectares, sendo as menores áreas, se comparado aos outros tipos de UPAs.

Figura 58 – Vista geral de uma UPA “Tipo Pesca Artesanal”, Roncador, Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

No Quadro 12 apresenta-se uma síntese das principais características da agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal):

Quadro 12 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Pesca Artesanal”

Características gerais do Tipo Pesca Artesanal - Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal)	
Zona de ocorrência	Zona da Costa do Rio Uruguai
Estimativa de ocorrência na região	Menos de 2% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	1 a 8,7 hectares (3,8 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ 12.000,00 a R\$ 28.100,00 anuais (em média R\$ 21.850,00,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 00,00 a R\$ 7.000,00 anuais (em média R\$ 2.300,00)
Receita monetária da pesca artesanal	R\$ 2.400 a R\$ 8.000,00 anuais (em média R\$ 5.000,00)
Atividades externas à UPA	Frequentemente
Arrendamento de terceiros	Raramente
Arrendamento para terceiros	Raramente
Principais cultivos	Potreiro e Pastagem (0 a 1,5 hectares) Milho (0 a 3 hectares) Olerícolas (0 a 1,5 hectares)
Principais criações	Gado de corte (0 a 10 animais) Frangos (0 a 80 animais) Porcos (0 a 7 animais)
Benfeitorias	Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Carreta agrícola
Equipamentos	Barco de madeira Motor de barco ou remos de madeira Trilhadeira a motor
Contratação de serviços de maquinário	Eventualmente
Contratação de mão de obra	Raramente
Troca de serviços	Frequentemente
Principais dificuldades e desafios relatados	- Falta de infraestrutura e logística adequadas - Inexistência de agroindústria de pescados próxima à população ribeirinha - Exigência de exclusividade na atividade pesqueira para recebimento do Seguro Defeso - Redução da quantidade de peixes no rio

Características gerais do Tipo Pesca Artesanal - Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal)	
	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças na vazão de água do rio causadas por hidrelétricas à montante - Iminência de expropriação de suas áreas por projeto de instalação de hidrelétrica Garabi-Panamby no Rio Uruguai

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A atividade de pesca artesanal é realizada no período de março a setembro, sendo paralisada por quatro meses, de outubro a janeiro por conta da piracema (período de reprodução dos peixes) no Rio Uruguai. Para a pesca são utilizados um barco de madeira (figura 59), algumas vezes com motor e em alguns casos com remo manual de madeira, e redes de espera (Figura 60) que são instaladas ao longo do rio. Parte destas famílias agricultoras não possuem equipamentos próprios, sendo que neste caso utilizam barco e equipamentos alugados de terceiros. Na maioria das vezes, o produto da pesca é armazenado em congeladores na própria UPA, sendo posteriormente comercializados diretamente a consumidores ou em supermercados locais. Para a prática da atividade pesqueira, ficam evidentes as dificuldades enfrentadas pela falta de infraestrutura e logística adequadas, bem como a inexistência de agroindústria de pescados na região.

Figura 59 - Agricultora familiar pescadora artesanal em frente ao seu barco no Rio Uruguai, Barra do Santo Cristo, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

Figura 60 – Rede de pesca em UPA “Tipo Pesca Artesanal”, Barra do Santo Cristo, Alecrim



Fonte: Schreiner (2019)

Os cultivos e criações para autoconsumo também têm grande importância dinâmica destas famílias, geralmente possuindo um local para horta e frutíferas, criações de suínos, frangos, gado de corte e uma ou duas vacas leiteiras. Assim sendo, as benfeitorias identificadas nestas UPAs geralmente são, um pequeno chiqueiro e um galinheiro de madeira. Algumas vezes dispõem de uma carreta agrícola que contribui para o transporte de cargas e trilhadeira para o trato do milho aos animais. Além de servirem de alimentação da família, os excedentes de seus produtos agrícolas também são comercializados, bem como alguns processados como carne, queijo e melado, sendo vendidos de forma direta a consumidores.

A receita monetária total destas UPAs é, em média, R\$ 21.850,00 anuais, variando entre R\$ 12.000,00 e R\$ 28.100,00 anuais. A maior parte das receitas monetárias destas UPAs são receitas externas. Em média, a venda direta de produtos agrícolas e processados da UPA representa apenas 11% da receita monetária e a atividade da pesca representa, 23% da receita monetária. Uma porcentagem importante da receita monetária das UPAs do Tipo Pesca Artesanal, aproximadamente 33%, provêm de atividades externas que, em sua maioria estão relacionadas ao turismo local de veraneio, tais como trabalhos em balneários ou casas de veraneio (limpezas das casas e dos pátios, capinas, roçadas etc.). Alguns também trabalham

como diaristas nas grandes fazendas vizinhas. Na maioria dos casos são trabalhos efêmeros e precários como diaristas sem contratos formais.

Os outros 33% da receita monetária destas famílias provêm de benefícios sociais, representando parte significativa das receitas. Além de haver aposentadorias, pensões e bolsa família em algumas UPAs, a maior parte das famílias agricultoras do Tipo Pesca Artesanal recebem o Seguro Defeso, um benefício social que lhes garante receita monetária de um salário mínimo mensal durante os quatro meses da piracema, quando não é permitida a pesca. Como requisito para o recebimento deste recurso, a pessoa cadastrada como pescadora profissional artesanal não pode dispor de outra fonte de renda que não seja decorrente da atividade pesqueira. Tal requisito tem sido um fator limitante para estas famílias, visto que é característica inerente destas famílias agricultoras possuírem múltiplas atividades concomitantemente à pesca. E mesmo assim, necessitam do recurso provindo do Seguro Defeso no período da piracema, pois há uma queda significativa em suas receitas nos quatro meses em que a pesca é proibida.

A qualidade da água e o nível do Rio Uruguai são determinantes para as atividades pesqueiras que estas famílias agricultoras realizam, nesse sentido, uma dificuldade relatada pelas famílias agricultoras ribeirinhas tem sido a redução da quantidade de peixes no rio, o que tem afetado seus rendimentos financeiros. Também enfrentam grandes dificuldades que estão relacionadas às barragens. As hidrelétricas instaladas à montante do Rio Uruguai têm intensificado as mudanças abruptas nos níveis de água do rio, modificando sua vazão de acordo com as necessidades e capacidade de barramento. Isto tem influenciado de maneira negativa a pesca artesanal, gerando transtornos como enchentes mais frequentes, aumento turbidez da água e até arraste de materiais de pesca com a correnteza gerada repentinamente.

Além disso, existe um projeto que prevê a instalação do complexo hidrelétrico Garabi-Panambi, com dois barramentos no Rio Uruguai, um à jusante da Fronteira Noroeste, no município de Garruchos e outro entre os municípios de Porto Vera Cruz e Alecrim. Se construídas, estas barragens preveem a inundação de grande parte das áreas próximas ao rio. Esse fator tem gerado insegurança para as famílias agricultoras ribeirinhas, as quais relataram que têm deixado de investir em suas UPAs, tendo em vista que correm o risco de serem expropriadas de suas terras, como relatado pela agricultora familiar 118.

Por que que a gente não aumentou ainda essa casa aqui? Devido à incerteza da construção da obra, construção da barragem, porque até então, não se tem uma política que garanta o direito das famílias atingidas por barragens. E tudo que você fizer no período que eles fazem um cadastro, tudo que você fez depois daquele

cadastro, eles não pagam nas indenizações. Daí como tava naquela ameaça de que a obra vai sair, que a obra vai sair, que os cadastros socioambientais vão começar a ser feitos, tu acaba de certa forma deixando de planejar, de construir, sabe, viver, de certa forma [...] Foi feito um trabalho pela universidade de, também de Porto Alegre [...] Eles fizeram uns trabalhos [...]. Aqui, então, no caso, se saísse na cota 130, nossa casa ficava embaixo da água (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

5.1.9 Agricultura familiar com produção diversificada de hortaliças e frutas (Tipo Hortifruti)

As Unidades de Produção Agrícola “Tipo Hortifruti” possuem a produção diversificada de hortaliças, frutas e demais olerícolas como principais atividades produtivas e fontes de receita monetária. Encontram-se dispersos por toda região e estima-se menos 10% das UPAs familiares se enquadrem nesse tipo. Normalmente dispõem de pequenas áreas, em média 11,6 hectares, variando entre 5 e 17 hectares. No Quadro 13 apresenta-se uma síntese das principais características da agricultura familiar com foco na produção de hortaliças e frutas (Tipo Hortifruti):

Quadro 13 - Síntese das principais características de UPAs “Tipo Hortifruti”

Características gerais do Tipo Hortifruti - Agricultura familiar com foco na produção de hortaliças e frutas	
Zona de ocorrência	Dispersos em toda região
Estimativa de ocorrência na região	Menos de 10% das UPAs familiares
Quantidade de terra disponível	5 a 17 hectares (11,6 hectares em média)
Receita monetária bruta total	R\$ R\$ 22.000 até R\$ 149.000,00 anuais (em média R\$ 70.500,00)
Receita monetária bruta agrícola	R\$ 0,00 a R\$ 149.000,00 anuais (em média R\$ 36.300,00)
Atividades externas à UPA	Raramente
Arrendamento de terceiros	Raramente
Arrendamento para terceiros	Eventualmente
Principais cultivos	Diversificação de olerícolas e frutas (1 a 5 hectares) Potreiro e Pastagem (0 a 4,5 hectares) Milho (0 a 3 hectares)
Principais criações	Gado de corte (0 a 20 animais) Vaca leiteira (0 a 4 animais) Frangos (0 a 80 animais) Porcos (0 a 4 animais)
Benfeitorias	Estufa com estrutura de madeira e lona plástica Galpão de madeira Chiqueiro e galinheiro
Mecanização	Roçadeira Monocultivador tratorito
Equipamentos	Enxada Picareta
Contratação de serviços de maquinário	Eventualmente
Contratação de mão de obra	Eventualmente
Troca de serviços	Eventualmente
Principais dificuldades e desafios relatados	Utilização de agrotóxicos na vizinhança Dificuldades no acesso à crédito Falta de água e/ou de irrigação Demanda por mão de obra

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Entre 1 e 5 hectares das UPAs do Tipo Hortifruti são destinadas para a produção diversificada de frutas e olerícolas, tais como alface, rúcula, almeirão, couve-chinesa, temperos, repolho, espinafre, plantas medicinais, temperos, cenoura, beterraba, rabanete, alho, cebola, batata, pepino, brócolis, couve-flor, abobrinha, pimentão, berinjela, mandioca, amendoim, ervilha, vagem, feijão, arroz, açafrão, abóbora, melancia, melão, uva, pêssego, banana, bergamota, laranja, limão, lima, figo, goiaba, caqui, ariticum, butiá, nozes, mudas de frutíferas e de hortaliças, dentre outros cultivos (Figura 61). Outra parte da área destas UPAs é destinada ao potreiro para pastagem de bovinos, até 4,5 hectares, e ao cultivo de milho com até 3 hectares.

Figura 61 – Agricultores familiares em áreas de produção diversificada de olerícolas e frutas em UPAs “Tipo Hortifruti” nas localidades de Bela União e Rincão dos Souza, município de Santa Rosa, São José, município de Porto Vera Cruz e Linha Dona Belinha, município de Santo Cristo



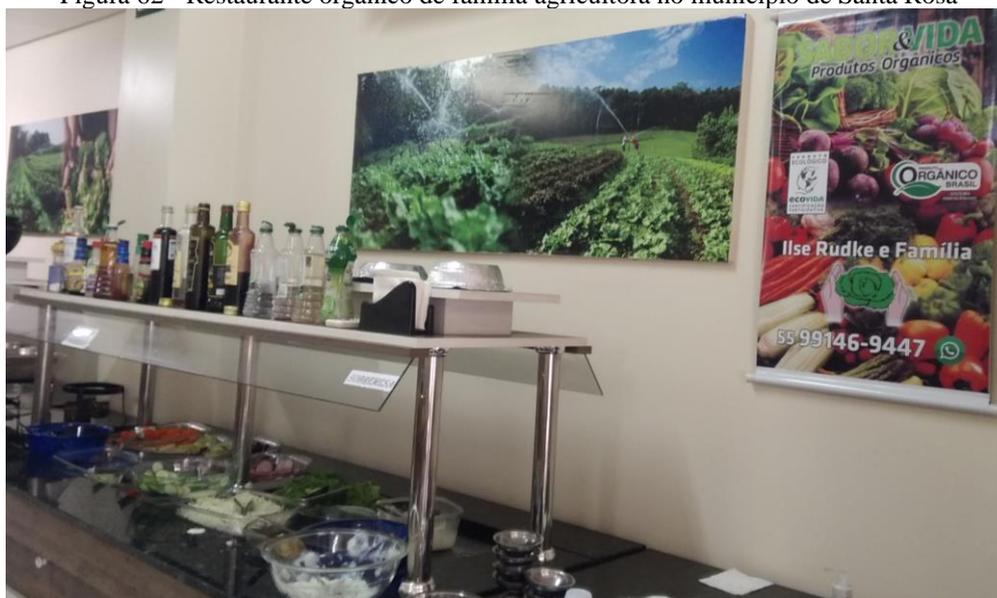
Fonte: Schreiner (2019)

Algumas dessas UPAs são de base agroecológica possuindo certificação de produção orgânica, as quais fazem parte de grupos do núcleo Missões, da Rede Ecovida de Agroecologia. Estas possuem certificação de produção orgânica pelo Sistema Participativo de Garantia de Conformidade Orgânica da Rede Ecovida.

Os principais espaços de comercialização de seus produtos são mercados locais, tais como as feiras da agricultura familiar, supermercados locais, cooperativas, vendas diretas e os programas de compras de instituições governamentais - PNAE e PAA. Uma das famílias

agricultoras pesquisadas também possui um site de vendas⁴⁸ de produtos orgânicos, realizando entregas de produtos nos municípios de Santa Rosa, Três de Maio e Horizontina. Outra experiência inovadora é a de uma família agricultora que adquiriu um restaurante na cidade de Santa Rosa, inserindo no cardápio a sua produção de alimentos orgânicos (Figura 62).

Figura 62 - Restaurante orgânico de família agricultora no município de Santa Rosa



Fonte: Schreiner (2019)

Possuem também criações de frangos, suínos e/ou bovinos que são destinadas principalmente para o autoconsumo. Nesse sentido, além da comercialização com geração de receitas monetárias de seus produtos, tal produção diversificada também tem bastante importância para autoconsumo das famílias. Todas as famílias agricultoras do Tipo Hortifruti que foram entrevistadas, declararam possuir mais de 80% de sua alimentação provinda da própria UPA.

As benfeitorias identificadas nas UPAs Tipo Hortifruti são um ou dois galpões de madeira para o abrigo de equipamento e onde se realiza o preparo dos produtos para comercialização. A maioria das UPAs também possui pelo menos uma estufa com estrutura de madeira revestida com lona plástica (Figura 63). Os equipamentos mais utilizados são a roçadeira, o monocultivador tratorito⁴⁹, a enxada e a picareta. Em algumas UPAs é utilizada a

⁴⁸ <https://sitiomargarida.com.br/>

⁴⁹ Equipamento motorizado utilizado na preparação de canteiros para plantio de hortaliças. Também conhecido como tobata.

tração animal (grade e arado). Geralmente também possuem uma carreta agrícola, uma caminhonete ou um carro para o transporte dos produtos para comercialização. Entretanto, parte das famílias agricultoras deste tipo depende de terceiros para o transporte da produção, havendo algumas que os transportam até a cidade de ônibus.

Figura 63 – Estufas de produção de olerícolas em UPAs nas localidades de Lajeado Paraíso, Alecrim e Nossa Senhora do Carmo, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Receita monetária das famílias do Tipo Hortifruti é, em média, R\$ 70.500,00 por ano, variando entre R\$ 22.000 até R\$ 149.000,00 anuais. A receita monetária bruta obtida com a comercialização de produtos agrícolas representa em média 51,6% dos recursos monetários das UPAs do Tipo Hortifruti e outros 7,1% são oriundos de outras atividades da UPA, produtos processados como melado, açúcar mascavo, banha, queijo, ovos ou turismo rural. Ou seja, em média 58,7% dos recursos monetários das UPAs Tipo Hortifruti provêm das atividades na UPA. É relevante a receita monetária que provêm de benefícios sociais (aposentadorias, pensões e/ou bolsa família) e/ou de atividades externas realizadas por algum dos membros das famílias agricultoras, as quais representam, em média, 41,3% das receitas.

Identificou-se duas famílias agricultoras que possuem receitas monetárias na UPA a partir do trabalho com turismo rural (Figura 64). Estas realizam atividades de educação socioambiental, plantas alimentícias não-convencionais e medicinais, trilhas ecológicas, cafés e almoços coloniais, recebendo visitas de diversos grupos, instituições, escolas, reuniões empresariais, encontros religiosos, dentre outros.

Figura 64 – Vista geral de UPAs Tipo Hortifruti, que trabalham com turismo rural como forma de geração de renda, Rincão dos Souza, Santa Rosa e Nossa Senhora do Carmo, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

As principais dificuldades relatadas pelas famílias agricultoras de Tipo Hortifruti é a aplicação de agrotóxicos na vizinhança, o que contamina e prejudica sua produção a partir da deriva na pulverização. Algumas famílias agricultoras também relataram enfrentarem dificuldades no acesso ao crédito, o que ocorre principalmente por disporem de pequenas áreas, não possuindo garantias suficientes para os financiamentos de que necessitam. Algumas famílias também enfrentam dificuldades no transporte da produção, visto que não dispõem de veículo adequado para esse transporte. Na produção agrícola, algumas famílias enfrentam falta de água e em algumas UPAs identifica-se a falta de infraestrutura de irrigação adequada para sua produção.

Mesmo com tais dificuldades relatadas, as famílias agricultoras do Tipo Hortifruti se apresentam como o grupo de agricultores que mais têm construído alternativas inovadoras de diversificação na região, tanto no que diz respeito à diversificação produtiva, quanto nas iniciativas de construção de espaços de comercialização. Além disso, há um processo de ecologização destas UPAs, o que tem se intensificado nos locais onde há apoio técnico das organizações de ATER públicas. Nesse sentido, tendo em vista a crescente demanda por seus produtos nos centros urbanos da região, as perspectivas para estas UPAs caminham no sentido

de aumento de produção e, em algumas das UPAs, ocorrendo inclusive o retorno e/ou permanência dos jovens, tendo em vista a necessidade de mão de obra e possibilidades de geração de renda.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS INCIDENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE DO RS

Esse capítulo tem como objetivo apresentar as políticas públicas identificadas na pesquisa de campo e sua incidência nas Unidades de Produção Agrícola pesquisadas na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Primeiramente, aborda-se a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como um instrumento de identificação profissional e de acesso às políticas públicas para a agricultura familiar. Na sequência, apresenta-se uma discussão quanto aos significados que assume a expressão “política pública” para as famílias agricultoras. Logo, são apresentadas as políticas públicas identificadas nas dípara fins destferentes esferas e níveis, as quais são, posteriormente, descritas a partir dos seus eixos de incidência nas UPAs, sendo discutidas sob ponto de vista do acesso destas pelas famílias agricultoras entrevistadas.

6.1 “SEM A DAP A GENTE NÃO É NADA”: A DAP COMO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL E CAMINHO NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é um documento de identificação da agricultura familiar, que pode ser obtida tanto por agricultores familiares (DAP física individual e acessória) quanto por empreendimentos familiares rurais, como agroindústrias, associações e cooperativas (DAP jurídica). A DAP foi originalmente criada para determinar a habilitação de agricultores ao acesso ao Pronaf, definindo sua linha de enquadramento a partir das informações nela contidas. Sendo caracterizado como um documento autodeclaratório, este pode ser emitido por órgãos de ATER oficiais e sindicatos.

Inicialmente, conforme a Resolução do Banco Central do Brasil 2.191 de 1995, tinha direito à obtenção de DAP (e conseqüente enquadramento ao Pronaf), o produtor rural que atendesse aos seguintes quesitos:

- a) exploração de parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- b) não manter empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;
- c) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais;

- d) possuir no mínimo, 80% de sua renda bruta anual proveniente da exploração agropecuária e/ou extrativa; e) residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC, 1995).

Tendo ocorrido diversas modificações ao longo do tempo, atualmente as exigências para enquadramento e emissão da DAP são definidas pela Portaria nº 523 de 2018, que disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para fins desta portaria, são considerados beneficiários de DAP as Unidades Familiares de Produção Agrícola (UFPA) e os empreendimentos familiares rurais que pratiquem atividades no meio rural e, simultaneamente, atendam aos seguintes requisitos:

- a) possuir, a qualquer título, área de até 4 módulos fiscais;
- b) utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- c) auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- d) ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2018)⁵⁰.

Nos primeiros anos a identificação dos agricultores familiares teve por referência as Resoluções do Conselho Monetário Nacional, pelo fato de que, no início, as ações governamentais dirigidas aos Agricultores Familiares se constituíam, exclusivamente, em linha de crédito rural envolvendo subvenções econômicas (BRASIL, 2014c).

É nesse sentido que, quando questionados sobre de que maneira a obtenção da DAP influencia e/ou impacta na UPA, a maioria dos entrevistados fez a ligação da DAP ao Pronaf e a possibilidade de acesso à crédito/financiamento com condições diferenciadas de pagamento, tal como os depoimentos: “Tudo, se tu vai fazer financiamento no banco, eles te pedem a DAP, se tu te enquadra, por exemplo no Pronaf, tu tem que ter a DAP. Senão tu cai pra um outro nível onde o juro é mais alto” (Depoimento do Agricultor Familiar 79, em abr. 2019); “Ter acesso a crédito, né, e ter um juro mais acessível. Hoje, se tu não tiver a DAP, no Banco do Brasil nem te recebem” (Depoimento do Agricultor Familiar 40, em fev. 2020); “Se eu

⁵⁰ O governo federal instituiu o Decreto nº 9.064/2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Esse decreto determina a substituição progressiva dos cadastros de DAP para o CAF. No momento, conforme determinado pelo próprio decreto, até que se conclua a implementação do CAF, a DAP permanece como instrumento de identificação e de qualificação da UFPA e dos empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2017a).

quero jogar um financiamento, é ela [a DAP] que diz quanto eu posso” (Depoimento da Agricultora Familiar 25, em mar. 2019, grifo da autora); “A DAP, no que eu sei, é o limite de financiamento que tu pode ter né, de renda. [...] a tua carta de financiamento, teu limite (Depoimento do Agriculto Familiar 20, em dez 2018).

O Pronaf segue sendo uma das principais políticas públicas sobre a qual é exigida a apresentação da DAP para enquadramento. Entretanto, com a ampliação do leque de políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, a DAP tornou-se um documento obrigatório para o acesso à maioria das políticas públicas. Ou seja, a DAP não é uma política pública em si, mas a sua obtenção é o que faculta aos agricultores familiares acessarem políticas públicas. Daí advém o sentimento de alguns agricultores familiares de que “a DAP é a chave de tudo” e que, sem ela o agricultor familiar “não tem nada”, demonstrando a importância que assume tal documento, conforme os depoimentos que seguem.

Olha, a DAP é a chave de tudo, né, se tu não tem DAP tu tá perdido, pra tu acessar uma linha de crédito, desde o custeio pecuário ao mais alto financiamento, até o bloco, de modelo, alguma coisa assim. Se tu não tem DAP, tu não tem nada. A DAP é o que regula o que você é e o que você não é na propriedade. Porque ela, conforme a renda, assim tu pode investir também conforme a tua renda. Que nem eu já, eu quero fazer um financiamento, eles vão lá e vão olhar a minha DAP (Depoimento do Agricultor Familiar 71, em mar. 2019).

Isso precisa, qualquer coisa, qualquer projeto que tu vai fazer. Isso precisa. É uma coisa que tem que ter. Isso ali é, todos têm que ter, pra qualquer coisa que precisa fazer pra agricultura assim, qualquer projeto, qualquer coisa que tu vai fazer, é a primeira coisa que pedem (Depoimento da Agricultora Familiar 37, em fev. 2019).

E, mais do que isto, a DAP passou a ser reconhecida como o documento comprobatório de enquadramento na categoria genérica “Agricultura Familiar”. Nesse sentido, a DAP assumiu um papel semelhante ao de uma “carteira profissional” ou mesmo de uma “identidade profissional”, como explicou o agricultor familiar: "A DAP, é um papel, vamos dizer, quem tem a DAP é agricultor familiar, assim, o outro é já maior, como que se fala?" (Depoimento do Agricultor Familiar 09, em jan. 2019). Ou seja, atualmente, a DAP passou a servir para quaisquer finalidades, para quando produtores rurais necessitam justificar sua condição de agricultura familiar.

Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 48 (94,1%) possuem DAP. As demais famílias agricultoras não têm acesso à DAP devido ao predomínio das atividades externas. Contudo, observando o caráter e a dimensão que assume esse documento em uma UPA,

apesar de a ampla maioria das famílias ter acesso à DAP, observa-se que há uma série de nuances sobre as dificuldades enfrentadas para seu acesso.

Um dos imbricamentos diz respeito à influência do acesso à emissão da DAP nos relacionamentos familiares, tal como a decisão de oficializar, ou não, um casamento. Para poder acessar a DAP, em algumas famílias entrevistadas, o casal decidiu não oficializar a união em Cartório de Registro Civil, devido ao fato de um dos dois possuir renda oriunda de atividade externa. Conforme relata a Agricultora Familiar, o fato de ela possuir atividade externa remunerada não faz a família deixar de viver no rural e praticar as suas atividades agropecuárias. Muito pelo contrário, a renda externa contribui para o sustento da família e, algumas vezes, inclusive, no financiamento das atividades de produção agropecuária nos períodos em que se faz necessário.

Financeiramente, isso já nos salvou muitas vezes, teve épocas que ele tinha muita coisa de banco pra pagar, a grande parte de dentro de casa era comigo. Então não dá pra parar de trabalhar fora [...], porque não compensa. A renda é uma coisa fixa que tu sempre tem e tu sobrevive [...]. Então isso, muitas vezes, foi uma garantia. Teve muitas vezes que não sobrava nada praticamente, ia direto sempre pros bancos tapar buracos. E daí o que segurava, era o meu salário (Depoimento da Agricultora Familiar 80, em abr. 2019).

Em outro caso, a agricultora familiar chegou ao ponto de ter que realizar contrato de arrendamento com seu companheiro, devido ao fato de as terras estarem no nome dele, que possuía renda provinda de atividade externa. Somente assim lhe foi possibilitado o acesso à DAP e a políticas públicas, como Pronaf e PNAE. Em outra família entrevistada, a agricultora familiar teve a emissão da DAP negada durante muitos anos pelas entidades emissoras, devido ao fato de seu marido ser empregado como funcionário público. Ao conseguir a emissão do documento, explica ela, tudo mudou e conseguiu, finalmente, ser reconhecida como agricultora familiar.

Eu nunca conseguia um DAP na minha vida, nunca. [...] Porque o meu marido tem uma outra fonte de renda, e eu, como mulher, eu não era valorizada no campo, eu não era nada e nem ninguém. A coisa andava até o ponto de eu dizer: meu marido é funcionário público. Já dava pra mim, chegou. Então quando eu comecei a trabalhar e ser assistida da Emater e coisa, um dos engenheiros que trabalhava com nós [...] fez um DAP. E daí depois que eu consegui esse DAP e coisa, as portas se abriram. A gente conseguiu se engajar num projeto do FEAPER, onde veio tratorito, sombrite, um monte de coisa. Esse ano o meu filho ganhou uma irrigação a fundo perdido de onze mil. Quando que eu ia achar que isso ia acontecer pra nós, né. Esse ano ele ganhou. E outra coisa que nós tivemos muito incentivo e coisa, que a gente têm da agroecologia é que o pessoal investe, o governo tá investindo em agroecologia, desde os insumos, adubação verde, sementes. Eles te criam condições pra ti trabalhar, via Emater, Arede também, isso vem de tudo que é lado. E foi cinco anos

assim que o governo liberou verbas e coisa pra agroecologia e coisa. [...] E isso tudo é incentivo. [...] mudou muita coisa. Porque sem a DAP eu não podia participar de nada de projeto do governo, né. Esses projetos a fundo perdido, essas coisas, e hoje em dia eu já posso. Mudou nesse sentido, né [...] (Agricultora Familiar 137, em mar. 2019)

A partir disso percebe-se que a DAP tomou uma dimensão simbólica e prática importante, influenciando nas UPAs para muito além do acesso às linhas de financiamento do Pronaf, abrindo um leque de possibilidades a partir do reconhecimento legal para agricultura familiar e seus empreendimentos. Entretanto, ainda há que se repensar nas dificuldades e limitações enfrentadas por alguns(mas) agricultores(as) no acesso à emissão da DAP, e nesse sentido, do acesso às políticas públicas voltadas a esse público. Da mesma maneira, urge a necessidade do reconhecimento da pluriatividade e de plurirrendimento como característica inerente da agricultura familiar, também se faz necessário (ainda) um real reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares, chefes de família e passíveis da titularidade de documentos.

6.2 “POLÍTICA PÚBLICA, QUE BICHO É ESSE?”: SIGNIFICADOS DE POLÍTICA PÚBLICA SOB O OLHAR DE AGRICULTORES FAMILIARES NA FRONTEIRA NOROESTE

Conforme explica Moscovici (2003), o conjunto de explicações, ideias e crenças sobre determinado assunto é denominado de representação social, os quais são resultantes da experiência cotidiana, da interação social e de re-apropriações de significados construídos historicamente. Partindo desse conceito, compreende-se que agricultores familiares, criam significações relacionadas à expressão “política pública”, ou seja, possuem suas representações sociais sobre a temática.

Se por um lado, entre os especialistas, órgãos da esfera pública e normativas nacionais não há uma definição precisa ou um acordo sobre o que é uma política pública, por outro lado, entre as famílias agricultoras constatou-se que este é um termo ainda pouco conhecido e uma temática pouco abordada. Fator que ficou evidenciado com a resposta de um dos agricultores familiares entrevistados, que ao ser questionado sobre o significado de política pública para agricultura familiar, respondeu prontamente: “Isso tem asa? Que bicho é esse?” (Depoimento do Agricultor Familiar 31, em fev. 2019). Com a realização das entrevistas foi perceptível a

surpresa dos entrevistados quando questionados sobre cada uma das políticas públicas acessadas na UPA.

A análise das respostas obtidas nas entrevistas mostrou que as representações sociais para o significado de “política pública para agricultura familiar” estão atreladas a duas categorias conceituais, as quais encontram-se esquematizadas na Figura 65. A primeira categoria parte da compreensão de política pública como algo que vem, algo externo, pronto e acabado e a segunda categoria parte do princípio de que a política pública é algo a ser construído, ou seja, que se constrói socialmente.

Figura 65 - Sentidos atribuídos pelos agricultores familiares ao significado de políticas públicas para agricultura familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2019), Schreiner (2020)

À compreensão de política pública como “algo que vem” estão atrelados três nós centrais. O primeiro deles caracteriza as políticas públicas para agricultura familiar como incentivos recebidos, aparecendo aí expressões como: apoio, ajudas, auxílio, atenção, orientação, assessoramento, acompanhamento, benefícios, condições e chance. Tal como aparece em alguns depoimentos: “são as ajudas que eles dão” ou “eles dão umas ajudas um pouquinho as vezes”. O segundo nó visualiza as políticas públicas como os recursos governamentais que chegam através do poder público, ou nas palavras de alguns entrevistados: “as verbas que vêm do governo”. E o terceiro nó identifica a política pública

como o conjunto de regulamentações, normas, cadastros, serviços de inspeção, controle e penalização, visualizando a burocracia estatal na compreensão do conceito de política pública.

Na compreensão de política pública como “algo que se constrói”, estão abarcados dois nós conceituais. O primeiro nó identifica a política pública como uma conquista, resultado da participação social, da possibilidade de opinar, sugerir, contribuir, ou seja, do atendimento de necessidades e reivindicações. Conforme uma das agricultoras familiares entrevistadas respondeu: “são direitos adquiridos que devem ser colocados em prática” (Depoimento da Agricultora Familiar 92, em abr. 2019). Ou conforme explicou a Agricultora Familiar 118:

Eu acho que você poder acessar é um direito das pessoas [...]. É tu poder ter recurso pra plantar, ter recurso pra pescar. É você ter recurso pra saúde, ter acesso à educação [...]. Isso pra mim é política pública. É tu poder fazer parte da sociedade. Tu poder contribuir, tu poder dar opinião, tu poder sugerir, sabe, então acho que essas coisas são, a política pública não é uma coisa que tem que ser importada, acho que tem que ser construída (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

O último nó também aponta no sentido da construção de soluções e atendimento de necessidades, entretanto, compreendendo as políticas públicas como projetos ou programas mais amplos, socialmente planejados e diferenciados para o público ao qual se destina, ou “Que contribuem para melhorar a qualidade de vida” (Depoimento da Agricultora Familiar 137, em mar. 2019).

Quando questionados sobre qual política pública lembravam espontaneamente, 26 entrevistados citaram o Pronaf, tendo sido lembrada por pelo menos um membro em metade das famílias agricultoras entrevistadas e sendo eminentemente a política pública mais citada. Na sequência, políticas como aposentadoria e habitação, foram citadas por seis entrevistados, crédito fundiário e Emater foram citadas por cinco entrevistados, Regulação de preços, RS Rural e Saúde (SUS) foram citados por três entrevistados. O auxílio emergencial para estiagem e o serviço de vigilância sanitária foram citados por dois entrevistados. Outras treze políticas públicas foram citadas por apenas um dos entrevistados, as quais encontram-se listadas na Tabela 10 e em apenas 3 famílias agricultoras entrevistadas, nenhuma política pública foi citada espontaneamente.

Tabela 10 - Políticas públicas lembradas e citadas espontaneamente pelos agricultores familiares de acordo com o número de ocorrência nas entrevistas

Políticas públicas às quais os agricultores se referiram espontaneamente ⁵¹	Número de Famílias em que a política pública foi citada espontaneamente
Pronaf	26
Aposentadoria	6
Habitação Rural	6
Banco da Terra – Crédito Fundiário	5
Emater - Assistência Técnica e Extensão Rural	5
Regulação de preços, importações e exportações	3
RS Rural	3
Saúde - SUS	3
Auxílio emergencial para estiagem	2
Vigilância Sanitária	2
Açude ⁵²	1
Aquisição de alimentos para as escolas ⁵³	1
Arrumar Estradas	1
Bolsa Família	1
FIES	1
Impostos	1
Luz Para Todos	1
Mais Água Mais Renda	1
Patrulha Agrícola	1
PROAGRO	1
ProUni	1
Saneamento Básico	1
SENAR	1
Não citou nenhuma Política Pública espontaneamente	3
Número total de famílias entrevistadas	51

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Assim sendo, inicialmente foram citadas espontaneamente, em média, apenas duas políticas públicas por família agricultora entrevistada. Entretanto, ao se observar mais detalhadamente, o número de políticas públicas acessadas nas Unidades de Produção Agrícolas abrange um número muito maior, tal como se apresenta na sequência.

6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIVERSOS NÍVEIS E EIXOS

Considerando o período decorrente desde os anos 2000, foram identificadas 49 políticas públicas incidentes nas Unidades de Produção Agrícola pesquisadas na Fronteira Noroeste. Tais políticas se materializam em programas ou ações das esferas governamental - em nível federal, estadual e municipal - e não governamental, as quais encontram-se listadas

⁵¹ As políticas estão apresentadas neste quadro da forma como foram citadas espontaneamente pelas pessoas entrevistadas, estando descritas nos itens que seguem.

⁵² Se referiu ao Programa Segunda Água.

⁵³ Se referiu ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

na tabela 11, onde é apresentada a quantidade de UPAs pesquisadas em que houve a incidência de cada uma das políticas.

Tabela 11 - Políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, em ordem de número e porcentagem de UPAs em que houve incidência

Esfera/nível da política pública	Políticas públicas governamentais de nível Federal que incidiram em UPAs familiares na Fronteira Noroeste, RS	Número que UPAs pesquisadas em que houve incidência	Porcentagem de UPAs pesquisadas em que houve incidência
Governamental Federal	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	51	100%
Governamental Federal	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	50	98%
Governamental Federal	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	46	90,2%
Governamental Federal	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	43	84,3%
Governamental Federal	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	38	74,5%
Governamental Federal	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	32	62,7%
Governamental Federal	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	30	58,8%
Governamental Federal	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	22	43,1%
Governamental Estadual	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	20	39,2%
Governamental Federal	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	19	37,2%
Governamental Federal	Programa Bolsa Família (PBF)	17	33,3%
Governamental Federal	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	15	29,4%
Governamental Estadual	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	14	27,4%
Governamental Federal	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	12	23,5%
Governamental Estadual	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	11	21,6%
Governamental Estadual	Programa Socioassistencial	9	17,6%
Governamental Estadual	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	8	15,7%
Governamental Estadual	Crédito Emergencial	7	13,7%
Governamental Estadual	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	7	13,7%
Governamental Federal	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	7	13,7%
Governamental Estadual	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	6	11,8%
Governamental Federal	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	6	11,8%
Governamental Municipal	Programa Patrulha Agrícola	6	11,8%
Governamental Estadual	Recurso estadual a fundo perdido	5	9,8%
Governamental Estadual	Programa Segunda Água	4	7,8%
Governamental Federal	Seguro-Desemprego do Pescador	4	7,8%

Esfera/nível da política pública	Políticas públicas governamentais de nível Federal que incidiram em UPAs familiares na Fronteira Noroeste, RS	Número que UPAs pesquisadas em que houve incidência	Porcentagem de UPAs pesquisadas em que houve incidência
	Profissional Artesanal (SDPA) - Seguro Defeso		
Não Governamental	Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra	4	7,8%
Governamental Federal	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	3	5,9%
Governamental Federal	Programa Minha Casa Melhor	3	5,9%
Governamental Federal	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	3	5,9%
Governamental Municipal	Abertura de açude	3	5,9%
Governamental Municipal	Construção de pavilhão para feira da agricultura familiar	3	5,9%
Governamental Municipal	Crédito de Fundo Municipal	3	5,9%
Governamental Municipal	Fundo Municipal para Reforma de Habitações	3	5,9%
Governamental Estadual	Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	2	3,9%
Governamental Federal	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	2	3,9%
Governamental Municipal	Programa Jovem Empreendedor Rural	2	3,9%
Não Governamental	Cursos de capacitação técnica - Coopermil	2	3,9%
Não Governamental	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	2	3,9%
Não Governamental	Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS)	2	3,9%
Governamental Estadual	Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	1	2%
Governamental Estadual	Programa Mais Leite de Qualidade	1	2%
Governamental Federal	Polo Universitário Federal de Três de Maio	1	2%
Governamental Federal	Programa Ecoforte	1	2%
Governamental Municipal	Análise e adubação de solo	1	2%
Governamental Municipal	Ginástica na comunidade	1	2%
Governamental Municipal	Recurso municipal a fundo perdido	1	2%
Não Governamental	Programa Morar Melhor	1	2%
Não Governamental	Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 12 apresenta-se os níveis de políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste e o número de políticas públicas identificadas em cada uma dessas esferas. A ampla maioria das políticas públicas identificadas são políticas de iniciativa governamental, totalizando 42 programas e ações, sendo 21 de nível federal, 13 de nível estadual e 9 de nível municipal⁵⁴ ou intermunicipal. Dentre as políticas públicas de nível federal e estadual, a ampla maioria constitui-se de programas governamentais, dentre os quais, grande parte são implementados em conjunto

⁵⁴ A fim de facilitar a classificação das políticas públicas de forma mais ampla, destacamos que entre as políticas municipais, optou-se aqui por agrupar as ações que são semelhantes em sua forma de incidência nas UPAs, mesmo que estas tenham sido executadas por diferentes governos municipais.

entre os diferentes níveis governamentais e atores não governamentais. Já as políticas municipais, constituem-se, em sua maioria, de ações localizadas, com algumas exceções de programas institucionalizados e implementados por algumas prefeituras. Também foram identificadas políticas públicas de iniciativa não governamental, de iniciativa de organizações privadas, ONGs, cooperativas e sindicatos, as quais totalizam 6 programas e ações que incidiram sobre a agricultura familiar na Fronteira Noroeste.

Tabela 12 - Níveis de políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas Fronteira Noroeste, RS, e quantidade de políticas identificadas por nível

Esferas/Níveis de políticas públicas incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste	Número de políticas públicas identificadas
Programas e ações governamentais federais	21
Programas e ações governamentais estaduais	13
Programas e ações governamentais municipais e intermunicipais	9
Programas e ações não governamentais	6
Total	49

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Destaca-se substancialmente a incidência das políticas públicas governamentais de nível federal. Além da maior quantidade de programas identificados, dentre as sete políticas públicas que incidiram em mais de 50% das UPAs, todas são governamentais de nível federal. Ademais, dentre as onze políticas públicas incidentes em mais de 30% das UPAs pesquisadas, dez são políticas públicas governamentais de nível federal e apenas uma governamental de nível estadual.

Observando o panorama das políticas públicas governamentais de nível federal que incidiram na agricultura familiar na Fronteira Noroeste (Tabela 13), destacam-se três políticas públicas através das quais o Estado se fez presente em maior número de UPAs pesquisadas. Primeiramente, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que tem chegado nas UPAs através dos agentes comunitários de saúde (ACS) do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF). Em segundo lugar o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), apresentando-se como pré-requisito legal para acesso à outras políticas públicas governamentais, e em terceiro lugar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal política de acesso a crédito da agricultura familiar. Essas três políticas públicas incidiram em mais de 90% das UPAs pesquisadas. Na sequência, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural se destacam por incidirem em mais de

50% das UPAs pesquisadas. Ademais, também merecem destaque o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Bolsa Família (PBF), os quais incidiram em mais de 30% das UPAs pesquisadas.

Tabela 13 - Políticas públicas governamentais de nível federal incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência

Políticas públicas governamentais de nível federal que incidiram em UPAs familiares pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS	Número que UPA pesquisadas em que houve incidência	Porcentagem de UPAs pesquisadas em que houve incidência
Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	51	100%
Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	50	98%
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	46	90,2%
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	43	84,3%
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	38	74,5%
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	32	62,7%
Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	30	58,8%
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	22	43,1%
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	19	37,2%
Programa Bolsa Família (PBF)	17	33,3%
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	15	29,4%
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	12	23,5%
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	7	13,7%
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	6	11,8%
Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) - Seguro Defeso	4	7,8%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	3	5,9%
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	3	5,9%
Programa Minha Casa Melhor	3	5,9%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	2	3,9%
Polo Universitário Federal de Três de Maio	1	2%
Programa Ecoforte	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dentre as políticas públicas governamentais de nível estadual (Tabela 14), destacaram-se o Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), incidente em 39,2% das UPAs pesquisadas, o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT) e o Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF), que incidiram em mais de 20% das UPAs pesquisadas. Também se destacaram, o Programa Socioassistencial, Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR), os auxílios através de Crédito Emergencial e o Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural), os quais incidiram em mais de 10% das UPAs pesquisadas.

Tabela 14 - Políticas públicas governamentais de nível estadual incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência

Políticas públicas governamentais de nível estadual que incidiram em UPAs familiares na Fronteira Noroeste	Número que UPA pesquisadas em que houve incidência	Porcentagem de UPAs pesquisadas em que houve incidência
Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	20	39,2%
Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	14	27,4%
Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	11	21,6%
Programa Socioassistencial	9	17,6%
Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	8	15,7%
Crédito Emergencial	7	13,7%
Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	6	11,8%
Recurso estadual a fundo perdido	5	9,8%
Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	7	13,7%
Programa Segunda Água	4	7,8%
Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	2	3,9%
Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	1	2%
Programa Mais Leite de Qualidade	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observando as políticas governamentais de nível municipal acessadas pelas famílias agricultoras pesquisadas (Tabela 15) destacam-se os Programas de Patrulha Agrícola e os fundos municipais destinados às reformas de habitações e créditos de fundo municipal e fomento a feiras da agricultura familiar, os quais foram efetuados em diversos municípios e incidiram em mais de 5% das UPAs pesquisadas. Também aparecem ações localizadas, como a aberturas de açudes, recursos municipais concedidos a fundo perdido e atividades de assistência social e promoção de saúde. Se destaca, pela singularidade e relevância, o Programa Jovem Empreendedor Rural, constituído pelas prefeituras municipais de Alecrim, Porto Lucena e Porto Vera Cruz em articulação com entidades não governamentais.

Tabela 15 - Políticas públicas governamentais de nível municipal e intermunicipal incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS, apresentadas por ordem de incidência

Políticas públicas governamentais de nível municipal e intermunicipal incidentes nas UPAs familiares pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS	Município(s) promotor(es)	Número que UPA pesquisadas que acessaram ou foram beneficiadas	Porcentagem de UPAs pesquisadas que acessaram ou foram beneficiadas
Programa Patrulha Agrícola	Alecrim, Nova Candelária, Santo Cristo	6	11,8%
Fundo Municipal para Reforma de Habitações	Nova Candelária, Porto Vera Cruz	3	5,9%
Construção de pavilhão para feira da agricultura familiar	Santo Cristo	3	5,9%
Crédito de Fundo Municipal	Porto Vera Cruz e Santo Cristo	3	5,9%
Abertura de açude	Porto Vera Cruz, Santa Rosa	3	3,9%
Programa Jovem Empreendedor Rural	Alecrim, Porto Lucena, Porto Vera Cruz e entidades não governamentais	2	3,9%
Análise e adubação de solo	Independência	1	2%
Ginástica na comunidade	Porto Vera Cruz	1	2%
Recurso municipal a fundo perdido	Santa Rosa	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Mesmo com a proximidade que o poder público municipal possui ao seu público, se comparado aos outros níveis de políticas governamentais, percebe-se há uma diferença significativa na incidência de tais políticas. Ou seja, ainda que ambas políticas públicas tenham igual importância, a incidência das políticas municipais, no período considerado, tanto em número de políticas, quanto em número de famílias, é bem menor do que a incidência das políticas de nível estadual e federal. Dessa forma, no que concerne às políticas públicas governamentais de nível municipal, identifica-se um potencial pouco explorado na construção de políticas voltadas à agricultura familiar, as quais poderiam ser focadas, por exemplo, ao atendimento das especificidades de diferentes grupos de agricultores familiares na região.

Ademais, dentre as seis políticas públicas não governamentais que incidiram nas UPAs pesquisadas (Tabela 16), destaca-se a Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra como um trabalho de cunho regional relevante no âmbito da educação do campo, impactando jovens e suas famílias em diversos municípios e protagonizado principalmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (FETAG-RS).

Tabela 16 - Políticas públicas não governamentais incidentes nas UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste, RS

Políticas públicas não governamentais e intermunicipal que incidiram em UPAs familiares na Fronteira Noroeste, RS	Entidade/Organização promotora	Número que UPA pesquisadas que acessaram ou foram beneficiadas	Porcentagem de UPAs pesquisadas que acessaram ou foram beneficiadas
Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra	FETAG-RS	4	7,8%
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	MAB/BNDES	2	3,9%
Cursos de capacitação técnica	Coopermil	2	3,9%
Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS)	STR – Três de Maio e São José do Inhacorá	2	3,9%
Programa Morar Melhor	Caixa Econômica Federal	1	2%
Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê	ONG Terra verde	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O fato de ter sido identificado um menor número de políticas públicas não governamentais incidentes sobre a agricultura familiar na fronteira Noroeste, corrobora precisamente com o que afirma Secchi (2016), de que, por diversos fatores, o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas.

Para além disso, como amplamente debatido na literatura, vale destacar ainda que a operacionalização e difusão destas políticas públicas ocorre a partir da atuação de uma soma de agentes mediadores locais, que contribuem significativamente para o desenvolvimento social regional (NEVES, 2008). Na Fronteira Noroeste, estão envolvidas nessa mediação, entidades e organizações sociais tais como: instituições de cunho estatal e privado, Emater's, Ong's, STR's, associações e cooperativas de agricultores, bancos e cooperativas de crédito. Estes agentes mediadores cumprem importante papel na dinâmica de desenvolvimento, disseminação e incidência das políticas públicas na região. Entretanto, focamos aqui, nas políticas públicas a partir de sua incidência e seus impactos nas Unidades de Produção Agrícola familiares.

Para tanto, foi realizada uma classificação das políticas públicas em oito eixos de incidência:

- a) acesso à terra;
- b) habitação e eletrificação rural;
- c) saúde no rural;
- d) educação rural e formação profissional;
- e) socioassistencial;
- f) ambiental;

g) produção agrícola e agroindustrial;

h) comercialização.

No Quadro 14 está apresentada a classificação das políticas públicas em cada um dos eixos, bem como, uma síntese dos resultados de sua incidência nas UPAs pesquisadas.

Quadro 14 – Síntese das políticas públicas, níveis, eixos e resultados na UPAs da agricultura familiar pesquisadas na Fronteira Noroeste

Eixo de incidência	Esfera/ Nível	Política Pública	Síntese de resultados da incidência da política pública nas UPAs pesquisadas
Acesso à terra	Gov. Federal	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Acesso à terra Permanência no meio rural Retorno ao meio rural Ampliação de área Venda de terras
Habitação e eletrificação rural	Gov. Federal	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações Melhoria no conforto e bem-estar Aumento na autoestima Permanência no rural
		Programa Minha Casa Melhor	Aquisição de móveis e eletrodomésticos Melhoria no conforto e bem-estar Aumento da autoestima
		Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	Acesso à energia elétrica Melhoria na qualidade de vida Reestruturação produtiva
	Gov. Municipal	Fundo Municipal para Reforma de Habitações	Construção de habitações Melhoria no conforto e bem-estar Aumento da autoestima Permanência no rural
	Não Gov.	Programa Morar Melhor	Construção de habitações Melhoria no conforto e bem-estar Aumento da autoestima Permanência no rural
Saúde no rural	Gov. Federal	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde Visitas de agentes de saúde Exames preventivos Atendimento médico domiciliar a acamados Informação sobre saneamento básico
	Gov. Estadual	Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	Acesso à protetores solares
	Gov. Municipal	Ginástica na comunidade	Promoção da saúde Exercícios físicos periódicos com acompanhamento profissional
Educação do campo e formação profissional	Gov. Federal	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
		Polo Universitário Federal de Três de Maio	Acesso ao ensino superior público com cursos na área rural
	Gov. Estadual	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
	Gov. Intermunicipal	Programa Jovem Empreendedor Rural	Formação profissional Valorização da juventude agricultora Permanência da juventude no campo

Eixo de incidência	Esfera/ Nível	Política Pública	Síntese de resultados da incidência da política pública nas UPAs pesquisadas
	Não Gov.	Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra	Formação profissional Valorização da juventude agricultora Permanência da juventude no campo Formação de lideranças jovens rurais
		Cursos de capacitação técnica - Coopermil	Capacitação técnica profissional
Socioassistencial	Gov. Federal	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura Renda e dignidade durante a velhice
		Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola Garantia de renda mínima
		Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Promoção da socialização entre mulheres Oficinas práticas
		Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) - Seguro Defeso	Complementação e/ou garantia de renda a pescadores artesanais durante a piracema Valorização e reconhecimento da prática da pesca artesanal Conservação da biodiversidade da bacia do Rio Uruguai
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Renda e dignidade para pessoas portadoras de deficiência	
	Gov. Estadual	Programa Socioassistencial	Visitas de técnicos da EMATER e aproximação com outras políticas públicas
Ambiental	Gov. Federal	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Gov. Estadual	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Não Gov.	Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê	Instalação de viveiro com produção de mudas florestais nativas
Produção agrícola e agroindustrial	Gov. Federal	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Capitalização das famílias agricultoras Melhorias na infraestrutura Aquisição de máquinas e equipamentos Aumento da produção Diminuição da penosidade do trabalho Subsídio para cultivos e criações Instalação de placas fotovoltaicas
		Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas Inclusão em políticas públicas Elaboração de projetos Fomento à organização social e produtiva
		Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja, trigo e milho
		Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Fomento à produção de soja
		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Implantação de sistemas agroflorestais
		Programa Ecoforte	Equipamentos para agroindustrialização Aproveitamento e processamento de frutas Valorização da biodiversidade nativa local

Eixo de incidência	Esfera/ Nível	Política Pública	Síntese de resultados da incidência da política pública nas UPAs pesquisadas
	Gov. Estadual	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Melhorias na infraestrutura Aquisição de equipamentos Melhorias na gestão ambiental Recuperação de solo Instalação de placas fotovoltaicas Cisternas de aproveitamento de água da chuva Instalação de biodigestores Estufas e sistemas de irrigação para olerícolas Aquisição de sementes de milho Bolsa jovem rural
		Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Análise econômico-produtiva Visita periódica de ATER
		Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	Instalação de sistemas de irrigação Segurança hídrica para pastagem, grãos e olerícolas Aumento de produção
		Crédito Emergencial	Instalação de sistemas de irrigação Segurança hídrica para pastagem e grãos Aumento de produção Recuperação de solo Aquisição de equipamentos
		Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	Construção de banheiros Reforma de habitações Adubação de solo Implementação de pomar Instalação de estufas Acompanhamento periódico de ATER
		Recurso estadual a fundo perdido	Equipamentos de pesca Irrigação de hortaliças Recuperação de solo Implementação de pomar Sementes para produção de grãos
		Programa Segunda Água	Abertura de açudes
		Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	Consolidação e regularização de agroindústrias
		Programa Mais Leite de Qualidade	Aquisição de equipamentos para ordenha
	Gov. Municipal	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos
		Crédito de Fundo Municipal	Melhorias de infraestrutura
		Abertura de açude	Abertura de açude
		Análise e adubação de solo	Melhorias na produção agrícola
	Não Gov.	Recurso municipal a fundo perdido	Construção de galinheiro
		Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	Construção de galinheiro Implementação de horta Acompanhamento de ATER Fomento à organização social e produção agroecológica Promoção de SAN
		Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS)	Acompanhamento de ATER Fomento ao planejamento da produção Fomento à produção para autoconsumo Promoção de SAN

Eixo de incidência	Esfera/ Nível	Política Pública	Síntese de resultados da incidência da política pública nas UPAs pesquisadas
Comercialização	Gov. Federal	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Espaço de comercialização Garantia e estabilidade de preço Diversificação produtiva Incentivo da produção olerícola Consolidação de agroindústrias Promoção de SAN
		Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Espaço de comercialização Garantia e estabilidade de preço Diversificação produtiva Incentivo da produção olerícola Consolidação de agroindústrias Permanência da juventude no rural Promoção de SAN
	Gov. Municipal	Construção de pavilhão para feira da agricultura familiar	Espaço de comercialização Diversificação produtiva Consolidação de agroindústrias Promoção de SAN

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observando-se as políticas públicas a partir dos eixos de incidência, em primeiro lugar percebe-se a predominância das políticas públicas governamentais e dentre estas, predominam as de nível federal. Tais políticas estão entre as mais acessadas em todos os eixos, o que demonstra a maior abrangência e maior grau de universalidade no acesso às políticas públicas federais. Vale também observar o número de políticas públicas identificadas nos diferentes eixos de incidência. Predominam, majoritariamente, as políticas públicas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, dentre as quais foram identificadas 22 políticas públicas incidentes. Na sequência, foram identificadas seis políticas públicas incidentes no eixo socioassistencial e no eixo de educação do campo e formação profissional e cinco políticas de habitação e eletrificação rural. Por fim, os eixos com menor número de políticas públicas incidentes foram os eixos relacionados à saúde, questão ambiental e comercialização de produtos da agricultura familiar, sendo identificadas três políticas públicas em cada um destes eixos, e no que tange ao acesso à terra, sendo identificada apenas uma política pública neste eixo.

Observando por outro ângulo, e ainda considerando as políticas públicas com base nos eixos temáticos de incidência, destacam-se pela cobertura, os eixos de saúde no rural, ambiental e produção agrícola e agroindustrial (Tabela 17).

Tabela 17 - – Número médio de políticas públicas acessadas por eixo temático

Eixo temático de incidência de políticas públicas	Porcentagem de UPAs que acessou alguma política no eixo
Saúde no rural	100%
Ambiental	98%
Produção agrícola e agroindustrial	98%
Socioassistencial	80,4%
Educação do campo e formação profissional	68,6%
Habitação e eletrificação rural	54,9%
Comercialização	39,2%
Acesso à terra	37,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O único eixo que incidiu com, no mínimo uma política pública, em todas as UPAs foi o eixo de saúde no rural que, por meio da PNAB, incidiu em 100% das famílias entrevistadas. Já os eixos de políticas públicas voltadas às questões ambientais e à produção agrícola e agroindustrial incidiram, com no mínimo uma política pública, em 98% das UPAs pesquisadas. Dentre as políticas públicas socioassistenciais, 80,4% das famílias acessaram pelo menos uma política pública. No eixo de educação do campo e formação profissional pelo menos uma política pública foi acessada por 54,9%. Em 39,2% das UPAs houve a incidência de pelo menos uma política pública voltada à comercialização e em 37,2% alguma política de acesso à terra. Na sequência, estão discutidos cada um dos eixos de incidência de políticas públicas na agricultura familiar da Fronteira Noroeste, bem como, descreve-se cada uma das políticas públicas identificadas nas UPAs e os principais resultados e implicações elencados pelas famílias agricultoras entrevistadas.

6.3.1 Políticas públicas de acesso à terra: “sem a terra a gente não tem nada”

Precedido pelo Programa cédula da Terra (PCT) e pelo Banco da Terra (BT), implantados respectivamente em 1996 e 1998, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi instituído e regulamentado pelo governo federal através do Decreto nº 4.892 de 2003⁵⁵. Tendo sido conduzido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, teve como principal objetivo financiar a aquisição de terras por agricultores familiares sem terras ou que possuíam terras insuficientes, buscando contribuir para a diminuição da pobreza rural mediante o acesso à terra (BRASIL, 2003b).

⁵⁵ Regulamenta a Lei Complementar nº 93 de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (BRASIL, 1998).

Embora tenha sido fonte de inúmeras controvérsias entre movimentos sociais em sua etapa de implementação devido à questão agrária ainda não resolvida no Brasil, o BT e o PNCF acabaram por demonstrar que as políticas de reforma agrária não conseguem atender a heterogeneidade de demandantes de terras no Brasil. A política de crédito fundiário contribuiu para suprir, de certa forma, a demanda por terra de agricultores minifundistas, famílias com alguma forma de acesso precário à terra e filhos de agricultores sem terra. Dessa maneira, acabou por evitar que pequenas áreas colocadas à venda não saíssem do circuito da agricultura familiar (GOMES, 2013; GOMES *et al.*, 2015; PELEGRINI, 2018).

Schreiner (2008), ao estudar os beneficiários do crédito fundiário no município de Santo Cristo, observou que o acesso ao PNCF foi fator preponderante e fundamental para manter as famílias no campo e em atividade. A autora identificou que 90% dos beneficiários, eram arrendatários ou viviam em UPAS pertencentes a seus familiares antes do acesso ao crédito fundiário. Nesse sentido, Cazella (2011) e Gomes *et al.* (2015) destacam que o crédito fundiário representa a principal forma de acesso à terra para um grande número de agricultores familiares com pouca ou sem terra e uma alternativa de reordenamento fundiário para regiões em fronteiras agrícolas fechadas e que não possuem grandes áreas passíveis de desapropriação.

Conforme Gomes *et al.* (2015), desde que entrou em funcionamento, o PNCF tornou-se a mais importante das políticas de crédito fundiário criadas no país. Os autores concluem que a política de crédito fundiário alcançou resultados satisfatórios na forma de contratos individuais, que permitem adquirir pequenas áreas de terras, em especial, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo os autores, de maneira geral, nestes dois estados do Sul

[...] o programa respondeu de forma significativa a forte demanda por terra de pequenos produtores minifundistas, arrendatários, parceiros, meeiros e filhos de agricultores sem terra. Se esse tipo de intervenção não modifica de forma efetiva a concentração fundiária, certamente contribui para que pequenas áreas colocadas à venda não saiam do circuito da agricultura familiar e sejam transformadas em sítios de lazer ou anexadas a estabelecimentos maiores (GOMES *et al.*, 2015, p. 377).

Dentre as famílias agricultoras entrevistadas nesta pesquisa, a única política pública incidente no eixo de acesso à terra foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), tendo beneficiado 19 UPAs pesquisadas (37,2%). Dentre estes, 16 famílias agricultoras foram beneficiadas pelo financiamento e 3 pela venda de terras. Foram identificados quatro grupos de famílias agricultoras beneficiadas pelo PNCF: um primeiro grupo de famílias agricultoras com necessidade de ampliação de área, os quais agregaram a área adquirida à área

anteriormente existente; um segundo grupo de jovens filhos de agricultores que não possuíam terras próprias e necessitavam adquirir uma área de terras para viabilizar seu projeto de vida e permanecerem na atividade; um terceiro grupo de trabalhadores rurais sem terras próprias ou em condições precárias de acesso à terra (parceiros, arrendatários, meeiros ou posseiros); um quarto grupo formado por trabalhadores urbanos que retornou ao rural; e um quinto grupo de beneficiados com a política pública foram os beneficiados pela venda de terras, estes, em sua maioria se caracterizam por serem idosos aposentados sem perspectiva de sucessão e que pretendiam vender parte de suas terras já ociosas por falta de mão de obra.

Dentre as famílias agricultoras entrevistadas que tiveram acesso ao crédito fundiário, aproximadamente 70% responderam que a política pública mais importante acessada na UPA foi o PNCF. Essa política pública representa para muitos a materialização de um sonho, fator bem frisado pelo Agricultor 31, quando questionado sobre qual a política pública mais importante, respondendo sem hesitar: “[O mais importante foi] conseguir a terra. Porque sem a terra não precisava o resto, não ia adiantar pra nada, é o começo do baile, é o alicerce” (Depoimento do Agricultor Familiar 31, em fev. 2019, grifo da autora). E o Agricultor Familiar 20, que retornou com sua família ao meio rural e às atividades agrícolas após o acesso ao crédito fundiário:

Eu sempre quis compra uma área de terra, e daí pra eu compra era só pelo Banco da Terra. Daí por isso que a gente veio, senão hoje eu taria na cidade ainda [...]. Eu gostei, porque era o meu sonho, sempre queria mora no interior, mas que nem meu pai, ele não tem como ajudar, assim, comprar uma área boa. Daí caiu bem essa (Depoimento do Agricultor Familiar 20, em dez 2018).

Ou como destaca o Agricultor Familiar 34, evidenciando a prioridade no acesso à terra em relação aos outros fatores produtivos:

O mais importante foi comprar a terra, porque sem a terra tu não faz nada. Em segundo foi a compra das vacas pra investir [...] e antes das vacas foi ainda o pasto, nós colocamos o pasto e depois foi as vacas. A casa também, senão não tinha moradia. Mas primeiramente foi a terra (Depoimento do Agricultor Familiar 34, em fev. 2019).

A importância do acesso à terra também é ressaltada por famílias que já exerciam atividades na agricultura, entretanto sem área própria, como no caso da agricultora 22, que conta que sua família se encontrava em situação de insegurança anteriormente ao acesso ao crédito fundiário, por residir trabalhar em área cedida por familiares:

O que mudou é que a gente tem mais terra pra plantar também né, [...] e é uma garantia também no bloco né, que a gente vai ter depois [...] daí eu consigo me aposentar, e ele também. E pra ter uma garantia da gente morar lá depois talvez né. A gente não sabe se eles vão querer vender essa terra aqui ou não. E a casa é da gente, né, mas o terreno não é da gente, então a gente não sabe (Depoimento da Agricultora Familiar 22, em abr. 2019).

A Agricultora Familiar 100 também explica a importância dessa política pública ao relatar que antes de acessar o crédito fundiário sua família era empregada em fazenda de agricultura patronal: “Mas isso foi muito bom, porque tu trabalhava de empregada não é fácil, né” (Depoimento da Agricultora Familiar 100, em jan. 2019).

Não obstante suas potencialidades, seu sucesso de implementação e a importância que assumiu para as famílias agricultoras na Fronteira Noroeste, algumas dificuldades se apresentam no que diz respeito ao acesso ao PNCF. A primeira questão refere-se ao endividamento de uma parte das famílias agricultoras que passam por alguma dificuldade e não conseguem efetuar os pagamentos das parcelas de financiamento das terras. Sobre esse aspecto, Gomes *et al.* (2015) apontam para a necessidade de aliar esta política pública a iniciativas consistentes de assistência técnico-produtiva. Entretanto, nos casos aqui estudados, se mostra necessário, também, aliar os projetos técnico-produtivos às políticas de comercialização, haja vista que famílias agricultoras que não conseguiram pagar as parcelas do financiamento enfrentaram dificuldades de inserção em mercados e escoamento da sua produção.

Por outro lado, o perdão de dívidas e negociação do pagamento do crédito fundiário aos agricultores familiares devedores, levou à indignação aos que vinham cumprindo com os pagamentos regularmente, conforme demonstrado no depoimento do Agricultor 04:

Só que ali, não sei se é o caso de comentar, aconteceu uma injustiça, que tinha os que não pagavam, os inadimplentes. E daí foi negociado ali, e eles conseguiram desconto de mais da metade e depois foi perdoado isso. E nós que estamos pagando em dia, estamos pagando integral, né (Agricultor Familiar 04, fev. 2019).

A segunda questão refere-se à localização das terras financiadas pelo crédito fundiário. Dentre as famílias agricultoras que acessaram o crédito fundiário para ampliar sua área, muitas acabaram por adquirir terras com uma localização longínqua de sua UPA. Tal fato decorreu, tanto pela falta de áreas com possibilidade de compra nas proximidades quanto pela impossibilidade de compra de herdeiros, sendo que em grande parte das UPAs, as áreas lindeiras pertencem à parentes de primeiro grau. Nesses casos, apesar de os projetos de financiamento preverem a viabilidade desse investimento, na prática, a distância entre as

áreas, torna o trabalho mais oneroso. Há um dispêndio maior de tempo e deslocamento, como descreve o agricultor 24, explicando que realizam a produção de silagem na área financiada pelo crédito fundiário, a qual fica localizada a seis quilômetros da área onde residem e possuem suas benfeitorias, máquinas e equipamentos:

Só temos cinco hectares e meio em roça aqui, daí tamo enchendo de grama. E daí, a silagem, eu posso fazer dez hectares em roça lá. Daí eu posso fazer silagem e trago de lá, né. A cada três dias tem que buscar. Em duas horas nós tamo de volta (Depoimento do Agricultor Familiar 24, em mar. 2019).

Outro exemplo é a família agricultora que financiou uma área em localização mais distante por não ter sido permitida compra de herdeiros que possuíam as áreas adjacentes. Ao quitarem seu financiamento, venderam a área e compraram de herdeiros da família uma área adjacente à sua, a fim de evitar o fracionamento de sua área. Conforme relata:

Eu tinha comprado uma vez pelo Banco da Terra e eu vendi ela porque ficava a seis quilômetros e pouco daqui e nós não tinha como ir lá trabalhar sempre. E acaba, se tu é pra ter uma coisa que é pra relaxar, então vende. E daí nós peguemo e investimos aqui em casa, né, nós compramos outra terra ali [...]. E como nós tinha vaca, daí precisava terra, e daí a opção foi plantar lá e trazer tudo pra cá, milho, silagem, silagem fazia lá, ia lá a cada dois, três dias, pegava um carretão de silagem e trazia pra casa. Só que isso era judiado. Eu e ela alguma vez saímos daqui com tempo bom e chegava em casa molhado que nem uns pintos [...]. E tinha os porcos aqui e as vacas, e não tinha como abandonar aqui tudo pra ir lá trabalhar. E daqui até lá, uma meia hora tu tem que ter com o trator e acaba perdendo esse tempo, não tem como tu abraçar tudo. E daí tu não consegue cuidar bem. Tu planta milho, uma coisa, e daí entra lagarta, tu não pode ir todo dia lá olhar, tu não tem como acompanhar tudo. Porque que nem os porcos, as vacas, isso exige, tu sempre tem que tá por perto, sempre tem que tá ligado. E eu tirava daqui pra pagar a terra lá, porque por muito tempo aquela terra lá não se pagava (Depoimento do Agricultor Familiar 71, em mar. 2019).

Outras 14 famílias agricultoras (27,5%) entrevistadas declararam que gostariam de ter acessado o BT ou o PNCF e não conseguiram, o que indica que ainda há grande demanda por acesso ao crédito fundiário. Metade das famílias que não conseguiram acesso ao crédito fundiário, foi devido à impossibilidade de compra de área dos demais herdeiros. Tal questão foi pauta de reivindicação dos movimentos sociais da agricultura familiar, a qual só veio a ser atendida em 2014 com a Lei Complementar 145, que permitiu a possibilidade de negociação de terras de herdeiros em processo de partilha, vindo no sentido de evitar a fragmentação das áreas das UPAs familiares (BRASIL, 2014b).

6.3.2 Políticas públicas de habitação e eletrificação rural: um pouco de dignidade e autoestima para agricultura familiar

No eixo de habitação e eletrificação rural foram identificadas quatro políticas públicas relacionadas à habitação e uma política relacionada à eletrificação que incidiram nas Unidades de Produção Agrícola pesquisadas. Dentre as políticas públicas relacionadas à habitação rural identificou-se o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa Minha Casa Melhor de nível governamental federal, programas com fundos municipais para reformas de casas e o Programa Morar Melhor, através da Caixa Econômica Federal. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos, do governo federal, foi identificado como única política pública incidente no que concerne à eletrificação rural.

Destaca-se o PNHR que teve como objetivo “subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional” (BRASIL, 2009). Instituído em 2003, denominado inicialmente de Programa de Habitação Rural (PHR), encontrava-se vinculado ao Programa Nacional de Habitação e foi o primeiro programa de habitação nacional acessível ao público rural. Posteriormente, sendo vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, junto ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 326, de 31 de agosto de 2009, passando a ser denominado de Programa Nacional de Habitação Rural.

Conforme discutido por Bolter, Schneider e Haas (2015), o PNHR proporcionou a emergência de inúmeras organizações sociais ligadas aos sindicatos e às associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares com o intuito de operacionalizá-lo. O programa, que teve suas atividades paralisadas no ano de 2014, buscava suprir um déficit habitacional (famílias em condições de moradia precárias) existente no meio rural, compreendendo a habitação como fundamental na disposição de condições mínimas de vida digna para as famílias agricultoras. Desta forma, o PNHR constituiu um processo de mudança nos rumos e nos encaminhamentos do Estado para com o meio rural, cujo foco deixou de ser puramente inclusão econômica e produtiva das famílias, mas o desenvolvimento e a inclusão social destas. Assim, tornou-se uma das principais ações públicas da atualidade voltadas para a agricultura familiar brasileira (BOLTER; SCHNEIDER; HAAS, 2015).

Essa análise é corroborada pelo depoimento do Agricultor Familiar 62, contemplado pelo programa com a reforma de sua casa no município de Santo Cristo, reforçando que anteriormente ao PNHR, os programas de habitação existentes não eram acessíveis à população rural:

Foi muito importante. Na época deu um estímulo pro povo ficar na agricultura ao invés de ir pra cidade. [...]. tinha gente que tava prestes a sair e daí começou as reformas e eles ficaram [...]. E antes, pra cidade tinha financiamento e pros do interior não, né. Antes disso, pra casa não. Tu conseguia pra galpão, pra essas coisas tu conseguia financiamento, mas pra casa tu não conseguia (Depoimento do Agricultor Familiar 62, em mar. 2019).

O PNHR foi acessado em 22 UPAS pesquisadas (43,1%), dentre as quais, 16 famílias agricultoras (31,4%) foram contempladas com a construção de uma nova unidade habitacional (Figura 66) e 6 famílias agricultoras (11,8%) foram contempladas com a com a reforma de sua habitação.

Figura 66 - Habitações construídas a partir do Programa Nacional de Habitação Rural, nas localidades de Linha Progresso, município de Três de Maio, Linha Vênus e Linha Taquaruçu, município de Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Sem dúvida, essa foi uma das políticas públicas de desenvolvimento rural mais importantes para a região Fronteira Noroeste do RS, tanto pelo significativo número de acessos, quanto pela relevância material e simbólica que representou para as famílias agricultoras. Tal importância é relatada por todos os informantes-chave entrevistados e pelas todas as famílias agricultoras visitadas para esta pesquisa. Na Figura 67 está exemplificada a

dimensão do programa no município de Três de Maio, um dos municípios com maior número de beneficiados pelo programa.

Figura 67 – Banners expostos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá: 1) imagens de habitações construídas através do PNHR (antes/depois) no município de Três de Maio; 2) mapa indicando pontos de localização de famílias agricultoras beneficiadas pelo PNHR no município de Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Ao serem questionados sobre quais as mudanças trazidas com o acesso ao programa de habitação, grande parte dos entrevistados remetiam à insegurança anterior em viver em uma habitação em condições precárias. Uma das agricultoras respondeu com a seguinte frase: "Muito mais feliz, a qualidade de vida, sem preocupação quando tem temporal, já tá bem mais calmo" (Depoimento da Agricultora Familiar 104, em abr. 2020). Outro fator relevante foi no sentido de aumento da qualidade de vida, que conseqüentemente trouxe um a melhoria na autoestima dos agricultores familiares, o “orgulho de ser colona”, como aparece nos depoimentos que seguem:

Foi muito importante, porque, tipo assim, ó, se a gente é pra juntar o dinheiro pra gente construir uma casa de material, aqui tu não consegue, e era tudo que eu sempre quis, sabe, ter um cantinho ali que não pegasse vento, que não passasse vento, que não precisava ficar cuidando, sabe, então é um espaço muito bom, é pequenininho, mas é tudo que a gente sempre quis, sabe. É tipo assim, tu poder melhorar a qualidade de vida, isso te melhora a tua autoestima, sabe, como é que eu vou te dizer, de certa forma é, tu tem mais ânimo, sabe? Porque tu tem uma casinha boa. Assim, ó, vou ser bem sincera contigo, um tempo, eu me envergonhava de dizer que eu era colona, hoje eu me envergonho de dizer isso, sabe. Porque, tipo assim: a tu mora na colônia, tu é uma grosseira, tu mora lá no fundão. Hoje eu tenho orgulho de ser colona e morar no interior, porque eu acho que a qualidade de vida é nós que temos, porque se tu andar nesse interior assim, tu não vê, nesses últimos dez, quinze anos, o que melhorou a vida das pessoas no interior. Tu não vê hoje um casebre no interior. Aqui [...] é difícil tu ver, sabe, foram tantas políticas boas de, é, eu já digo assim, política pública federal, né, que foi investido, mesmo que fosse via prefeitura,

via sindicato ou via associação, mas foram implementadas essas políticas públicas, então se a pessoa não conseguiu adquirir uma casa, conseguiu reformar, conseguiu fazer banheiro, sabe? Conseguiu comprar terra, conseguiu colocar filho na universidade (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Mudou muita coisa, a autoestima, o conforto, o bem-estar, melhorou bastante, né, mais limpo, mais higiênico. Antes era de tábuas e velhinha, antiga, bem antiga. Era uma caixinha de fósforo, tamanho até tinha porque eram duas casinhas emendadas, mas era baixinha. Eu podia trocar o bico assim, da minha cabeça só um tantinho (Depoimento do Agricultor Familiar 134, em ago. 2019).

Melhorou muito, antes nós morava com os dois vovôs, daí era assim um puxado, era muito baixinho, e assim, apertado, e daí tinha os dois guri daí, só tinha dois quartinhos. Daí só tinha um banheiro para todos. Agora assim tá bom (Depoimento da Agricultora Familiar 05, em fev. 2019).

Dentre as famílias agricultoras que acessaram o PNHR, 32% consideram que esta foi a política pública mais importante acessada na UPA. Conforme relatado por um dos agricultores familiares entrevistados:

O mais importante foi a construção da casa, não tem nem o que discutir, essa foi. Cada vez que tu chega ali dentro, tu olha assim, tem lugarzinho pra baixar as crista, vamos dizer assim. Claro que a terra também foi, porque sem a terra não ia ter feito. Só que sabe, tu tendo um lar é diferente. Queira ou não queria, terra tu pode alugar, e mesmo assim, a casa, tua casa mesmo é outra coisa (Depoimento do Agricultor Familiar 34, em fev. 2019).

Outras 14 famílias agricultoras declararam que gostariam de ter acessado o PNHR e não conseguiram, o que indica que ainda persiste uma demanda por habitação⁵⁶. Os principais motivos alegados pelas famílias para o não acesso ao programa foram:

- a) finalização do programa e permanência na lista de espera;
- b) não enquadramento devido pela renda superior;
- c) renda insuficiente para a contrapartida exigida pelo programa;
- d) falta de titulação da terra e/ou regularização fundiária;
- e) não acesso à DAP ativa, devido à maior parte da receita ser oriunda de atividade externa à UPA⁵⁷.

⁵⁶ Com os últimos projetos tendo sido aprovados no ano de 2014, a liberação de recursos para os projetos de habitação rural através do PNHR encontrava-se suspensa no momento da pesquisa. Posteriormente, no Plano Safra 2019-2020, o governo federal criou uma nova linha de crédito do Pronaf, possibilitando o “financiamento para a construção ou reforma de moradias no imóvel rural” (BRASIL, 2019b, p. 15), também denominado de Pronaf Habitação Rural.

O Programa Minha Casa Melhor foi criado no sentido de complementar o programa de habitação Minha Casa Minha Vida, beneficiando segmentos da sociedade com menor poder aquisitivo através do financiamento para compra de móveis e eletrodoméstico em uma linha de crédito especial, a juros reduzidos. Efetivado durante os anos de 2013 a 2015, e não sendo exclusivo para o público rural, o programa foi acessado por 3 famílias agricultoras entrevistadas (5,9%). O relato de uma das agricultoras familiares demonstra o significado do acesso a esse programa como forma de aquisição e melhoria das condições de mobiliário em sua moradia:

E junto com o programa de habitação a gente teve acesso a outro programa, o Programa Minha casa Melhor. A gente melhorou os móveis, foi comprado sofá, foi cofoi imprado geladeira, foi comprado cama com colchão, máquina de lavar foi comprado gás, foi comprado um roupeiro pequeno, foi botado box no banheiro, foi comprada uma mesa com quatro cadeiras. Então isso melhorou bastante, sabe. Então, eu tinha cinco anos pra pagar. Dava cento e poucos real por mês, né. Então se eu não tivesse isso eu não ia conseguir melhorar né, não ia poder melhorar, então, por isso que eu digo que isso foi, sabe, nossa e assim, quantas, só aqui na nossa comunidade, vamos ver, uma, duas, cinco famílias que foram beneficiadas. Nossa foi muito bom, isso há seis anos atrás, daí tinha um ano de carência ainda, né, pra pagar, aí a gente terminou de pagar o ano passado (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Dentre as políticas públicas de habitação, além das famílias agricultoras beneficiadas pelos programas nacionais, outras 3 famílias entrevistadas (5,9%) acessaram fundos municipais para a reforma de suas habitações. Ademais, uma família agricultora acessou o Programa Morar Melhor, com foco na promoção e melhoria nas condições de habitação urbana, instituído pelo banco público Caixa Econômica Federal.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos foi instituído pelo Decreto nº 4.973 de novembro de 2003⁵⁸ sob coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A e das empresas que compõem o sistema Eletrobras. O programa teve como objetivo proporcionar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possuía acesso a esse serviço público (BRASIL, 2003a), prazo que foi posteriormente prorrogado até o ano de 2011 (BRASIL, 2010).

⁵⁷ Um dos documentos exigidos para o acesso ao PNHR era a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Um dos requisitos de enquadramento à DAP (dentre outros) é a obtenção de, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

⁵⁸ Tendo sido revogado posteriormente pelo Decreto nº 10.087, de novembro de 2019 (BRASIL, 2019a).

O programa Luz Para Todos também contou com a disponibilização de recursos para concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica⁵⁹, a fim de intensificar o reforço das redes de distribuição de energia. Por se tratar de uma política de governo para redução da pobreza e da fome, utilizando a energia como vetor de desenvolvimento, o programa também contava com o apoio de agentes contratados para o apoio ao desenvolvimento local nas comunidades atendidas pelo programa, buscando a integração das iniciativas de inclusão social no meio rural (LOVATO, 2009). Portanto, se observado por este ângulo, de forma indireta o programa beneficiou a todas as famílias do meio rural através dos projetos de inclusão social e melhoria na qualidade da transmissão de energia elétrica no meio rural. A incidência do Programa Luz Para Todos é demonstrada no relato de um dos agricultores familiares entrevistados no município de Alecrim, o qual também atua como Agente Comunitário de Saúde:

Foi importante no município e na comunidade. Até quando eu comecei a trabalhar eu tinha nove famílias que não tinham energia elétrica em 2009. E eles receberam desse programa. Nos nossos cadastros da saúde nós temos esses dados todos. E aí no município, era mais de cem famílias que não possuíam energia elétrica. Hoje, todos na minha área, cem por cento, tem energia elétrica. E esses que não tinham, conseguiram desse programa (Depoimento do Agricultor Familiar 113, em jan. 2019).

De forma direta, 3 famílias entrevistadas foram beneficiadas pelo Programa Luz Para Todos através da instalação de energia elétrica em suas habitações. Uma das quais havia sido beneficiada pelo PNHR no ano de 2009, tendo a instalação de energia elétrica em sua nova habitação. As outras duas famílias foram beneficiadas com a instalação nos anos de 2009 e 2010. Diferente do meio urbano, no rural há um dispêndio e custo financeiro para a extensão da energia até o seu local de moradia, o que muitas vezes é inviável para famílias em situação mais financeiramente vulneráveis. Conforme relata uma das Agricultoras Familiares entrevistadas, até acessar o programa Luz Para Todos, sua família não possuía recursos suficientes custear a extensão e instalação de energia elétrica em sua residência, mesmo com a fiação de energia elétrica passando na rua em frente à sua residência.

⁵⁹ No caso da região Fronteira Noroeste, as distribuidoras de energia elétrica são a Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (Cooperluz), Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios LTDA (Certil) e Rio Grande Energia (RGE).

Essa nós demoramos aquela vez pra conseguir, por causa que nós não tinha dinheiro pra pagar. E daí nós se inscrevemos naquele Luz Para Todos. Daí demorou um ano pra vim, mas ganhamo, graças a Deus (Depoimento da Agricultora Familiar 116).

Diante do observado, fica evidente a extraordinária importância que assumem as políticas de habitação e eletrificação rural na vida das famílias agricultoras da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Como políticas que se complementam, estas garantem condições mínimas de dignidade, inclusão social e autoestima através da melhoria em sua qualidade de vida, sua valorização e reconhecimento.

6.3.3 Políticas públicas de saúde no rural: da atenção básica à “estrita porta de entrada no SUS”

No eixo de saúde no rural foram identificadas três políticas públicas governamentais incidentes nas UPAs pesquisadas na Fronteira Noroeste. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), de nível federal, o Programa de Prevenção ao Câncer da Pele, de nível estadual e uma ação de nível municipal com práticas de ginástica em uma comunidade rural.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é atualmente regulamentada pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 2.436 de 2017⁶⁰ (BRASIL, 2017b) e estabelece diretrizes para atenção básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no país. Esta política visa complementar outras políticas de saúde através da instituição de uma Rede de Atenção à Saúde (RAS), se orientando pelos princípios da universalidade do acesso à saúde básica, prevenção às doenças e atenção integral às pessoas. A PNAB tem incidido nas famílias agricultoras principalmente através da ação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)⁶¹, os quais atuam em conjunto com a equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF)⁶², cumprindo com um papel de intermediários entre o poder público municipal, a Unidade Básica de Saúde e a população.

Se observada sob ponto de vista da atuação dos ACS, a PNAB é a política pública de maior incidência e a única que incidiu em todas as UPAs pesquisadas. Todas as 51 famílias agricultoras entrevistadas nessa pesquisa foram, em algum momento, atendidas pela PNAB.

⁶⁰ Instituída inicialmente pela Portaria nº 648/2006, tendo sido revogada e substituída pela Portaria nº 2.488/2011, posteriormente substituída pela Portaria nº 2.436/2017.

⁶¹ Destaca-se que já em 1991 havia sido oficialmente implementado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o qual foi efetivamente instituído e regulamentado em 1997, quando se iniciou o processo de consolidação e descentralização de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

⁶² Anteriormente denominado Programa de Saúde da Família (PSF), implementado no ano de 1994.

Dentre estas, 48 famílias agricultoras (94,1%) seguiam recebendo visitas mensais, bimestrais ou trimestrais de Agentes Comunitários de Saúde no momento de realização da pesquisa.

Na prática, conforme os relatos dos entrevistados, estes profissionais têm realizado importantes funções relacionadas à saúde básica preventiva para as famílias agricultoras. As principais funções citadas pelos agricultores entrevistados consistem em: realização de atualização dos cadastros com dados e informações no sistema de saúde; orientações sobre vacinações; orientação sobre horários de funcionamento e de atendimento das unidades básicas de saúde; orientações e encaminhamento para exames preventivos do câncer do colo de útero, atendimento odontológico e de atendimento para gestantes; orientações sobre destinação de resíduos e informe das datas de coleta de lixo nas comunidades. Como nos relatos que seguem.

Ela faz as perguntas, acompanha e qualquer coisa ela encaminha. Até agenda se for preciso, ou fala, orienta [...]. Ela é da comunidade nossa, só que ela pega mais comunidades. Mas eu acho importante isso. Porque a questão das vacinas, ela lembra, ela insiste. A questão dos outros exames. Se a gente pede, ela dá os horários dos médicos. Pra cada região tem os dias, e tudo (Depoimento do Agricultor Familiar 04, em fev. 2019).

Ela que faz a questão do lixo, ela sempre traz né, os dias que vai ser, é responsabilidade dela. Que nem pros dentista da unidade básica, ela que agenda essas coisas, pré-câncer também é com ela, ela encaminha, ela pede se foi, deixa tudo anotado (Depoimento da Agricultora Familiar 85, em jan. 2019).

Eu acho importante, eu gosto, porque mantêm a gente informado dos horários, as datas que tem o médico, enfermeiro, tudo (Depoimento da Agricultora Familiar 19, em dez 2018).

É importante, porque tu conversa com ela né. Ela vem, senta, conversa com a gente, pergunta como a gente tá. E ela leva tudo as coisas que a gente precisa né. É bom. Até as vezes a gente não lembra daí tu tem um exame, coisa assim, né. Ela que sempre me dizia: vai fazer o preventivo. Eu dizia: não, tenho vergonha. Mas ela disse: mas tem que fazer. Até que eu fui fazer (Depoimento da Agricultora Familiar 116, em fev. 2019).

Corroborando com essa lógica, Tabora, Bernardi e Marquez (2015) discutem que o trabalho em rede dos Agentes Comunitário de Saúde representa a possibilidade de fortalecimento de territórios através de sua atuação coletiva entre as equipes da rede e demais agentes do poder público. Para os autores, sua atuação implica muito mais do que mapear uma região e objetiva escapar das perspectivas “hospitalocêntricas e biomedicalizantes”, levando sua atuação para além de “policiar a ocorrência de doenças”. Conforme analisam os autores, também seria de incumbência dos agentes de saúde identificar e reivindicar possíveis outras

maneiras de prevenir as doenças, de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam determinado território. Desta maneira, embora nem todos assumam esta posição, tais profissionais têm a possibilidade de cumprirem com o papel de lideranças comunitárias ao identificarem necessidades e atuarem em áreas como a moradia, saneamento básico, estradas de acesso, acesso a atividades de lazer e recreação, dentre outras.

Alguns dos agricultores familiares entrevistados identificam e reconhecem tal atuação positiva no sentido da atenção em saúde básica preventiva. Outros também reconhecem a importância dos ACS na intermediação entre população e sistema de saúde, como identificado nos depoimentos que seguem.

Das agentes, isso eu acho ótimo. Eu acho essa visita dela importantíssima. Porque eles têm como foco o preventivo, e eu acho que isso é o importante, não o curativo. Funciona muito bem. Eu sei que tem lugares que eles não fazem o que ela faz, mas a nossa ali é muito eficiente (Depoimento da Agricultora 53, em jan. 2019).

A equipe da saúde, muitas coisas se baseia nos laudos deles [dos Agentes Comunitários de Saúde] das pessoas. Eles encaminham. Assim, daí é mais fácil de resolver (Agricultor Familiar 135, em fev. 2019, grifo da autora).

E outra coisa, assim, se tu tem um prontuário que é bem específico, teus problemas que tu tem numa emergência, é tudo lá com a pessoa, o profissional que vai te atender, já até na cirurgia de emergência, vai lá, baixa [no sistema] e tá tudo lá no prontuário. Isso é bem importante (Depoimento da Agricultora Familiar 137, em mar. 2019, grifo da autora).

Por outro lado, grande parte dos agricultores demonstra desapontamento e frustração com a atuação dos ACS, tecendo críticas no que se refere à atuação desses profissionais, tal como o Depoimento da Agricultora Familiar 143.

Isso é um dinheiro jogado fora. Tu chegar uma hora, sentar ali, conversar, não faz nada, podia medir pressão, mas eles não podem fazer nada, não podem levar a pessoa no médico (Depoimento da Agricultora Familiar 143, em fev. 2019).

Atualmente, a exigência mínima de formação para atuação como Agente Comunitário de Saúde é apenas ensino médio completo. Assim sendo, a maioria dos ACS não possui qualquer formação específica na área de saúde, o que limita a sua atuação quanto em procedimentos de saúde. Nesse sentido, alguns dos entrevistados mencionaram a limitação dos ACS enquanto profissionais devido à sua formação profissional, sugerindo até o estímulo à formação técnica desses profissionais a fim de tornar mais proveitosa sua atuação no

atendimento de saúde domiciliar e possibilitando ações como testes de glicose, aferição da pressão arterial, curativos etc.

Ela pede se tá tudo bem, não é muita coisa, eles não tem muita formação, [...] mas eu acho que poderia melhorar um pouco, eles podiam pelo menos medir pressão, mais com as pessoas de idade ia ajudar, né, uma coisa a mais. Isso era um dinheiro mais bem investido se podia ser um auxiliar de enfermagem, daí isso podia ser pra tanta coisa, né. Teria um pouquinho mais, e até ia ser um incentivo pra muitos fazer o curso. Assim eles preenchem relatório (Depoimento da Agricultora Familiar 138, em fev. 2019).

Não tem muita vantagem, ela não faz nada, ela só anota ali a tua idade, mais nada, ela não mede uma pressão, não agenda, porque antes também ela agendava dentista, agora já não agenda mais nada, nem consulta. Ela só te traz alguns recados. [...] Esse salário dos agentes de saúde eles podiam dar pros professor. [...] E ajudar mais as escolas também. Ou melhorar, se tivesse uns curso de técnico de enfermagem pra medir a pressão, porque tu precisa ir pra cidade pra medir a pressão, se tu não tem um medidor em casa. Que nem eu sou uma pessoa com pressão. Porque se tu precisa qualquer coisa, medir uma pressão ou uma diabetes eles podiam ajudar. Esses agentes de saúde servem só pra tirar o dinheiro do governo, do município. E daí pra avisar, né, mas daí pra avisar quando vem o lixeiro? Isso a gente escuta no rádio (Depoimento da Agricultora Familiar 22, em abr. 2019).

Olha, [...] mas eu acho que eles poderiam fazer mais coisas, como medir pressão, marcar exame, essas coisaras eles não podem mais fazer. Mas assim, eles fazem, na medida do possível o que é pra eles fazer, não podem fazer mais. [...] sempre pede coisas, avisa se tem alguma coisa. Não sei se seria necessário isso, eu as vezes penso que poderia pagar um médico (Depoimento da Agricultora Familiar 87, em abr. 2019).

Então, a gente têm as Agentes de Saúde que vêm mensal. Através delas a gente pode marcar uma mamografia. Mamografia e dentista é o que elas podem fazer, né. Mas em questão de curativo, medir pressão, essas coisas que são coisas essenciais, elas não podem fazer, né. Então isso dificulta muito o interior, por não ter um posto de saúde mais próximo, porque são treze quilômetros. Aí então elas são, tipo uma espécie de prevenção [...]. Então essa é uma das dificuldades que a gente tá tendo (Depoimento da Agricultora Familiar 119, em abr. 2019).

Por outro lado, da mesma forma que o constatado por Guanaes-Lorenzi e Pinheiro (2016), em uma pesquisa realizada com Agentes Comunitários de saúde em uma cidade de pequeno porte de São Paulo, percebe-se que existe certa desvalorização na prática dos Agentes Comunitários de Saúde. Fato que é corroborado pela declaração da Agente Comunitária de Saúde, entrevistada durante uma de suas visitas de rotina à uma das famílias agricultoras pesquisadas no município de Santa Rosa:

Na verdade o agente de saúde é bem limitado, a gente é bem limitado. Porque tem coisas que a gente não pode fazer, verificar uma pressão, essas coisas a gente não pode. Então a gente leva o problema pro posto e daí eles resolvem quando precisa fazer uma visita. Agendar consulta a gente não tá podendo mais, que uma vez a gente podia, tá tendo uns cortes, a população aumentando, várias coisas. Eu acho que a gente poderia ser mais útil, essa é a minha opinião [...]. Mas assim, a gente é bem útil pra pessoas idosas. [...] Porque daí a gente visita mais, a gente dá mais orientação [...]. E assim, quando tem um acamado, a gente marca com o médico, enfermeira, tu leva mais o problema e traz mais solução. Quando é uma família assim de jovens, vamos dizer que pessoas de até os cinquenta anos [...] que não tem algum problema sério, assim de saúde, não é uma coisa que tu vai ser útil, porque não tem muito o que resolver, daí é só ver como é que tá, se tão com o CP em dia, que é o preventivo, se as vacinas tão em dia, né, essas coisas mais básicas. [...] Eu acho mais útil no rural do que na cidade. [...] E assim eu tenho na minha área de trabalho, como é interior, as pessoas são muito carentes. Então eu converso muito, então eu vou, eu tomo um mate, converso. E outra coisa que também no interior nós temos muito idoso [...]. Então esses idosos, eles são muito carentes. As vezes têm alguns idosos que ficam um mês sem aparecer um filho. [...] Eu tenho um tablet, no meu tablet eu coloco todas as informações que mudam. Daí quando chega no médico o médico já sabe. O médico também avisa pra conferir se tá tomando o medicamento. [...] Só que nós não somos valorizadas, né. A gente ganha muito pouco. A gente não ganha difícil acesso. Eu trabalho com meu carro, como é que eu vou vim de a pé de lá até aqui? Então assim, a gente é bem pouco valorizada, deveria ser diferente (Depoimento de Agente Comunitária de Saúde durante sua visita de rotina à uma das famílias agricultoras pesquisadas, em mar. 2019).

Conforme também identificado por Guanaes-Lorenzi e Pinheiro (2016), os baixos salários e o pouco reconhecimento de sua função comparativamente aos profissionais de nível superior são alguns dos fatores que demonstram a falta de reconhecimento desses profissionais. Assim, os ACS acabam vivendo entre a valorização (vivida a partir do lugar de destaque dada sua ação na ESF e reconhecimento de seu potencial para construção de um vínculo com a comunidade) e a desvalorização (na cobrança de resoluções de problemáticas por parte da comunidade e na hierarquia sentida nas relações profissionais).

Além dessas questões, pôde-se constatar a partir dos relatos das famílias agricultoras entrevistadas, que, na prática, receber visitas de ACS não significa necessariamente ter o acesso facilitado ao sistema público de saúde. As famílias agricultoras relataram que encontram muita dificuldade no simples agendamento de consultas quando necessário. Assim como identificado no trabalho de Elias *et al.* (2006, p. 08), “os rígidos e limitados horários de funcionamento e as formas quase sempre presenciais de marcação de consultas funcionam como constrangimento ao efetivo acesso à atenção básica”. As dificuldades enfrentadas para o acesso a consultas médicas, exames laboratoriais e processos de maior complexidade deixam muito a desejar para a maioria das famílias agricultoras entrevistadas, as quais relataram a limitação de horários e carência de profissionais de áreas médicas para seu atendimento.

Pra nós no interior é difícil na questão de saúde. É mais difícil. Agora mudou desde que tem as regiões, o ESF, saúde da família, porque daí não tem tanta fila. Só que quando tu chega lá, nunca tem médico. Antes quando era geralção o pessoal do interior nunca conseguia consultar. Assim ainda é difícil, porque que nem a gente que tem produção de leite, é bem no horário que a gente tem que tirar leite. Daí quando tu chega não tem ficha. Porque tem que ir muito cedo de manhã. Então isso é bem complicado pra nós, pra quem trabalha (Depoimento da Agricultora Familiar 03, em fev. 2019).

Se eles [Agentes Comunitários de Saúde] ajudassem arrumar uma consulta, tu ia dizer, olha, eu gostaria de consultar, se tivesse médico, tu podia marcar uma consulta, ali seria alguma coisa. Mas nada, não pergunta nada. Não, isso eu não posso. Pode ser que eu to errada, mas eu não sei. Pois eles não deixam elas fazer nada, não vou dizer que elas não prestam, mas este dinheiro que vem pra essas pessoas era pra ser pra saúde, outra coisa. Nada contra, elas ganharem isso para si, mas deveríamos ter um retorno. Assim não dá nada, eles avisam da vacina, mas isso a gente escuta no rádio⁶³ (Depoimento da Agricultora Familiar 104, em abr. 2019, grifo da autora, partes no dialeto alemão Hunsrückisch traduzidas pela autora).

E na verdade não tem como agendar, tu tem que ir lá esperar uma ficha. Quem tem lida, tirar leite e tudo, não tem tempo pra ir lá sentar de madrugada (Depoimento do Agricultor Familiar 77, em fev. 2019).

Dum lado é um dinheiro botado fora, se tu pensa bem, porque ele anda, ele não faz nada, ele só, né, se tu precisa de uma consulta, tu não tem como pedi pra ele agendar se tu não tem condições de ir. [...] Eu acho que deveria ser diferente se tu precisa de uma ajuda. [...]. Têm pessoas de idade ali que não tem condições de parar lá as seis horas da manhã pra pegar uma ficha. Sabe porque eu me refiro, porque daí eles vão de ônibus, ônibus só tem na segunda, na quarta e na sexta. Daí quando chega lá embaixo, tem, vamos dizer uns quarenta na frente, até que essa pessoa de idade chega na frente, daí chegam lá, não tem mais ficha, aí voltam pra casa. Na quarta vão de novo lá, acontece a mesma coisa, e assim vai indo (Depoimento da Agricultora Familiar 13, em fev. 2019).

Nesse sentido, Azevedo e Costa (2010) analisaram a acessibilidade ao Sistema Único de Saúde no município de Recife, considerando a dimensão do acesso. Conforme os autores, existe uma série de obstáculos para se conseguir atenção básica, os quais são originados a partir do modo como se organiza o serviço. Os autores consideram que há uma “estreita porta de entrada” onde as dificuldades no acesso aos serviços do SUS acabam por limitar a atuação da ESF. Da mesma forma, Elias *et al.* (2006) identificaram a partir da avaliação de usuários, gestores e profissionais, que a acessibilidade é a pior dimensão da assistência básica em

⁶³ Depoimento original: “Se eles ajudassem arrumar uma consulta, tu ia dizer, olha, eu gostaria de consultar, wenn der Tochter ist, tu podia marcar uma consulta, ali seria alguma coisa, aber nichts, nichts gefrot, nê, das kann ich net, pode ser que eu to errada, mas eu não sei. Pois eles não deixam elas fazer nada, não vou dizer que elas não prestam, mas este dinheiro que vem pra essas pessoas era pra ser pra saúde, outra coisa. Nada contra, die kenen sie allon krin, aber dan muss emo das entwa hon. So gibt das koniks, sie bringen die vacina, mas isso a gente escuta no rádio” (Depoimento da Agricultora 104, em abr. 2019).

saúde, podendo-se apontar para um possível distanciamento entre os objetivos da atuação em rede do ESF e a sua prática no SUS.

Ainda no que se refere ao atendimento domiciliar através da ESF, cinco famílias agricultoras entrevistadas também receberam visitas com atendimento médico periódico na UPA. Dentre estas, 2 famílias seguem recebendo visitas periódicas de médicos por terem pessoas acamadas na família e duas famílias agricultoras recebiam visitas periódicas de médicos cubanos a partir do Programa Mais Médicos (PMM), os quais retornaram ao seu país de origem devido à suspensão do convênio Brasil-Cuba em 2019. O Programa Mais Médicos foi criado, através da Lei nº 12.871 no ano de 2013, com o objetivo de suprir a carência de recursos humanos na área médica no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013a). O programa contribuiu para a ampliação da cobertura em atendimento médico em diversos municípios do interior, contando com médicos brasileiros e estrangeiros, em sua maioria, médicos cubanos. Sua importância para regiões rurais foi relatada por uma Agricultora Familiar nas seguintes palavras:

Quanto ao atendimento [...] quando nós tinha do programa Mais Médicos, era tranquilo, porque daí tinha médicos que eram de áreas, daí então tipo nessa área era tal médico, tu ia lá, tu tinha facilidade, eles também faziam atendimento domiciliar, os Mais Médicos. Nós tivemos cubano, tivemos uruguaio, médicos muito bons [...]. Agora tem dois, mas não são do Programa Mais Médicos, são da prefeitura. E eles não fazem visita. Daí antes esqueci de citar esse Programa Mais Médicos também era uma coisa boa, né. [...]. Mas como no interior aqui, eu acho que faz muita falta um posto de saúde ou visita domiciliar, porque quando se tem saúde, tudo bem, mas e quanto aos idosos, que não têm condições de ir até a cidade? Então isso era muito importante esse programa do Mais Médicos que vinham até nas casas e faziam os atendimentos em casa (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Também foi no âmbito da PNAB foram destinados recursos para requalificação e implementação Unidades Básicas de Saúde (UBS), muitas das quais em localidades rurais (BRASIL, 2013c). Entretanto, muitas das Unidades Básicas de Saúde não estavam em funcionamento quando realizadas as visitas nas comunidades, geralmente por falta de infraestrutura e/ou recursos humanos necessários para o atendimento (tais como a exemplificada na Figura 68, na Linha Caúna, município de Três de Maio). As Unidades que se encontravam em funcionamento, possuíam apenas um turno semanal para atendimento médico e um número muito limitado de atendimentos, dificultando o acesso das famílias agricultoras ao atendimento médico na UBS comunitária.

Figura 68 – Unidade Básica de Saúde do Programa de Estratégia de Saúde da Família, Linha Caúna, Três de Maio, RS



Fonte: Schreiner (2019)

As outras duas políticas públicas acessadas por algumas das famílias agricultoras no eixo saúde aparecem de maneira complementar na questão da atenção à saúde básica. O Programa de Prevenção ao Câncer da Pele, uma política pública governamental de nível estadual regulamentado pelo Decreto nº 50.776 de 23 de outubro 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013). O programa prevê ações de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar dos trabalhadores rurais, dentre as quais consta o fornecimento de protetores solares para agricultores familiares produzidos pelo Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS) mediante aquisição da Secretaria da Saúde. Duas famílias agricultoras entrevistadas acessaram o programa através do recebimento gratuito de protetor solar. Por último, uma das agricultoras entrevistadas também relatou a participação em ações de atividades físicas periódicas em sua comunidade rural, prática de saúde preventiva de iniciativa da prefeitura municipal de Porto Vera Cruz.

É evidente a importância que as políticas públicas de saúde no rural assumem no cotidiano das famílias agricultoras. É reconhecida a sua importância nos depoimentos dos entrevistados, que passam a sentir-se valorizados com as ações de saúde pública básica e preventiva chegando até sua residência. Além disso, há resultados dessas políticas públicas que certamente não repercutem diretamente nas upas pesquisadas, sobre os quais seria necessária uma análise mais aprofundada e informações adicionais. Entretanto, há que se considerar as problemáticas levantadas pelas famílias entrevistadas para que se possa aprimorar, tanto as condições de trabalho dos ACS, quanto a qualidade e efetividade dos seus serviços prestados na atenção básica de saúde e o acesso ao atendimento médico.

6.3.4 Políticas públicas de educação do campo e formação profissional: da invisibilização do rural à construção de alternativas

No eixo de educação do campo e formação profissional foram consideradas as iniciativas de educação presentes na região e que possuem intrínseca relação de formação voltada para a realidade do rural e/ou do campo⁶⁴ e as práticas na agricultura (ou seja, não sendo apenas localizada no meio rural). Assim, foram identificadas seis políticas públicas incidentes entre as famílias agricultoras entrevistadas. Dentre as políticas públicas governamentais, em nível federal foi identificado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e em nível estadual identificou-se a Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN). Dentre as políticas públicas de iniciativa não governamental foram identificadas a Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra e cursos de capacitação técnica de iniciativa de uma cooperativa regional. Ademais, também é relatada a experiência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bem Viver Caúna, de iniciativa do poder público municipal de Três de Maio, dado seu potencial inovador em educação do campo na educação básica.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei nº 8.315 de 1991 (BRASIL, 1991b) e regulamentado pelo Decreto nº 566 de 1992 (BRASIL, 1992). Tem como objetivo organizar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social de trabalhadores rurais e compõe o Sistema S⁶⁵, termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica (AGÊNCIA SENADO, [201-]). O SENAR é organizado e administrado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁶⁶ e dirigido por um colegiado composto por representantes de diversos setores. É uma entidade jurídica de direito privado⁶⁷ sustentada por contribuições

⁶⁴ Ver aproximações conceituais em Silva e Passador (2016).

⁶⁵ Composto por entidades paraestatais criadas por lei e sem finalidade lucrativa. Estas são sustentadas por arrecadação compulsória de recursos (contribuição “parafiscal”) prevista no artigo 240 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

⁶⁶ Anteriormente denominada “Confederação Nacional da Agricultura”, a CNA é a principal representação institucional do patronato rural no Brasil. Nesse sentido, vale o destaque para a contradição acerca do beneficiamento desta entidade frente à diversidade de entidades e organizações representantes do setor agrário no Brasil (SAUER; TUBINO, 2007).

⁶⁷ Destaca-se aqui o reconhecimento por parte do Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, 2006) sobre a natureza pública dos recursos que sustentam as atividades do SENAR, e que, por isso, estão sujeitos aos princípios gerais que norteiam a execução da despesa pública e devem ser geridos segundo as normas da Administração Pública.

compulsórias de 2,5% sobre o montante da remuneração de cada trabalhador rural recolhidas à previdência social (BRASIL, 1992).

O SENAR se destacou dentre as políticas de educação do campo e formação profissional, pelo grande número de famílias agricultoras pesquisadas em que teve incidência. Em 32 UPAs (62,7%) pelo menos um membro da família agricultora realizou alguma atividade de formação do SENAR. Diversas foram as atividades realizadas pelos agricultores familiares, a maioria na forma de oficinas pontuais ou cursos de curta duração prestados por técnicos do SNAR, muitas vezes organizados em parceria com outras instituições do próprio Sistema S (SENAI, SEBRAE) ou entidades locais (Emater, ONG, cooperativa ou prefeitura municipal). As temáticas das atividades realizadas foram: gestão econômica, segurança e saúde no trabalho, operação de máquinas e implementos, utilização de agrotóxicos, construção de estufas, inseminação artificial em bovinos, manejo do solo, sistemas agrosilvipastoris, boas práticas para agroindústrias, sistemas de irrigação, boas práticas na produção leiteira (manejo de pastagem, nutrição animal e ordenha), cultivo de batata, cultivo de frutíferas, produção de hortaliças, saneamento básico, ajardinamento, autoestima da mulher, artesanato (crochê, pintura, aproveitamento de pneus), computação, alimentação e processamento de alimentos (derivados de soja, derivados de leite, embutidos, conservas, compotas, doces, cristalização de frutas e panificados).

Também no âmbito governamental de nível federal, o Polo Universitário Federal de Três de Maio constitui-se em um importante espaço de acesso ao ensino superior público na Fronteira Noroeste. O polo foi instituído no ano de 2006 no município de Três de Maio por meio da Universidade Aberta do Brasil, contando com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância através de instituições federais de ensino localizadas em outras regiões do Rio Grande do Sul. Dentre os cursos ofertados no polo, constam dois que possuem suas temáticas relacionadas a agricultura familiar e desenvolvimento rural, o Bacharelado em Desenvolvimento Rural (Plageder⁶⁸), ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Tecnólogo em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este último tendo sido cursado por um dos agricultores familiares entrevistados:

⁶⁸ Planejamento de Gestão para o Desenvolvimento Rural, como anteriormente denominado.

Ajudou a agregar mais no que a gente já sabia, manejo e conservação de solo, prática consevacionista. Um tanto a gente já sabia e aprendeu mais, plantio direto, perfil de solo, bha! Quando a gente começou o semestre, quando a gente entrou, eu achei: agora eu encontrei o que eu queria. E o meu TCC foi em cima da linha de conservação de solos. Muito bom. É bom tu estudar uma coisa assim que tu gosta, tu ta na tua área, tu pode aplicar na propriedade e coisarada (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019).

Tal polo possui grande importância no que tange ao acesso ao ensino superior público na Fronteira Noroeste, tendo em vista que é recente a existência de instituição de ensino superior público na região. A única instituição de ensino superior pública presente na Fronteira Noroeste é o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que conta com um campus instalado desde 2010⁶⁹ no município de Santa Rosa, o qual não possui nenhum curso relacionado às temáticas de desenvolvimento rural e/ou agricultura entre seus cursos técnicos e de graduação ofertados. A instituição de Ensino superior mais próxima e com oferta de cursos relacionados à temática do rural ou agricultura é o campus de Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), localizado no município de Cerro Largo, região das Missões, tendo também iniciado seu funcionamento no ano de 2010⁷⁰.

Observando as políticas governamentais de nível estadual, destaca-se a Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)⁷¹, uma escola de educação profissional situada na Linha Laranjeira, município de Santa Rosa. Sustentada com recursos do governo estadual, a escola oferece, em regime de internato e semi-internato, o Curso Técnico em Agropecuária nas modalidades integrado ao ensino médio e subsequente. Localizando-se no meio rural, a escola conta com Unidades Educativas de Produção (UEPs) com foco prático em diversos cultivos e criações agropecuárias. Dentre os entrevistados, em 7 famílias agricultoras (13,7%), pelo menos um dos membros cursou o Curso Técnico em Agropecuária na EETFN. A importância dessa formação é demonstrada nos depoimentos que seguem:

Eu acho que foi muito importante. Como agricultor, eu acho que foi um dos melhores investimentos. E na Escola da Fronteira Noroeste era só estadia que a gente pagava (Depoimento da Agricultora Familiar 53, em jan. 2019).

⁶⁹ Vale lembrar que anteriormente a isso, no ano de 2003, a região também contou com cursos de graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em convênio com a Universidade Regional do Noroeste do Estado (UNIJUÍ), Campus Santa Rosa.

⁷⁰ Anteriormente à 2010, a Instituição de Ensino Superior pública mais próxima era a UFSM, na região central do estado, aproximadamente 300 quilômetros de distância.

⁷¹ Antigo Centro Rural de Ensino Supletivo (CRES), criado em 1975, tendo sido autorizado seu funcionamento como Escola Estadual Técnica a partir do ano de 2003.

É a base de tudo, a partir dali que tu começa a ter noção e o porquê da maioria das coisas que a gente faz, como faz, como fazer certo, tudo na produção agrícola, até manejar o gado, roça, tudo, tudo, análise de solo. Importância da palhada. Interpretação de análise do solo, o que que tem que ser colocado na terra pra dar o retorno de produção. [...]. E sobre a produção, antes de fazer técnico, por exemplo, se falava: a vou botar tantos sacos, mas não se sabia por quê. A importância de botar fertilizante, se sabia a importância, mas por que tanto? Dá pra botar mais? Dá pra botar menos? Ou dá pra economizar? Hoje a gente sabe, eu quero colher tanto, então eu preciso colocar tanto de fertilizante, eu quero colher tanto, então eu tenho que investir tanto, tem essa visão diferenciada (Depoimento do Agricultor Familiar 02, em fev. 2019).

O Programa Jovem Empreendedor Rural (Figura 69) é outra política pública do eixo de educação do campo desenvolvida na região. O programa de iniciativa conjunta das Prefeituras Municipais de Porto Vera Cruz, Porto Lucena e Alecrim, contou com apoio de cinco organizações não governamentais, Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA), Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (Cooperluz), Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda (COTRIROSA), Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) de Santo Cristo e Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul (Sicredi União RS). O programa teve como objetivo fortalecer a participação e promover a permanência de jovens no campo através de sua qualificação por meio do oferecimento de um curso de formação com aulas práticas e teóricas para jovens rurais. O curso foi oferecido no período de agosto de 2018 a setembro de 2019, com sede na Escola Estadual de Ensino Fundamental Roncador, no município de Porto Vera Cruz.

Figura 69 - Placas de identificação em UPAs onde residem jovens que participaram do Programa Jovem Empreendedor Rural, Lajeado Ouro, Alecrim e Lajeado Seco, Porto Vera Cruz, RS.



Fonte: Schreiner (2019)

Outra política pública no eixo da educação do campo na região é a experiência da Casa Familiar Rural Filhos da Terra. De iniciativa não governamental, a CFR Filhos da Terra foi protagonizada pela Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da

Grande Santa Rosa e contou com o apoio de diversas entidades regionais ao longo de sua trajetória. Algumas das organizações que contribuíram e ainda têm contribuído para sua viabilização são, Cooperluz, Sicredi União RS, Cotrirosa, Coopermil, Cresol, Coopasc, Agroindústria Doceoli, Emater, Arede, Prefeitura Municipal de Santo Cristo e Prefeitura Municipal de Campina das Missões.

Tendo iniciado suas atividades no ano de 2006, a CFR Filhos da Terra teve sua primeira sede no Seminário Padre Adolfo Gallas, no município de Santo Cristo, onde permaneceu até o ano de 2018, quando foi transferida para uma escola rural desativada⁷², na Linha Butiá Norte, município de Campina das Missões (Figuras 70 e 71).

Figura 70 – Casa Familiar Rural Filhos da Terra, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS



Fonte: Schreiner (2018)

Figura 71 – Turma de formados em 2018 pela Casa Familiar Rural Filhos da Terra, Linha Butiá Norte, Campina das Missões, RS.



Fonte: Schreiner (2018)

⁷² Antiga Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor José Heckler.

Conforme depoimento da Agricultora Familiar líder sindical e cofundadora da CFR Filhos da Terra, o que motivou a criação da CFR Filhos da Terra foi a busca por uma formação específica para jovens que pretendem seguir a profissão de agricultor ou agricultora:

Ter uma escola que trabalhasse um ensino voltado para formação de jovens que querem ficar morando e trabalhando no meio rural. Ou seja, ser agricultores e agricultoras. Mas também não deixassem de ter a informação do ensino que uma outra escola tem. Também ser uma escola que tivesse o envolvimento com as famílias com quem convivem. Uma escola de aprendizagem total. Deste o trabalho dentro de casa independente de gênero, na propriedade em si, como também preparar o jovem pra ocupar seu lugar fora da propriedade. Ou seja, ser um líder na sociedade, na comunidade, sindicato, política, cooperativa e outros. Aprender a se relacionar com as pessoas com quem vão conviver. É com alegria que posso dizer que estamos alcançando com a maioria desses objetivos (Depoimento da Agricultora Familiar líder sindical e cofundadora da CFR Filhos da Terra).

Em vistas de possibilitar a permanência dos jovens no meio rural e aproximá-los das atividades na agricultura, a CFR utiliza, desde a sua concepção, a formação dos estudantes através do método da pedagogia da alternância, na qual os estudantes permanecem uma semana em regime de internato na escola e duas semanas em sua residência junto à sua família, na prática da propriedade rural. Dessa maneira, a realidade vivida pelos estudantes na agricultura familiar é inserida na pauta dos estudos. Além disso, como descreve a Agricultora Familiar 01, a escola busca o envolvimento com toda a família na formação dos jovens agricultores trabalhando a questão da sucessão rural familiar na agricultura:

Eu diria que foi fundamental, porque, começando pela Casa Familiar, porque acredito que se não fosse ela, eu não continuaria na agricultura. [...] é diferente da escola, é diferente, porque ela não trabalha só o jovem que tá indo lá, é com a família, tem coisas que a família também tem que ir até lá. Porque muitas vezes os jovens não ficam no interior porque não conseguem conversar com o pai e a mãe porque tem uma visão diferente e não conseguem se acertar nisso. E isso a maioria [...] dos meus colegas na Casa Familiar, essa era a principal queixa, que não recebiam nenhuma remuneração em casa. Se queriam sair final de semana, tinham que pedir. E daí final de semana, a quer ir no baile, a tá precisa de quanto? Mas porque tudo isso? E daí os pais também acabam mudando. E isso é conversado, é falado muitas vezes. E que nem nas escolas, isso não tem, né (Depoimento da Agricultora Familiar 01, em fev. 2019).

Nesse sentido, Silva (2009) considera que o princípio da alternância repousa sobre a combinação, no processo de formação do jovem agricultor, de períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Assim, ao buscar articular universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto – esta metodologia coloca em relação diferentes parceiros com

identidades, preocupações e lógicas também diferentes: de um lado, a escola e a lógica da transmissão de saberes e, de outro, a família e a lógica da agricultura familiar.

Um dos desafios que a escola enfrentava era que os estudantes necessitavam fazer a formação técnica concomitantemente ou posterior ao ensino médio em outra escola regular, o que contribuía para maior evasão de estudantes na CFR, pois a Casa Familiar Rural fornecia ao estudante apenas certificado de curso de formação técnica. Ao final de 2018 a escola conquistou o credenciamento como Escola Estadual de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra⁷³, possibilitando a oferta de ensino médio, desenvolvido na concepção metodológica da pedagogia da alternância, passando a escola a integrar o Sistema Estadual de Ensino, com oferta de 30 vagas anuais (COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2018). Dessa forma, a partir de 2019 os(as) estudantes da ESF Filhos da Terra têm garantida a certificação de ensino médio com a qualificação de Agricultor(a). Conforme relata a Agricultora Familiar 25, tal conquista representou um avanço na educação para jovens do campo, tendo em vista a valorização de sua realidade e ao estímulo à permanência no meio rural:

Por isso que foi bom esse colégio que fizeram agora lá em Campinas. Porque daí quem quer ficar na colônia, tinha que por certo ir lá. Porque ali no colégio, realmente, quando eu falei que eu queria ficar na colônia, os professores tudo ficaram meio chateado, porque eles não gostam muito que a gente fica na colônia. Eles só falam em estudar e ser grande coisa. Só que eu gostava da colônia, eu queria ficar na colônia. (Depoimento da Agricultora Familiar 25, em mar. 2019).

Outra política pública de formação profissional de iniciativa não governamental acessada por dois agricultores familiares entrevistados são os cursos de capacitação técnica de iniciativa da Cooperativa Mista São Luiz Ltda. (Coopermil), como o curso de auxiliar de veterinária cursado por um dos entrevistados que relatou seus aprendizados explicando a importância de aprender a fazer sozinho o que antes era necessário pagar para outro profissional fazer:

Aprendeu o básico de tudo assim. As vacinas e coisa, a gente não chama o veterinário, a gente vê lá no caderno e aplica. Isso também é uma coisa importante pra quem fica na colônia (Depoimento da Agricultora Familiar 25, em mar. 2019).

Para além das experiências que foram acessadas pelas famílias agricultoras entrevistadas, vale o destaque para outra experiência relevante no âmbito da educação do

⁷³ Resolução 735/2018 (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

campo na Fronteira Noroeste – a experiência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bem Viver Caúna em Três de Maio. De iniciativa do poder público municipal, a EMEF Caúna representa uma tentativa de ruralização da educação básica. Através da reativação e municipalização de uma escola estadual rural desativada na comunidade de Caúna, a escola iniciou suas atividades no ano de 2019, oferecendo turno integral voltada para as primeiras séries do ensino fundamental. Diferentemente do que acontece na maioria dos municípios, onde os estudantes são deslocados para o meio urbano para estudar, na realidade desta escola, o transporte escolar foi reorganizado para transportar os estudantes do meio urbano para o meio rural. A escola conta com uma área onde são realizadas práticas pedagógicas de plantios e criações, tendo como foco a aproximação das crianças com a natureza, o ambiente rural e as práticas agrícolas (Figura 72).

Figura 72 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Bem Viver Caúna e seus espaços de criações e cultivos educativos, Linha Caúna, Três de Maio, RS



Fonte: Schreiner (2019)

Outro aspecto relevante na questão da educação do campo é o poder de articulação comunitária que envolve a existência de escolas rurais e o acesso à educação do campo e qualificação profissional que seja voltada para sua realidade e suas práticas. A importância que isso assume é perfeitamente explicada pela agricultora 53 no relato que segue:

Eu acho que pra o jovem rural deveria existir ainda escola no interior, não na cidade [...]. Eu acho que fechar todas as escolas do interior é um regresso pra agricultura familiar, né. Porque o fechar as escolas do interior, isso faz o interior morrer, fica sempre mais isolado, mais isolado, e agora que nem voltar com uma escola pro interior, isso faz a comunidade toda, dá vida àquilo, porque a merendeira vai embora, a professora vai embora, a líder daquela comunidade vai embora muitas vezes e daí assim fica, né. E daí não tem mais jovem que se motiva a ficar. E o que que ele faz, vai também e no fim não fica mais ninguém, né. Então, só incentivar por incentivar, isso não leva a nada, né, pro jovem ficar, agora que nem uma escola assim e levar a criança lá né, desde cedo daí é uma boa ideia (Depoimento da Agricultora Familiar 53, em jan. 2019).

Tais experiências seguem na contramão do ensino convencional que, de maneira geral, não tem se voltado à realidade rural e que, não raro, tem contribuído, para a saída de jovens do campo, por meio da invisibilização ou até desvalorização das atividades agrícolas, como descreveu a Agricultora Familiar 03:

A escola prepara o filho do agricultor pra sair. Sair da propriedade. Porque não tem, hoje não tem professor formado preparado pra educação do campo. Pra ti ter uma educação pro jovem ou pra criança da agricultura, os profissionais tinham que ter uma preparação diferenciada, e isso hoje não tem (Depoimento da Agricultora Familiar 03, em fev. 2019).

Em um contexto de fechamento de escolas rurais, as experiências identificadas na Fronteira Noroeste demonstram possibilidades de uma educação diferenciada e apontam para horizontes possíveis de uma educação que inclua e valorize a agricultura familiar. Percebe-se que há resistências e construção de alternativas por diversos atores locais, os quais têm mobilizado esforços para construir possibilidades de educação do campo (não apenas no campo ou para o campo), no âmbito da educação formal e/ou informal, de maneira a incluir jovens agricultores através de uma formação profissional voltada à sua realidade.

6.3.5 Políticas públicas socioassistenciais: direito à inclusão social no meio rural

Foram identificadas seis políticas públicas socioassistenciais que incidiram entre as famílias agricultoras entrevistadas, sendo todas governamentais. Cinco destas são políticas de nível federal - Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural, Programa Bolsa Família (BPF), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) – e uma de nível estadual - Programa Socioassistencial.

A aposentadoria por idade para trabalhadores e trabalhadoras rurais é um direito instituído pela Lei 8.212 de 1991, que instituiu o plano de custeio da seguridade social, e da Lei 8.213 de 1991, que regulamentou as disposições constitucionais sobre esses benefícios, quando passou a existir um só regime de previdência para os trabalhadores urbanos e rurais, o Regime Geral de Previdência Social (GARCIA, 2013). Desde então, agricultores e agricultoras familiares são considerados(as) segurados(as) especiais obrigatórios(as) no Regime Geral da Previdência Social. Para receberem o benefício de um salário mínimo mensal, a idade mínima exigida é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, desde que tenha sido exercido um tempo mínimo de 15 anos em atividade rural.

Em 30 famílias entrevistadas (58,8%), pelo menos um(a) dos(as) seus(uas) componentes é aposentado(a) rural, totalizando 49 aposentados(as) rurais. Frente a isso, e observando os relatos dos entrevistados, Além disso, identifica-se a relevância que a aposentadoria assume como uma garantia mínima de vida digna na velhice para agricultores familiares, fator que é evidenciado, principalmente, nas falas das mulheres agricultoras, como demonstrado nos depoimentos que seguem.

Mas é muito importante, nunca tinha dinheiro, agora eu tenho dinheiro. Porque disseram que quando ia sair essa aposentadoria, esse dinheiro era que eu era pra gastar. E eu fui antes ainda do que o [esposo]. Mas os filhos falaram: esse dinheiro é da mãe (Depoimento da Agricultora Familiar 65, em mar. 2019, grifo da autora).

Chega aquele dia e tu tem aquele dinheiro, daí tu paga as contas, faz o rancho, e ajuda né, pra muita coisa (Depoimento da Agricultora Familiar 89, em mar. 2019).

Muito importante. Do que os idosos hoje viveriam se não recebessem aposentadoria? Porque têm muitos que não podem mais trabalhar e não têm mais ninguém em casa pro trabalho na lavoura, na propriedade. E se mantêm só com a aposentadoria. Porque os filhos não têm a obrigação de sustentar a gente depois, também, senão tem que trabalhar até morrer pra se sustentar. Por tudo que é descontado da gente, é o mínimo (Depoimento da Agricultora Familiar 80, em abr. 2019).

Nesse sentido, alguns dos agricultores também relacionam o direito à aposentadoria rural à permanência no rural.

A gente passa a vida inteira pagando imposto e coisrada e chega aquela idade tu tem que se aposentar. Tomara que o governo não mude, né, porque já tá complicado essa idade, o pessoal já nem tá chegando a se aposentar, tão morrendo. Aumentar a idade pro produtor rural é complicado. Tomara que fique a mesma, não mude nada. Porque se fossem depender de renda de lavoura [...] Daí certo que iam embora. Acho que se não fosse a aposentadoria rural ia ter mais êxodo rural. Ia ter muito mais abandono de lavoura nesses interior (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019).

[Sem aposentadoria] Daí ia ter que trabalhar mais, ia cansar mais, daí eu acho que não iam ficar aqui. Antigamente que não tinha aposentadoria, daí dependiam dos filhos ou morriam de fome. Hoje em dia, os aposentados já estão mais tranquilos. E se não ia ter, daí não sei (Depoimento do Agricultor Familiar 24, em mar. 2019, grifo da autora)

O Programa Bolsa Família (BPF), de nível governamental federal, é um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de extrema pobreza, que foi instituído pela Lei 10.836, no ano de 2004 (BRASIL, 2004). Dentre famílias agricultoras entrevistadas, 17 (33,3%) receberam por algum período o benefício, dentre as quais apenas 4 famílias (7,8%) seguem recebendo o benefício. Para estas, o programa tem contribuído para a permanência das crianças na escola ao mesmo tempo em que garante uma receita monetária mínima, conforme a declaração da Agricultora Familiar 28.

Mas isso [o Bolsa Família] pra mim é uma coisa muito boa. Eu acho que cada colono, cada mulher que teve na roça precisava ganhar uma coisa assim pra ter, por causa dos filhos, desde que tu quer, como eles vão no colégio, daí compra um caderno, ou compra uma roupa que falta, um calçado, sempre ajuda, sempre é uma coisa (Depoimento da Agricultora 28, em fev. 2019, grifo da autora).

As demais 13 famílias que deixaram de receber o recurso, foram sendo excluídas do programa à medida em que melhoraram sua condição socioeconômica. A partir disso pode-se apontar o PBF como uma garantia em momentos de maiores dificuldades para famílias agricultoras e até mesmo como uma alavanca para melhoria nas condições socioeconômicas, conforme o relato do Agricultor Familiar 40: "Era uma renda né. Dava pra pagar a luz, a água. Daí aumentou a produção e a renda, conseguimos melhorar a vida, e perde ali. Ganha lá e perde ali. Mas quando estava apertado ajudava" (Depoimento do Agricultor Familiar 40, em fev. 2019).

Nesse aspecto, analisando o PBF, Castilho e Silva e Schneider (2015), observam a pouca atenção que tem sido auferida pelos analistas de políticas públicas no que diz respeito ao PBF no meio rural. Conforme os autores:

As poucas informações disponíveis sobre os beneficiários rurais do Programa Bolsa Família não permitem conhecer sua realidade de forma mais aprofundada, impedindo que as relações do programa com outras iniciativas para a inclusão socioprodutiva das famílias sejam conhecidas. Pouco se sabe sobre a relação entre o PBF e o Pronaf, um dos principais programas de apoio à agricultura familiar, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo. Além disso, o Pronatec, que oferece formação técnica para as famílias de baixa renda, ainda não teve seus resultados amplamente explorados, sobretudo no que concerne ao meio rural. Dessa forma, os estudos disponíveis ainda não foram suficientes para demonstrar as possíveis sinergias entre as políticas públicas hoje disponíveis para garantia de renda e inclusão social e produtiva das famílias pobres e extremamente pobres (CASTILHO E SILVA; SCHNEIDER, 2015).

Os autores consideram que, para avançar no PBF no meio rural, é preciso um melhor entendimento sobre a relação deste programa com outras políticas públicas. A fim de compreender em que medida eles podem ser complementares, e quais outras medidas são necessárias para a emancipação das famílias, como, por exemplo, políticas de infraestrutura básica, educação do campo e assistência técnica específica.

Nesse sentido, Garcia, Helfand e Souza (2016), realizaram uma análise das sinergias entre o PBF e o Pronaf. Os autores observaram que os dois programas mantiveram limitada relação entre si, com uma pequena proporção de famílias que acessou as duas políticas simultaneamente. Dentre as que acessaram as duas políticas, foi observada uma sinergia positiva na melhoria da renda e redução da pobreza nos estabelecimentos de menor área. Ressalta-se, nesse aspecto, que tais políticas são oriundas de diferentes ministérios, assinalando restrições institucionais e falta de articulação entre as políticas de combate à pobreza.

Outra política pública no âmbito socioassistencial é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um programa que integra a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal. Estando incluído no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o PAIF visa contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias e a prevenção do rompimento de seus vínculos por meio da promoção do acesso e usufruto a direitos sociais e da melhoria na qualidade de vida (BRASIL, 2015). Sendo efetivado por meio de ações das secretarias de assistência sócias das prefeituras municipais, 6 famílias entrevistadas (11,8%) foram atendidas pelo PAIF, mediante participação das mulheres em reuniões grupais, oficinas e cursos de formação.

O Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA), também chamado de Seguro Defeso, é um benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pescadores artesanais durante o período em que ficam impedidos de pescar. Dentre as famílias entrevistadas, 4 delas (7,8%) recebem o benefício de um salário mensal, como forma

de garantia de renda durante os 4 meses em que ficam impedidos de realizar pesca comercial na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, em razão da necessidade de preservação das espécies na piracema, de 01 de outubro a 31 de janeiro. Para além de garantir renda no período em que estão impossibilitados de realizarem a pesca e terem sua renda diminuída, para estas famílias agricultoras, o recebimento de tal benefício representa também um reconhecimento e valorização de sua profissão como pescadores artesanais por parte do Estado.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política governamental de nível federal, através da qual é garantida uma renda de um salário mínimo mensal para pessoas de baixa renda portadoras de deficiência ou que possuam algum impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, 2020). Em 3 das famílias entrevistadas (5,9%), pelo menos um dos membros é beneficiário do BPC, de forma a garantir dignidade a estas pessoas que possuem limitações na realização de trabalho agrícola ou não agrícola.

O Programa Socioassistencial é um programa governamental de nível estadual com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva de famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social de forma a garantir seus direitos e melhorias na qualidade de vida. Através do acompanhamento periódico da Emater, 9 famílias entrevistadas (17,6%) foram atendidas pelo programa nos anos de 2018 e 2019.

O direito à previdência e à assistência social estão garantidos na constituição federal desde 1988, visando ao atendimento das necessidades básicas da população frente à garantia da dignidade humana e, portanto, ao se configurarem como políticas de proteção social de caráter universal, devem voltar-se tanto à população urbana quanto à que vive no meio rural brasileiro. Entretanto, conforme analisado por Nunes (2018), as políticas sociais foram historicamente ausentes no campo brasileiro, pois os direitos sempre foram destinados ao conjunto de trabalhadores do urbano de maneira que a população do meio rural se encontra historicamente à margem dos direitos sociais no Brasil.

Dessa forma, como observa a autora, ainda existem dimensões de invisibilidade do rural acerca do direito à assistência social que, não raras vezes, impactam nas demandas da população rural e, conseqüentemente, na não efetivação de seus direitos. É nesse sentido que, para os agricultores familiares entrevistados, os direitos previdenciários, a garantia do direito à aposentadoria, o direito ao Seguro Defeso para pescadores artesanais, ao Benefício de Prestação Continuada e ao atendimento em outros programas de assistência social são vistos,

sobretudo, como conquistas, as quais lhes garantem um mínimo de dignidade e respeito como sujeitos sociais.

6.3.6 Políticas públicas ambientais: normatização e instrumentos regulatórios como solução para questões ambientais (?)

No eixo de políticas públicas relativas às questões ambientais foram identificadas três políticas incidentes nas Unidades de Produção Agrícola. De âmbito governamental e normativo, o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT) e de iniciativa não governamental o Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê.

O Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural⁷⁴ constitui-se em um registro público eletrônico de âmbito nacional, que possui a finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, constituindo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Foi criado a partir da instituição da Lei 12.651, de maio de 2012 (“Novo Código Florestal”), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa no território nacional. A lei determina a obrigatoriedade de realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), no âmbito Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA)⁷⁵, para todas as propriedades e posses rurais. Além disso, vincula a obrigatoriedade da inscrição no CAR para concessão de crédito agrícola, em qualquer modalidade, através das instituições financeiras (BRASIL, 2012b).

O cadastro no SICAR é a segunda política pública mais incidente e a única política ambiental de nível federal incidente sobre as UPAs pesquisadas, tendo sido identificada a sua incidência em 50 UPAs pesquisadas (98%). Mesmo tendo direito à gratuidade deste serviço, 22 UPAs efetuaram o cadastro com auxílio de técnico particular, dentre as quais, 9 tiveram o serviço prestado por técnico particular em convênio com o STR. Nas demais 28 UPAs, o cadastro foi realizado gratuitamente através de assistência da Emater ou prefeitura municipal, a grande maioria dos cadastros tendo sido realizados no período de 2014 a 2016.

O levantamento de informações pelo CAR é realizado através de informações georreferenciadas do imóvel, com a delimitação das Áreas de Preservação Permanente

⁷⁴ Regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012a).

⁷⁵ Instrumento responsável pela gestão da informação no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

(APP)⁷⁶, Reserva Legal (RL)⁷⁷, remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental (BRASIL, [201-]). O novo Código Florestal determina o direito à adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)⁷⁸ aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais inscritos no SICAR, a fim de que possam realizar as adequações de regularização ambiental, quando necessário, através de recuperação, recomposição, regeneração ou compensação de APP e/ou de RL. Para tanto, também é determinada a destinação de recursos para atividades de pesquisa, extensão e incentivo a preservação e recuperação do ambiente. Além disso, determina a obrigatoriedade de prestação de apoio técnico do poder público para recomposição da vegetação em áreas da agricultura familiar.

No entanto, ao serem questionados sobre a obrigatoriedade da realização do CAR e seu impacto ou mudanças trazidas para a UPA, os entrevistados foram unânimes em dizer que este não trouxe mudanças práticas. Ou seja, para as famílias agricultoras, o CAR representou apenas um cadastro, uma mera burocracia estatal que não trouxe transformação alguma para conscientização, conservação ambiental ou recomposição florestal na UPA. Tal como explica a Agricultora Familiar 137, se houve alguma mudança ambiental positiva, esta não teve relação direta com o Cadastro Ambiental Rural.

Pra nós não mudou nada, porque pra nós isso só foi burocrático. Porque o cadastro era pra ti ter um registro da área de mata. O que que eu vou te falar? Não mudou nada. O que mudou, mas não tem nada a ver com o CAR e coisa, é um espaço onde é um bosquezinho de repouso das vacas, que nós tinha um potreiro bem lá nos fundos da mata lá, que daí não nascia nada embaixo e a gente plantou árvores frutíferas nativas, mas não quer dizer que é por causa do CAR. Independente disso, é de um projeto [...] que a gente tinha ganhado muda e coisa (Depoimento da Agricultora Familiar 137, em mar. 2019).

As compreensões apresentadas pelos entrevistados a respeito do CAR envolveram seis dimensões (as quais serão abordadas, sucessivamente, na sequência):

a) o CAR como instrumento de preservação ambiental;

⁷⁶ Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012b).

⁷⁷ Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012b).

⁷⁸ Regulamentado através do Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014 (BRASIL, 2014a).

- b) o CAR como instrumento positivo por considerar a área consolidada;
- c) o CAR como instrumento injusto e desigual;
- d) o CAR como mais uma exigência burocrática;
- e) o CAR como instrumento de controle do governo;
- f) o CAR como instrumento para saber a delimitação das terras/áreas.

A ideia de que o CAR representa a possibilidade de melhorias na preservação ambiental foi mencionada por nove agricultores familiares entrevistados. Ao se referirem à necessidade de preservação, remetiam-se sempre “aos outros que não preservam”, aos “outros que não tem consciência” e que, por suposição, passarão a preservar as florestas por obrigação através da legislação ambiental e do suposto “controle” do CAR, tal como as declarações dos agricultores familiares que seguem:

Achamos bom porque isso vira lei. Daí ao menos é uma maneira de que alguns teimavam em só cortar, daí ao menos eles começam a cuidar um pouco melhor, ou tem que repor, deixar a questão da APP (Depoimento do Agricultor Familiar 04, em fev. 2019).

Por parte é bom pra preservar as nascentes, nessa parte é bom, as nascentes, os rios. Esse cadastro ambiental rural, por parte eu acho que as pessoas vão, mesmo que na obrigatoriedade, vão preservar, né. Porque muitos devastavam até na barranca do rio. Isso a gente sabe que as erosão, isso é através do desmatamento. [...]. Mas eu acredito que no sentido de preservar, eu acho que foi uma boa, né, porque as pessoas, aquilo que eu digo, mesmo tu sendo obrigado, vai ter que preservar né, aquilo que tu declarar, tu não vai poder desmatar (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Eu acho isso muito bom. Isso já há muitos anos deveria ter sido feito. A isso é bem bom mesmo, bem fundamental, muito bom, a pessoa, se não é consciente por si próprio que tem que preservar, então que seja de outra forma, né. Que a maioria não tem essa consciência (Depoimento da Agricultora Familiar 137, em mar. 2019).

Devido à definição do conceito de área rural consolidada no novo Código Florestal, no qual estão incluídas as áreas onde já eram praticadas atividades agrosilvipastoris antes de 22 de julho de 2008, para alguns agricultores familiares, o CAR também foi importante por considerar suas áreas de atividades agropecuárias consolidadas. Em tais áreas, passou a ser permitida a continuidade das atividades anteriormente realizadas pela agricultura familiar, havendo uma redução da faixa de recomposição obrigatória à margem dos rios, em

comparação às áreas rurais não consolidadas⁷⁹ (BRASIL, 2012b). Tal questão é evidenciada no depoimento do Agricultor Familiar 60:

Porque hoje nós somos consolidados, nós temos essa uma área que eu te falei, essa área de mato, porque dentro da lei nós tamo. Porque nós tamo consolidados, foi aberta antes do período que, né. Então nós tamo dentro dos moldes. Nós temos as divisas tudo certinho, foi tranquilo, não teve problema nenhum (Depoimento do Agricultor Familiar 60, em jan. 2019).

Já para outros agricultores familiares, a realização do CAR motivou um sentimento de injustiça. Alguns dos agricultores familiares entrevistados expressaram o sentimento de estarem sendo mais exigidos ou injustiçados em relação aos grandes proprietários de terra. Em algumas das UPAs visitadas, tal discrepância ficava bastante evidente ao se observar as duas margens de um mesmo rio. De um lado a agricultura familiar com produção orgânica e/ou que possuía grande parte de sua área encoberta por floresta e do outro lado, o grande proprietário de terras com lavoura de soja até o limite da margem do rio. Os depoimentos que seguem ilustram tal questão:

Isso por parte foi bom. Só que eu acho injusto. Eu acho injusto no sentido de que, por que uma pequena propriedade tem que declarar e é liberado pra desmatar uma área enorme tipo a Amazônia pelo agronegócio. É muito desigual, né. É muita desigualdade nesse sentido. [...]. Eu acho que de certa forma é mais, sei lá qual é a palavra certa que podia usar, né, a gente se sente, de certa forma, mais reprimido do que quem tem uma grande propriedade (Depoimento da Agricultora Familiar 128, em abr. 2019).

Eu acho assim, ó, se faz, tem que fazer de todos, não só os pequenos, né. Porque os grandes muitas vezes deixam de fazer e não fazem como tem que ser feito, né. Porque eu acho que não muda nada, a não ser que eles tenham um plano por trás disso, né, pra fazer, incriminar a pessoa, alguma coisa [...] (Depoimento da Agricultora Familiar 06, em fev. 2019).

E essa coisa de Reserva Legal, no caso aqui nós temos sobrando área, é vinte por cento, aqui tá sobrando. E no caso lá não é mato, mato, e aqui dá vinte, trinta metros do córrego de água. O vizinho já passou o trator, já derrubou e já tá plantando quase dentro da água (Depoimento do Agricultor Familiar 132, em mar. 2019).

Nessa lógica, os entrevistados também se referiram à arbitrariedade entre agricultores/proprietários “que mais preservam” e os “que menos preservam”, gerando

⁷⁹ Em áreas rurais não consolidadas, a largura mínima obrigatória para a preservação nas margens de rios varia entre 30 e 500 metros. Já para as áreas rurais consolidadas, em imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, a largura mínima obrigatória para recuperação de área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais varia entre 5 e 15 metros (BRASIL, 2012b).

sentimento de injustiça para com aqueles que possuem maior porcentagem de suas áreas destinadas à preservação ambiental. Nesse sentido, alguns dos entrevistados referiram-se, inclusive, sobre a questão da possibilidade de pagamento por serviços ambientais, como forma de reconhecimento social da conservação ambiental para agricultores familiares que possuem maior porcentagem de área destinada à conservação ambiental, conforme o depoimento do Agricultor Familiar 86.

Mas não mudou nada, né, ficou tudo igual, né, que nem eu, tenho bastante mato e outro que não tem passou e ficou igual. É só pra terem os dados da propriedade, eu acho que isso é certo, né, só que eu queria que talvez um dia alguém olhasse, né. Suiu um comentário esses tempos: que o governo ia pagar pelo mato [...]. Eu acho que seria lógico isso. [...] Pra quem preserva, eu acho que eu tenho que ter um benefício. Eu acho que quem tem, se é pra continuar deixando mato, que é bom, eu concordo que é bom, eu acho que eles teriam que ajudar, né, os pequenos que têm esse mato. [...] Porque é injusto, e a gente sabe que faz bem pra natureza e coisa, mas só que por que uns pagar pelos outros? Isso acho que eu gostaria que tu frisasse bem aí (Depoimento do Agricultor Familiar 86, em abr. 2019).

Para alguns agricultores, estar cadastrado no CAR representou apenas uma condição a mais para o acesso à crédito nas agências financeiras. Ou seja, um documento exigido para o acesso à recursos de políticas públicas como o Pronaf, em qualquer uma de suas linhas de financiamento, tal como demonstrado nos depoimentos que seguem.

Precisa pro chiqueiro, pra tudo. Sem isso hoje em dia não faz mais nada. Até pras vaca tem que ter. Se tu quiser fazer um custeio pecuário, isso tu tem que ter a licença hoje. E hoje é mais burocracia, não escapa mais nada (Depoimento do Agricultor Familiar 71, em mar. 2019).

Pra nós agora o banco exigiu o tal de CAR, né. Fui financiar essas áreas lá, vou plantar trigo esse ano, antes eu vou lá, eu só mostro a matrícula, se tão atualizadas, análise de solo, ok. Agora o banco exigiu o CAR, mas como a gente sempre trabalha certinho, então, foi só um papel a mais pra levar lá pro banco e já tava tudo ok (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019).

Mas isso a gente precisa pra se tu quer fazer um custeio algumas coisa, tu precisa pra fazer isso. É uma exigência do banco, né. Sem isso a gente não consegue mais nem custeio. Que nem pra se a gente quer comprar umas coisas, financiar uma coisa, assim, tem que ter isso (Depoimento do Agricultor familiar 139, em mar. 2019).

Outros agricultores familiares compreendem o Cadastro Ambiental Rural como um instrumento do governo para o controle dos imóveis rurais. Para estes agricultores familiares, a partir do momento em que é realizado o cadastro, o governo passaria a realizar o monitoramento das áreas com cobertura florestal, exercendo certo arbítrio sobre suas áreas. Conforme ilustrado na afirmação de uma agricultora familiar, “Eles querem saber de tudo, até

se uma árvore foi derrubada” (Depoimento da Agricultora Familiar 112, em jan. 2019) e outros agricultores, que supõem que, através imagens de satélite, o governo esteja realizando um controle de suas áreas.

Mas de certo pro governo é importante, né. Porque de certo ele tem um acompanhamento melhor, sei lá. Eu nem sei, vou ser bem sincero, nem sei a finalidade porque que foi feito isso. [...]. De certo o governo precisa ter um controle sobre a área, não sei. Se eles querem, eles puxam. Tipo assim, se eles querem olhar meu açude, por GPS eles puxam meu açude ali (Depoimento do Agricultora Familiar 113, em jan. 2019).

Eu acho que é mais pra eles ter o agricultor sob controle, porque se tu vai analisar, eles tão, sabem de tudo, né. Eu acho que mais é por causa dessas tal de APP e reserva (Depoimento do Agricultor Familiar 88, em mar. 2019).

Considerando que as áreas georreferenciadas no CAR são obtidas a partir da autodeclaração dos proprietários ou posseiros, o cadastro não pode e não deve servir para fins de reconhecimento do direito de propriedade, posse ou legitimação de ocupação ilegal de terras. Por não realizar a conferência dos limites de terras com qualquer dado oficial de registro de terras, o CAR esbarra em falhas e inconsistências relacionadas a comprovação da titularidade das terras, conforme analisado por Farias, Candeias e Lima Junior (2018), que identificaram incongruências e efeitos negativos da utilização do CAR como instrumento de regularização fundiária.

Desta maneira, com o objetivo de monitoramento e regularização ambiental, o CAR acaba por se deparar com questões relacionadas à falta de demarcação correta das áreas, falta de regularização ou averbação em cartório, confusões entre divisas com vizinhos etc., o que acaba por exacerbar conflitos existentes nesse sentido. Assim sendo, para alguns agricultores familiares, ao verem pela primeira vez os limites de sua área sendo demarcados através de uma imagem por satélite, acabaram por confundir tal demarcação com a averbação legal das terras em cartório. Dessa forma, para alguns agricultores familiares entrevistados, a realização do Cadastro Ambiental Rural causou confusão entre a regularização ambiental e a regularização fundiária, como ilustram as declarações que seguem.

Eu acho que é bom, porque o pessoal daí, no mínimo ficam sabendo onde tão cruzando as áreas deles. Deu muita polêmica ali. O pessoal, a, mas a minha terra cruza ali e lá. E aí quando vão pegar essas divisas marcado, as divisas marcadas no computador, eles já enxergam que na realidade a propriedade deles é outra. Como nós aqui é até tal lugar. [...]. Daí vai botar no computador, daí não fecha, ó fulano, tu tem demais terra. Quando botem a baliza, né. Daí pegam, balizam aqui e aqui e sai o

cálculo, né. E isso que muitos não aceitaram, né (Depoimento do Agricultor Familiar 135, em fev. 2019).

Excelente, até pra demarcar um pouco essa questão das divisas que nós temos muitas propriedades que têm problema, né. A nossa não tem problema, difícil né. Mas o cadastro ambiental te marca, né, é pelo ar, mas ele te marca, daí tu sabe exatamente onde tu passa. E acho que as grandes propriedades onde existe muita coisa, acho que tem que ter, acho excelente. Isso veio pra ficar e vai ficar, não tem como tirar isso (Depoimento do Agricultor Familiar 60, em jan. 2019)

Sei lá, eu acho uma boa, porque, na verdade aquela vez dos Pronaf, muitas pessoas mostraram terra que não era deles pra ganhar o PROAGRO, isso e aquilo, e agora com esse CAR, é só olhar no site, que nem no satélite, que tu enxerga a área. Nessa parte mudou pra melhor, porque a nossa área foi medida (Agricultor Familiar 66, em mar. 2019).

Mas não faço nem ideia por que que eles queriam, para regularização das escrituras das propriedades eu acho, porque foi um desenho das propriedades que fizeram. Só é custo pra pagar daí. Hoje em dia eles só fazem tudo com isso (Depoimento do Agricultor Familiar 84, em jan. 2019).

Outra política pública ambiental incidente nas UPAs pesquisadas na Fronteira Noroeste é o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT). Implementado no ano de 2018 e integrado ao Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNDARH) da Agência Nacional de Águas (ANA), o SIOUT é o sistema que, por meio de ferramentas de informação eletrônicas relativas aos recursos hídricos das bacias hidrográficas do estado, auxilia no gerenciamento das concessões de outorga de uso de águas superficiais e subterrâneas. Tendo sido efetuado por 14 UPAs pesquisadas por meio de cadastro autodeclaratório, o cadastro no SIOUT tem sido exigido para o acesso à financiamento na linha de crédito do Pronaf Custeio Pecuário. A maioria dos entrevistados declarou não saber a finalidade de tal cadastro e grande parte acredita que este sistema se destine ao controle governamental do consumo da água e/ou à uma futura precificação e cobrança pelo uso da água, tal como ilustrado nos depoimentos que seguem.

Só tem limite de gasto de água, um tanto pode gastar, o resto não, que nós pegamos a água do rio pra irrigação, daí tem limite. Se tu pega mais que isso, tu tem que pagar uma taxa. Não sei se é assim. Eles inventam coisas e ninguém sabe pra que é (Depoimento da Agricultora Familiar 140, em mar. 2019).

O governo quer controlar quantos litros de água uma vaca toma, né, de onde é que vem a água, é bem assim. Só que isso é uma coisa bem fria, porque quem mediu até hoje quantos litros de água uma vaca toma? Que nem, domingo de manhã, uma vaca pariu ali em casa, ela tomou 60 litros numa pegada. Então imagina quantos litros de água ela toma por dia. Pode ter certeza que esses litros de água nunca vão bater (Depoimento do Agricultor Familiar 34, em fev. 2019).

Isso é uma coisa que eu não acho justo com o pequeno produtor. Porque isso é um negócio que daqui alguns anos vai inviabilizar as propriedades. Vai começar a pagar água. É ali que o governo vai pegar nós pra começar a pagar água. Nós vamos ter que começar a pagar toda água que nós consumimos na propriedade. O que as vacas bebem, o que as galinhas bebem, nós vamos ter que pagar. Isso tudo vem. É pra inviabilizar o pequeno agricultor. Isso é um custo que geraria. Que é uma coisa que sempre dizem, a água é um bem comum que a gente não pode negar pra ninguém. Se tu tem água na propriedade e alguém vêm e quer pegar, tu tem que deixar pegar. [...]. Tá, mas se tu tem que pagar água na tua propriedade, tu vai começar a doar água assim? Sabe, não. Ou vai começar a vender? Porque eles sempre dizem que a água tu não é dono, se o governo quiser vim ali e fechar ali ao redor onde tu tem o teu poço, ele fecha e tu não mexe mais (Depoimento da Agricultora Familiar 03, em fev. 2019).

Eu não vejo por que fazer [o SIOU]. Isso vai ser o quê? Uma coisa pro governo controlar o que nós gastamos de água pra um dia começar a cobrar imposto sobre isso. Eu acho assim, se tu não tá poluindo a água, pode usar ela, ela é da propriedade. Preserva a água que tu tem pra poder usar. Não tem nada pro governo saber se eu to gastando cem litros ou mil litros. Se eu to usando, eu to produzindo, eu to produzindo alimentos com isso. Que nem nós temos irrigação e tudo. Eu acho isso uma baita de uma fria [...] (Depoimento do Agricultor Familiar 77, em fev. 2019, grifo da autora).

A terceira política pública ambiental incidente na Fronteira Noroeste, refere-se ao Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê (Caminho das Águas, na língua Guarani). Tal projeto é de iniciativa da Organização Não Governamental Terra Verde, e tem como objetivo de sensibilizar a população local a respeito dos problemas relacionados a qualidade da água na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. Em uma das UPAs pesquisadas, o projeto incidiu na forma de um viveiro de mudas florestais nativas implantado em uma das UPAs onde foi realizada pesquisa, no município de Santa Rosa (Figura 73). Em “convênio” com a ONG, a família agricultora contribui na produção de mudas, as quais são vendidas para geração de recursos para o projeto e distribuídas durante as atividades realizadas na região.

Figura 73 - Viveiro de mudas florestais nativas de iniciativa do Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê, Rincão dos Souza, Santa Rosa



Fonte: Schreiner (2019)

Tanto o SICAR, quanto o SIOUT são excelentes instrumentos de informação e fiscalização que podem vir a auxiliar o poder público no gerenciamento, conservação ambiental e controle do desmatamento, tendo o CAR, se tornado um dos programas mais detalhados da ocupação do solo em território nacional. Entretanto, é evidente a necessidade do avanço nas políticas públicas governamentais no que condiz à questão ambiental. Vale observar que, normativas, instrumentos regulatórios, fiscalizatórios e coibitivos, por si só, não são suficientes para contribuir de fato para a conservação ambiental. Esses mecanismos não fazem sentido se não forem utilizados para a implementação de políticas que contribuam de fato na gestão pública ambiental.

Conforme observado por Neumann e Loch (2001, p. 243)

A questão ambiental é, sem dúvida, o "fato do momento" na civilização humana contemporânea e, provavelmente, o de maior potencial de questionamento e transformação na trajetória do processo civilizatório. Se, por um lado, ela introduz a possibilidade de redirecionar os rumos do desenvolvimento em benefício das gerações futuras, por outro, os mecanismos concebidos para se alcançar tal objetivo podem trazer sérios problemas à sobrevivência das gerações atuais de agricultores familiares. No caso brasileiro, os instrumentos de gestão ambiental pública são, na essência e de fato, compostos por instrumentos de comando e controle, ou seja, por regras e padrões a serem seguidos, atribuindo penalidades aos que não as cumprirem. Este fato, paradoxalmente, tem reflexos danosos para o desenvolvimento global da sociedade, em particular ao meio rural, uma vez que agrava ainda mais a já precária situação de sobrevivência de grande parcela dos agricultores familiares do país, por onerar o processo produtivo agrícola e por não propiciar os elementos básicos que permitam ao público envolvido o cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, uma vez que implementados, o SICAR e o SIOUT representam um potencial para a construção de estratégias de ação que, podem se tornar mais efetivos se forem somadas à outras políticas sociais de resolução de conflitos e ações massivas de apoio à regularização fundiária e à regularização ambiental. Entretanto, percebe-se certa falta de diálogo entre gestores, mediadores e agricultores familiares sobre a política pública e sua finalidade. Além disso, é imprescindível avançar em políticas efetivas de educação ambiental, valorização e promoção ao uso e manejo sustentável da sociobiodiversidade, pagamento por serviços ambientais para agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, dentre outras. Enquanto o poder público governamental não dá conta se uma solução mais sistêmica para tal problemática, alternativas pontuais vão sendo buscadas através de iniciativas não governamentais, como é o exemplo do projeto da ONG Terra Verde.

6.3.7 Políticas públicas para produção agrícola e agroindustrial: crédito, garantia e/ou assessoria?

Foram identificadas 22 políticas públicas incidentes no eixo de produção agrícola e agroindustrial nas UPAs pesquisadas, sendo notavelmente o eixo com maior número de políticas públicas incidentes. Identificou-se 20 políticas públicas governamentais, dentre as quais, seis são de nível federal, nove são de iniciativa do governo estadual e cinco são políticas de incidência em nível municipal. Outras duas políticas públicas identificadas são de iniciativa não governamental. Em sua ampla maioria, as políticas públicas voltadas à produção agrícola e/ou agroindustrial, são políticas de concessão de crédito para a agricultura familiar, cada qual com sua finalidade e funcionamento. Tais políticas estão apresentadas, respectivamente, na sequência.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado no ano de 1995 e institucionalizado através do Decreto nº 1.946 de 1996 (BRASIL, 1996), foi a primeira⁸⁰ política pública, em âmbito nacional, a dispor de linha de crédito específico e diferenciado para a categoria agricultura familiar. Tendo sido largamente estudado na literatura, para alguns autores, a criação do Pronaf foi um dos acontecimentos mais marcantes

⁸⁰ Vale citar a experiência anterior do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), o qual seria o embrião para a posterior formulação do Pronaf (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

que aconteceram no período recente na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, visto que esta política pública representou o reconhecimento e a legitimação desta categoria social e suas especificidades por parte do Estado brasileiro (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 46 delas (90,2%) acessaram alguma das linhas⁸¹ de crédito do Pronaf ao menos uma vez, sendo a terceira política pública mais incidente nas UPAs entrevistadas. As linhas de crédito em que foi identificado acesso por alguma das famílias agricultoras entrevistadas, foram: Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Custeio Agrícola, Pronaf Custeio Pecuário, Pronaf A, Pronaf Mulher, Pronaf Eco, Pronaf Agroecologia e Pronaf Agroindústria. Na Tabela 18, estão elencadas linhas de crédito e o número de UPA pesquisadas em que houve incidência do Pronaf.

Tabela 18 - Linhas de crédito do Pronaf que foram acessadas nas UPAs pesquisadas, em ordem de número de UPAs que tiveram acesso

Linhas de crédito do Pronaf	Número que UPA pesquisadas em que houve acesso	Porcentagem de UPAs pesquisadas em que houve acesso
Pronaf Mais Alimentos - Investimento	34	66,7%
Pronaf Custeio Custeio Agrícola	20	39,2%
Pronaf Custeio Custeio Pecuário	14	27,4%
Pronaf A	12	23,5%
Pronaf Mulher	3	5,9%
Pronaf Eco	2	3,9%
Pronaf Agroecologia	1	2%
Pronaf Agroindústria	1	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A linha de crédito Pronaf Investimento, também denominado Mais Alimentos, foi notavelmente a mais acessada. Destinada à investimentos em infraestrutura, foi acessada por 34 famílias agricultoras (66,7%), dentre as quais, 31 utilizaram o recurso para a compra de máquina(s) e/ou equipamento(s) e 17 utilizaram para a construção e/ou reforma de benfeitoria na UPA. Destas, 14 famílias agricultoras investiram em ambos – máquinas e/ou equipamentos e reforma e/ou construção de benfeitorias. As principais máquinas e equipamentos adquiridos por meio do programa foram: trator, caminhonete, carretão, colheitadeira, semeadeira, plantadeira, distribuidor de esterco, pulverizador, ensiladeira, desensiladeira, roçadeira,

⁸¹ As linhas de crédito ou de financiamento e grupos, bem como as regras de enquadramento têm variado de acordo com o Plano Safra anual. Portanto, aqui foi considerada a denominação das linhas de modo generalista, tal qual são reconhecidas e denominadas pelos agricultores familiares e informantes-chave entrevistados, de acordo com as informações por eles prestadas.

plataforma, arado, ordenhadeira, canalização para transferência de leite e resfriador de leite; e as principais benfeitorias nas quais este recurso foi investido nas UPAs foram: salas de ordenha, galpão de alimentação para o gado, chiqueiro, galpão para maquinário, silo secador de grãos, esterqueira e estruturas de irrigação.

Desse modo o Pronaf Mais Alimentos contribuiu de maneira significativa para a estruturação produtiva de muitas UPAs, tendo sido citada e 37% das famílias agricultoras como uma das políticas públicas mais importantes acessadas. Na maioria das UPAs, tais investimentos vieram de maneira a contribuir no aumento da produtividade, diminuição da penosidade do trabalho e até na melhoria da gestão ambiental, como é o caso de algumas UPAs em que as tecnologias adquiridas possibilitaram uma melhor destinação e aproveitamento dos dejetos animais. Em algumas UPAs com produção leiteira, tais investimentos foram fundamentais para a permanência nos mercados de comercialização da produção leiteira. Os depoimentos que seguem explicitam a importância que tal linha de acesso a crédito assumiu em algumas UPAs.

São melhorias que tu consegue através disso, senão, não ia conseguir. Talvez até conseguiria, mas é mais reduzido. Porque na verdade isso são assim, investimentos que você faz e a produção vai pagando. Muda no principal, é no trabalho, no tipo de trabalho, dá mais agilidade e com isso tu consegue investir mais em produção pra poder pagar isso, né. Tu já faz um projeto desses pensando em aliviar os trabalhos, pra ser mais fácil trabalhar e porque vai dar algum retorno (Depoimento do Agricultor Familiar 63, em mar. 2019).

Sem dúvida foi na direção de facilitar e pra aumentar a produção. O que tá ali ainda vai anos, a maior parte desses recursos que a gente usou. Acho que foi bem interessante. Se não fosse a questão dos Pronaf, a gente não teria talvez, ou bem menos, ou não iria conseguir colocar. Por isso é importante essas linhas de crédito. Que nem no caso da ordenhadeira, já naquela vez, imagina a diferença, e depois o resfriador, que nós tinha a água e daí nós botava dentro, daí agora tem o transferidor. Isso facilitou muito e reduziu a mão de obra. No caso do galpão, aquela instalação ali, é tudo mais prático. Além de ser mais prático, reduziu a mão de obra e os animais se sentem mais à vontade ali [...]. O processo, tudo foi feito bem ajustado. Assim isso que nós tava comentando antes, a mão de obra já é pouca e a gente numa correria [...]. Claro que precisa sempre de melhoria ainda, mas assim já ficou bem encaminhado. Por isso que é bom essas políticas públicas, no caso o Pronaf e esses programas [...] eu acho que fazem a diferença pra valorizar um pouco e pra manter o pessoal que tá no interior ainda, pra ter uma vida melhor (Depoimento do Agricultor Familiar 4, em fev. 2019).

Na sequência, a linha de financiamento Pronaf Custeio (Também chamado Pronaf Grupo B) que visa custear os investimentos nas atividades agropecuárias, tem sido uma importante fonte de capital de giro em UPAs com produção de grãos - principalmente soja, milho e trigo - por meio do Custeio agrícola, e a produção leiteira, por meio do Custeio

pecuário. O Custeio Agrícola foi acessado por 38 famílias agricultoras (74,5%) e o custeio pecuário foi efetuado em 20 UPAS pesquisadas (39,2%). Vale salientar aqui, que, dentre estas, 18 UPAs deixaram de efetuar o custeio agrícola e 6 UPAs deixaram de efetuar o custeio pecuário nos últimos anos⁸².

Também foi significativo o número de acessos à linha de financiamento do Pronaf A, que tem como objetivo contribuir na estruturação inicial de atividades agropecuárias para beneficiários do PNCF⁸³, tendo sido acessado por 12 famílias agricultoras (23,5%). Já as outras linhas de financiamento diferenciadas ou para públicos específicos tiveram um número reduzido de acessos, corroborando com a análise de Aquino e Schneider (2015, p. 75-76), que observam que os recursos do Pronaf não têm sido distribuídos de forma equitativa.

A linha de investimento para atividades próprias de mulheres agricultoras, Pronaf Mulher, foi acessada por 3 entrevistadas, as quais investiram os recursos na compra de novilhas para produção leiteira, instalação de tratador automático de suínos, estufa e produção de hortaliças, implantação de pomar e equipamentos para produção de panificados. Em duas UPAs foi acessada a linha de crédito do Pronaf Eco, nas quais foram instaladas placas fotovoltaicas para geração de energia elétrica (Figura 74). O Pronaf Agroecologia foi acessado por apenas uma família agricultora, a qual utilizou o recurso para financiar a produção orgânica de hortaliças. O Pronaf Agroindústria também foi acessado por apenas uma família agricultora, a qual investiu os recursos na construção de sua agroindústria de panificados. Estas últimas, são linhas de financiamentos mais recentes, menos difundidas, com menor aporte de recursos e menor mobilização dos agentes financeiros, sendo conseqüentemente, menos acessadas. Diversos dos entrevistados informaram que, inclusive, desconheciam a existência dessas linhas de financiamento do Pronaf ao serem questionados sobre elas.

⁸² Os motivos que levaram tais agricultores familiares a deixarem de acessar tais recursos estão discutidos no Capítulo 6.

⁸³ A linha de financiamento do Pronaf A também é destinada a agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o que, entretanto, não se aplica aos caso aqui estudados.

Figura 74 - Galpão com placas fotovoltaicas instaladas a partir de recursos do Pronaf Eco, Linha Taquaruçu, Santo Cristo



Fonte: Schreiner (2019)

Por fim, ainda sobre as diferentes linhas de financiamento do Pronaf, vale destacar que uma das jovens entrevistadas elaborou o projeto e buscou acessar à linha do Pronaf Jovem. No entanto, assim como outros jovens na região, que mesmo contando com o apoio técnico da Emater, não conseguiram o acesso por impedimentos burocráticos das agências bancárias. O relato da jovem Agricultora Familiar ilustra a frustração em realizar um planejamento, construir um projeto e posteriormente ter esse direito negado pelas agências de financiamento.

Primeiro falaram na Casa Familiar, eles mostraram que tinha esse Pronaf Jovem. Só que daí a gente não pode ter bloco no nome. A gente tem que ter uma DAP acessória, daí eu fiz uma DAP dentro da DAP do pai, e daí eu fui primeiro, que a gente sabia que a Sicredi fazia. Fui lá, conversei, e daí a Sicredi falou que aqui, a unidade deles que atende, eles não têm essa linha, porque isso depende de cada região, eu acho. E daí a gente foi no Banco do Brasil [...]. Tá, fui lá e daí eles pediram documento e tudo. Eu levei e daí por fim pediu o projeto, e daí a gente fez, fiz licenciamento ambiental e tudo. Até foi demarcado ali o fundamento, foi feito o alicerce. A terraplanagem com o trator. Até eu tenho as licenças ali pra construir, a ambiental e a de construção. Deu quase 400 reais as licenças. [...] que eu queria construir um aviário, foi a Emater que correu atrás, eles até foram comigo nos bancos conversar e explicar, eles fizeram o projeto até pra mim, já tinha até a licença ambiental. Pagamos a licença ambiental, só que não consegui. [...] A última desculpa foi que eu não tinha levado dinheiro suficiente pra depositar na conta pra eles abrir a conta pra mim. Ele pediu: quanto tu trouxe pra depositar? Daí eu olhei: mas eu não sabia que eu tinha que trazer [...]. Só que daí, por fim, depois que eu não tinha dinheiro pra colocar o suficiente na conta e daí fomos conversando e daí depois não tinha mais essa linha de crédito. Só se eu quisesse daí o Mais Alimentos, que era um juro mais alto. Era o último ano que eu tava na Casa Familiar, foi 2014. [...]. E na Casa Familiar a gente tinha que desenvolver um projeto de vida. E uma coisa que eu queria fazer era que não tinha. E aqui no município não tinha nenhuma produção de ovos que era legalizada, com inspeção, né. E aí eu queria fazer isso, eu queria construir com inspeção e tudo certinho. [...]. Só que daí não deu porque eu não consegui acessar a linha que era um juro bem mais baixo. E assim pra gente, pro jovem começar no interior, é bem difícil, tu tem que ter alguma coisa. [...]. Isso é um negócio bem contraditório, porque pra ti conseguir, tu tem que não ter nada, mas ao mesmo tempo tu tem que ter. Isso é bem estranho. Não tem como entender. Os bancos também não querem liberar porque isso não dá dinheiro. Foi pra fazer propaganda pra tu ir lá no banco e fazer tu acessar outra linha (Depoimento da Agricultora Familiar 01, em fev. 2019).

Nesse sentido, Aquino e Schneider (2015) ponderam que, ao longo dos anos, o Pronaf foi se inclinando para um certo tipo de agricultor familiar, o qual está fortemente dedicado a produção de *commodities*. Dessa forma, mesmo sendo a política pública mais difundida e um dos principais instrumentos de apoio à agricultura familiar em todo país, grande parte dos agricultores familiares fica a margem, não sendo contemplada pela política, ou apenas acessando pontualmente nas atividades agropecuárias priorizadas pelo programa. Essa constatação também corrobora com o que afirmam Buainain *et al* (2014, p. 854, grifo da autora), de que

[...] a maior parte dos recursos [do Pronaf] é dirigida para o crédito de custeio, reduzindo bastante o potencial de o Pronaf promover mudanças estruturais que poderiam alavancar de forma mais decisiva a capacidade produtiva dos produtores familiares. Naturalmente que o crédito de custeio é importante, e contribui para elevar a produção e renda dos agricultores familiares, sem no entanto assegurar a sustentabilidade desses ganhos, que pressupõem transformações na base técnico-produtiva [...]. Muitos enfrentam dificuldades na esfera da produção e comercialização, e não têm capacidade para pagar os empréstimos. Uma parte das inadimplências está associada a problemas típicos do processo de produção e comercialização na agricultura, decorrentes de eventos climáticos, queda dos preços e ausência de infraestrutura adequada ou mesmo de mercado local. Entretanto, a produção é influenciada também pelo desenho das políticas, que vêm tratando, com crédito de custeio, problemas estruturais que requerem muito mais do que isso para serem equacionados.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais), também conhecido como Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), é uma política iniciada no ano safra 2004/2005⁸⁴, que visa contribuir na garantia da renda dos agricultores familiares. Tendo sido criado no sentido de substituir o sistema de liberação de recursos que antes ocorria apenas de forma emergencial e como alternativa da agricultura familiar ao PROAGRO tradicional (CAPELESSO, 2016). Todas as operações de crédito do Pronaf Custeio Agrícola têm adesão obrigatória ao PROAGRO Mais, assim sendo, nas mesmas 38 UPAS (74,5%) que foi acessada tal linha de crédito, também foi efetuado o SEAF.

Conforme analisado por Zubowski (2015), o SEAF (PROAGRO Mais) tem apresentado bons indicadores técnico-financeiros com procedimentos completos de apuração de perdas, ao mesmo tempo em que possui um baixo custo operacional. Conforme o autor, o SEAF ajudou a evitar o êxodo rural para milhares de pequenos agricultores, pois viabilizou recursos para agricultores continuarem plantando e se recomporem, mesmo em momentos de mudanças climáticas severas, voltando a ter perspectivas de investimento na produção rural.

⁸⁴ Tendo sido incluído na Lei nº 8.171/1991 (BRASIL, 1991a) através da Lei nº 12.058/2009 (BRASIL, 2009).

Assim, o seguro agrícola pode trazer importantes contribuições para o desenvolvimento rural a partir dos efeitos que este tem sobre a estabilidade econômica dos agricultores. Tendo proteção contra perdas decorrentes de eventos climáticos, é natural que os agricultores se sintam mais seguros para investir na produção e buscar novas tecnologias (ZUBOWSKI, 2015). Entretanto, identifica-se, ainda, uma substancial limitação quanto às culturas possíveis de serem asseguradas por meio do Proagro Mais/SEAF. Dentre todas as UPAs pesquisadas, somente nos cultivos de soja, trigo e milho foi possibilitada a garantia da produção.

Nesse sentido, corrobora-se com os resultados da pesquisa realizada por Capelesso (2016), na região do Extremo Oeste Catarinense, que apresenta contradições do Pronaf e do SEAF acerca da sustentabilidade na agricultura familiar. Pesquisando agricultores orgânicos e em transição agroecológica, o autor destaca suas dificuldades para acessar, tanto o Pronaf, quanto o SEAF, devido à sua diversidade de produtos agrícolas e utilização de insumos do próprio estabelecimento. Nesse sentido, Capelesso (2016) conclui que a prioridade dessas políticas públicas é atender interesses sociais concebidos segundo a proposta de ampliar o grupo de agricultores integrados ao processo modernizante. Conforme as análises do autor, o Pronaf e o SEAF contribuem para viabilizar sistemas produtivos de baixa eficiência econômica e pouco resilientes, estimulando a adoção de pacotes tecnológicos e produtivistas. Ao mesmo tempo, conforme o autor estas políticas restringem possibilidades de sucesso em iniciativas mais sustentáveis, que atendam preceitos socioambientais, como a produção orgânica e outras formas de produção orientadas pela agroecologia.

Outra política pública voltada à produção agrícola é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), iniciado no ano de 2004. O programa visa expandir a produção de biocombustível e estimular sua introdução na matriz energética brasileira ao mesmo tempo que fomenta a participação da agricultura familiar na sua cadeia de produção nacional. Entretanto, nas UPAs pesquisadas, esse programa acaba apenas por beneficiar, mais uma vez, produtores de monocultivos de soja, principal produto utilizado na produção de biodiesel. Por meio desse programa, as cooperativas habilitadas recebem benefícios tributários e o Selo Combustível Social, um certificado concedido aos produtores de biodiesel que adquirem percentuais mínimos de matéria-prima de agricultores familiares. Dessa forma, as cooperativas acabam por repassar parte desses benefícios para os produtores, um valor que varia entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00 a cada saca de soja comercializada. Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 7 delas (13,7%) foram beneficiadas pelo PNPB através do recebimento do valor extra na comercialização de soja nas cooperativas credenciadas.

Em se tratando de políticas de assistência técnica, se destaca a presença da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)⁸⁵, instituída pela Lei 12.188, no ano de 2010 (BRASIL, 2010). A PNATER regulamenta a destinação de recursos públicos federais para entidades e órgãos públicos e oficiais de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), sendo, portanto, executada em parceria entre governo e entidade executora. No caso do Rio Grande do Sul, tal prestação de serviços cabe à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-ASCAR)⁸⁶.

Considerando a incidência da PNATER a partir do atendimento por parte da assessoria técnica da Emater às famílias agricultoras entrevistadas, esta é a quarta política pública mais incidente nas UPAs pesquisadas. Em 43 UPAs (84,3%) foi recebida a assistência técnica da Emater em algum momento. Grande parte destas famílias recebeu, em algum período, acompanhamento com alguma periodicidade de visitas à UPA, orientações técnico-produtivas, elaboração e acompanhamento de projetos, dentre as quais, 15 (29,4%) declararam terem sido atendidas por alguma chamada pública específica de ATER. Outros receberam apenas alguma assessoria mais esporádica e localizada, sendo principalmente na elaboração de projeto de financiamento (nesses casos, sendo o atendimento realizado no escritório da entidade), avaliação do seguro agrícola ou participação em atividade coletiva pontual, como curso, palestra, encontro (Figura 75), oficina ou dia de campo. Vale destacar também, que por meio da ATER é possibilitado o acesso à diversas outras políticas públicas, tanto pelo fato de ser através dos técnicos que se toma conhecimento da existência de possibilidades e inclusão nos programas existentes, quanto pelo recebimento de assessoria gratuita na elaboração de projetos para o acesso às políticas de financiamentos, infraestrutura, comercialização etc.

⁸⁵ A PNATER pode ser também considerada uma política pública intersetorial ou multidimensional por influenciar mais de um aspecto nas Unidades de Produção Agrícola, inserindo-se, também, nos eixos socioassistencial, de educação do campo e formação profissional e comercialização. Entretanto, optou-se aqui, por manter a PNATER no eixo de produção agrícola e agroindustrial pois, apesar dos esforços na realização de uma análise mais sistêmica e da existência de uma equipe multidisciplinar na maioria de seus escritórios regionais e municipais, a principal influência da ATER nas UPAs ainda é na questão produtiva.

⁸⁶ No Rio Grande do Sul, há também outras entidades executoras de ATER, as quais não abordamos nesse trabalho por não ser o caso do público pesquisado.

Figura 75 - Encontro de representantes comunitárias e de Clubes de Mulheres do município de Alecrim com acompanhamento de assessoria técnica da Emater



Fonte: Schreiner (2019)

Ainda dentre as políticas públicas governamentais de nível federal vale mencionar a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a incidência do Programa Ecoforte na região. A Embrapa Clima Temperado possui um histórico de atuação em atividades de pesquisa e extensão na Fronteira Noroeste desde os anos 90, especialmente no que diz respeito ao fomento da fruticultura. Dentre as famílias agricultoras pesquisadas, duas delas foram beneficiadas diretamente pela atuação da Embrapa, por meio da doação de mudas florestais e acompanhamento técnico na implantação de uma área de sistema agroflorestal na UPA.

O Programa Ecoforte, foi criado em 2013, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de contribuir com o fortalecimento das redes e organizações socioprodutivas de agroecologia no Brasil (MARTINS; SAMBUICHI, 2019). Através desse programa, foram beneficiadas as famílias agricultoras participantes do Núcleo Missões, da Rede Ecovida de Agroecologia, através do recebimento de equipamentos para o beneficiamento de frutas, os quais são mantidos na agroindústria de processamento de frutas da comunidade São José, Porto Vera Cruz (Figura 76) e também revezados entre as UPAs com produção agroecológica na região. Dentre as famílias agricultoras pesquisadas, uma delas foi beneficiada diretamente pelo programa através da utilização de despoldadeira de frutas e máquina seladora para produção de polpas, permitindo um melhor aproveitamento de frutas⁸⁷ produzidas na UPA, como explica a agricultora familiar beneficiada: “[...] com a máquina despoldadeira que eu faço essas polpas de frutas, aproveito de tudo que tem, que isso circula no núcleo missões, um dia tá aqui, outro dia tá lá, a gente vai estocando as frutas que têm no pátio, nada vai fora mais” (Depoimento da Agricultora Familiar 137, em mar. 2019).

⁸⁷ Sendo a maioria frutas nativas que antes não eram aproveitadas, contribuindo para a conservação e valorização da sociobiodiversidade local através de seus usos.

Figura 76 - Agroindústria beneficiada com equipamentos para processamento de frutas pelo Programa Ecoforte, São José, Porto Vera Cruz



Fonte: Schreiner (2019)

O Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER) se destacou como a política pública governamental de nível estadual mais acessada dentre os entrevistados. Instituído no ano de 1988 pela Lei estadual nº 8.511 e gerido, atualmente, pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR)⁸⁸, o FEAPER possui o objetivo de aportar recursos para a agricultura familiar por meio de operações de crédito (RIO GRANDE DO SUL, 1988). Tendo sido acessada por 20 famílias entrevistadas (39,2%), essa política possibilitou aos agricultores familiares o acesso à recursos do governo estadual com condições diferenciadas de pagamento, por meio de projetos planejados e executados com auxílio de assessoria técnica (Emater e STRs) e de acordo com a necessidade de cada família. Os investimentos realizados com tais recursos pelas famílias agricultoras entrevistadas envolveram ações como recuperação de solo, reformas em infraestrutura, equipamentos para agroindústria, cisternas para aproveitamento de água da chuva, biodigestores, estufas para produção olerícola, sistemas de irrigação e hidroponia (Figura 77), compra de vacas de leite e de equipamentos como roçadeira, placas fotovoltaicas, perfurador de solo, plantadeira.

⁸⁸ A qual congrega a anteriormente denominada Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) à Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Figura 77 – Estufa com sistema de hidroponia e biodigestor, instalados com recursos do FEAPER, Linha Rolador Baixo, Santo Cristo e Linha Progresso, Três de Maio



Fonte: Schreiner (2019)

Também no âmbito do FEAPER, algumas famílias agricultoras foram beneficiadas pelo Programa Troca-Troca de Sementes, por meio da aquisição de sementes de milho para produção de silagem com condições de pagamento diferenciadas. Ademais, um dos agricultores foi beneficiado pelo Programa Bolsa Juventude Rural, que tem como objetivo estimular a permanência de jovens no campo através da concessão de bolsas mensais, para jovens cursantes do ensino médio regular em escolas públicas, com recursos provindos do FEAPER.

O Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF) foi criado através do Decreto Estadual nº 53.052 de 2016. Este surgiu com o objetivo de promover a gestão e a qualificação dos processos socioeconômicos e ambientais das propriedades familiares, por meio da elaboração de diagnóstico e plano de gestão com apoio técnico das entidades de ATER parceiras do governo estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 11 (21,6%) foram beneficiadas pelo PGSAF de maneira a receberem acompanhamento técnico da Emater específico para o atendimento dos objetivos do programa. De acordo com os relatos dos agricultores familiares entrevistados, na prática, os técnicos da Emater fizeram um vasto levantamento de informações da UPA e entregaram planilhas a serem preenchidas para realização da contabilidade na UPA. Entretanto, até a data da entrevista, em nenhuma das UPAs visitadas tais dados chegaram a ser analisados conjuntamente com a família para a tomada de decisão e construção de um plano de gestão. Além disso, em algumas das UPAs, conforme a compreensão dos entrevistados, tal acompanhamento era apenas para a melhoria da gestão da produção leiteira, demonstrando a

inexistência de uma análise da totalidade da UPA, conforme previsto pelo programa. O depoimento da Agricultora Familiar 43 descreve a falta de uma construção participativa no diagnóstico e planejamento da UPA no PGSAF.

Era pra ser uma vez por mês. Mas faz mais de dois meses que não vem. Mas era pra ser uma vez por mês [...]. Pra nós é do leite que eles dão [acompanhamento]. Ele faz no computador só pra ele mesmo, porque ele nunca, como é que eu vou dizer assim, a nossa gestão da propriedade a gente sempre dá, eu sempre fiz, quanto vai dar a nota do leite, quanto de ração, tanto de resfriador, tanto das prestação das coisas. Tanto da casa, tanto na semente, tanto é na Cotrimaio, tanto é nisso, tanto é naquilo. É o financeiro, exatamente isso. Então isso eu sempre fiz na casa. Ele [o técnico] só anota. Na prática não contribui nada mesmo (Depoimento da Agricultora Familiar 43, em abr. 2019, grifo da autora).

O Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR) foi instituído no ano de 2013, através da Lei nº 14.244. Por meio de incentivos para implantação, ampliação e adequação de reservatórios de água e sistemas de irrigação, o programa surgiu visando contribuir para a prevenção dos efeitos das estiagens, aumentar a segurança e a renda dos produtores rurais e ao mesmo tempo contribuir para o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias (RIO GRANDE DO SUL, 2013). O programa foi acessado por 8 famílias agricultoras pesquisadas (15,7%) através acesso à crédito com condições de pagamento diferenciadas. Nestas UPAs, o recurso do programa foi utilizado para implementação de sistemas de irrigação em áreas de pastagem e de produção de grãos.

O Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural) foi uma política pública do governo do estado no Rio Grande do Sul, executada no período de 1997 a 2006. Seu objetivo fundamentou-se em promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da diminuição dos níveis de pobreza e a degradação ambiental, efetuando ações de conservação e manejo dos recursos naturais e melhoria da infraestrutura social básica e da renda familiar (GARTNER; BASSI, 2007).

Por meio da alocação de créditos para pequenos agricultores em situação de pobreza e fragilidade econômica, o RS Rural contou com diversos tipos de benefícios concedidos por meios de projetos que foram “desde a aquisição de juntas de boi ou vacas leiteiras, passando pela aquisição de máquinas e equipamentos, envolvendo até a construção de agroindústrias” (SCHNEIDER *et al.*, 2005). Tendo incidido em 6 UPAs pesquisadas (11,8%), os recursos destinados à essas famílias agricultoras através do RS Rural consistiram na construção de banheiros, reformas de casas, recuperação de solo com adubação e calagem, recebimento de

mudas de frutíferas para implementação de pomar, instalação de estufas para olericultura e floricultura e acompanhamento técnico por meio da Emater.

O Programa Segunda Água, iniciado no ano de 2018, a partir de um convênio entre o Ministério da Cidadania e o governo do estado do Rio Grande do Sul, tem como objetivo promover o acesso à água para produção no meio rural junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando a segurança alimentar e hídrica, através da construção de microaçudes, cisternas, instalação de sistemas de irrigação, assistência técnica e capacitação (RIO GRANDE DO SUL, [201-]). Dentre as entrevistadas, 4 famílias agricultoras foram beneficiadas mediante implementação de microaçudes em suas UPAs, também sendo estas acompanhadas pela assessoria técnica da Emater.

Visando contribuir para a implantação e legalização de agroindústrias familiares, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) foi criado no ano de 2012 e regulamentado pelo Decreto estadual nº 49.341 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Dentre as famílias agricultoras pesquisadas, uma delas (2%) foi beneficiada pelo programa através do apoio a legalização de sua agroindústria familiar de panificados. Os benefícios se deram por meio de assessoria técnica e qualificação profissional, de tal forma que foi efetuada sua legalização tributária, ambiental e sanitária e recebida a autorização legal para a utilização do “Selo Sabor Gaúcho”.

Em uma das UPAs pesquisadas também foi acessado o Programa Mais Leite de Qualidade, um programa governamental de nível estadual instituído pelo Decreto estadual nº 50.123, no ano de 2013, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (Prodeleite), com o objetivo de possibilitar a aquisição de equipamentos com a tecnologia necessária para produção de leite com maior segurança, qualidade e rendimento, mediante a disponibilização de crédito para este fim (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Na UPA beneficiada pelo programa foram adquiridos um resfriador e transferidor de leite automático.

Outras duas formas de provimento de recursos públicos do governo estadual nas UPAs pesquisadas foram o crédito emergencial e os recursos recebidos a fundo perdido. O crédito emergencial, um recurso disponibilizado para agricultura familiar especificamente devido à um período de estiagem no estado, foi acessado por sete famílias agricultora entrevistadas. Nestas UPAs, o recurso foi utilizado para ampliação da capacidade de armazenamento de água e irrigação, tecnificação da produção leiteira e adubação de solo. Os recursos estaduais a fundo perdido foram disponibilizados para cinco famílias agricultoras entrevistadas, tais

recursos foram disponibilizados por meio de equipamentos de pesca e armazenamento de pescado, irrigação de hortaliças, adubo, mudas de frutíferas e sementes para produção de grãos.

Dentre as políticas públicas municipais, a principal política pública citada pelos agricultores familiares é o Programa Patrulha Agrícola. Este tem por objetivo fornecer máquinas e implementos agrícolas para pequenos produtores, permitindo o uso de equipamentos de forma coletiva, geralmente por meio de associações específicas para esse fim, e sendo o uso das máquinas gerenciadas pela diretoria dessa associação. Nestes casos, os equipamentos são adquiridos pelas prefeituras e repassados para as associações através de comodato (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS, 2014). Conforme analisado por Neves, Machado e Reis (2013, p. 74), o Patrulha Agrícola representa “uma alternativa de auxílio à mecanização na agricultura familiar por possuir quase todos os tipos de máquinas que os beneficiários dos serviços necessitam”. Tendo sido acessado por seis famílias agricultoras entrevistadas (11,8%) nos municípios de Alecrim, Nova Candelária e Santo Cristo, o programa é a principal forma de acesso a máquinas para o cultivo agrícola (aração, plantio, colheita e ensilagem) nestas UPAs.

Outra forma de acesso à crédito para produção agropecuária são os recursos advindos de fundos municipais, acessados por três famílias agricultoras entrevistadas (5,9%), nos municípios de Porto Vera Cruz e Santo Cristo, as quais investiram o recurso em infraestrutura. Em alguns municípios a destinação de tal recurso assume caráter de programa regulamentado com destinação de recurso especificamente para esse fim, como é o caso do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (FUNDERUR), no município de Santo Cristo. Ademais, uma das agricultoras entrevistadas também relatou o recebimento de recurso municipal a fundo perdido para construção de galinheiro no município de Santa Rosa. Os governos municipais também têm prestado outros serviços de grande valia para a agricultura familiar, tais como abertura de açude, análise e adubação de solo e serviços de manutenção de estradas rurais.

Também foi identificada a incidência de duas políticas públicas de caráter não governamental voltadas à produção agrícola. O Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), instituído com objetivo de contribuir para geração de renda e segurança alimentar e nutricional através da implementação de uma tecnologia social de baixo custo que ali a produção olerícola à produção de frangos. Tendo sido executado pelo Movimento dos atingidos por barragens (MAB) com recursos advindos do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), duas famílias agricultoras entrevistadas (3,9%) foram beneficiadas pelo programa através recebimento de assessoria técnica e da instalação de uma horta com galinheiro circular na UPA (Unidade PAIS).

O Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS) foi uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá, que contou com o apoio do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e da Fundação de Capacitação e Desenvolvimento (Funcap) de Três de Maio. Tendo beneficiado diretamente duas famílias agricultoras entrevistadas (3,9%), o PARS surgiu como programa complementar ao PNHR, de forma que atendia o público beneficiado pela construção ou reformas de habitações rurais nos municípios de Três de Maio e São José do Inhacorá. Através do PARS foram realizadas atividades de formação para agricultores familiares e foi disponibilizada assistência técnico/produtiva gratuita para famílias agricultoras, com o objetivo de contribuir para o aumento da produção de autoconsumo e para comercialização. Além disso, o programa também contribuiu para a (re)valorização da agrobiodiversidade por meio de atividades de trocas de sementes e mudas entre agricultores, criando, a partir daí, um espaço permanente de troca de sementes nas instalações do STR (Figura 78).

Figura 78 - Local de troca de sementes da agrobiodiversidade e banner do Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio e São José do Inhacorá



Fonte: Schreiner (2019)

Observando o panorama das políticas públicas voltadas para produção agrícola e agroindustrial incidentes na agricultura familiar na Fronteira Noroeste, indubitavelmente se sobressai o Pronaf pelo número de acessos, especialmente nas linhas de crédito Mais Alimentos e Pronaf Custeio. Logo, associado à linha do Pronaf Custeio Agrícola, se destaca o PROAGRO Mais, como forma de garantia para a produção agrícola familiar. Sem dúvidas, o acesso ao crédito, somado à possibilidade de programas de garantia de safra, são imprescindíveis para possibilitar projetos e planejamento produtivo para a agricultura familiar. E o Pronaf possui papel imprescindível nisso. Contudo, os resultados da pesquisa de campo, reforçam o que foi constatado por Aquino e Schneider (2015, p. 76), quando afirmam que

[...] o Pronaf tem estimulado poucas mudanças nas estruturas produtivas e nas atividades econômicas tradicionais que são realizadas no interior dos estabelecimentos agropecuários. [...] nos estados da região sul, onde se concentram os produtores familiares mais integrados ao mercado, a maior parte do crédito tem sido usada para reforçar o modelo tradicional de modernização tecnológica e a especialização produtiva. A reduzida diversificação das atividades financiadas deixa os “pronafianos” expostos a variabilidade climática e a volatilidade dos preços que caracteriza os mercados de insumos e *commodities* agrícolas.

Assim, convém ressaltar aqui a importância das linhas diferenciadas de financiamento do Pronaf (Pronaf Agroecologia, Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Eco) e as outras políticas de crédito que, apesar de terem tido menor abrangência, possibilitaram atender à diferentes necessidades apresentadas em cada Unidade de Produção Agrícola, permitindo maior flexibilidade de acesso ao crédito agrícola e de infraestrutura, tais como as políticas estaduais FEAPER e RS Rural e os programas de municipais crédito de fundo rotativo, os quais permitiram acesso à crédito barato e diferenciado de acordo com a necessidade e objetivos de cada família. Somando-se ao Programa Mais Alimentos, que contribuiu significativamente para melhorias na infraestrutura das UPAs, os Programas municipais de Patrulha Agrícola são uma alternativa para garantir o acesso à mecanização da agricultura familiar. Do mesmo modo, o PMAMR e o Programa Segunda Água contribuíram para melhoria da segurança hídrica nas Unidades de Produção Agrícola, ainda assim, sendo acrescidos dos auxílios de créditos emergenciais em período de estiagem severa. Vale também destacar a importância da disponibilização de recursos para viabilização da agroindustrialização familiar, tais como identificados, ainda que timidamente, nos programas Ecoforte, PEAf e as linhas do Pronaf Agroindústria e Pronaf Mulher.

Além disso, é evidente que não basta o acesso ao crédito para viabilização da produção e dos projetos produtivos das famílias agricultoras. De igual importância são os serviços de ATER pública, aqui tendo sido identificados por meio dos programas PNATER, PGSAF, PARS, PAIS e Embrapa, bem como na atuação de algumas organizações locais (movimentos sociais, cooperativas e ONGs). Muito antes disso, aparecem ainda as questões elencadas nos outros eixos de políticas públicas, como o acesso à terra, condições básicas de moradia, educação, ambiente equilibrado, saúde e assistência social. Somente ao se somarem tais condições é que se possibilita às famílias agricultoras organizarem seus projetos produtivos e a gestão das UPAs com condições propícias. Em muitas situações, é por meio da ATER pública que é possibilitado às famílias agricultoras visualizarem possibilidades de alternativas para solução de suas dificuldades. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de uma ATER presente, coerente com a análise sistêmica das UPAs e que se valha dos métodos participativos para gestão e planejamento, juntamente com as famílias agricultoras, de forma a promover transformação e sustentabilidade social e produtiva.

6.3.8 Políticas públicas incidentes na comercialização de produtos da agricultura familiar: possível aliança entre geração de renda e segurança alimentar e nutricional

Dentre as políticas públicas que incidiram de forma direta na comercialização da produção das famílias agricultoras entrevistadas na Fronteira Noroeste, identificou-se apenas três políticas públicas, dentre as quais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que são governamentais de nível federal e a construção de um pavilhão para feira livre da agricultura familiar, uma ação pública governamental de nível municipal.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que visa promover a segurança alimentar e nutricional por meio da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo e de ações de educação alimentar e nutricional, buscando contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares

saudáveis dos alunos. Desde que regulamentado pela Lei 11.947 de 2009⁸⁹, o PNAE prevê a compra de um percentual mínimo de 30% de alimentos providos da agricultura familiar e suas organizações formais e/ou informais por meio de dispensa de procedimento licitatório (BRASIL, 2009a). Posteriormente, na Resolução/CD/FNDE nº 38 de 2009, revogada e substituída pela Resolução nº 26 de 2013 (BRASIL, 2013d), foram determinadas as diretrizes para compra de produtos da agricultura familiar por meio de chamada pública.

Conforme analisado por Triches (2015), além de ser um programa de segurança alimentar e nutricional, o PNAE se tornou um instrumento de desenvolvimento sustentável. Segundo a autora:

Um passo muito importante foi dado quando da revisão da lei e da obrigatoriedade de incluir o agricultor familiar como fornecedor da alimentação escolar. Muitas experiências demonstram, na prática, os benefícios aos escolares, agricultores e meio ambiente, considerando as externalidades socioambientais que, anteriormente, não eram fatores importantes nas aquisições públicas. Também há muitos bons exemplos em que vários municípios têm conseguido utilizar muito mais que 30% do recurso na compra de produtos da agricultura familiar (TRICHES, 2015, p. 197).

A autora discorre que as condições atuais do PNAE, acrescidas de alguns aprimoramentos, apontam para um grande potencial em auxiliar na reversão dos quadros alimentares e nutricionais vigentes no país, promovendo mercados que gerem maior aproximação entre produtores e consumidores. Segundo ela, para trilhar este caminho há que se ultrapassar ainda algumas dificuldades nos níveis locais e nacionais, tanto de caráter operacional e estrutural, quanto de cunhos políticos.

Nesse aspecto, Pugliesi (2015) realizou uma pesquisa que considerou a opinião dos agricultores familiares sobre o fornecimento de alimentos orgânicos para o PNAE no estado do Paraná. Os resultados de sua pesquisa apontaram que, com a inclusão dos agricultores nas vendas para a alimentação escolar, houve um estímulo à produção orgânica e diversificação de sua produção, contribuindo com um acréscimo de, em média 25% na renda familiar. Além disso, as vendas para o PNAE estimularam o cooperativismo, a participação de mulheres e jovens, o retorno de familiares à propriedade rural, o aumento da autoestima, a geração de empregos diretos, a inclusão digital e maiores investimentos em infraestrutura.

Os resultados para as famílias beneficiadas na Fronteira Noroeste não foram diferentes. Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 15 (29,4%) realizaram, em algum

⁸⁹ Sobre o histórico da alimentação escolar no Brasil e origem do PNAE, ver: “Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE” (PEIXINHO, 2011).

momento, a comercialização de seus produtos para a alimentação escolar por meio do PNAE, tendo a ampla maioria realizado as vendas por intermédio de alguma cooperativa local da qual fazem parte. A comercialização no PNAE contribuiu para o incremento na renda das famílias agricultoras, retorno e/ou permanência no rural e nas atividades agrícolas, reestruturação produtiva, aumento da autoestima e consolidação de agroindústrias. Os principais produtos comercializados por estas famílias para a alimentação escolar foram: hortaliças (alface, rúcula, brócolis, repolho etc.), frutas (laranja, bergamota, melancia, uva), batata-doce, mandioca, feijões, leite, carnes, embutidos e panificados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é também uma política pública de promoção de segurança alimentar e nutricional, sendo apontada, inclusive, como uma das políticas responsáveis pela saída do Brasil do mapa da fome da FAO, no ano de 2014 (XAVIER, 2017). Tendo sido criado no ano de 2003 por meio da Lei nº 10.696, o PAA visa incentivar a agricultura familiar e sua inclusão social e econômica por meio de compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar e de suas organizações. Os alimentos adquiridos são destinados a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e organizações públicas governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento de circuitos locais e regionais de comercialização (BRASIL, 2003c).

Grisa e Porto (2015), analisando o PAA desde sua criação em 2003, observam que este programa marcou o início de um novo tema na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: a construção de mercados institucionais. De acordo com os autores, a criação do PAA conformou certa efervescência em torno das possibilidades emergentes para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional. Assim, a valorização da diversidade alimentar, da produção local e preocupações relativas às formas de produção e de consumo passaram a ser novos elementos nos mercados apoiados e estruturados pelo Estado. Isso significou uma mudança importante onde entraram em cena novos atores, ideias, valores e projetos políticos. Dessa maneira, na compreensão dos autores, o Programa assumiu um papel estruturante para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional no país, entretanto, é preciso fornecer condições orçamentárias e normativas suficientes para que atinja a magnitude esperada.

Dentre as famílias agricultoras entrevistadas, 12 (23,5%) foram beneficiadas pelo PAA em algum momento, sendo que 9 destas foram beneficiadas pela comercialização de seus produtos e 3 foram beneficiadas pelo recebimento de alimentos por serem consideradas

famílias em situação de vulnerabilidade social. De acordo com os relatos dos entrevistados, o PAA foi uma política pública que constituiu em um importante elo para o escoamento de produtos que antes não encontravam mercado e eram “perdidos” nas lavouras.

Através da garantia de mercado e de preços, o PAA estimulou o aumento dos cultivos de uma grande diversidade de alimentos em muitas UPAs, como demonstrado nos depoimentos dos agricultores: “Era bom quando era a Conab, dois anos atrás, nós vendemos, eu acho que num ano, cinco carretas de melancia. Ia tudo. Era maior, né, daí tudo que tu plantava tu entregava porque era mais a venda do que a produção” (Depoimento do Agricultor Familiar 14, em fev. 2019); “Tinha mais venda, não perdia nada [...]. Eles vinham ali e carregavam de caminhão repolho e coisa, de tanto que tinha” (Depoimento da Agricultora Familiar 13, em fev. 2019). Dessa maneira, em algumas UPAs pesquisadas, a comercialização no PNAE contribuiu para a permanência dos jovens no rural, os quais se mantiveram nas atividades agrícolas ou agroindustriais. Nesse sentido, o PAA contribuiu, também, para a estruturação de agroindústrias locais, conforme aparece no depoimento que segue.

Nós, na verdade, legalizamos [a agroindústria de panificados] por causa disso, por causa desse PAA. Porque nós saímos do fumo, nós tava no fumo ainda naquela época, porque nós não tinha nem um pé de mandioca pra nós comer direito. Daí o que que nós ia vender, fumo eles não compravam? Daí foi esse incentivo, nós geralmente fazia quatro, cinco, seis quilos por dia, a vizinha ali de cima, a Neusa, ela trabalhava na prefeitura, daí ela levava. Daí que surgiu essa ideia de nós fazer bolacha. E daí foi, e foi quilos e quilos [...], daí depois acho que foi até cuca, depois foi pão e assim foi indo. Até esse último ano eles tinham um projeto pela prefeitura, foi para o lar dos idosos e para as entidades do município, as pessoas do bolsa família foram contempladas, e daí nós também vendemos pra, eu não sei bem certo o valor, pro ano inteiro isso (Depoimento da Agricultora Familiar 138, em fev. 2019, grifo da autora).

Outra importante opção de comercialização são as feiras livres da agricultura familiar. Como afirmam Godoy e Sacco dos Anjos (2007, p. 364) “as feiras livres são uma tradicional modalidade periódica de comércio varejista, dispersas no espaço e no tempo, cada qual com a sua relevância e magnitude peculiar”. Na esfera da agricultura familiar, as feiras se apresentam como uma alternativa à presença preponderante dos intermediários na distribuição de alimentos, de forma que estas impulsionam a autonomia dos produtores, estimulam as cadeias curtas e ajudam a dinamizar a economia local, contribuindo para o aumento do fluxo monetário territorialmente. Além disso, nas feiras os agricultores familiares conseguem praticar preços mais justos para todos os elos da cadeia produtiva. Os benefícios se estendem também para a produção agrícola, contribuindo para a diversificação produtiva a partir da

relação direta com consumidores resulta, muitas vezes em um estímulo à manejos mais sustentáveis (INSTITUTO KAIRÓS CAPINA, 2013).

Apesar da relevância e de sua relação histórico-cultural com o local, nem sempre as feiras livres possuem infraestrutura adequada e possibilidade de instalação em local propício para a comercialização de seus produtos, muitas vezes não tendo o devido reconhecimento público de seu valor. Em vista disso, uma das ações de iniciativa da prefeitura municipal de Santo Cristo foi a construção de um pavilhão permanente em local central da cidade para realização da feira livre semanal, possibilitando assim, um local com condições de trabalho mais favoráveis para os feirantes e consumidores. Três famílias entrevistadas (5,9%) relataram terem sido beneficiadas por esta ação, uma das quais vinha comercializando seus produtos na feira semanalmente há 28 anos, como no relata o agricultor familiar feirante: “Mas eu acho que é uma das coisas principais. Eu já trabalhava vinte e oito anos com feira, desde que era solteiro. [...]. Era ruim em dia de chuva e no inverno. Tá bem melhor lá agora” (Depoimento do Agricultor Familiar 139, em mar. 2019).

Dependendo de uma dinâmica de construção social e coletiva, os mercados e a comercialização constituem-se ainda em importantes gargalos e desafios para a agricultura familiar. Conforme demonstrado por um dos agricultores familiares entrevistados: “Principalmente é a venda, porque se tu produz e tem venda, daí já é um caminho. Porque não adianta tu produzir e não ter venda, né. Primeiro lugar tu tem que ter venda, pra depois produzir” (Depoimento do Agricultor Familiar 14, em fev. 2019). Ou seja, a possibilidade e/ou garantia de venda da produção nos processos de comercialização alcança tamanha importância que passa a possibilitar a organização da produção agrícola, de forma de determina o aumento da produção ou até seu abandono.

Nesse sentido, ressalta-se o que foi constatado pela pesquisa de Schneider *et al.* (2005), ao observarem que a capacidade de pagamento de crédito para famílias agricultoras de baixa renda estava diretamente ligada ao acesso precário aos mercados. Além da necessidade de políticas de comercialização, os autores também observam a necessidade da conjugação de políticas públicas, para além do viés agrícola, e o reconhecimento da pluriatividade e plurirrendimentos, para que se possibilite a viabilidade social e econômica das famílias agricultoras. Conforme os autores:

Dentre os que não teriam condições de reembolso, quase todos tinham acesso precário aos mercados, dispunham de equipamentos manuais ou de tração animal e benfeitorias classificadas como precárias. Mas a característica mais importante, comum a praticamente todos esses beneficiários sem condições adequadas de

pagamento do valor devido, foi a significativa presença de rendas provenientes de atividades não agrícolas ou de aposentadorias. Isso permite concluir que, nos estabelecimentos onde a renda agrícola é muito baixa, o recurso às outras fontes de rendas tende a ser decisivo para manutenção de um nível de rendimentos satisfatório. Nesse sentido, mais do que esperar que as fontes de rendas não agrícolas financiem os pagamentos dos empréstimos tomados para investimentos estritamente agrícolas nas propriedades, seria de se esperar que as políticas públicas não continuassem a manter esse viés agrícola. Ao contrário, deveriam permitir que os estabelecimentos rurais de agricultores familiares pudessem ter, na pluriatividade e nos plurirrendimentos, um elemento de estímulo a seu favor e não de restrição e limitação à sua viabilidade social e econômica (SCHNEIDER *et al.*, 2005, grifo da autora).

Nesse sentido, o PAA e o PNAE, somados aos programas de fortalecimento das feiras livres da agricultura familiar, são políticas públicas que, sem dúvida, contribuíram para a organização produtiva de muitas famílias agricultoras, colaborando para a melhoria de sua qualidade de vida. Famílias que estavam diminuindo a produção de frutas e hortaliças por falta de espaços de comercialização, começaram a aumentar a sua produção, melhorando a sua renda, outras que não produziam passaram a produzir. Na medida em que essas políticas fortaleceram a produção olerícola regional e contribuíram para alavancar e consolidar agroindústrias familiares, também contribuíram para a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e da população em geral. Entretanto, reforça-se a necessidade da continuidade e fortalecimento dessas políticas e da constituição de outras que também fortaleçam os processos e redes locais de comercialização, seja por meio de compras governamentais ou através do provimento de infraestrutura e condições básicas para que estes processos se materializem e possam se sustentar.

7 CONJUGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE

Tendo em vista a heterogeneidade da agricultura familiar na Fronteira Noroeste pretende-se, nesse capítulo, observar o conjunto de políticas públicas acessado em cada Unidade de Produção Agrícola e identificar possíveis relações e/ou desproporções que ocorrem na incidência de políticas frente à multiplicidade de UPAs e de sistemas de produção identificados na tipologia apresentada no Capítulo 5. Primeiramente, observou-se o conjunto de políticas públicas incidentes na totalidade das UPAs investigadas (Item 7.1). Na sequência, analisa-se como esse acesso ocorre para cada um dos tipos de UPAs, buscando explicar possíveis distinções no conjunto de políticas acessadas, bem como, quais as políticas mais importante e as necessárias para cada um desses grupos (Item 7.2). Por fim, observa-se os fatores que motivam a permanência das famílias agricultoras no meio rural e, frente a isso, a importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar sob o ponto de vista de agricultores(as) familiares entrevistados(as) (item 7.3).

7.1 O CONJUNTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIARES: UMA POSSÍVEL (DES)ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Observando-se o conjunto de políticas públicas incidentes nas Unidades de Produção Agrícola na região Fronteira Noroeste do RS⁹⁰, foi identificado que, em média, foram acessadas 11 políticas públicas por UPA, no período de 19 anos considerado (2000 a 2018). Tal número, aparentemente representa um número significativo de políticas concomitantes e/ou subsequentes. Entretanto, cabe aqui relativizar tal número, que aparentemente pode parecer significativo, entretanto, não significa continuidade nem qualidade de implementação. Se diluídas no tempo em que foi considerada essa pesquisa, seriam, em média, apenas 0,6 política pública ao ano por UPA.

Conforme esquematizado na Tabela 19, a UPA com o maior número de políticas públicas incidentes teve 17 políticas públicas acessadas, sendo, neste caso, todas

⁹⁰ As 49 políticas públicas identificadas estão apresentadas no Capítulo 6 - Políticas públicas incidentes na agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS.

governamentais. Na UPA com o menor número de políticas públicas incidentes, foram acessadas apenas 2 políticas públicas, também sendo ambas governamentais. Ou seja, em todas as UPAs houve a incidência de, pelo menos, duas políticas públicas governamentais.

Tabela 19 - Número de políticas públicas incidentes por UPA no período 2000-2018

Conjunto de políticas públicas incidentes	Nº médio de políticas públicas incidentes por UPA	UPA maior nº de políticas incidentes	UPA menor nº políticas incidentes
Políticas públicas governamentais	10	17	2
Políticas públicas governamentais de nível federal	8	12	2
Políticas públicas governamentais de nível estadual	2	4	0
Políticas públicas governamentais de nível municipal	< 1	2	0
Políticas públicas de iniciativa não governamental	<< 1	2	0
Total de políticas públicas incidentes	11	17	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao se analisar o conjunto de políticas públicas incidentes em cada UPA, se destacam consideravelmente as políticas governamentais de nível federal, da mesma forma que o constatado no Capítulo 6, onde se identificou um número substancialmente maior de políticas governamentais, e, dentre estas as de nível federal. Foram acessadas, em média, 10 políticas públicas governamentais por UPA. Destas, em média 8 políticas são de nível federal, sendo que a família que acessou o maior número de políticas públicas federais teve acesso à 12 políticas federais e a família que acessou o menor número, teve acesso à duas políticas de nível federal.

Dentre as políticas governamentais de nível estadual, foram acessadas, em média 2 políticas públicas, nas 4 UPAs com maior incidência de políticas estaduais, foram acessadas 4 políticas estaduais e em 9 UPAs (17,6%) não foi acessada nenhuma política de nível estadual. Já a incidência de políticas públicas municipais foi, em média, menor do que uma política pública por UPA, sendo que nas três UPAs em que incidiu o maior número de políticas públicas municipais, incidiram duas políticas deste nível. Em 31 UPAS (60,8%) não houve incidência de nenhuma política pública municipal. Ademais, dentre as políticas públicas de iniciativa não governamental, identificou-se que em 40 UPAs (78,4%) não houve incidência de nenhuma política pública não governamental. Nesse sentido reforça-se a importância que obtiveram as políticas públicas governamentais para a agricultura familiar, especialmente as de nível federal.

Sob outra perspectiva, ao se observar o conjunto de políticas públicas acessadas por UPA a partir dos eixos temáticos de incidência (Tabela 20)⁹¹, é consideravelmente maior a quantidade de políticas públicas acessadas no eixo de produção agrícola e agroindustrial, sendo em média, 4 políticas públicas por UPA neste eixo. A família que acessou maior número de políticas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, acessou 8 políticas neste eixo e em apenas uma UPA não foi acessada nenhuma política pública de fomento à produção agrícola e/ou agroindustrial.

Tabela 20 - Número médio de políticas públicas acessadas por eixo temático por UPA pesquisada

Eixo temático de incidência de políticas públicas	Número médio de políticas públicas acessadas por UPA	UPA com o menor número de políticas acessadas no eixo	UPA com maior número de políticas acessadas no eixo
Produção agrícola e agroindustrial	4	0	8
Socioassistencial	1	0	3
Saúde no rural	1	1	2
Ambiental	1	0	2
Educação do campo e formação profissional	< 1	0	3
Comercialização	< 1	0	3
Habitação e eletrificação rural	< 1	0	2
Acesso à terra	< 1	0	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dentre as demais políticas públicas, houve um número consideravelmente menor de políticas incidentes por UPA. Nos eixos de políticas ambientais, socioassistenciais e de saúde no rural, a média de políticas públicas acessadas por UPA, foi de apenas uma política por UPA. As UPAs que mais acessaram políticas públicas socioassistenciais acessaram 3 políticas, enquanto que, em 10 UPAs não foi identificada a incidência de nenhuma política pública socioassistencial. O maior número de políticas ambientais acessadas por algumas UPAs, foram duas políticas públicas, e em apenas uma UPA não houve incidência de nenhuma política ambiental. O eixo de políticas públicas de saúde no rural foi o único incidente em todas as UPAs com, no mínimo, uma política pública, e algumas famílias acessaram até duas políticas públicas voltadas à saúde no rural.

Nos demais eixos - acesso à terra, habitação e eletrificação rural, educação do campo e formação profissional e comercialização, vale o destaque para a quantidade considerável de UPAs em que não foi acessada nenhuma política nesses eixos: em 16 UPAs (31,4%) não houve incidência de nenhuma política pública de educação do campo e formação profissional;

⁹¹ Cada um dos eixos de incidência das políticas públicas identificadas encontra-se descrito no Capítulo 6 – Políticas públicas incidentes na agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS.

em 23 UPAs (45,1%) não foi acessada nenhuma política pública de habitação e/ou eletrificação rural (45,1%); em 31 UPAs (60,8%) não foi acessada nenhuma política pública voltada à comercialização de produtos da agricultura familiar; e em 32 UPAs (62,7%) não houve incidência de nenhuma política pública de acesso à terra no período considerado.

Mesmo tendo sido identificado um número significativo de políticas públicas incidentes nas UPAs investigadas (em média), ao se analisar o conjunto de políticas públicas incidentes em cada UPA, é possível visualizar, com raras exceções, uma completa desarticulação e ausência de intersectorialidade entre as diferentes políticas acessadas em uma mesma UPA. Nos poucos casos em que houve conexão entre as políticas incidentes, o fio condutor para tal interarticulação ocorreu através da ação de agentes mediadores – extensionistas rurais da Emater, prefeitura, STR ou OnG. É nesse sentido que se apresenta a importância desses agentes para a sinergia e/ou articulação entre as políticas públicas para a agricultura familiar, de forma que, ao conectar diferentes necessidades específicas em uma UPA, tais agentes podem contribuir, de forma significativa, para uma maior efetividade das políticas.

7.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE

Após a análise da incidência das políticas públicas de maneira geral nas UPAs investigadas, percebe-se a necessidade de observar, também, como ocorre a incidência dessas políticas a partir de cada um dos tipos de Unidades de Produção Agrícola identificados na Fronteira Noroeste⁹². Nessa perspectiva, conforme apresentado na Tabela 21, percebe-se uma diferença significativa entre alguns dos tipos de UPAs. Entre as UPAs Tipo Leite, foi identificado um total 37 políticas públicas incidentes, enquanto entre as UPAs do “Tipo Suínos+Grãos”, houve a incidência de apenas 12 políticas públicas.

⁹² A tipologia com a descrição de cada um dos tipos de UPA identificados, encontra-se descrita no Capítulo 5 - Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS.

Tabela 21 - Número de políticas públicas incidentes por Tipo de UPA e em cada eixo de incidência na Fronteira Noroeste, RS

Tipo de UPA/Eixo de política pública	Tipo Leite	Tipo Horti-fruti	Tipo Leite+Fumo	Tipo Leite+Grãos	Tipo Leite+Suínos	Tipo Pesca Artesanal	Tipo Gado de Corte	Tipo Grãos	Tipo Suínos+Grãos
Acesso à terra	1	0	1	1	1	0	1	0	1
Habitação e eletrificação rural	4	2	3	1	2	3	1	1	1
Saúde no rural	1	2	1	1	1	2	2	1	2
Educação do campo e formação profissional	5	3	2	2	2	1	1	2	0
Socioassistencial	6	5	4	2	1	5	3	1	3
Ambiental	2	2	2	2	2	1	1	2	2
Produção agrícola e agroindustrial	15	14	7	9	9	6	7	10	3
Comercialização	3	3	0	1	1	0	2	0	0
Total	37	31	20	19	19	18	18	17	12

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quando observada a média de políticas públicas acessadas (Tabela 22), as UPAs do Tipo Leite+Fumo foram as que apresentaram um maior número de políticas públicas acessadas. Tal fator não se explica apenas pelo sistema de produção implementado na UPA, mas pode ser explicado pelo fato de algumas das UPAs investigadas no Tipo Leite+Fumo, tiveram seu início a partir do acesso à terra e moradia pelos programas governamentais - PNCF e PNHR, tendo sido, a partir daí, assistidas de forma mais próxima de assídua pela assistência técnica, acessando, dessa forma, diversas políticas públicas para sua estruturação inicial. É partir disso que a UPA que acessou maior número de políticas públicas é uma UPA do Tipo Leite+Fumo.

Tabela 22 - Número médio de políticas públicas incidentes na agricultura familiar por tipo de UPA na Fronteira Noroeste, RS

Tipologia da agricultura familiar com base no sistema de produção	Número médio de políticas públicas incidentes	UPA com menor número de políticas públicas incidentes	UPA com maior número de políticas públicas incidentes
Tipo Leite+Fumo	13	11	16
Tipo Hortifruti	12	4	17
Tipo Grãos	11	10	13
Tipo Leite+Suínos	11	8	13
Tipo Leite	11	6	15
Tipo Leite+Grãos	10	7	13
Tipo Pesca Artesanal	9	5	12
Tipo Suínos+Grãos	8	6	9
Tipo Gado de Corte	8	2	13

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na sequência, as UPAs do Tipo Hortifruti, Tipo Leite, Tipo Grãos, Tipo Leite+Suínos e Tipo Leite+Grãos, apresentaram uma pequena variação entre os números médios de políticas públicas incidentes por UPA, em cada um dos tipos. Por fim, as UPAs do Tipo Pesca Artesanal, Tipo Gado de corte e Tipo Suínos+Grãos foram as que tiveram o menor número médio de políticas públicas incidentes por UPA. Nas UPAs do Tipo Pesca Artesanal foram identificadas dificuldades no acesso a políticas públicas de maneira geral, com exceção das políticas de cunho socioassistencial. Tal fator, somado aos relatos dos informantes-chave e das famílias entrevistadas, indica uma desvalorização do poder público e de agente mediadores locais para com este público. Já o número menor de políticas acessadas nas UPAs de Tipo Gado de Corte se explica por dois fatores:

- a) parte das famílias é composta por um casal de aposentado em vias de redução das atividades;
- b) outra parte das famílias do Tipo Gado de Corte possui como característica marcantes a pluriatividade, fator que dificultou o acesso à algumas das políticas públicas.

Já nas UPAs do Tipo Suínos+Grãos, a menor diversificação produtiva somada à ausência de acompanhamento técnico de agentes de extensão rural e um reduzido engajamento social em organizações da agricultura familiar, podem ser indicativos do número menor de políticas acessadas.

A partir disso, considerando o número de políticas públicas acessadas em cada tipo de UPAs, foi possível identificar alguma desproporção entre os tipos de UPAs familiares. Contudo, para além disso, com os resultados da pesquisa de campo, foi possível perceber nuances que perpassam a heterogeneidade entre as UPAs familiares e que vão além do número de políticas públicas acessadas. Nesse sentido, nos itens que seguem, analisou-se cada um dos tipos de UPAs, sob o prisma das políticas públicas incidentes, suas implicações nas UPAs e como se expressam para as famílias agricultoras. Uma síntese das principais políticas públicas acessadas por cada um dos tipos de UPAs familiares, bem como, das políticas por elas elencadas como necessárias por essas famílias, encontra-se no Quadro 15, sendo explicadas na sequência.

Quadro 15 – Síntese das políticas públicas elencadas como mais importantes e necessárias por tipo de UPA na Fronteira Noroeste, RS

Tipo de UPA	Políticas públicas elencadas como mais importantes	Políticas públicas elencadas como necessárias
Tipo Leite	Pronaf - Mais Alimentos e Custeio pecuário; PNCF; PNHR	Acesso à terra; garantia de preço; infraestrutura; tecnologias e mecanização adequada
Tipo Leite+Fumo	PNCF e PNHR	Garantia de preço; políticas de comercialização; tecnologias para diminuição da penosidade do trabalho; políticas para juventude
Tipo Leite+Grãos	Pronaf - Mais Alimentos e Custeio Agrícola; PROAGRO Mais	Financiamentos com juros baratos; garantia de preço
Tipo Leite+Suínos	PNCF; Pronaf Mais Alimentos	Garantia de preço; garantias nos contratos com empresas de integração; políticas para juventude rural
Tipo Suínos+Grãos	PNCF; Pronaf Mais Alimentos; Aposentadoria Rural	Garantia de preço; educação do campo e valorização da juventude rural; comercialização e construção de mercados
Tipo Grãos	Pronaf – Mais Alimentos e Custeio Agrícola; PROAGRO Mais	Garantia de preço; políticas de comercialização; financiamentos à juros baratos; pagamento por serviços ambientais; melhoria do acesso à internet; políticas para juventude rural
Tipo Gado de Corte	PNHR; PNCF; Aposentadoria Rural; PNATER	Políticas de comercialização; redução de preço dos insumos; acesso a maquinários e equipamentos; reformas de instalações/benfeitorias; crédito para acesso à terra; habitação rural; fortalecimento da agroecologia; promoção de alimentação saudável; apoio a agroindústrias; assistência técnica
Tipo Pesca Artesanal	Seguro Defeso, Programa Bolsa Família; Pronaf Mais Alimentos; recurso estadual a fundo perdido; PNATER	Equipamentos para pesca; políticas de habitação; melhorias de estradas rurais; políticas para juventude rural; educação do campo
Tipo Hortifruti	Aposentadoria Rural; PNHR; RS Rural; FEAPER; PAA; PNAE; Pronaf Mais Alimentos	Financiamentos para equipamentos e infraestrutura produtiva; controle de agrotóxicos; promoção da agroecologia e produção orgânica; implementação de placas fotovoltaicas; continuidade do PAA; acesso à terra; melhorias nas estradas rurais; acesso à internet; apoio ao turismo rural; garantia de preço; valorização da juventude rural; educação do campo

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

7.2.1 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Leite”⁹³ são as que possuem centralidade na produção pecuária leiteira. Possuem pequenas áreas de terra e são, em ampla maioria, pouco tecnificadas, sendo a maior parte de suas áreas utilizadas para produção de pastagem, ração e silagem para o gado leiteiro. Conforme apresentado no Quadro 16, foram identificadas 37 políticas públicas incidentes em UPAs de Tipo Leite. Em média,

⁹³ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.1 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira (Tipo Leite).

foram 11 políticas públicas acessadas por UPA, sendo que a UPA onde foi acessado o menor número de políticas públicas, foram acessadas 6 políticas públicas e na UPA em que foi acessado o maior número de políticas públicas, foram acessadas 15 políticas públicas. Ou seja, há uma grande diversidade de políticas públicas incidentes nas UPAs Tipo Leite, entretanto, o número de políticas públicas individualmente é menor, sendo algumas dessas políticas acessadas apenas pontualmente, tal como as políticas de cunho municipal e não governamentais.

Quadro 16 - Políticas públicas incidentes em UPAs Tipo Leite na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Acesso à terra; Permanência no meio rural Retorno ao meio rural; Ampliação de área
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	Acesso à energia elétrica; Melhoria na qualidade de vida; Reestruturação produtiva
	Fundo Municipal para Reforma de Habitações	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
	Programa Morar Melhor	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Atendimento médico domiciliar a acamados; Informação sobre saneamento básico
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
	Programa Jovem Empreendedor Rural	Formação profissional; Valorização da juventude agricultora; Permanência da juventude no campo
	Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra	Formação profissional; Valorização da juventude agricultora; Permanência da juventude no campo; Formação de lideranças jovens rurais
	Cursos de capacitação técnica - Coopermil	Capacitação técnica profissional
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Promoção da socialização entre mulheres; Oficinas práticas
	Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) - Seguro Defeso	Complementação de renda a pescadores artesanais durante a piracema; Valorização e reconhecimento da prática da pesca artesanal; Conservação da biodiversidade da bacia do Rio Uruguai

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Renda e dignidade para pessoas portadoras de deficiência
	Programa Socioassistencial	Visitas de técnicos da EMATER e aproximação com outras políticas públicas
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Mais Alimentos, Custeio pecuário, Pronaf A, Custeio Agrícola, Pronaf Eco)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para pecuária leiteira, soja e milho; Instalação de placas fotovoltaicas
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos Fomento à organização social e produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho (esporadicamente)
	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Fomento à produção de soja
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Melhorias na infraestrutura; Aquisição de equipamentos; Melhorias na gestão ambiental; Recuperação de solo; Instalação de placas fotovoltaicas; Cisternas de aproveitamento de água da chuva
	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Análise econômico-produtiva; Visita periódica de ATER
	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	Instalação de sistemas de irrigação; Segurança hídrica para pastagem; Aumento de produção
	Crédito Emergencial	Instalação de sistemas de irrigação; Segurança hídrica para pastagem e grãos; Aumento de produção; Recuperação de solo; Aquisição de equipamentos
	Recurso estadual a fundo perdido	Equipamentos de pesca; Recuperação de solo; Sementes para produção de grãos
	Programa Segunda Água	Abertura de açudes
	Programa Mais Leite de Qualidade	Aquisição de equipamentos para ordenha
	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos
	Crédito de Fundo Municipal	Melhorias de infraestrutura
	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	Construção de galinheiro; Implementação de horta; Acompanhamento de ATER; Fomento à organização social e produção agroecológica; Promoção de SAN
	Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS)	Acompanhamento de ATER; Fomento ao planejamento da produção; Fomento à produção para autoconsumo; Promoção de SAN
Comercialização	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Espaço de comercialização; Garantia e estabilidade de preço; Diversificação produtiva; Incentivo da produção olerícola; Consolidação de agroindústrias; Promoção de SAN

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Espaço de comercialização; Garantia e estabilidade de preço; Diversificação produtiva; Incentivo da produção olerícola; Consolidação de agroindústrias; Permanência da juventude no rural; Promoção de SAN
	Construção de pavilhão para feira da agricultura familiar	Espaço de comercialização; Diversificação produtiva; Consolidação de agroindústrias; Promoção de SAN

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando a totalidade de políticas públicas incidentes, o Tipo Leite é o tipo que acessou a maior quantidade de políticas públicas. Esse fato pode ser explicado, por um lado, pela grande vulnerabilidade social e baixa capitalização dessas famílias agricultoras, somada à preocupação do poder público e entidades de ATER com esse público, aproximando-o de um maior número de políticas públicas de maneira geral. Por esse motivo, acabam por acessar, também, um maior número de políticas públicas socioassistenciais, bem como as políticas de moradia e de acesso à terra.

Por outro lado, mesmo tendo foco na produção leiteira, nessas UPAs há, também, uma grande diversificação produtiva. Então, além de acessarem políticas de crédito utilizado na produção leiteira (Pronaf - Custeio Pecuário e Mais Alimentos, Programa Mais Leite de Qualidade, FEAPER, PMAMR, Crédito Emergencial), outras políticas públicas voltadas à produção agrícola e comercialização, acessadas nessas UPAs, são voltadas às produções concomitantes implementadas - agroindústrias, produção de hortaliças (PNAE, PAA, PAIS, Pavilhão para feira da agricultura familiar), piscicultura (Programa Segunda Água), cultivos de soja (PNPB, Pronaf Custeio Agrícola, PROAGRO Mais) etc.

Dentro desse rol de políticas públicas incidentes nas UPAs Tipo Leite, as políticas públicas citadas como as mais importantes pelas famílias agricultoras foram: o Pronaf, por meio das linhas de financiamento Mais Alimentos e Custeio Pecuário, o PNCF e PNHR. O Programa Mais Alimentos, por meio do financiamento para melhorias em infraestrutura produtiva, possibilitou a aquisição de maquinário para trabalho na lavoura (trator e implementos), construção de salas de ordenha, equipamentos para o processo de ordenha e armazenamento do leite, contribuindo para otimização do trabalho e conseqüente aumento da produtividade. A otimização e diminuição da penosidade do trabalho estão demonstrados no depoimento do Agricultor Familiar 07, ao explicar sua sensação ao substituir a tração animal pela tração motora com a aquisição de trator e implementos, por meio do Programa Mais Alimentos:

Depois que tivemos o trator, aí facilitou, deixamos os bois de lado. Pra rama [de mandioca], a maioria eu faço com o pé de pato, as valazinha, que eu passo, aí fica aquelas valazinha, tu larga a muda e ela já afunda lá embaixo. Aí só botar um pouquinho de terra e tá feito. Nem usamos mais boi. [...]. Tudo com o trator. Melhorou muito, bha. Facilitou o serviço, na verdade, a mão de obra facilitou, né. Imagina, se não fosse isso aqui, já tinha abandonado o barco. Deus o livre, porque isso aí, fazer isso a boi como fazia antes. E se basear na prefeitura, porque a prefeitura tem a equipe, tem tudo né, mas só que, quando a gente precisa, falta, né. Não dá pra fazer quando a gente quer, né. E assim faz (Depoimento do Agricultor Familiar 07, em fev. 2019, grifo da autora).

Nesse sentido, frente às atuais exigências dos mercados de laticínios (em qualidade e escala de produção), para essas famílias, o acesso aos financiamentos do Mais Alimentos a juros baratos, representou, também, a continuidade de sua inserção nos mercados e, conseqüentemente, a permanência de seu sistema de produção na pecuária leiteira, conforme demonstrado no depoimento da Agricultora Familiar 25, ao afirmar que se não tivesse financiado os equipamentos e a construção da sala de ordenha, atualmente teria sido excluída do processo de comercialização leiteira: “Ainda bem que a gente fez tudo assim bonito, porque hoje em dia as exigências! Se não ia ter agora a sala de ordenha feita assim, não ia conseguir mais vender leite” (Depoimento da Agricultora Familiar 25, em mar. 2019). A dimensão que o Mais Alimentos assumiu em algumas UPAs está bem descrita na seguinte fala da Agricultora Familiar 01, ao afirmar que “praticamente tudo” o que há na UPA, foi comprado por meio do Programa: “Com o Mais Alimentos a gente comprou praticamente tudo, foi tudo financiado pelo Mais Alimentos” (Depoimento da Agricultora Familiar 01, em fev. 2019).

O Custeio pecuário, outra linha de financiamento do Pronaf, têm sido uma linha de crédito que tem contribuído para subsidiar a produção pecuária leiteira para algumas dessas famílias agricultoras. Servindo como capital de giro, nessas UPAs esse recurso tem sido utilizado para cultivo compra de sementes, cultivo de milho e de pastagens, instalação de cercas, adubação e calagem de solo, compra de ração e outros insumos para produção.

Contudo, o Custeio Agrícola, apesar de já ter sido realizado pela ampla maioria das famílias entrevistadas, deixou de ser efetivado por grande parte das UPAs do Tipo Leite. Conforme relatado por esses agricultores, o PROAGRO Mais (Seguro Agrícola contratado concomitante ao Custeio Agrícola) não se adequa à realidade de quem produz milho para silagem. Foram relatadas diversas dificuldades no acesso ao PROAGRO Mais (SEAF) em casos de perda de safra por estiagens de anos anteriores. Para que haja aprovação do seguro em caso de perda parcial, é exigido que estes produtores aguardem avaliação técnica, de

forma que passando assim, do ponto de ensilagem do milho, impedindo, assim, o aproveitamento do cultivo, mesmo que parcial.

Considerando a necessidade de ampliação das áreas de terras para a maioria das UPAs do Tipo Leite, o PNCF foi uma política pública importante para essas UPAs. Por meio da disponibilização de crédito barato e condições de pagamento diferenciadas, o programa possibilitou a aquisição de áreas, contribuindo para a capitalização dessas famílias e possibilitando um aumento na produção agropecuária, como relata o Agricultor Familiar 04:

É bem interessante porque é um programa bom de pagar, tem um juro bem em conta, e isso incrementou, tipo assim, a gente tem daí mais uma renda lá. Tem uma parte que nós plantamos eucalipto e outra área que a gente usa pra produção de grão, né. [...]. Era um programa que eu achei bem interessante, tinha que voltar de novo esse programa, ao menos pra, acho que isso ia ajudar um pouco o pessoal que gostaria (Depoimento do Agricultor Familiar 04, em fev. 2019).

Contudo, mesmo em vista da quantidade de políticas públicas acessadas e a importância que estas assumiram nas UPAs em que incidiram, há, ainda, grande demanda por tecnologias para produção leiteira, adequação às normas sanitárias e diminuição da penosidade do trabalho, bem como a necessidade de ampliação das áreas de terras. A maioria das UPAs do Tipo Leite que não realizaram investimentos em infraestrutura, tecnologia e aumento de escala de produção nos últimos anos, encontram-se, atualmente, em processo de exclusão do mercado de lácteos. Nesse sentido, alguns agricultores demonstraram preocupação com a garantia de espaços para comercialização da produção, como comentou o Agricultor Familiar 14: “Em primeiro lugar é a venda, e depois, de repente, um recurso pra tu ter uma melhoria assim” (Agricultor Familiar 14, em fev. 2019).

Tendo em vista tal vulnerabilidade na comercialização e a baixa capitalização dessas famílias agricultoras, algumas demonstraram insegurança para realizar financiamentos e altos investimentos de recursos, temendo o endividamento. Como explica uma agricultora familiar, ao ser questionada sobre o motivo de não ter realizado nenhum financiamento ou acesso a crédito: “Porque a gente tem medo. Medo desses juros que eles têm. [...] Se pagar muito juro, não tem como a gente fazer. [...]. Porque tu paga o dobro ou mais. Se paga seis, tu vai pagar uns nove, dez” (Depoimento da Agricultora Familiar 30, em fev. 2019). Nesse sentido, aparece também a questão dos percentuais pagos em juros, preocupação citada por diversos entrevistados.

No entanto, ao serem questionados sobre qual o tipo de política pública seria necessária, a ampla maioria dos agricultores Tipo Leite apontou a necessidade de uma política de preços, tal como afirma Agricultora Familiar 22:

O governo tinha que melhorar o preço dos produtos pra melhorar nossa situação. Leite é uma miséria. Tu tira o que tu gasta nas vacas e te sobra pra pagar luz e água e comprar umas coisinhas com o dinheiro. Tem que valer mais o leite, os produtos que a gente tem, tinha que valer mais e os insumos baixar pra ter um pouco mais de renda (Depoimento da Agricultora Familiar 22, em abr. 2019).

Nesse sentido, aparece a questão do preço dos insumos de produção e a necessidade de uma diferenciação para a agricultura familiar, tal como afirma a Agricultora Familiar 03: “O que não tem hoje ainda é um incentivo, ou sei lá, uma diferenciação de preço pra agricultura familiar nos insumos de produção. Eu acho que isso é um tipo de incentivo que deveria existir pra agricultura familiar, uma diferenciação” (Depoimento da Agricultora Familiar 03, em fev. 2019).

No entanto, a principal preocupação que a maioria das famílias agricultoras relataram, refere-se à desvalorização do produto e à oscilação constante nos preços, o que dificulta o planejamento produtivo. Nesse aspecto, um dos agricultores familiares referiu-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma forma de valorização do produto e estabilidade do preço ao longo do ano e a garantia de um preço mínimo suficiente para sustentação da agricultura familiar:

Seria interessante, de repente, que nem tinha esses anos atrás, diferenciação de leite e carne, uma política diferenciada pra agricultura, que valorizar um pouco mais o produto, como hortaliça, leite, carne, essas coisas que a maioria, o pessoal por aqui produz, o que é alimento, que o ser humano vai botar na boca. O preço, já ajuda em muito (Depoimento do Agricultor familiar 02, em Diego).

Assim sendo, observa-se a pertinência da preocupação do poder público e extensionistas para com a agricultura familiar aqui identificada como Tipo Leite, tendo em vista sua fragilidade e possibilidade de superação de suas fragilidades a fim de evitar a sua exclusão por meio do acesso a políticas públicas voltadas à produção agrícola. Entretanto, como já explicitado acima, há, ainda, por parte das UPAs Tipo Leite, uma grande demanda por políticas em diversos campos, com destaque para políticas de melhorias na infraestrutura produtiva e fomento da comercialização da produção.

7.2.2 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Fumo”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Leite+Fumo”⁹⁴ são as que possuem centralidade na produção pecuária leiteira e fumo. São, em ampla maioria, pouco tecnificadas e possuem pequenas áreas de terra, que são utilizadas, principalmente, para o cultivo de fumo, pastagens e produção de silagem para o gado leiteiro. Conforme apresentado no Quadro 17, foram identificadas 20 políticas públicas incidentes em UPAs do Tipo Leite+Fumo. Em média foram 13 políticas públicas incidentes por UPA, sendo o tipo com maior média de políticas públicas incidentes por UPA. Na UPA onde foi acessado o menor número de políticas públicas, foram acessadas 11 políticas públicas e na UPA em que foi acessado o maior número de políticas públicas, foram acessadas 16 políticas públicas.

Quadro 17 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Leite+Fumo” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite+Fumo
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Acesso à terra; Retorno ao meio rural
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
	Programa Minha Casa Melhor	Aquisição de móveis e eletrodomésticos; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	Acesso à energia elétrica; Melhoria na qualidade de vida
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Promoção da socialização entre mulheres; Oficinas práticas
	Programa Socioassistencial	Visitas de técnicos da EMATER e aproximação com outras políticas públicas
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito

⁹⁴ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.2 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e fumo (Tipo Leite+Fumo).

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite+Fumo
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Custeio Pecuário, Mais Alimentos, Custeio Agrícola, Pronaf A)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para pecuária leiteira, soja e milho
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos; Fomento à organização social e produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja, trigo e milho (esporadicamente)
	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Fomento à produção de soja
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Aquisição de equipamentos; Melhorias na gestão ambiental; Instalação de biodigestores
	Programa Segunda Água	Abertura de açudes
	Programa de Agregação de Renda e Sustentabilidade (PARS)	Acompanhamento de ATER; Fomento ao planejamento da produção; Fomento à produção para autoconsumo; Promoção de SAN
Comercialização	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O fato de as UPAs do Tipo Leite+Fumo estarem entre as UPAs em que incidiu o maior número médio de políticas públicas por UPA pode ser explicado (da mesma forma que para o Tipo Leite) pela vulnerabilidade social, baixa capitalização e maior atenção das entidades de ATER com esse público. Nesse sentido, como anteriormente explicado, um fator que pode ter contribuído para um maior número de políticas incidentes por UPA, é o acompanhamento contínuo da assistência técnica nas UPAs do Tipo Leite+Fumo investigadas. Tal fator contribuiu para o acesso às políticas socioassistenciais, de moradia, eletrificação rural e acesso à terra. Por outro lado, não foi identificado o acesso a políticas públicas voltadas à comercialização nas UPAs do Tipo Leite+Fumo e um menor número de políticas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, se comparado às UPAs de Tipo Leite, tendo em vista sua menor diversificação produtiva.

No rol de políticas públicas acessadas pelas UPA do Tipo Leite+Fumo, as consideradas mais importantes pelas famílias agricultoras, foram o PNHR e o PNCF. Em duas das famílias entrevistadas ocorreu, inclusive, o retorno ao meio rural por meio do acesso ao crédito fundiário, tendo, posteriormente constituído a sua estruturação produtiva por meio do acesso a linhas de crédito do Pronaf Custeio e Mais Alimentos. Assim explicou o Agricultor Familiar 34, afirmando que é devido às políticas públicas acessadas que lhe foi possibilitado

estar sentado naquele local no momento da entrevista – em área financiada pelo PNCF e em uma casa construída por meio do PNHHR:

Senão nós não tinha conseguido comprar a terra, eu acho. Na verdade, foi o pontapé inicial. [...]. [A casa] daí já foi quase um sonho, né. É que na verdade a casa quase que saiu gratuitamente aquela vez pelo governo. Essa já, essa foi que eu nem esperava, foi questão de piscar o olho pra ti terminar. [...]. Tem muita coisa que o cara acha que é fácil, mas não é. Por isso o cara, que nem eu, peguei tudo. Que nem eu te disse: o que o governo ofereceu, eu peguei. Sou bem sincero, senão eu não ia tá onde eu to sentado agora (Depoimento do Agricultor Familiar 24, em fev. 2019, grifo da autora).

Ao serem questionados sobre quais as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares do Tipo Leite+Fumo elencaram a necessidade de políticas públicas que promovam a permanência e valorização da juventude no campo e políticas de garantia de preço mínimo, tanto do leite quanto de fumo. Referiram-se também à necessidade de uma maior segurança nos direitos contratuais com as empresas tabagistas e de laticínios, de forma a ter garantia de remuneração pelos produtos fornecidos. Ademais, frente às dificuldades de penosidade do trabalho, especialmente na produção do fumo, percebe-se a necessidade do acesso a tecnologias adequadas à essa produção, de forma a possibilitar manejos que diminuam o uso intensivo de agrotóxicos e da mão de obra.

7.2.3 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Grãos”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Leite+Grãos”⁹⁵ são as que possuem centralidade na produção pecuária leiteira e grãos – soja, trigo e milho. Mais tecnificadas e possuindo áreas de terra maiores do que os Tipos Leite e Leite+Fumo, possuem a maior parte de suas áreas ocupadas com o cultivo de grãos e pastagem para o gado leiteiro. Foi identificado um total de 19 políticas públicas incidentes nas UPAs desse tipo (Quadro 18), sendo, em média 10 políticas públicas incidentes por UPA. Na UPA onde foi acessado o menor número de políticas públicas, foram acessadas 7 políticas públicas e na UPA em que foi acessado o maior número de políticas públicas, foram acessadas 13 políticas públicas.

⁹⁵ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.3 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e grãos (Tipo Leite+Grãos).

Quadro 18 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Leite+Grãos” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite+Grãos
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Permanência no meio rural; Ampliação de área
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Atendimento médico domiciliar a acamados; Informação sobre saneamento básico
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
Socioassistencial	Aposentadoria por idade para trabalhador rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima em período de carência
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Mais Alimentos, Custeio Agrícola, Custeio Pecuário, Pronaf A)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para cultivos e criações
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos Fomento à organização produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja, trigo e milho
	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Fomento à produção de soja
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Melhorias na infraestrutura; Aquisição de equipamentos; Melhorias na gestão ambiental Sistema de aproveitamento de água da chuva
	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Análise econômico-produtiva; Visita periódica de ATER
	Crédito Emergencial	Aquisição de equipamentos
	Recurso estadual a fundo perdido	Recuperação de solo
	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos;
Comercialização	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Espaço de comercialização; Garantia e estabilidade de preço; Consolidação de agroindústria; Promoção de SAN

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O “Tipo Leite+Grãos” teve incidência de um menor número de políticas públicas se comparado aos Tipos Leite, Leite+Fumo e Hortifruti. Tal fator pode ser explicado, de certa forma, pela menor vulnerabilidade econômica dessas famílias. Em se tratando de uma agricultura familiar mais capitalizada, acabam por ter um menor acesso a políticas públicas

socioassistenciais e não se tornam foco de algumas políticas públicas que buscam atingir um público mais vulnerável. O programa Bolsa Família, por exemplo, foi acessado apenas em períodos específicos por algumas famílias, e o PNCF foi acessado, não para ampliar suas áreas de terras, mas como garantia de uma área para os filhos jovens se manterem na agricultura.

Contudo, o fato de serem mais capitalizadas do que as UPAs do Tipo Leite e Leite+Fumo, não significa que não sejam dependentes de políticas públicas. As UPAs do Tipo Leite+Grãos são, sobremaneira, dependentes de financiamentos do Pronaf, política pública que contribuiu, em grande parte, para capitalização dessas famílias agricultoras, como demonstrado no depoimento dos Agricultores Familiares 40 e 62:

Se eles conseguirem manter esses Pronaf, aí tu consegue te manter, mas se não manter essas políticas, a gurizada mais nova não tem como aguentar o tranco daí. Porque se não tiver esses incentivos, se é pra trabalhar como nós trabalhamos no passado, ninguém fica. Daí vai arrumar um emprego e ter uma renda mensal. [...]. Se não tiver esses créditos aí, tu não planta mais, tu não consegue sobreviver. E os investimentos, que tu tem que as vezes trocar os equipamentos. [...]. Nos últimos quinze anos o que nós compramos veio através de incentivo do governo. Se o governo não tivesse dado esse incentivo, pode passar todas as propriedades aqui na nossa região, não é só a minha aqui que nós fomos beneficiados, tu vai ali num vizinho ali embaixo, o que ele tem na propriedade [...], ali o que tiver parado em cima da propriedade pode saber que veio desse recurso. Se não tivesse esses recursos, eu garanto que ninguém ficava (Depoimento do Agricultor Familiar 40, em fev. 2019).

Foi o jeito de a gente conseguir modernizar um pouco a frota da gente. Porque senão, não podia ter comprado, na época não tinha. Os outros juros eram, o financiamento assim que tinha, o juro era de sete a oito por cento e daí o Mais Alimentos que entrou foi pra dois, dois por cento, né. Do Mais Alimentos foi esse juro. Hoje já tem juro que já vai a quatro e meio. [...]. Era uma coisa que era um incentivo, um subsídio de juros muito bom. Na verdade, eu acho que teria que ser maior ainda (Depoimento do Agricultor Familiar 62, em mar. 2019).

As linhas de financiamento do Pronaf Mais Alimentos e Custeio agrícola, somado ao PROAGRO Mais, foram citados como as políticas públicas mais importantes acessadas pelas famílias agricultoras do “Tipo Leite+Grãos”. A importância do Custeio Agrícola, como financiador dos cultivos de grãos, e do PROAGRO Mais, como garantia para perdas de safra, é descrito pelos Agricultores Familiares 40 e 45, da seguinte forma:

O custeio é pra gente plantar, senão tu não planta, hoje o custo é muito alto da lavoura. E tem o seguro, né. É difícil de usar ele, mas ele é importante. Hoje, se é pra tu plantar por conta, ninguém planta na nossa região aí, [...]. Se era pra plantar tudo por conta, ninguém planta, isso tem muito pouco produtor que ia plantar, o custo é muito alto" (Depoimento do Agricultor Familiar 40, em fev. 2019).

Porque você não tendo o PROAGRO, se dá uma seca ou um granizo, ou uma coisa, é o seguro, com toda certeza, porque você pega aquele dinheiro e igual tem que pagar. [...]. Ano passado ou retrasado quando nós plantamos trigo, daí a geada matou, aí nós encaminhamos o PROAGRO, ganhamos o PROAGRO e não sei quantos mil reais que voltou então, que é o PROAGRO Mais, que na hora de financiar você paga um pouquinho por isso, mas não é muita coisa, mas sempre tem o PROAGRO Mais, que retorna um dinheiro também (Depoimento da Agricultora Familiar 45, em dez 2018).

Da mesma forma que para os agricultores familiares do Tipo Leite e Leite+Fumo, os agricultores familiares Tipo Leite+Grãos, também ressaltaram a necessidade de políticas de garantia de garantia de preço. Os agricultores familiares citaram a instabilidade e queda brusca de preços em alguns períodos do ano, tanto para a comercialização de leite, quanto para a venda de grãos. Somado a isso, a alta nos preços de insumos é outra preocupação mencionada por esses agricultores familiares. Tais questões são abordadas nos depoimentos que seguem:

Essas políticas são importantes, só que mais importante do que isso é os preços, que a gente sempre tá numa incógnita, tu não sabe nunca o que tu vai receber, só depois que tu vendeu. Que nem o leite, tu fica sabendo só depois que tu já entregou todo ele. Soja tu sempre planta naquela, né, milho a mesma coisa, sempre vamos ver o que eles vão dar pra nós, então isso é bastante complicado (Depoimento da Agricultora Familiar 53, em jan. 2019).

Primeiro, garantia de preço. Se não tiver garantia de preço eu duvido um jovem hoje querer ficar. Mesmo tendo Mais Alimentos, mesmo tendo a compra da terra, mas se não tiver garantia de preço, pode escrever que não vão ficar. E incentivo também, por exemplo assim, ó, como nós falamos antes, o dólar foi pra cima e o adubo que tava sessenta eu paguei cem pila pra plantar o soja. Aí o dólar baixou, vê se baixou o preço do adubo? Um pouquinho né. Essa é a questão. Então assim, ó, se não tiver essa questão de garantia de preço, e também pra os insumos, ter um subsídio na questão dos insumos que o cara precisa botar. (Depoimento do Agriculto Familiar 60, em jan. 2019).

Se valorizassem o que a gente produz já estaria muito bom. Garantia de preço é o fundamental, é o que nós precisamos hoje, não tendo esse negócio de setenta, oitenta num ano e no outro ano trinta e quarenta, porque o produto, uma semana ele custa sessenta e outra semana ele custa setenta, que você nunca tem garantia de preço. É uma coisa fundamental que se fala (Depoimento da Agricultora Familiar 45, em dez de 2018).

Por estarem constantemente realizando financiamentos, a preocupação com os juros também é uma constante nos depoimentos dos entrevistados. Nesse sentido, quando questionados sobre quais seriam as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares Tipo Leite+Grãos apontaram para a necessidade subsídios a juros baixos e a valorização da produção por meio da garantia de preço mínimo.

7.2.4 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Leite+Suínos”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Leite+Suínos”⁹⁶ são as que possuem centralidade na produção pecuária leiteira e suínos. O sistema de produção de suínos é realizado na forma de integração vertical com indústrias frigoríficas e o sistema de produção pecuária leiteira semelhante à do Tipo Leite, possuindo a maior parte de suas áreas ocupada pela produção de alimentação para os bovinos. Conforme apresentado no Quadro 19, foram identificadas 19 políticas públicas incidentes nas UPAs do Tipo Leite+Suínos. Em média, houve a incidência de 11 políticas públicas, variando entre 8 e 13 políticas públicas em cada uma das UPAs.

Quadro 19 – Políticas públicas incidentes em “UPAs Tipo Leite+Suínos” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite+Suínos
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Permanência no meio rural; Ampliação de área
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
	Fundo Municipal para Reforma de Habitações	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Atendimento médico domiciliar a acamados; Informação sobre saneamento básico
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) (Mais Alimentos, Custeio Pecuário, Custeio Agrícola, Pronaf A, Pronaf Mulher)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para pecuária leiteira e cultivos de soja e milho cultivos
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos Fomento à organização social e produtiva

⁹⁶ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.4 Agricultura familiar com foco na produção pecuária leiteira e suínos (Tipo Leite+Suínos).

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Leite+Suínos
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho (eventualmente)
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Cisterna de aproveitamento de água da chuva
	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Análise econômico-produtiva; Visita periódica de ATER
	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	Instalação de sistemas de irrigação; Segurança hídrica para pastagem e grãos; Aumento de produção
	Crédito Emergencial	Recuperação de solo
	Recurso estadual a fundo perdido	Implementação de pomar
	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos
Comercialização	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Diversificação produtiva

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O número de políticas públicas acessado pelo Tipo Leite+Suínos é semelhante às UPAs de Tipo Leite+Grãos e menor do que dos Tipos Leite e Leite+Fumo. Por se tratarem de UPAs, em geral, com menor vulnerabilidade socioeconômica (em comparação com as UPAs dos Tipos Leite e Leite+Fumo), acabam por acessar um menor número de políticas públicas socioassistenciais, além de possuírem menor diversificação na produção agrícola, se comparado ao Tipo Leite, não acessando, portanto, políticas públicas específicas para alguns grupos e/ou produções.

No rol de políticas públicas incidentes, as políticas que se sobressaíram como mais importantes, de acordo com os entrevistados, foram o PNCF e a linha de financiamento do Programa Mais Alimentos. Ambas políticas contribuíram para a capitalização das UPAs do Tipo Leite+Suínos. O PNCF, além de contribuir para a ampliação das áreas de terras cultiváveis, foi fundamental para a permanência dos jovens nessas UPAs. Concomitante ao PNCF, a linha de financiamento do Pronaf A, veio no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação na produção leiteira dessas UPAs, por meio do aumento do rebanho de bovinos, aquisição de equipamentos de ordenha e melhorias em pastagens.

Os financiamentos por meio do Programa Mais Alimentos foram realizados pelas UPAs do Tipo Leite+Suínos para a construção e/ou reforma das estruturas dos chiqueiros de suínos. Também foi realizada aquisição de maquinário, principalmente trator e esterqueira, de forma a melhorar o aproveitamento dos dejetos de suínos e contribuir na adubação do solo para produção de alimentação para o gado leiteiro. Essa ligação entre o Programa Mais Alimentos, a produção leiteira e a produção de suínos se encontra descrita no depoimento do Agricultor Familiar 77:

Porque se era pra nós fazer por conta, não teria feito, né. Que na verdade os nossos produtos não valem nada pra gente ter capital pra investir. A gente depende de um financiamento pra ir pagando aos poucos, pra conseguir fazer alguma coisa. Na verdade, tudo foi importante pra nós se manter na agricultura. O Mais Alimentos é o que mais foi feito. Que nem o chiqueiro, ele é caro, mas ele ajuda na produção de leite, né, é uma coisa que diminui o custo de produção de leite. E se é pra construir por conta, um valor de duzentos mil, ia se aposentar e não ia ter o dinheiro pra construir, né [...]. O meu plano sempre foi de ter vaca e porco junto, por causa do casamento, que o esterco do porco serve pra pastagem das vacas. Então por isso que a gente, diminui muito o custo de produção do leite. Inclusive o milho, nós plantamos com um par de sacos de adubo. E, não sei se tu reparou o milho que tem lá em cima, todo mundo se baba pelo milho que nós sempre temos. É esterco de porco e quatro sacos de adubo químico e um tanto de ureia (Depoimento do Agricultor Familiar 77, em fev. 2019).

Todavia, algumas das dificuldades relatadas por estes agricultores familiares se referem à relação com as empresas integradoras de suínos. Se por um lado há a segurança do fornecimento de insumos, assistência técnica e garantia da comercialização da produção, por outro lado, não há garantia de preço para recebimento. Os agricultores entrevistados relataram desconhecimento do cálculo de conversão realizado para definição do pagamento por lote dos suínos e uma variação muito grande entre lotes. Ao mesmo tempo, esses agricultores enfrentam a instabilidade no preço recebido pelo leite. Nesse sentido, assim como para os Tipos Leite, Leite+Fumo, e Leite+Grãos, para os agricultores familiares Tipo Leite+Suínos, as políticas públicas elencadas como necessárias, seriam políticas públicas de garantia de preço. Além disso, alguns dos agricultores familiares também elencaram a necessidade de políticas públicas de estímulo à permanência da juventude no campo.

7.2.5 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Suínos+Grãos”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Suínos+Grãos”⁹⁷, são as que possuem centralidade na produção de suínos e grãos. Assim sendo, possuem entre um e dois chiqueiros para a criação dos suínos e a maior parte de suas áreas de terras ocupadas com o cultivo dos grãos, principalmente soja e milho. Conforme apresentado no Quadro 20, foram identificadas 12 políticas públicas incidentes, sendo as UPAs que apresentaram o menor número total de políticas públicas incidentes. Nesse sentido, observa-se que não houve acesso à nenhuma política pública tanto do eixo de educação do

⁹⁷ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.5 - Agricultura familiar com foco na produção de suínos e grãos (Tipo Suínos+Grãos).

campo e formação profissional, quanto no eixo de políticas de comercialização e foi identificado um reduzido número de políticas públicas voltadas à produção agrícola e agroindustrial. Esse reduzido número total de políticas incidentes nas UPAs de Tipo Suínos+Grãos pode ser explicado por duas circunstâncias, a primeira diz respeito há um menor engajamento social entre as famílias entrevistadas desse tipo e a segunda circunstância é o escasso acompanhamento por parte da assistência técnica e extensão rural.

Quadro 20 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Suínos+Grãos” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Suínos+Grãos
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Permanência no meio rural; Ampliação de área
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
	Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	Acesso à protetores solares
Educação do campo e formação profissional	-	-
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima (por um período)
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Oficinas práticas
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) (Mais Alimentos e Custeio Agrícola)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para cultivos de milho e soja
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Atendimentos esporádicas
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho
Comercialização	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Já o número médio de políticas públicas acessadas por UPA foi semelhante aos demais Tipos (Leite, Leite+Grãos, Grãos e Hortifruiti), tendo sido acessadas, em média, 11 políticas públicas por UPA, variando entre 8 e 13 políticas públicas incidentes. Nesse rol de políticas

públicas incidentes nas UPAs do Tipo Suínos+Grãos, foram elencadas como mais importantes pelos entrevistados, o Programa Mais Alimentos do Pronaf, o PNCF e o direito à aposentadoria rural. Nessas UPAs, o direito à aposentadoria contribuiu na tomada de decisão para volta e/ou permanência no rural, o PNCF contribuiu para ampliação das áreas de terra cultivadas e o Programa Mais Alimentos foi utilizado para construção e/ou reforma das estruturas dos chiqueiros para criação de suínos.

Entretanto, ainda sobre o Programa Mais Alimentos, por mais importante que este tenha sido para a estruturação do sistema de criação de suínos, por serem financiamentos com valores elevados, nessas UPAs, ainda há demanda por financiamentos para investimento em compra de máquinas e equipamentos para os cultivos. Nesse sentido, alguns dos agricultores relataram dificuldades no acesso à financiamentos por conta de exigências burocráticas, como explica o Agricultor Familiar 79.

Eu acho que hoje tem muitos programas bons, só que muitos não conseguem acessar por causa das garantias que o banco exige. Hoje, por exemplo, tu tem que ter dois avalistas pra tu conseguir um financiamento maior, de maior valor, eles exigem avalistas. E avalista, tu sabe como é que é. E assim, o incômodo, acho que ninguém gosta de ir de avalista pra alguém, sempre tem medo de o outro não pagar, como já aconteceu pra muitos (Depoimento do Agricultor Familiar 79, em abr. 2019).

Quando questionados sobre quais seriam as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares Tipo Suínos+Grãos elencaram a necessidade de:

- 1) políticas de garantia de preço frente à inflação dos insumos agrícolas;
- 2) políticas de comercialização e construção de mercados para agricultura familiar;
- 3) políticas de educação do campo e valorização da juventude rural.

Sendo as duas últimas, precisamente, políticas públicas dos eixos em que não houve incidência para nenhuma UPA do Tipo Suínos+Grãos.

7.2.6 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Grãos”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Grãos”⁹⁸ são as que possuem centralidade na produção de grão, principalmente soja, trigo e milho, de forma que a maior parte de suas áreas é ocupada com esses cultivos. Estão entre as UPAs

⁹⁸ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.6 Agricultura familiar com foco na produção de grãos (Tipo Grãos).

familiares mais capitalizadas, possuindo um maior nível de mecanização e maiores áreas de terra, se comparado aos demais tipos de UPAs familiares. Conforme apresentado no Quadro 21, foi identificado um total de 17 políticas públicas incidentes nas UPAs Tipo Grãos, sendo um dos tipos com a menor quantidade de políticas incidentes. Em média, foram 11 políticas públicas incidentes por UPA, sendo que a UPA com menor incidência, teve 10 políticas públicas acessadas e a UPA com maior número de políticas públicas incidentes, acessou 13 políticas.

Quadro 21 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Grãos” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Grãos
Acesso à terra	-	-
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
	Polo Universitário Federal de Três de Maio	Acesso ao ensino superior público com cursos na área rural
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT)	Realização do cadastro; Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) (Mais Alimentos e Custeio Agrícola)	Capitalização das famílias agricultoras; Melhorias na infraestrutura; Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para cultivos de soja, trigo e milho
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos Fomento à organização produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja, trigo e milho
	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)	Fomento à produção de soja
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Melhorias na infraestrutura; Aquisição de equipamentos; Melhorias na gestão ambiental; Recuperação de solo; Instalação de placas fotovoltaicas; Cisternas de aproveitamento de água da chuva
	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Melhorias na infraestrutura; Recuperação de solo
	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	Instalação de sistemas de irrigação; Segurança hídrica para pastagem e grãos; Aumento de produção

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Grãos
	Crédito Emergencial	Recuperação de solo
	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos
	Análise e adubação de solo	Melhorias na produção agrícola
Comercialização	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O menor número de políticas públicas incidentes nessas UPAs pode ser explicado pela menor vulnerabilidade econômica dessas famílias, o que leva um acesso menor a políticas públicas socioassistenciais e outras políticas voltadas à um público mais vulnerável. Por já possuírem áreas maiores de terra e maior poder aquisitivo, por exemplo, estas famílias também não acessaram o crédito fundiário. Além disso, não foi identificada incidência de nenhuma política pública voltada à comercialização. Isto pelo fato de as políticas públicas de comercialização aqui identificadas (PNAE, PAA e galpão para feira livre), se voltarem à comercialização de uma diversidade de outros produtos alimentícios, que não são o foco nessas UPAs, por terem a maior parte de sua produção voltada ao mercado de *commodities* de grãos. Entretanto, vale ressaltar que, no aspecto da comercialização, tanto a organização das cooperativas e empresas cerealistas locais, quanto as políticas macroeconômicas de exportação e importação de *commodities* e as relações internacionais entre os países, acabam por influenciar essas UPAs, mesmo que de forma indireta, por meio da definição de preços e formas de comercialização de sua produção.

No rol de políticas públicas acessadas, os agricultores familiares das UPAs Tipo Grãos elencaram o Pronaf, nas linhas de crédito Mais Alimentos e Custeio Agrícola, aliado ao PROAGRO Mais, como as políticas públicas mais importantes. Nessas UPAs, o Custeio Agrícola é a principal fonte para capital de giro na produção de soja, trigo e milho, sendo utilizado para a aquisição dos insumos para esses cultivos. Concomitantemente, o Proagro Mais, como seguro da agricultura familiar, contribuindo, sobretudo, para uma garantia de safra e segurança frente à possibilidade de intempéries climáticas, como explicado nos depoimentos de alguns agricultores familiares.

Muita gente não tinha condições de fazer uma lavoura por conta. O Pronaf é uma política pública que veio a ajudar muitos aí a poder fazer um financiamento, poder ter uma segurança na hora do plantio. Pra tu poder enfrentar aí, as vezes, períodos de estiagem, ou, as vezes, chuvarada ou a própria geada no inverno. Dá uma segurança (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019).

Eu acho que facilita pra você trabalhar. Porque, que nem eu te falei antes, pra tu fazer uma lavoura de milho, hoje, tu precisa uns mil e quinhentos reais [por hectare].

Então se tu vai plantar quarenta hectares de milho, é cem mil reais que tu tem que desembolsar. Eu acho que, hoje, tu não tem que ser o bom, tu tem que ser o melhor, né, dizer no bom sentido, tu tem que produzir. Se tu tá com pouco recurso, as vezes tu não consegue investir tanto, né. Porque, hoje, se tu olhar o milho, quando é que foi aquela vez? Isso faz uns trinta anos, mais, que a Emater botou uns técnicos no interior, nós tinha um morando aqui. E daí aquela vez, ele veio aqui e incentivou o pai a plantar milho, fazer aplicação de ureia, eu lembro que nós caminhava com um balde de ureia no meio do milho depois de grande. Aquele ano foi colhido 128 por hectare de milho. Era uma baita produção naquela época, 128, a gente ficou abismado. Hoje ninguém se contenta com menos de 150. Então, a tecnologia tá aí, só que, tu tem que investir, né, tem seus custos. Mesma coisa o soja, a tecnologia tá aí, mas se tu não investir, claro depende do tempo também. Nós, quando colhia 50 sacos de soja era um safrão. Hoje, já se fala em setenta, em um ano normal, né. Só que tudo isso tem custo, né. Uma vez nós produzia soja sem nenhuma aplicação de fungicida, na faixa de 40-50 sacos, era uma boa produção. Hoje nós tamo investindo, é quatro aplicação de fungicida pra colher 70-80. Aumentou o custo, mas aumentou a produção, então tu não pode ficar parado no tempo, e se tu não tem recurso, as vezes, é complicado, né. É uma forma do cara produzir, né, o recurso esse que vem dos custeios. Deu pra entender como a gente vê? Por isso o Pronaf, conseguir ser pronafiano. Se tu consegue ser pronafiano, o custo do juro é menor, né (Depoimento do Agricultor Familiar 86, em abr. 2019).

A partir dessas declarações, observa-se, também, o elemento da menor escala de produção nessas UPAs familiares, em se comparando ao agronegócio patronal/empresarial. Mesmo sendo igualmente especializadas na produção de grãos em sistemas de monocultivos mecanizados, o fator menor escala, leva essas famílias a uma demanda por apoio governamental para possibilitar os altos investimentos necessários para tal produção. Nesse sentido, a linha de financiamento do Mais Alimentos contribuiu, nessas UPAs, para a aquisição e modernização de máquinas e equipamentos utilizados no cultivo de grãos. Ao mesmo tempo, tais aquisições também contribuíram para a diminuição da penosidade e a melhoria do rendimento do trabalho, tal como explicam os agricultores familiares, nos depoimentos que seguem.

Primeiro o pai tinha um tratorzinho pequenininho, daí sofria. Com um maquinário mais moderno já facilita. Que nem agora, com a cabina, Deus o livre, é outra, tranquilidade pra tu trabalhar, desde a aplicação de herbicida, fungicida num dia. Quase cada vinte dias tu tá na lavoura passando fungicida, herbicida e coisarada, e queira ou não queira, por mais que a gente tente passar nas horas que não tem muito vento e coisarada, mas as vezes tu acaba dando uma deriva, um ventinho e contaminando, né, e isso aí veio pra ajudar a gente a se proteger um pouco mais, facilitar um pouco mais. O outro pulverizador que eu tinha não era com comando, era tudo manual, tinha que tá pelejando o trator pra abrir as asinhas dele, rosqueando, tinha que descer, e o outro trator não tinha cabine. E agora é tudo automático. E eu gosto muito de passar veneno de noite na lavoura, agora no verão é bom de passar de noite porque não tem vento, é mais tranquilo também, não tem o sol quente do verão, daí se trabalha melhor. Daí o que acaba acontecendo, quando vê, se tu tá trabalhando tarde da noite e tu tá descendo do trator, quando vê tu tá pisando numa cobra, vamos dizer, tem esse risco. E assim vamos gastar um pouco mais, mas se proteger um pouco (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019).

Que nem quando eu comprei o trator, eu achei aquilo muito bom, eu comprei aquele plano, o Mais Alimentos, né, isso pra mim foi uma mão na roda. Aquilo foi uma coisa, que uns falam, assim, que o governo não precisa ajudar, não é pra interferir. Não! Eu acho que o governo tem que ajudar os pequenos, não tem outro jeito, né. E aquela vez, quando eu comprei o trator, fazem dez anos, acabei de pagar esse ano. Aí tinha um desconto ainda no trator, né, por exemplo, se o trator valia oitenta mil, né, eu paguei sessenta e quatro mil, né, em dez anos, né. E dali pra cá todas as coisas que eu comprei, pulverizador, cabina no trator, já coloquei logo, por causa de saúde e coisa, tudo foi financiado, tudo em 10 anos. Agora, esse galpão ano passado, retrasado, também, né, uma coisa muito boa isso, a juros baixos, tem que ficar a juro baixo. Isso tem que ser subsidiado esse juro, pro pequeno ter uma chance, senão, não tem como. [...]. Teria que ainda ter um desconto pra ficar mais barato um pouco, né, pro pequeno poder competir. Que se não, não que a gente seja contra os grandes, que bom que eles vão bem, só que eles vão acabar com o pequeno se o governo não ajudar um pouco, né. [...]. Mas é uma coisa que não pode parar, se parar isso, termina com os pequenos, eles não têm esse dinheiro (Depoimento do Agricultor Familiar 86, em abr. 2019).

Ao elencarem quais seriam as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares Tipo Grãos citaram, principalmente, a necessidade de políticas de garantia de preço, conforme explica o Agricultor Familiar 94: "O que nós ganhamos quando a gente vende, não tá acompanhando os preços dos produtos que a gente compra, os custos de produção. Porque na verdade nós não botamos preço nas coisas que nós vendemos (Depoimento do Agricultor Familiar 94, em abr. 2019). Um dos agricultores também citou a necessidade de políticas públicas de comercialização e construção de mercados para a agricultura familiar, explicando que um dos motivos para optar pelo cultivo de soja é a facilidade de comercialização, o que não ocorre para outros produtos. Ou seja, as políticas de comercialização poderiam contribuir para a diversificação da produção, conforme explica o agricultor.

Mas óia, é por exemplo, eu vejo assim, que existe muito incentivo do governo pra tu produzir, só que as vezes pára na comercialização, entendeu? As vezes, que aqui nós tivemos até incentivo pra produzir laranja, só que na hora da comercialização não tem, é bem complicado. Tipo, tem incentivo pra tilápia, até surgiu um frigorífico aqui, só que os caras meio abandonaram, tão pegando tilápia de fora. As vezes os incentivos até existem, só que esbarra na hora de comercializar, né. [...]. Porque hoje o que faz a vontade do cara plantar é tu sentir lucro, né, o preço. Por isso tem bastante gente que opta por plantar soja, porque soja, se você olhar, você colheu, tu quer vender, vai lá, tem comprador, né. As vezes não o preço que tu gostaria de ganhar, mas comprador sempre tem (Depoimento do Agricultor Familiar 88, em mar. 2019).

Além disso, também foi citada a necessidade de financiamentos a juros mais baratos para a agricultura familiar, pagamentos por serviços ambientais aos agricultores familiares que possuem áreas de preservação, melhorias no acesso à internet no rural e políticas de estímulo à permanência da juventude no campo.

7.2.7 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Gado de Corte”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Gado de Corte”⁹⁹ são as UPAs que possuem foco na produção pecuária de corte, tendo a maior parte de suas áreas ocupadas com pastagens extensivas (potreiro). Além disso, possuem como característica marcante, a presença de rendas externas, seja por aposentadorias (idosos) ou atividade externa à UPA (pluriatividade). Conforme se apresenta no Quadro 22, identificou-se um total de 18 políticas públicas incidentes nas UPAs do Tipo Gado de Corte.

Quadro 22 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Gado de Corte” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Gado de Corte
Acesso à terra	Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Acesso à terra; Permanência no meio rural Ampliação de área; Venda de terras
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
	Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	Acesso à protetores solares
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Renda e dignidade para pessoas portadoras de deficiência
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Custeio agrícola, Pronaf A, Pronaf Eco)	Melhorias na infraestrutura; Subsídio para cultivos de milho e soja; Instalação de placas fotovoltaicas
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Atendimentos e visitas esporádicas
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Aquisição de sementes de milho; Bolsa jovem rural

⁹⁹ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.7 - Agricultura familiar com foco na produção de gado de corte (Tipo Gado de corte).

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Gado de Corte
	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	Adubação de solo
	Programa Segunda Água	Abertura de açudes
	Crédito de Fundo Municipal	
Comercialização	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Melhorias de infraestrutura
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Espaço de comercialização; Diversificação produtiva; Incentivo da produção olerícola; Permanência da juventude no rural; Promoção de SAN

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em média, foram acessadas 8 políticas públicas por UPA, estando estas, entre as UPAs com menor incidência de políticas públicas. A UPA com menor incidência de políticas públicas teve incidência de duas políticas públicas (SICAR e PNAB) e a UPA com maior incidência, teve acesso à 13 políticas públicas. O principal motivo para a menor incidência de políticas públicas nessas UPAs é a dificuldade, por parte de algumas famílias em acessarem algumas políticas públicas devido ao fato de terem atividades com renda externa, o que evidencia, ainda, a falta de reconhecimento da pluriatividade como fator implícito à agricultura familiar. Outro fator que contribui para um menor acesso a políticas públicas por essas UPAs é o fato de parte dessas famílias serem compostas por um casal de aposentados sem sucessores que tenham permanecido na UPA, estando, portanto, em vias de diminuição nos investimentos e capacidade produtiva.

No rol de políticas públicas incidentes, o PNHR e o PNCF foram elencados como os mais importantes pelas famílias agricultoras do Tipo Gado de Corte. O PNHR representou, para algumas famílias, a única maneira de obter uma habitação digna e segura, como explicou o Agricultor Familiar 107, ao conseguir uma casa nova de alvenaria após os seus 65 anos de idade: “Anos e anos a gente queria casa e não tinha condições pra construir” (Depoimento do Agriculto Familiar 104, em jan. 2019). Já o PNCF, enquanto que, para algumas famílias do Tipo Gado de Corte, foi importante na ampliação de suas áreas de terras, para outras, no caso dos aposentados, foi importante para conseguirem vender parte de suas áreas, mantendo apenas suas áreas de pastagem e produção de autoconsumo. Para esse grupo, aparece como fundamental a aposentadoria rural, a qual tem garantido renda e dignidade para os idosos e contribuindo para a permanência destes no rural. Ademais, um dos entrevistados também elencou a importância da PNATER, por meio da assistência prestada pela Emater através da Chamada Pública de Agroecologia, que contribuiu para formação do grupo de agroecologia e

melhorias na alimentação da família, por meio da diversificação da produção para autoconsumo.

Ao serem questionados sobre quais seriam as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares Tipo Gado de Corte elencaram uma série de elementos, tais como a necessidade de políticas de comercialização, redução de preço dos insumos, acesso a maquinários e equipamentos, reformas de instalações/benfeitorias, crédito para acesso à terra, habitação rural, fortalecimento da agroecologia, promoção de alimentação saudável, apoio a agroindústrias e acompanhamento de assistência técnica. Da mesma maneira, também sobressaiu a necessidade de um maior reconhecimento, por parte do Estado e das políticas públicas, sobre a presença da pluriatividade na agricultura familiar e, portanto, da necessidade do acesso a políticas públicas por parte de famílias agricultoras que não têm a agricultura como principal fonte renda monetária.

7.2.8 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Pesca Artesanal”

As Unidades de Produção Agrícola classificadas como “Tipo Pesca Artesanal”¹⁰⁰ são compostas por famílias agricultoras ribeirinhas que possuem centralidade na pesca artesanal. Estão entre as UPAs que possuem maiores limitações de área de terra, as quais são ocupadas, principalmente, para produção de autoconsumo e comercialização de excedentes. Conforme apresentado no Quadro 23, foram identificadas 18 políticas públicas que incidiram nas UPAs Tipo Pesca Artesanal. Estando entre os tipos de UPAs com menor incidência de políticas públicas, cada família agricultora Tipo Pesca Artesanal” acessou, em média, 9 políticas públicas, sendo que, na UPA com menor número, houve a incidência de 5 políticas públicas a UPA com maior número, contou com 12 políticas públicas incidentes.

¹⁰⁰ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.8 Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal).

Quadro 23 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Pesca Artesanal” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Pesca Artesanal
Acesso à terra	-	-
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima; Permanência no rural
	Programa Minha Casa Melhor	Aquisição de móveis e eletrodomésticos; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos	Acesso à energia elétrica; Melhoria na qualidade de vida
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde;;Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
	Ginástica na comunidade	Promoção da saúde; Exercícios físicos periódicos com acompanhamento profissional
Educação do campo e formação profissional	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Oficinas e cursos de formação profissional
Socioassistencial	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola; Garantia de renda mínima
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Promoção da socialização entre mulheres; Oficinas práticas
	Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) - Seguro Defeso	Complementação e/ou garantia de renda a pescadores artesanais durante a piracema; Valorização e reconhecimento da prática da pesca artesanal; Conservação da biodiversidade da bacia do Rio Uruguai
	Programa Socioassistencial	Visitas de técnicos da EMATER e aproximação com outras políticas públicas
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (recebimento de alimentos)	Recebimento de alimentos; promoção de SAN
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro Obrigatoriedade para acesso à crédito
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Mais Alimentos, Custeio agrícola)	Aquisição de máquinas e equipamentos; Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para cultivos de milho e soja (esporadicamente)
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos; Fomento à organização social e produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho (esporadicamente)
	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	Construção de banheiros
	Recurso estadual a fundo perdido	Equipamentos de pesca
	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	Construção de galinheiro; Implementação de horta; Acompanhamento de ATER; Fomento à organização social e produção agroecológica; Promoção de SAN
Comercialização	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Se comparado a outros tipos de UPAs familiares, destaca-se o significativo número de políticas públicas socioassistenciais incidentes nas UPAs desse tipo, dada sua vulnerabilidade socioeconômica¹⁰¹. Por outro lado, no que concerne às políticas voltadas à comercialização e acesso à terra, não houve nenhuma política pública incidente nesses aspectos. Para o acesso ao PNAE e ao PAA, bem como para comercialização de produtos em feiras, essas famílias relataram dificuldades de logística – a falta de veículos para transporte de produtos impossibilitou a inserção dessas famílias nesses espaços de comercialização. E quanto ao PNCF, a baixa capitalização dessas famílias impossibilita a compra de terras, mesmo sendo por meio do acesso ao crédito fundiário.

Além disso, dentre as políticas públicas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, evidencia-se um menor número de políticas acessadas, se comparado a outros tipos de UPAs. Nesse aspecto, também vale realçar o fator da efemeridade de tais políticas, sendo que, a maioria foi acessada apenas pontualmente, tais como o Pronaf, PROAGRO Mais, RS Rural e Crédito Emergencial, não tendo, portanto, uma continuidade no processo produtivo. Ou seja, enquanto que as políticas públicas socioassistenciais são contínuas na vida dessas famílias, as políticas voltadas à produção agrícola e/ou agroindustrial são apenas pontuais e as políticas voltadas ao acesso à terra e à comercialização, não existem.

Observando-se as dificuldades citadas pelas famílias do Tipo Pesca Artesanal no que condiz ao acesso a políticas públicas, identifica-se certa falta de reconhecimento por parte das organizações da agricultura familiar (sindicatos e cooperativas) e do poder executivo municipal. Já dentre as equipes de ATER, identificou-se esforços individuais por parte de alguns técnicos para o reconhecimento e valorização dessas populações que possuem tradicional relação com a pesca artesanal.

No rol de políticas públicas incidentes nas UPAs Tipo Pesca Artesanal, a política pública mais evidenciada pelas famílias agricultoras é o Seguro-Desemprego do Pescador Profissional Artesanal (SDPA) – Seguro Defeso. Este, para além de garantir e/ou complementar as receitas monetárias no período dos 4 meses da piracema no Rio Uruguai (01 de outubro a 31 de janeiro), contribuiu para o cadastramento e reconhecimento desses agricultores como pescadores profissionais artesanais, profissão esta que é tradicionalmente praticada há muitos anos por essas famílias.

¹⁰¹ Os fatores que contribuem para a maior vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias estão explicitados no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.8 Agricultura familiar ribeirinha com foco na pesca artesanal (Tipo Pesca Artesanal).

Entretanto, há que se reconhecer, aqui, algumas limitações do Seguro Defeso. Um fator marcante é o impedimento do exercício de outras atividades remuneradas para o enquadramento no programa e possibilidade de acesso ao recurso. Para essas famílias, que tradicionalmente praticam a pesca e a agricultura de forma concomitante, a impossibilidade imposta de que os pescadores não disponham outra(s) atividade(s) ou fonte de renda, não condiz com a sua realidade e necessidade. Em muitos casos, esse fator tem contribuído para a limitação de investimentos em atividades agropecuárias e tem levado as famílias a se utilizarem de diversas estratégias para que possam se enquadrar, tanto nas políticas agrícolas, quanto nas políticas voltadas especificamente à pescadores, tal como explicam as agricultoras-pescadoras.

Na verdade cada um tem que ter o seu [bloco]. Porque eu acesso o Seguro Defeso, aí eu não posso ter uma produção maior do que o pescado. Então [...], o que é produzido na lavoura vai pro bloco dele e o que é de peixe vai no meu bloco. Então eu tenho um bloco separado. [...] Claro que, às vezes, chega a atrapalhar. No caso, dependendo da tua DAP, você não consegue acessar um projeto maior, com um valor mais alto, um financiamento mais alto (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Ele trabalha de diarista, mas a gente não pode. A gente não vai colocar no papel. Porque a gente não pode sobreviver só da pesca [...]. Daí o defeso foi negado, diz assim: reemprego no papel dele no INSS. Agora ele conseguiu uns serviços pra juntar dinheiro porque ele não tá recebendo Seguro Defeso. Então como é que a gente vai sobreviver assim? (Depoimento da Agricultora Familiar 116, em fev. 2019)

Ou seja, ao mesmo tempo em que o Seguro Defeso contribui para a garantia de renda para as famílias pescadoras no período da piracema, tal como se apresenta, também dificulta investimentos na diversificação produtiva dessas UPAs, devido à suas regras de enquadramento. Nesse sentido, muitas vezes, também dificulta ou impossibilita o enquadramento dessas famílias em políticas públicas voltadas à produção agrícola, dificultando a melhoria da situação socioeconômica dessas famílias. Nesse sentido, para essas famílias, é primordial que, para o enquadramento no SDPA se possibilite a prática de outra(s) atividade(s) ou obtenção de outra(s) fonte de renda concomitantes à atividade pesca.

Outras políticas públicas acessadas mais pontualmente pelas famílias entrevistadas, mas que foram referidas em vista de sua significativa importância, foram:

- 1) Programa Bolsa Família;
- 2) Pronaf Mais Alimentos, através do qual foi adquirido motor para barco;

- 3) recurso estadual a fundo perdido, através do qual foram recebidos equipamentos para pesca (redes de pesca, salva vidas e congeladores para acondicionamento do pescado)¹⁰²;
- 4) PNATER, por meio de assistência técnica da Emater (Assistência Técnica e extensão rural e social para famílias de pescadores artesanais em situação de extrema pobreza) e recebimento de recurso a fundo perdido para compra de barco.

Sobre as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares Tipo Pesca Artesanal apontaram para a necessidade de acesso à materiais para pesca – redes, barcos, espaço de acondicionamento de pescados, políticas de habitação, melhorias das estradas rurais, políticas para juventude rural e educação do campo.

7.2.9 Políticas públicas e a agricultura familiar “Tipo Hortifruti”

As Unidades de Produção Agrícola familiares classificadas como “Tipo Hortifruti”¹⁰³ são as UPAs com a maior diversificação produtiva, tendo foco na produção hortaliças, tubérculos, raízes e frutas, estando entre as UPAs que possuem as menores áreas de terras. Conforme se apresenta no Quadro 24, foi identificado um total de 31 políticas incidentes nas UPAs de Tipo Hortifruti, sendo o segundo tipo de UPAs com maior número de políticas públicas incidentes.

Quadro 24 – Políticas públicas incidentes em UPAs “Tipo Hortifruti” na Fronteira Noroeste, RS

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Hortifruti
Acesso à terra	-	-
Habitação e eletrificação rural	Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Construção e reforma de habitações; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
	Programa Minha Casa Melhor	Aquisição de móveis e eletrodomésticos; Melhoria no conforto e bem-estar; Aumento da autoestima
Saúde no rural	Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Promoção da saúde; Visitas de agentes de saúde; Exames preventivos; Informação sobre saneamento básico
	Programa de Prevenção ao Câncer da Pele	Acesso à protetores solares
Educação do campo e	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Acesso à protetores solares

¹⁰² Recurso acessado através de articulação direta com parlamentar da Assembleia Legislativa estadual.

¹⁰³ Descritas no Capítulo 5 Caracterização socioeconômica da agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 5.1.9 Agricultura familiar com produção diversificada de hortaliças e frutas (Tipo Hortifruti).

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Hortifruti
formação profissional	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste (EETFN)	Acesso formação profissional pública de ensino técnico em agropecuária
	Casa Familiar Rural (CFR) Filhos da Terra	Formação profissional; Valorização da juventude agricultora; Permanência da juventude no campo
Socioassistencial	Aposentadoria por Idade para Trabalhador(a) Rural	Permanência no rural e na agricultura; Renda e dignidade durante a velhice
	Programa Bolsa Família (PBF)	Permanência de crianças na escola Garantia de renda mínima
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Promoção da socialização entre mulheres; Oficinas práticas
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Renda e dignidade para pessoas portadoras de deficiência
	Programa Socioassistencial	Visitas de técnicos da EMATER e aproximação com outras políticas públicas
Ambiental	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Realização do cadastro Obrigatoriedade para acesso à crédito
	Projeto de Educação Ambiental Tape I Iandê	Instalação de viveiro com produção de mudas florestais nativas
Produção agrícola e agroindustrial	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Mais Alimentos, Custeio Agrícola, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia)	Aquisição de máquinas e equipamentos Aumento da produção; Diminuição da penosidade do trabalho; Subsídio para cultivos (esporadicamente)
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER)	Visitas periódicas e/ou esporádicas; Inclusão em políticas públicas; Elaboração de projetos; Fomento à organização social e produtiva
	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais)	Garantia da produção de soja e milho (esporadicamente)
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Implantação de sistemas agroflorestais
	Programa Ecoforte	Equipamentos para agroindustrialização; Aproveitamento e processamento de frutas; Valorização da biodiversidade nativa local
	Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)	Estufas e sistemas de irrigação para olerícolas; Aquisição de sementes de milho
	Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar (PGSAF)	Análise econômico-produtiva; Visita periódica de ATER
	Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada Mais Água Mais Renda (PMAMR)	Instalação de sistemas de irrigação; Segurança hídrica para produção olerícola; Aumento de produção
	Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural (RS Rural)	Construção de banheiros; Reforma de habitações; Adubação de solo; Implementação de pomar; Instalação de estufas; Acompanhamento periódico de ATER
	Recurso estadual a fundo perdido	Irrigação de hortaliças
	Programa Patrulha Agrícola	Acesso à máquinas e equipamentos
	Abertura de açude	Abertura de açude
	Crédito de Fundo Municipal	Melhorias de infraestrutura
Recurso municipal a fundo perdido	Construção de galinheiro	

Eixo de incidência	Política Pública	Síntese de resultados da incidência de cada política pública nas UPAs Tipo Hortifruti
Comercialização	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Espaço de comercialização; Garantia e estabilidade de preço; Diversificação produtiva; Incentivo da produção olerícola; Consolidação de agroindústrias; Promoção de SAN
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Espaço de comercialização; Garantia e estabilidade de preço; Diversificação produtiva; Incentivo da produção olerícola; Consolidação de agroindústrias; Permanência da juventude no rural; Promoção de SAN
	Construção de pavilhão para feira da agricultura familiar	Espaço de comercialização; Incentivo à produção olerícola; Promoção de SAN

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em média, cada UPA desse Tipo teve acesso à 12 políticas públicas, sendo que a UPA com menor número de políticas incidentes, acessou 4 políticas e a UPA com maior número, teve acesso à 17 políticas públicas. O grande número de políticas acessadas nas UPAs Tipo Hortifruti pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo engajamento social dessas famílias – formação de grupos (formais e informais), associativismo, cooperativismo e, ao mesmo tempo, pela cooperação de diversas organizações de ATER para o desenvolvimento dessas UPAs – Emater, ONGs, sindicatos etc. Por outro lado, a diversificação produtiva apresentada nessas UPAs também contribuiu no enquadramento em uma maior diversidade de políticas públicas.

Foi identificado um significativo número de políticas públicas em todos os eixos de políticas públicas, exceto no eixo de acesso à terra. Apesar de estarem entre as UPAs com as menores áreas, nenhuma das famílias do Tipo Hortifruti acessou o PNCF, algumas das quais tiveram dificuldades no acesso a essa política, ou por não aprovação dos órgãos de assistência técnica¹⁰⁴, ou pela impossibilidade de compra de herdeiros/familiares que possuíam terras lindeiras¹⁰⁵.

No rol de políticas públicas acessadas por essas UPAs, foram elencadas pelos entrevistados, como mais importantes: a aposentadoria rural, o PNHR, o Programa RS Rural, o FEAPER, o PAA, o PNAE e o Pronaf Mais Alimentos. Tanto a aposentadoria rural quanto o PNHR foram elencados entre as políticas públicas mais importantes, por conta da garantia da dignidade e melhoria da qualidade da vida no rural. O RS Rural foi elencado devido à sua

¹⁰⁴ Áreas consideradas impróprias pelos agentes técnicos de ATER.

¹⁰⁵ Conforme explicado no Capítulo 6 Políticas públicas incidentes na agricultura familiar da Fronteira Noroeste do RS, item 6.3.1 Políticas públicas de acesso à terra - o PNCF impossibilitava a aquisição de terras de herdeiros em processo de partilha.

importância na implantação de pomares nessas UPAs, o que lhes garantiu produção e renda por muitos anos. A importância do FEAPER se deu no sentido da estruturação das hortas, implantação de estufas, sistemas de irrigação e aquisição de equipamentos agrícolas.

O PAA e o PNAE, por sua vez, representaram importantes espaços de comercialização com garantia e estabilidade de preço, contribuindo para o aumento da produção, das vendas e, conseqüentemente, da receita monetária dessas famílias agricultoras, tal como demonstrado no depoimento do Agricultor Familiar 125.

Só que hoje, se não fosse essa alimentação escolar e esse PAA, não sei o que seria de nós. Meu Deus, o que eu ia perder de repolho. Não digo que resolve o problema, mas ajuda. Daí, se tu vai calcular, num canteirinho de salsa, aí, tu tira mil reais. Se tu vai botar na caneta, eu tinha noite que eu começava a me virar na cama de preocupação. Mas assim, tem onde botar tudo, desde o limão. Laranja nós não perdemos nenhuma. Tudo ajuda, né. O importante do PAA é que tu não dá porcentagem pra ninguém. [...]. Aquele dia que vendemos milho verde, acho que deu bastante. Três bolsas deu quinhentos e setenta pila, três bolsinhas assim. [...]. Ali em julho, setembro, outubro, pra vender dez pés de alface, pode caminhar três dias. Daí só na merenda escolar, ou só num programa como PAA. Daí sempre vai um pouco. Mão digo que vai dar o mundo e o fundo, mas defende, ajuda. Sempre vende, mas é pouco, o volume é baixo. [...]. Daí nem que vendo um pouquinho menos, mas, daí ganha um pouquinho mais agora, depois tá disparando o preço, isso aqui vai a sete o quilo, mas é esses três meses, depois, nem de presente. [...] Ali [no PAA e no PNAE] não tem quem muda o preço, é lei (Depoimento do Agricultor 125, em fev. 2019, grifo da autora).

A principal problemática relatada pelos agricultores, referindo-se, tanto ao PAA, quanto ao PNAE, foi a morosidade no processo de pagamentos pelos produtos comercializados. Mas, ainda assim, ambos programas contribuíram para a organização da produção e fomentaram a cooperação entre produtores, seja por meio de organizações formais ou informais, tal como demonstram os depoimentos dos agricultores.

O PAA, sim, tu podia vender tudo o que tu tinha. Era mais fácil, pela cooperativa, se tu intencionou isso e tu não tinha, mas o vizinho tinha, daí ele podia oferecer, daí envolvia todos os associados, né. Aí foi verdura também, uva, abóbora, repolho, batata-doce, mandioca. Tu tinha direito a seis mil e quinhentos reais, cada associado [...]. Isso foi bom, daí tu podia te organizar também, agora não é tanto, aí tu organiza pelas feiras também, né. Que o governo cortou, então, essa parte, daí não tem mais (Depoimento do Agricultor Familiar 123, em fev. 2019).

O PAA que mais deu resultado, porque a gente, tu sabia. Porque vinha, tu intencionava, a, eu quero botar mil quilos de alface, tu já sabia, ó, em doze meses eu tenho que produzir mil pés de alface, esses tão vendidos. Eu botei quinhentos quilos de cenoura, vamos fazer uma comparação, aí vou fazer esses três canteiros, porque é só entregar depois. Eu não precisava pegar o carro pra vender (Depoimento do Agricultor Familiar 135, em fev. 2019).

Dentre as UPAs do Tipo Hortifruti, o Pronaf Mais Alimentos contribuiu, principalmente com a logística de comercialização. A maioria dos que acessaram tal programa, investiu no financiamento de um veículo para transporte da produção. Tal como explicado pela Agricultora Familiar 130 em seu depoimento, antes do financiamento de uma caminhonete pelo Programa Mais Alimentos, o transporte de seus produtos vendidos para alimentação escolar, era realizada por meio de carrinho de mão e transporte público coletivo.

Aí como eu não tinha, nós não tínhamos carro, né, eu não tinha como entregar a minha merenda, eu não tinha como levar, daí eu levava de carrinho de mão até o asfalto, e lá eu pegava o ônibus, colocava minhas caixas e sacolas dentro do ônibus [...]. E daí chegava lá na rodoviária, eu carregava até a prefeitura onde vinha a Kombi pegar. [...]. Eu levei dois anos pra conseguir a minha [caminhonete], e nesses dois anos tem uns quantos aqui que não era pra carregar a produção. Eu tive que provar que eu ia usar ela pra isso, e veio o fiscal aqui do Banco do Brasil. O cara veio fiscalizar depois que eu peguei ela. Eu tive que provar. [...]. Hoje eu me desloco, eu posso ir pra onde eu quero e quando eu quero. Não tinha como ter o site [de vendas] se eu não tenho a caminhonete. Quando eu comprei a caminhonete saiu o site, porque antes não tinha condições, como é que eu ia entregar? De ônibus? (Depoimento da Agricultora Familiar 130, em mar. 2019, grifos da autora).

Por outro lado, foi demonstrada uma dificuldade de acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares Tipo Hortifruti. Não raras vezes, sua limitação de capital (pequenas áreas de terra) representou um empecilho para efetuarem financiamentos do Pronaf em agências financeiras. Nesse sentido, reforça-se a análise de Aquino e Schneider (2015), ao afirmarem que se tornam candidatos aos financiamentos, os agricultores mais capitalizados e com capacidade de oferecer aos bancos garantias reais e contrapartidas, os quais tenderão a absorver parte significativa dos recursos, sobretudo de investimento. Dessa maneira, o Pronaf acaba deixando de atingir parte do seu público alvo. Tal fator fica evidente na explicação da Agricultora Familiar 130.

Tentamos, mas como eu já tinha o financiamento da caminhoneta, eu não podia. Tirou todo o meu saldo e não podia fazer mais, porque eles acham que a gente não paga daí. Eles acham que pobre não paga conta. [...] e aí tu vai lá e não consegue. Então, assim, Mais Alimentos é bom, é, mas ele deveria ter maior facilidade pra gente conseguir. Hoje eu to tentando pra nós comprar um tratorzinho de segunda mão, um agrariosinho pequeno, tamo tentando, dez mil ele custa, só o trator usado, só o tratorzinho. Tamo tentando pelo Mais Alimentos, vamos ver se conseguimos. Mas aí é só o trator, eu ainda preciso duma grade de implementos, então se eu for pôr o trator e mais implementos, eu não consigo comprar, porque o dinheiro dá, o meu valor não alcança. E aí a renda que eu tenho, eles acham que não dá. Então essas políticas do governo é difícil porque eles não facilitam, eles deveriam dar maior facilidade. O que vale é o valor do meu bloco. [...] que é aquelas coisas que eu digo, é pra incentivar, pra melhorar, mas têm um monte de empecilhos, um monte de burocracia, que as vezes não vale a pena de ir atrás (Depoimento da Agricultora Familiar 130, em mar. 2019).

Ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades em efetuar financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos e/ou investimentos na infraestrutura produtiva, outra dificuldade encontrada por esses agricultores familiares é no custeio e garantias de sua produção. Devido à sua característica de produção diversificada e sua baixa utilização de insumos¹⁰⁶ externos, sendo grande parte das UPAs com produção orgânica, nenhuma destas UPAs conseguiu acesso ao Pronaf Custeio Agrícola e ao PROAGRO Mais, para financiamento e seguro de sua produção de frutas e olerícolas¹⁰⁷ contra perdas. As famílias do Tipo Hortifruti, que efetuaram o Pronaf Custeio Agrícola e o PROAGRO Mais, o fizeram de forma pontual, apenas em cultivos de milho e soja. Essa questão é evidenciada no depoimento da Agricultora Familiar 130, ao explicar sua tentativa frustrada de assegurar sua produção de hortaliças.

Seguro eu já tentei na horta, inclusive eu já perdi duas vezes a horta por causa de pedra, sol, chuva, geada, mas não tenho, não existe seguro pra hortaliças, pra horta. Fui no Banco do Brasil, diz que não existe isso. Eu digo: gente, mas como é que não existe? [...]. Só tem seguro, só é pra lavoura, os PROAGRO. Só é pra lavoura, milho, trigo e soja. [...]. Se eu tivesse seguro aquela vez que caiu aquele granizo, isso aqui ficou branco, tanto assim de granizo, eu cheguei em casa, eu tava numa reunião da Emater, quando eu voltei eu chorava de soluçar de ver a minha lavourinha ali. Tinha vinte e dois canteiros de sessenta metros, tudo cheio de verdura, não tinha uma folhinha verde que tu enxergasse, tudo embaixo das pedras. E aí quem é que pagou esse prejuízo? Não pude entregar pra merenda escolar que eu entregava, não pude vender. Sobrou pra mim pagar o prejuízo (Depoimento da Agricultora Familiar 130, em mar. 2019).

Tais fatores deixam bastante evidente a inclinação dessas políticas públicas à produção de monocultivos, principalmente commodities, corroborando com as observações de Aquino e Schneider (2015, p. 55), ao afirmarem que o Pronaf “não tem sido capaz de lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento no meio rural, pois repete em sua operacionalização o viés excludente, setorial e produtivista que marca historicamente a política agrícola brasileira”.

¹⁰⁶ A comprovação da utilização dos recursos do Pronaf Custeio Agrícola ocorre por meio de apresentação de notas comprovantes da compra de insumos agrícolas.

¹⁰⁷ As culturas possíveis de serem asseguradas na contratação das ferramentas de mitigação de riscos de produção são definidas pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc). Conforme apontado por Buainain *et al.* (2014), existe uma necessidade latente de ampliação dos estudos, de pontos de coleta de informação climatológica, redução da escala do zoneamento e ampliação da gama de culturas, de regiões e de produtores contemplados.

Ademais, ao serem questionados sobre quais seriam as políticas públicas necessárias, os agricultores familiares das UPAs Tipo Hortifruti elencaram, principalmente, a necessidade de políticas de financiamentos para equipamentos e estruturação da infraestrutura produtiva, políticas de garantia de preço e continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), promoção da agroecologia e produção orgânica e controle do uso de agrotóxicos, como explica a Agricultora Familiar 137, reivindicando seu direito de produzir alimentos orgânicos sem o risco da contaminação por deriva dos agrotóxicos utilizados na vizinhança.

E outra coisa que eu acho que devia vim dos governantes, é essa coisa de conscientização sobre agrotóxicos, essas coisas assim. Esse é o fundamental, né, e que liberassem menos, pensassem mais antes de liberar, uma limitação, que mudassem um pouco as leis. Porque hoje em dia, eu até posso reclamar do meu vizinho e coisa, e daí que tivesse uma emenda nessas leis, porque tem coisas que eles não podem mudar, mas podiam ter umas emendas assim, que me respeitassem. Se eu vou plantar orgânico, eu quero ser agroecológica, o meu vizinho que me respeite, né. É o mínimo, eu acho que isso deveria ser lei, e ainda não é (137, em mar. 2019).

Além disso, também foram elencadas a necessidade políticas públicas de valorização da juventude rural por meio da educação do campo, políticas de acesso à terra, melhorias nas estradas rurais, acesso à internet no meio rural, apoio ao turismo rural e o fomento do aproveitamento da energia solar por meio da implementação de placas fotovoltaicas.

7.3 POR QUE FICAR “NA COLÔNIA”? FATORES QUE MOTIVAM A PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

"É o que a gente gosta, né, é meu sonho continuar aqui"¹⁰⁸; "Podem me oferecer o valor que quiser, não tem venda! Isso aqui é o paraíso!"¹⁰⁹. Assim responderam os agricultores familiares ao serem questionados se gostariam de continuar no meio rural e na agricultura. Nesse aspecto, as 51 famílias agricultoras entrevistadas foram unânimes em responder que gostariam de permanecer no meio rural e nas atividades agrícolas.

O meio rural, denominado de “a colônia” ou “o interior”, representa, para essas famílias, muito mais do que apenas seu local de trabalho, mas, principalmente o seu meio de

¹⁰⁸ Depoimento da agricultora Familiar 30, em fev. 2019.

¹⁰⁹ Depoimento do Agricultor Familiar 131, em mar. 2019.

vida. Tal como afirma Wanderley, em seu trabalho publicado no ano de 2009, “O Mundo Rural como um Espaço de Vida”. Fator corroborado pela Agricultora Familiar 80 (em abr. 2019), que afirma que o objetivo é ficar “até bem velhinhos, porque nós gostamos da colônia. Mesmo que não dê mais pra sobreviver trabalhando aqui, nem que se trabalhe fora, eu não pretendo nunca me mudar pra cidade. É calmo, tranquilidade, natureza, terra e não cimento, né”.

Nesse sentido, os motivos elencados pelos agricultores familiares entrevistados para permanecerem no meio rural, perpassaram, principalmente, pelo reconhecimento de quatro aspectos de seu meio:

- a) a tranquilidade - “Porque é sossegado, é bom e dá pra viver feliz”¹¹⁰;
- b) a produção de seu próprio alimento (autoconsumo) – “Pelo menos tu produz e sabe o que tu vai comer”¹¹¹;
- c) a liberdade - “Eu acho bem melhor porque me sinto mais livre, tem espaço. Tem a liberdade de sair, poder fazer as coisas”¹¹²;
- d) o ar puro e contato com a natureza – “Tu puxa um ar mais fresco, ainda mais lá no meio do mato”¹¹³ - “O ambiente é bom, tipo assim, o ar mais puro do que na cidade, sem dúvida. E não temos dúvida de que a gente consegue ter uma vida digna assim no interior”¹¹⁴.

Além disso, outro fator importante elencado pelos agricultores familiares para a permanência no meio rural é o gosto pelas atividades agropecuárias, tal como as afirmações: “Porque é uma coisa que a gente gosta, e é o que a gente aprendeu, né”¹¹⁵ - “Eu gosto do que eu faço, sempre gostei. O que eu ia fazer na cidade?”¹¹⁶.

Entretanto, por mais que prezem pela sua “vida na colônia”, os agricultores familiares entrevistados também foram unânimes em reconhecer a necessidade de políticas públicas para sua permanência, tanto no meio rural, quanto nas atividades agropecuárias. Tal como demonstrado no depoimento da Agricultora Familiar 37, ao responder sobre a importância das políticas públicas para a permanência no rural: “É assim que tu consegue alguma coisa,

¹¹⁰ Depoimento do Agricultor Familiar 134, em ago. 2019.

¹¹¹ Depoimento da Agricultora Familiar 127, em abr. 2019.

¹¹² Depoimento do Agricultor Familiar 110, em abr. 2019.

¹¹³ Depoimento da Agricultora Familiar 127, em abr. 2019.

¹¹⁴ Depoimento do Agricultor Familiar 4, em fev. 2019.

¹¹⁵ Depoimento do Agricultor Familiar 62, em mar. 2019.

¹¹⁶ Depoimento da Agricultora Familiar 50, em jan. 2019.

através disso, senão não consegue" (Depoimento da Agricultora Familiar 37, em fev. 2019).

Tal fator também é evidenciado nos seguintes depoimentos dos agricultores familiares:

Se isso parar, nós perdemos qualquer firmeza pra tocar as coisas, porque tá tão difícil. Se tiver um recurso como vinha, sempre aquilo é um novo ânimo, pra tocar, levantar a cabeça. A tendência é você procurar de avançar, melhorar, então tem boa vontade, estimula. Então tudo isso, a pessoa que tá assim, negativa, a pessoa retrai, sabe? Teu avanço, sabe? Fica, de que me adianta, o negócio é cruzar os braços, mas não é assim, tem que tocar, a vida tem que tocar, tem que tentar melhorar (Depoimento do Agricultor Familiar 119, em abr. 2019).

Melhora a qualidade de vida das pessoas. A pessoa consegue se realizar, tu podendo melhorar a casa, tu podendo comprar os teus móveis, tu podendo melhorar o galpão, isso valoriza a propriedade, e isso te melhora a tua autoestima, sabe? Te dá mais motivo pra te manter no interior, porque uma coisa é você morar num casebre e outra coisa é você ter sua propriedade organizada. E essas políticas públicas fazem com que você melhore a qualidade de vida, que você melhore a tua propriedade. Se não fosse essas dos últimos tempos, nós ia tá em dias bem mais difíceis. Se assim você já tem dificuldade, imagina, sem uma política pública pra melhorar a qualidade de vida. Então, eu acho que isso é essencial pra quem mora no campo, essas políticas que vêm voltadas pra o campo. E eu acho que deviam se manter. Porque isso faz com que mais pessoas permaneçam. Porque os velhos vão indo, e daí, quem vai ficar? Então eu acho que isso é um incentivo pra que as pessoas, não digo que vão retornar, mas as que tão, se manterem, sabe? Não acabar indo embora ou vender. Então eu acho que essas políticas públicas desses últimos anos foram muito boas pro campo no geral (Depoimento da Agricultora Familiar 118, em abr. 2019).

Tais colocações evidenciam a importância que assume o conjunto de políticas públicas acessado em cada unidade de produção agrícola familiar, tanto para o fomento e a viabilização das duas atividades produtivas, como também, para sua reprodução social e permanência no rural. Desse modo, considerando os avanços obtidos na constituição de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no último período (desde a década de 90), reforça-se a necessidade da continuidade e do aprimoramento contínuo de tais políticas.

Ademais, ressalta-se a importância de um contínuo aprimoramento das políticas públicas, tanto no sentido de sua eficácia na operacionalização e abrangência, quanto no sentido de considerar demandas específicas e a heterogeneidade da agricultura familiar. Para além disso, se fazem necessárias ações que visem integrar as políticas públicas nos diferentes âmbitos, de forma que considerem a agricultura familiar e as Unidades de Produção Agrícola em todos os seus aspectos, como um todo indivisível nos sentidos sociais, econômico-produtivos e ambientais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas observou-se, no Brasil, um avanço no reconhecimento da categoria agricultura familiar e, com isto, a ampliação entre as políticas públicas voltadas especificamente para esse público que, historicamente, foi secundarizado por parte do Estado. Ao mesmo tempo, nesse período, ampliaram-se substancialmente, os esforços na busca de compreender a própria concepção de tais políticas, bem como sua implementação e efeitos gerados. Nesse sentido, em nível nacional, algumas políticas públicas também tiveram grande destaque no meio acadêmico, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (PROAGRO Mais), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, identificou-se que, em sua maioria, os estudos focalizam sua análise nas políticas públicas e seus agentes/atores e, para além disso, sobressam-se as análises focadas em apenas uma ou poucas políticas públicas de maneira isolada.

Partindo-se dessas constatações e do pressuposto de que a agricultura familiar é diversa e heterogênea, e que, portanto, diferentes tipos de agriculturas familiares tendem a acessar políticas públicas diferentemente, buscou-se, neste trabalho, analisar como e por que as famílias agricultoras acessam, ou não, determinadas políticas públicas. Desta maneira, a análise focaliza-se na Unidade de Produção Agrícola e no conjunto de políticas públicas ali incidentes, considerando estas sob o prisma das próprias famílias agricultoras. Assim, o propósito geral da tese foi identificar o conjunto de políticas públicas acessadas pela agricultura familiar na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, observando a interferência destas nos seus sistemas sociais e produtivos. Para tanto, a pesquisa buscou responder as seguintes questões problema:

- a) Como se caracteriza a agricultura familiar da região Fronteira Noroeste e quais os seus principais sistemas de produção?
- b) Qual o conjunto de políticas públicas acessadas pela agricultura familiar na Fronteira Noroeste, RS?
- c) Qual a interferência no conjunto de políticas públicas nas unidades de produção agrícola familiares da região?
- d) Qual o entendimento dos agricultores familiares sobre as políticas públicas e quais seus anseios e perspectivas em relação às políticas públicas?

Para responder à primeira questão foi feita uma reconstituição da trajetória histórica da agricultura na região Fronteira Noroeste do RS. Pôde-se, assim, identificar cinco sistemas agrários que se sucederam ao longo dos anos: sistema agrário indígena, sistema agrário jesuítico-guarani, sistema agrário caboclo, sistema agrário colonial e sistema agrário moderno agroindustrial, o qual predomina até os tempos atuais. Para a compreensão e descrição das principais características da agricultura familiar atualmente presente na região, foi elaborada uma tipologia da agricultura familiar da Fronteira Noroeste, através da qual foram identificados nove tipos, tomando como base os sistemas de produção implementados: Tipo Leite, Tipo Leite+Fumo, Tipo Leite+Grãos, Tipo Leite+Suínos, Tipo Suínos+Grãos, Tipo Grãos, Tipo Gado de corte, Tipo Pesca Artesanal, Tipo Hortifruti. A tipologia demonstrou a existência de uma diversidade de sistemas de produção da agricultura familiar na região, sendo a grande maioria das UPAs com centralidade em sistema de produção leiteira. Dentre as UPAs do Tipo Hortifruti, se indentificou a maior diversificação produtiva e de canais de comercialização. Os tipos Leite+Grãos e Grãos se demonstraram os tipos de UPA mais capitalizados, possuindo maiores áreas de terras e infraestrutura produtiva, entretanto, altamente dependentes de políticas públicas de crédito/financiamento. Entre as UPAs Leite+suínos, Suínos+Grãos e Leite+Fumo, ficou evidenciado um processo conflituoso de dependência para com as empresas integradoras multinacionais. Por outro lado, dentre as UPAs do tipo Leite, identificou-se uma descapitalização e um processo sistemático de exclusão entre as UPAs que não tem conseguido aumento na escala de produção. Já, dentre as UPAs do tipo Pesca Artesanal, foi identificado um processo de marginalização ou até invisibilização e exclusão socioprodutiva.

Na busca de identificar o conjunto de políticas incidentes na agricultura familiar (segunda questão), constatou-se a ocorrência de um total de 49 políticas públicas que incidiram nas Unidades de Produção Agrícola (UPAs) pesquisadas. A ampla maioria consiste em políticas públicas da esfera governamental, dentre as quais se destacou a presença das políticas de nível federal, tanto pela quantidade de políticas públicas, quanto pela abrangência, sendo que as políticas que tiveram incidência em maior número de UPAs, foram as governamentais de nível federal.

Para uma melhor compreensão da forma de incidência das políticas e seus efeitos nas UPAs (terceira questão), as políticas públicas foram classificadas e analisadas a partir de oito eixos:

- a) acesso à terra;

- b) habitação e eletrificação rural;
- c) saúde no rural;
- d) educação do campo e formação profissional;
- e) socioassistencial;
- f) ambiental;
- g) produção agrícola e agroindustrial;
- h) comercialização.

Notavelmente, se destacou a quantidade de políticas públicas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, tendo sido 22 políticas somente neste eixo. No eixo de acesso à terra foi identificada apenas uma política pública incidente, o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Tal programa evidenciou a necessidade do acesso à terra e a ampliação de áreas de terras para o retorno e/ou permanência das famílias agricultoras no rural. No eixo de habitação e eletrificação rural foram identificadas 5 políticas públicas, com destaque para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Através dessas políticas reforçou-se a importância das políticas públicas para a garantia de condições mínimas de moradia e sua contribuição para a autoestima de agricultores familiares. No eixo de saúde no meio rural, identificou-se a incidência de 3 políticas públicas. Se identificou a cobertura da totalidade das UPAs pesquisadas através da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e o acompanhamento pelos agentes comunitários de saúde. Em contraponto, ficou evidente a existência de uma “estreita porta de entrada” no acesso aos serviços do SUS, demonstrando algumas limitações no campo das políticas de saúde pública, demonstrando que somente uma cobertura eficiente, não significa necessariamente, eficiência e qualidade no atendimento.

No eixo de educação do campo e formação profissional, foram identificadas seis políticas públicas incidentes entre as famílias agricultoras entrevistadas. Constatou-se a existência de iniciativas de organizações governamentais e não governamentais, as quais se somam na construção de espaços de formação, tanto no ensino regular e/ou esporádicos e conjugam as possibilidades de acesso à educação voltada ao meio rural e formação técnica para o exercício da profissão da agricultura. No eixo socioassistencial, foram identificadas seis políticas públicas incidentes. Observa-se ali, a importância da previdência e assistência social como direitos que contribuem para inclusão social no meio rural, ao mesmo tempo que ficou evidente a necessidade de uma maior intersetorialidade e/ou articulação entre as políticas sociais e as demais políticas públicas, de forma que se possa adequá-las à realidade

da agricultura familiar, contribuindo para uma maior efetividade destas (como é o caso do SDPA).

Dentre as 3 políticas públicas ambientais incidentes, constatou-se uma ênfase na utilização de instrumentos de normatização e regulação como solução para questões ambientais (CAR e o SIOUT), perspectiva esta que não tem gerado nenhuma mudança prática na gestão ambiental das unidades de produção. Dentre as 22 políticas públicas voltadas à produção agrícola e agroindustrial, identificou-se a incidência, especialmente, de políticas de crédito e assistência técnica e extensão rural, destacando-se o Pronaf. Os resultados evidenciaram a seletividade das linhas de crédito tradicionais do Pronaf para alguns tipos de produtores e de sistemas de produção e permitiram visualizar a importância de políticas de crédito diferenciadas para impulsionar sistemas de produção diversificados, ao mesmo tempo em que levantaram a discussão sobre necessidade de juros baixos e condições de pagamento diferenciadas. Por último, foram identificadas três políticas públicas que incidiram no aspecto da comercialização dos produtos da agricultura familiar. Observou-se que estas políticas possuem direta ligação com a promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo incidido e contribuído para alavancar, principalmente, as UPAs com sistemas de produção mais diversificados.

Observou-se que o significado da expressão política pública assume diversos sentidos sob o olhar de agricultores familiares, os quais constroem suas próprias representações sociais para a expressão - desde o entendimento de que a política pública é “algo que vem” até a concepção de que é “algo que se constrói”. Outrossim, observou-se a importância que a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) assumiu na vida das famílias agricultoras, passando a ser, muito mais do que uma mera declaração, mas, sim, um documento de identificação profissional e fator de empoderamento e/ou limitante para o acesso a políticas públicas.

Ao observar o conjunto de políticas públicas incidentes em cada uma das unidades de produção agrícola familiares, foram constatadas, em média, 11 políticas públicas incidentes por UPA. Dentre estas, novamente se destacaram as políticas públicas governamentais de nível federal e as voltadas para o eixo de produção agrícola e agroindustrial. Em média, 10 políticas públicas por UPA são governamentais, das quais, em média, 8 são de nível federal e 4 são voltadas à produção agrícola e/ou agroindustrial. Todavia, ocorre uma diferença significativa no que condiz à quantidade de políticas públicas incidentes entre as diferentes UPAs. Na UPA em que foi acessado o maior número de políticas públicas, houve a incidência

de 17 políticas, enquanto que, na UPA com menor número de políticas incidentes, foram apenas 2 políticas.

Nesse sentido, analisou-se a conjugação de políticas públicas frente à heterogeneidade da agricultura familiar da região Fronteira Noroeste. Observando-se o número total de políticas públicas incidentes em cada um dos Tipos de UPAs, destacaram-se os tipos Leite e Hortifruti, com a incidência de 37 e 31 políticas, respectivamente. Por outro lado, os Tipos de UPAs com menor número de políticas públicas identificadas, foram os Tipos Suínos+Grãos e Grãos, com a incidência de um total de 17 e 12 políticas públicas, respectivamente. Observando o número médio de políticas públicas por UPA, destacaram-se os Tipos Leite+Fumo e Hortifruti, com a incidência de um total de 13 e 12 políticas públicas por UPA, respectivamente. E os Tipos Gado de Corte e Pesca Artesanal, foram os Tipos de UPAs com menor número médio de políticas por UPA, tendo incidido, em média 8 e 9 políticas públicas nesses Tipos, respectivamente.

Dessa forma, os resultados apontaram para uma desigual incidência de políticas públicas entre os diferentes tipos de UPAs. Em alguns dos tipos foram apontadas dificuldades no acesso a políticas públicas e, nesse sentido, também foram diferentes as necessidades apontadas pelas famílias agricultoras em cada um dos tipos de UPAs identificados. No que concerne às dificuldades no acesso a políticas públicas, sobressaiu o fator da pluriatividade na agricultura familiar - o fato de, pelo menos um dos membros da família possuir outra(s) fonte(s) de renda, foi fator preponderante para as dificuldades encontradas no acesso à diversas políticas públicas.

Dentre todas as políticas públicas incidentes nas UPAs, foram apontadas, pelos entrevistados, como mais importantes, dentre outras, a linha de financiamento do Pronaf Mais Alimentos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Os resultados das entrevistas apontaram, principalmente, para a necessidade de políticas de garantia e estabilidade de preço, acesso à mercados diferenciados de comercialização para a agricultura familiar, modernização da infraestrutura produtiva, políticas voltadas à valorização da juventude rural e acesso à terra.

No decorrer da pesquisa também se apontaram alguns “velhos problemas em novos tempos” ou “novos tempos e velhos problemas”. Questões como as dificuldades burocráticas e legais das agroindústrias familiares e artesanais, o parco reconhecimento público para com a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, dificuldades na falta de garantia de preços e inseguranças nos contratos de comercialização e integração vertical com empresas

e a ameaça da expropriação de famílias da costa do Rio Uruguai pela possibilidade da implantação de uma usina hidrelétrica. Além disso, deparou-se com a escassez de incentivos a alternativas produtivas e políticas públicas que se voltem aos pequenos agricultores familiares excluídos da produção leiteira por não conseguirem mais comercializar sua produção. Com a pesquisa de campo também foi verificada a invisibilização e a falta de reconhecimento público de certos tipos de agricultores familiares, especialmente os tipos Pesca Artesanal e Gado de Corte.

É reforçada a questão de que, para o planejamento e compreensão dos impactos das políticas públicas na agricultura familiar, não bastam análises das UPAs e das políticas públicas de forma fragmentada. A observação da totalidade das políticas públicas incidentes em cada UPA e em cada tipo de UPA evidenciou a importância que assume o conjunto de políticas públicas, tanto para o fomento e a viabilização das suas atividades produtivas, como, também, para sua reprodução social e permanência no rural. Assim, destaca-se a necessidade de considerar a influência do conjunto de políticas incidentes na agricultura familiar, tanto para o planejamento e elaboração de planos de desenvolvimento regionais, quanto nas pesquisas sobre políticas públicas, análise, diagnóstico e planejamento de UPAs. Aqui, cabe destacar a fundamental necessidade de fortalecimento da ATER pública, que, conforme apontado nos resultados, contribui consideravelmente para o acesso, continuidade, acompanhamento e efetividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

A teoria sistêmica como método de pesquisa forneceu elementos para observação da história agrária da Fronteira Noroeste, permitindo a compreensão da gênese e formação da agricultura familiar na região. Sobretudo, contribuiu para a compreensão das diversidades dessa agricultura familiar, colocando em evidência as diferenças entre as UPAs. Assim, tal abordagem contribuiu para uma compreensão mais aproximada da ação das políticas no nível dos sistemas socioprodutivos. Ao dar centralidade no ponto de vista das famílias agricultoras e nos tipos de UPAs, foi possibilitado identificar a(s) políticas públicas que incidiram e/ou alcançaram estas famílias, podendo-se ter uma “nova” percepção sobre o impacto destas, bem como, das possíveis complementaridades e sinergias que as mesmas tem (ou podem ter) nas UPAs - apreciação esta, que não seria possibilitada ao se partir da política pública em direção aos agricultores/propriedades.

Mesmo tendo sido identificados importantes resultados, essa pesquisa tem suas limitações. Um desses limites é a impossibilidade de extrapolação dos dados encontrados, uma vez que se aplicam apenas à essa realidade, não sendo pretensão deste estudo contemplar

todas as UPAs da região, tampouco de outras regiões. Nesse sentido, uma pesquisa com uma equipe multidisciplinar e com maior duração de tempo para levantamento de informações, poderia contribuir para realizar análises mais concisas de aspectos que, eventualmente, não puderam ser explicados a partir dos resultados aqui obtidos. Especificamente para a análise da incidência das políticas públicas em cada um dos tipos de UPAs, poderia ser realizada uma análise mais aprofundada, com maior tempo de entrevista e vivência nas UPAs, além de um maior número de UPAs investigadas para cada um dos tipos.

Nessa perspectiva, estudos futuros poderiam explorar questões como: relações sinérgicas, de complementariedade ou contraditoriedade entre políticas públicas incidentes em uma mesma UPA; possibilidade de recorte de gênero e geracional para observar se tais questões influenciam no acesso a políticas públicas; análise das divergências e convergências entre as diferentes óticas dos informantes-chave (burocratas de rua) e das famílias agricultoras. Além disso, aponta-se para possibilidades de realização de estudos semelhantes em outras regiões, a fim de que se possa realizar análises comparativas.

Ademais, uma demanda que se apresentou no decorrer da pesquisa é de compreender os impactos das mudanças institucionais ocorridas recentemente, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), sendo, marcadamente um período de incertezas referentes à situação das políticas. Assim, cabe ainda realizar uma análise mais apurada da situação atual das políticas públicas nas UPAs – quais políticas seguem incidindo, quais deixaram de incidir - e os impactos do desmantelamento e diminuição expressiva de recursos de algumas das políticas públicas para a agricultura familiar.

Nesse sentido, considerando os avanços obtidos na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no último período (desde a década de 90), esse trabalho reforça a necessidade da continuidade de tais políticas. Ademais, ressalta-se a importância de um contínuo aprimoramento, tanto no sentido de sua eficácia na operacionalização e abrangência, quanto no sentido de considerar demandas específicas e a heterogeneidade da agricultura familiar - considerando questões como as que foram identificadas sobre cada uma das políticas públicas incidentes na agricultura familiar da região e apresentadas no decorrer deste trabalho. Assim, espera-se que os elementos que foram apontados pelos agricultores familiares entrevistados em cada uma das UPAs analisadas nesse trabalho, possam, de alguma maneira, ter trazido pistas de alguns aperfeiçoamentos possíveis. Para além disso, se fazem necessárias ações no âmbito intersetorial, que visem

integrar as políticas públicas nos diferentes âmbitos, de forma que considerem a agricultura familiar e as Unidades de Produção Agrícola em todos os seus aspectos, como um todo indivisível nos sentidos sociais, econômico-produtivos e ambientais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S**. Brasília, DF: Senado Federal, [201-]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 11-34, nov./dez. 2000.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. *In*: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-55.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALTIERI, Miguel Ángel *et al.* **Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica**. Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. Artigo preparado para Rio+20: SOCLA, 2012.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. *In*: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

ANGST, Ivone Teresinha. **A cadeia da fruticultura enquanto forma de inserção socioeconômica das famílias agricultoras no município de Porto Vera Cruz/RS**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-82.

AZEVEDO, Ana Lucia Martins de; COSTA, André Monteiro. A estreita porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS): uma avaliação do acesso na Estratégia de Saúde da Família. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, [Botucatu], v. 14, n. 35, p. 797-810, out./dez. 2010.

BARROS, Ludmila Caminha. Prefácio. *In*: MAMEDE, Fani. **A Agricultura familiar alimentando o Brasil**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BC. **Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF, 1995. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline *et al.* **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Noroeste**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

BOBBIO, Norberto. Política. *In*: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. v. 2.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; SCHNEIDER, Sergio; HAAS, Jaqueline Mallmann. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 465-482.

BONOMO, Mariano. **Historia Prehispánica de Entre Ríos**. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara/Universidad Maimónides, 2012. Disponível em: http://naturalis.fcnym.unlp.edu.ar/repositorio/_documentos/sipcyt/bfa004149.pdf. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1996. seção 1, p. 11854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019a. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 nov. 2019. Seção 1, p. 6. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#art1. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003a. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003, seção 1, p. 130. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4873.htm. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.892 de 2003b. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 no. 2003, seção 1, p. 57. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4892.htm. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012a. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos

Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 out. 2012, seção 1, p. 5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014a. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2014, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8235.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017a. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2017, seção 1, p. 51. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1992, seção 1, p. 7362. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0566.htm. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 145, de 15 de maio de 2014b. Altera dispositivos da Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 mai. 2014, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp145.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 fev. 1998, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp93.htm. Acesso em: 08 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836compilado.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006, seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2009, seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009b. Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais. Altera as Leis [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 out. 2009, seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12058.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012b. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 mai. 2012, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013a. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 out. 2013, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mai. 2016, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 dez. 1979, seção 1, p. 18673. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jan. 1991, seção 1, p. 1330. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1991, seção 1, p. 30264. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8315.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003c. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 2003, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003d. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 out. 2003, seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013b. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2013, seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Plano Safra 2019-2020**. Brasília, DF: Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2019-2020/view>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao Pronaf**. Brasília: MDA; SAF, 2014c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/manuais/manual-do-agente-emissor-de-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf.pdf/view>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos->

psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Cadastro Ambiental Rural**. Brasília, [201-]. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/8243-cadastro-ambiental-rural.html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

BRASIL. **Plano Agrícola e Pecuário: Safra 2005/2006**. Brasília: MAPA/SPA, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2005-2006.pdf/view>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Plano Safra 2020/2021**. Brasília: MAPA/SPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2020-2021/view>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 340, de 4 de março de 2013c**. Redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0340_04_03_2013.html. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.436 de 2017b**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Poder Executivo, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018**. Disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Poder Executivo, Brasília, DF, 27 ago. 2018, seção 1, p. 4. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-agosto-de-2018-38405190. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013d**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ministério da Educação, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, 1985.

BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* O tripé da política agrícola brasileira: Crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* (ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

BUBANZ-SILVA, Tamara Raísa. **A Rede Ecovida e o desenvolvimento rural sustentável no Núcleo Missões/RS**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Técno logo em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três de Maio, 2013.

CALLEGARO, Sandra Simoni; TREVISAN, Luiz Pedro. Análise-diagnóstico da agricultura de Santa Rosa. *In*: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015. p. 287-296.

CAPELLESSO, Adinor José. **Crédito e seguro da agricultura familiar**: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência? 2016. Tese (doutorado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília: [MDA, SAF], 2009. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2449.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARNEIRO, Maria José. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Sérgio. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 443-463.

CAZELLA, Ademir Antonio. Por uma política de ordenamento territorial e fundiário: o possível exemplo catarinense. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 15-17, mar. 2011.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio Jamil (org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Ensino Médio e Educação Superior. **Deliberação nº 735/2018**. Porto Alegre, 28 nov. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.ifal.edu.br/normativa/pdf/CEED-RS_20181203150322deliberacao0735.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

CONTI, Irio Luiz; MIGUEL, Lovois de Andrade. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na bacia hidrográfica do Rio Buricá, região Noroeste do Rio Grande do Sul. *In*: CONTI, Daniele Taisi; CONTI, Irio Luiz (org.). **Horizontalina**: caminhos cruzados na agricultura e migração. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO - COREDE - FRONTEIRA NOROESTE. **Plano Estratégico de desenvolvimento: Região Fronteira Noroeste/RS 2010 – 2030**. Três de Maio: Gráfica Sul, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque; RAMBO, Anelise Graciele. Nova dinâmica territorial em construção: a experiência da Região Fronteira Noroeste/RS/Brasil. *In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES*, 4., 2002, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: Universidades do grupo Montevideo, 2002, [p. 1-22].

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In: LEITE, Sérgio Pereira (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele; MIGUEL, Lovois de Andrade. A mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste "território". *In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA*, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, [p. 1-27].

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manual d'expertise**. Paris: Karthala et CTA, 1996.

ELIAS, Paulo Eduardo *et al.* Atenção básica em saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 11, n. 3, p. 633-41, 2006.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL - FAMURS. **Programa Patrulha Agrícola**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/documentos/programa-patrolha-agricola/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FARIAS, Mirelly de Oliveira; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra; LIMA JUNIOR, Cezario de Oliveira. Inconsistências na execução do Cadastro Ambiental Rural. CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL, 13., 2018, Florianópolis. **Anais [...]**. UFSC, 2018, p. [1-12].

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. **Mapa de Classificação dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul quanto à Resistência a Impactos Ambientais**. Relatório final de consultoria elaborado por Nestor Kämpf. Porto Alegre: FEPAM, 2001. Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/mapa_solos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

FERREIRA, José Romualdo Carvalho. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FORTES, Amyr Borges. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1959.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. *In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas***. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015. p. 33-98.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, Felipe; HELFAND, Steven M.; SOUZA, André Portela. Transferencias monetarias condicionadas y políticas de desarrollo rural: posibles sinergias entre Bolsa Familia y el PRONAF. *In: MALDONADO, Jorge Higinio et al. (org.). **Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural en América Latina***. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Uniandes, 2016.

GARCIA, Silvio Marques. **Aposentadoria por idade do trabalhador rural sob o enfoque Constitucional: efetivação por meio da atividade judicial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

GARTNER, Carolina; BASSI, Lauro. O Programa RS Rural como instrumento de apoio à conservação da biodiversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n. 1, p. 413-416, fev. 2007.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador: IICA, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GLIESSMAN, Stephen R. El concepto de Agroecosistemas. *In: GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en la agricultura sostenible***. Turrialba, Costa Rica: Catie, 2002. p. 17-28.

GODOY, Wilson Itamar; SACCO DOS ANJOS, Flávio. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas de saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

GOMES, Carla Morsch Porto *et al.* Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário? *In:* GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 361-380.

GOMES, Carla Morsch Porto. **A governança da terra em questão: uma análise da política de crédito fundiário no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2011.

GRISA, Catia; KATO, Karina Yoshie Martins; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. p. 339-460. *In:* MIRANDA, Carlos (org.). **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In:* GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015a.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In:* GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015b. p. 19-50.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANAES-LORENZI, Carla; PINHEIRO, Ricardo Lana. A (des)valorização do agente comunitário de saúde na Estratégia de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2537-2546, 2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO; Incra, 1996. (Projeto UFT/BRA/036/BRA).

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

HERINGER, Flávio Roberto de Almeida. **Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) - Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, 2018.

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne L. Policy analysis for democracy. *In*: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (ed.). **The oxford handbook of public policy**. New York: Oxford University Press, 2006. p. 169-189.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar – Primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico, 2010. **Características da População e dos Domicílios**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INSTITUTO KAIRÓS CAPINA (Org.). **Práticas de comercialização**: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC)**. Abr. 2020. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LAMARCHE, Hugues *et al.* **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar**: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. V. 2.

LOVATO, Siusiane. **Análise do processo de implementação das ações integradas do Programa Luz Para Todos em uma comunidade rural**: uma perspectiva de análise de desenvolvimento protagonizada pelos atores locais. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MACHADO, Jose Tobias Marks *et al.* A diversidade da Agricultura Familiar e a elaboração de Tipologias. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, Bagé, p. 477-492, 2017.

MACHADO, José Tobias Marks. **Dinâmica da agricultura em uma região periférica do Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2018.

MACHADO, Roberto Tormes. **Análise Sócio Econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal – RS**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MARTINS, Jéssica Maiara Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **Programa Ecoforte e o fortalecimento das redes de agroecologia**: demandas e possibilidades. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAZOYER, Marcel; MIGUEL, Lovois de Andrade. A abordagem sistêmica no âmbito das ciências agrárias. *In*: MIGUEL, Lovois de Andrade (org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série EAD/SEAD/UFRGS).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Historia%20das%20agriculturas%20no%20mundo%20-%20Mazoyer%20e%20Roudart.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. *In*: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo (org.). **Las agriculturas familiares del Mercosur: Trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura t Sociedad – CICCUS, 2010.

MIGUEL, Lovois de Andrade, MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. *In*: MIGUEL, Lovois de Andrade (org.). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIGUEL, Lovois de Andrade. Abordagem sistêmica da unidade de produção agrícola. *In*: WAGNER, Saionara Araújo *et al.* (Org.). **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NETO, Miranda. **A utopia possível: Missões Jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico**. Brasília: FUNAG, 2012.

NEUMANN, Pedro Selvino; LOCH, Carlos. Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas. **Revista Ciência Rural**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 243-249, abr. 2002.

NEVES, Delma Pessanha. Desenvolvimento social e mediadores políticos. *In*: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 21-44.

NEVES, Lúcio de Araújo; MACHADO, Antônio Lilles Tavares; REIS, Ângelo Vieira dos. Patrulha Agrícola: uma alternativa de mecanização na agricultura familiar. **Revista Varia Scientia Agrárias**, Cascavel, v. 03, n. 01, p. 59-75, jan./jul. 2013.

NUNES, Cíntia Florence. **Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em

Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/37726303.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

PELEGRINI, Gelson. **Crédito fundiário**: uma política de reforma da estrutura agrária ou de acesso à terra para ampliar a área dos pequenos proprietários? 2018. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

PINHEIRO, Sergio L. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 27-37, abr./jun. 2000.

PINHEIRO, Sérgio L.; SCHMIDT, Wilson. O enfoque sistêmico e a sustentabilidade da agricultura familiar: uma oportunidade de mudar o foco de objetos/sistemas físicos de produção para os sujeitos/complexos sistemas vivos e as relações entre o ser humano e o ambiente. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. 4., 2001, Belém do Pará. **Anais** [...], Belém: SBSP, 2001. [CD-Rom].

PLOEG, Jan Douwe van der *et al.* Farm diversity, classification schemes and multifunctionality. **Journal of Environmental Management**, v. 90, p. 124-131, 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**: experiências em Agroecologia, v. 2014, n. 2, p. 3-14, 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.

PLOEG, Jan Douwe van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, Jan Douwe Van Der; LONG, A. (ed.). **Born from within**: practices and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PUGLIESI, Angelita Avi. **Opinião dos agricultores familiares sobre o fornecimento de alimentos orgânicos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Paraná**. 2018. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) – Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2018.

RESENDE, Mônica de; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; AMÂNCIO FILHO, Antenor. O legado da construção do sistema de proteção social brasileiro para a intersectorialidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 301-322, maio/ago. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Decreto nº 50.776, de 23 de outubro de 2013. Regulamenta a Lei nº 13.469, de 22 de junho de 2010, com a redação da Lei nº 13.676, de 17 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 24 out. 2013, ano LXXI, n. 206, p. 2. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2050.776.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Decreto nº 49.341, de 05 de julho de 2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação "Sabor Gaúcho" e dá outras providências. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 6 jul. 2012, ano LXX, n. 130, p. 6. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2012-07-06&pg=6>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Decreto nº 53.052 de 02 de junho de 2016. Institui o Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 3 jun. 2016, ano LXXIV, n. 104, p. 2. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2016-06-03&pg=2>. Acesso em: 6 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Lei nº 14.244, de 27 de maio de 2013. Institui o Programa Estadual de Expansão da Agropecuária Irrigada – “Mais Água, Mais Renda”. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 28 mai. 2013, ano LXXI, n. 101, p. 1. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201902/19140806-lei-14-244-programa-mais-agua-mais-renda.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Lei nº 8.511, de 6 de janeiro de 1988. Autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 6 jan. 1988, ano XLVI, p. 2. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=1988-01-06&pg=2>. Acesso em: 14 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Decreto nº 50123 DE 04/03/2013. Institui o Programa Mais Leite de Qualidade, de incentivo ao uso de resfriadores de expansão direta e de ordenhadeiras, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 06 mar. 2013, ano LXXI, n. 44, p. 1-2. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2013-03-06&pg=1>. Acesso em: 13 nov 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Departamento de Agricultura Familiar e Agroindústria: Programa Segunda Água**. Porto Alegre: SEAPDR, [201-]. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/departamento-de-agricultura-familiar-e-agroindustria>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

ROSSET, Peter. **The multiple functions and benefits of small farm agriculture**. Oakland, CA USA: Food First Institute for Food and Development Policy, 1999. (Policy brief n. 4.). Disponível em: <http://www.map-abcdf.com.ph/documents/submitted%20papers/FOOD%20FIRST%20POLICY%20NO%204.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Brasília, DF: IGEPP, 2013. (Conceitos e teorias, v.1).

SABORIN, Eric; SAMPER, Mario; MASSARDIER, Gilles. Políticas públicas para as agriculturas familiares: existe um modelo latino-americano? *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 595-616.

SANTA ROSA. Prefeitura Municipal. **Conhecendo a região da Fronteira Noroeste**. 5. ed. Secretaria Municipal da Educação e Juventude, [199-?]. (Série Estudos Sociais).

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 131-148, jul./dez. 2007.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* Microcrédito e capacidade de pagamento dos agricultores familiares: a experiência do programa RS Rural no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 789-828, nov. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Introdução. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, mai./ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 21-50.

SCHREINER, Dirce Maria. **A interferência do crédito fundiário na sucessão familiar na agricultura**. 2008. Monografia (Especialização em Pedagogia da Alternância para a Agricultura Familiar) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA NETO, Benedito. A regionalização do estado segundo os seus sistemas agrários. *In*: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015. 2. ed. 99-114.

SILVA NETO, Benedito. Enfoque sistêmico e análise econômica de unidades de produção agropecuária: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PRODUÇÃO, 11., 2016, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: SBSP, 2016.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015a.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. Introdução: Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. *In*: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015b. p. 25-30.

SILVA NETO, Benedito; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BASSO, David. Recomendações de políticas gerais e de políticas regionais. *In*: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. 2. ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2015. p. 307-327.

SILVA, Giuliano Alvez Borges; PASSADOR, João Luiz. Educação do campo: Aproximações conceituais e evolução histórica no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 78, jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2510>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Lourdes Helena da. Centros familiares de formação por alternância: avanços e perspectivas na construção da educação do campo. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 4, n. 8, p. 270-290, jul. 2009. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1918>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2012-2013**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2014.

SOUZA, Celina Maria de. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU (Brasil). **Acórdão 700/2006 - Primeira Câmara**. Tomada de contas simplificada (TCSP). Processo TC 010.247/2004-4. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1024720044.PROC/%2520DTRELEVANCIA%2520desc%2520C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uid=a667b770-b7da-11ea-93f2-3797148a90f8>. Acesso em: 10 jun. 2020.

THOENING, Jean-Claude; MÉNY, Yves. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 1989. (Themis)

TRENTIN, Iran Carlos Lovis; PADILHA, Paulo Roberto Paim. Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões/RS. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004. **Anais [...]**. Cuiabá: SOBER, 2004.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.181-200.

VILLARET, Arnault. **El enfoque sistêmico aplicado al analisis del medio agrícola**: introducción al marco teórico y conceptual. Sucre, Bolívia: PRADEM, CICDA, 1994.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WAGNER, Saionara Araújo *et al.* Prefácio. *In*: WAGNER, Saionara Araújo *et al.* (org.). **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WIVES, Daniela Garcez. **Fatores influentes na tomada de decisão e organização dos sistemas de produção de base ecológica da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

WIVES, Daniela Garcez. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

XAVIER, Maria Leticia Barbosa. Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia para a Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 131-145, jul./dez. 2017.

ZARTH, Paulo Afonso. “Povoar o Sertão”: uma estratégia para a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. *In*: JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: RIO

GRANDE DO SUL, URUGUAY, CORRIENTES, SANTA FE, ENTRE RIOS, CORDOBA
E MISIONES, 1., 2000, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE PARA
ANÁLISE DA HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA DA
FRONTEIRA NOROESTE, RS**

Informante:	Município/Localidade:
Idade:	Telefone/e-mail:
Profissão:	Data:

- a) Como você descreve a trajetória e evolução (momentos históricos) da agricultura ao longo do tempo em seu município e na região? Quais aspectos você considera mais importantes?
- b) Ao longo das décadas, quais os principais produtos e processos que alteraram a agricultura no município e região?
- c) Como eram as práticas agrícolas em cada período no seu município/região?
- d) Como você enxerga a atuação do governo na história da agricultura regional? O que mudou ao longo dos anos?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INFORMANTES-CHAVE PARA
ELABORAÇÃO DE TIPOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E
LEVANTAMENTO PRÉVIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCIDENTES NA
AGRICULTURA FAMILIAR DA FRONTEIRA NOROESTE, RS**

Informante:	Município/Localidade:
Idade:	Telefone/e-mail:
Profissão:	Data:

Parte 1 – Caracterização e classificação da agricultura familiar - tipologia

- a) Como você caracteriza ou descreve a agricultura familiar do seu município (ou da região Fronteira Noroeste)?
- b) Agricultura da região é homogênea? Ou existem diferentes zonas? Quais as características de cada área/local?
- c) Existem diferentes tipos de agricultores familiares no seu município ou na região? Como você classificaria os agricultores familiares? Quais as principais características para cada tipo?

Parte 2 – Políticas públicas incidentes na agricultura familiar na Fronteira Noroeste (levantamento prévio)

- a) Como você enxerga a história da atuação do Estado (especialmente governo federal) na agricultura regional?
- b) Quais as políticas públicas de desenvolvimento rural que você visualiza atualmente no município/região?
- c) Na lista abaixo, quais dessas políticas são acessadas na região? Qual foi e qual é a situação dessas políticas na região? Quais agricultores tem acesso? De que maneira são acessadas essas políticas?

POLÍTICA PÚBLICA GOVERNAMENTAL FEDERAL	Comentários
POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DE COMERCIALIZAÇÃO	
PNAE	
PAA	
Microcrédito rural (Grupo B - Pronaf)	
Pronaf custeio	
Pronaf investimento (mais alimento)	
Pronaf agroindústria e comercialização	
Pronaf cota-parte	
Pronaf agroecologia	
Pronaf Floresta	
Pronaf mulher	
Pronaf jovem	
PROAGRO Mais - SEAF	
Programa Nacional de produção e uso do Biodiesel (PNPB)	
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	
PNATER	
POLÍTICAS FUNDIÁRIAS, DE INFRAESTRUTURA E TERRITORIAIS	
PNCF - Crédito fundiário	
PNRH - Habitação rural	
Programa Internet para todos - banda larga rural	
Luz Para Todos	
PRONAT - Proinf	
POLÍTICAS AMBIENTAIS	
Pronaf eco	
PNPSA - Pagamento por serviços ambientais	
Programa ABC	
POLÍTICAS SOCIAIS	
Previdência/Aposentadoria rural	
Bolsa família	
POLÍTICAS DE ACESSO À SAÚDE NO MEIO RURAL	
PSF	
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Pronacampo - Educação do campo (educação básica)	
Pronatec - Campo (ensino técnico-profissionalizante)	

d) Lembra de outras políticas ou ações governamentais de nível federal, estadual, municipal ou de outros atores (FEAPER, RS Rural, programa de irrigação, atuação de ONG, sindicato, cooperativa, banco, SEBRAE, SENAR, Fumageira etc.)? Se sim, qual a importância que tal política tem para a agricultura familiar ou para a região? Como funciona? Atinge qual público de agricultores?

e) Que tipo de política pública você acha que deveria existir para a agricultura familiar no seu município ou na região? O que você considera prioritário?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS AGRICULTORAS NA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1) Identificação:

Pessoa de referência:		Município:	
Contato:	Localidade:	Data da entrevista:	

2) Família:

Nome	Sexo ¹	Parentesco ²	Idade	Escolaridade ³	Carga horária na propriedade ⁶	Carga horária atividades externas ⁶ – Citar atividade

¹Sexo:

F = Feminino
M = Masculino

² Grau de parentesco em relação à pessoa de referência da entrevista.

⁶Tempo dedicado na propriedade:

1 - Tempo integral
2 - Metade do tempo
3 - Eventual
4 - Nenhum

³Escolaridade:

1 – Analfabeto(a)
2 - Fundamental incompleto
3 - Cursando fundamental
4 - Fundamental completo
5 - Ensino médio incompleto
6 - Cursando ensino médio
7 - Ensino médio completo
8 - Nível técnico incompleto (especificar)
9 - Cursando curso técnico (esp.)
10 - Nível superior incompleto (esp.)
11 - Cursando ensino superior (esp.)
12 - Pós-graduação incompleta (esp.)
13 - Cursando Pós-graduação (esp.)
14 - Pós-graduação completa (esp.)

⁵Atividade(s):

1 – Trabalho agrícola
2 - Trabalho doméstico
3 – Atividades não-agrícolas na propriedade (citar atividade)
4 – Trabalho externo agrícola (citar qual)
5 – Trabalho externo não-agrícola (citar qual)
6 - Estudante
7 - Não trabalha atualmente
8 – Nunca trabalhou
9 - Outros casos - descrever

3) Origem/descendência/etnia? _____

4) Quantas gerações na propriedade? _____

5) Desde que ano estão na propriedade? _____

6) Conte um pouco sobre a história da família, como chegaram aqui, quais os principais acontecimentos (resumidamente).

7) Como são as condições de acesso à cidade?

Distância da sede do município (Km)	
Km de estrada pavimentada	
Km de estrada não pavimentada	
Condição das estradas	()Ruim ()Regular ()Boa ()Ótima

8) Para você(s), o que significa “política pública para agricultura familiar”?

8.1) Quais as políticas públicas que lhe(s) vêm à cabeça?

9) Questões fundiárias/imóvel:

Domínio legal	Área (ha)	Observações
Área Total		
Área própria		
Área arrendada de terceiros		
Área arrendada para terceiros		
Parceria		
Área outra situação (qual?)		

9.1) Valor estimado do hectare: R\$**10) Fizeram financiamento pelo Banco da Terra (Crédito Fundiário – PNCR)?**

() Sim () Não

Se sim:

10.1) Quando?**10.2) Fizeram o financiamento através de quem (banco, cooperativa de crédito)?****10.3) Quantos Hectares financiados?****10.4) Até quando vão as parcelas do pagamento? _____****10.5) Estão conseguindo pagar? () Sim () Não () Teve que renegociar as dívidas****10.6) Qual a importância/influência do Banco da terra (Crédito Fundiário) para a família/propriedade?****10.7) Acessaram a linha de financiamento Pronaf A? Se sim: Para que foi utilizado? Foi importante? Algumas dificuldades?****11) CROQUI DA PROPRIEDADE:** (Fazer croqui temático, junto com a família, apresentando ocupação do solo e subdivisões das áreas, divisas, características ambientais e recursos hídricos)**12) Uso atual da área – ocupação do solo:**

Exploração	Área (ha)
Casa + quintal e benfeitorias	
Hortaliças	
Plantação de Frutas	
Açudes e barragens	
Lavouras de culturas temporárias (soja, milho, trigo, fumo etc.)	
Potreiro	
Pastagem/Capineiras (capim, cameron, feno, elefante, cana)	
Plantio de árvores madeireiras	
Matas e florestas naturais	
Área cedida para terceiros (arrendadas, cedidas etc.)	
Banhados e encostas	
Outra:	
Total	

13) Fizeram o CAR (Cadastro Ambiental Rural)? () Sim () Não

Se sim:

13.1) O CAR está no nome de quem?**13.2) Quando fizeram?****13.3) Fizeram através de quem? () Técnico particular () Sindicato () Emater****13.4) Qual a importância/influência do CAR a família/propriedade? O que mudou?****Se não:****13.5) Por quê?****13.6) O que acham sobre a obrigação de todas as propriedades fazerem o CAR?**

14) Moradia:

	Material ¹	Área (m ²)	Ano de construção	Estado de conservação
1				()Ruim ()Regular ()Bom ()Ótimo
2				()Ruim ()Regular ()Bom ()Ótimo

¹Material predominante na construção

01 – Alvenaria, tijolo, material, concreto, cimento

02 – Madeira

03 – Metálico

04 – Misto (madeira/alvenaria)

15) Foram beneficiados pelo Minha Casa Minha Vida (PNHR - Programa de Habitação Rural)? ()Sim ()Não

Se sim,

15.1) () Reforma ou () Casa nova**15.2)** Em qual ano?**15.3)** No que isso impactou para a família/propriedade? Qual a diferença?

Se não:

15.4) Por quê?**16) Possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf ao PRONAF (DAP)?**

()Sim ()Não

Se sim:

16.1) Quantos cadastros?**16.2)** No que a DAP influencia para a propriedade/família?

Se não:

16.3) Por quê?**17) Quais as benfeitorias/construções/infraestrutura da propriedade?**

	Descrição/finalidade	Tamanho	Ano	Valor
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

18) Fizeram financiamento de alguma construção ou reforma de galpão, estrutura etc. (Pronaf investimento – Programa Mais alimentos)? ()Sim ()Não

Se sim:

18.1) O que financiaram? _____**18.2)** Em que ano? _____**18.3)** Fizeram o financiamento através de quem (banco, cooperativa de crédito)? _____**18.4)** Até quando vão as parcelas do pagamento? _____**18.5)** Estão conseguindo pagar? ()Sim ()Não ()Teve que renegociar as dívidas**18.6)** O que isso impactou na família/propriedade? Qual a importância deste financiamento? Qual a diferença?

Se não:

18.8) Por quê?

19) Quais as Máquinas e equipamentos da propriedade?

	Descrição/finalidade	Ano	Valor
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			

20) Fizeram financiamento de algum equipamento (Pronaf investimento – Programa Mais alimentos)? () Sim
() Não

Se sim:

20.1) O que financiaram? Para qual atividade? _____

20.2) Em que ano? _____

20.3) Fizeram o financiamento através de quem (banco, cooperativa de crédito)?

20.4) Até quando vão as parcelas do pagamento? _____

20.5) Está conseguindo pagar? () Sim () Não () Teve que renegociar as dívidas

20.6) O que isso impactou na família/propriedade? Qual a importância desse financiamento?

Se não:

20.8) Por quê?

21) Como veem a infraestrutura atual da propriedade para o sistema atual de produção? (benfeitorias, máquinas, equipamentos)

() é suficiente e adequado

() é insuficiente e afeta a eficácia do sistema

22) Atividades de produção ANIMAL (Criações):

	Criação/raça	Qtde (número)	Destino
1			
2			
3			
4			
5			
6			

22.1) Quais os principais desafios e dificuldades enfrentados na produção animal?

22.2)) Fazem ou já fizeram Pronaf - Custeio Pecuário?

() Sim () Não

Se sim:

24.1) O que foi custeado?

24.2) Em qual período?

24.3) Fizeram o custeio e seguro através de quem (banco, cooperativa de crédito)?

24.4) O que isso impactou ou impacta na família/propriedade? Qual a importância desse custeio? Qual a diferença?

Se não: **24.5)** Por quê?

23) Quais as atividades de cultivos - produção VEGETAL (plantações):

	Cultivo	Área (ha)	Rendimento (qtde)	Destino
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

23.1) Quais os principais desafios/problemas enfrentados nos cultivos de produção vegetal?**24) Fazem ou já fizeram Pronaf Custeio e Seguro Agrícola Familiar (PROAGRO - SEAF)?**

() Sim () Não

Se sim:**24.1) O que foi custeado?****24.2) Em qual período?****24.3) Fizeram o custeio e seguro através de quem (banco, cooperativa de crédito)?****24.4) O que isso impactou ou impacta na família/propriedade? Qual a importância desse custeio e do seguro agrícola? Qual a diferença?****Se não: 24.5) Por quê?****25) Fizeram a outorga da água (cadastro da água - SIOUT – Sistema de outorga da água – para utilização da água)? () Sim () Não****Se sim: 25.1) Quem fez?****25.2) Qual a sua percepção sobre o SIOUT?****Se não: 25.3) Por quê?****26) Possuem alguma atividade de beneficiamento, transformação e/ou agroindustrialização?**

() Sim () Não

	Produto	Qtde	Preço vendido	Destino
1				
2				
3				
4				

Se sim:**26.1) Desde quando?****26.2) Foram beneficiados com alguma política de implementação, valorização ou fortalecimento de agroindústria? () Sim () Não****Se sim, 26.3) Qual?****26.4) Que diferença fez? Qual a importância para a família/propriedade?****26.5) Quais os principais desafios/problemas enfrentados no beneficiamento/transformação/agroindustrialização?****27) Qual a Receita Bruta aproximada, baseando-se no último ano agrícola?**

	Atividade	Receita bruta
1		
2		
3		
4		
5		
6		
	Total	

28) Possuem alguma outra fonte de renda (não agrícola)?

	Tipo de renda	Valor bruto
1		
2		
3		
4		

29) Utilizam mão de obra externa?

- () Contratada - Época/Período:
 () Troca de serviço - Época/Período/Descrever:

30) Qual a porcentagem da alimentação da família provém da propriedade?

- () até 20% () 21 a 40% () 41 a 60% () 61 a 80% () 81 a 100%

31) Principal abastecimento de água?

- () Rede pública:
 () Corsan () Município () Comunitária
 () Poço comum com bomba elétrica
 () Poço comum com operação manual
 () Poço artesiano com bomba elétrica
 () Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude com operação manual
 () Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude com operação mecânica (carneiro ou bomba elétrica)
 () Outro _____

Se rede pública:

31.1 Desde que ano?

32) Principal fonte energia elétrica?

- () Rede pública.
 () Gerador próprio
 () Outra _____

Se rede Pública:

32.1) Desde que ano?

32.2) Por qual distribuidora?

32.4) O fornecimento de energia elétrica melhorou nos últimos 10 anos?

- () Sim () Não () Igual

33) Principal destino do lixo seco?

- () Coleta pública
 () Queima
 () Joga no terreno
 () Enterra
 () Recicla
 () Outro _____

Se Coleta pública:

33.1) Qual a frequência?

34) Principal destino do lixo orgânico?

- () Trato de animais
 () Joga na horta/Ar livre
 () Enterra
 () Coleta pública
 () Queima
 () Composteira/minhocário
 () Outro _____

35) Principal destino do esgoto?

- () Fossa séptica
 () Fossa negra
 () A céu aberto
 () Rede de esgoto
 () Canalizado até rio/córrego
 () Outro

36) Qual o principal meio de transporte de que a família dispõe?

- () Carro de passeio
 () Motocicleta - Moto
 () Caminhonete
 () Caminhão
 () Carroça
 () Cavalos
 () Outro _____

36.1) Possuem carteira de motorista?

- () Sim () Não – Por quê?

Se sim: **36.1.1** Quem?

38) Participação social:

- () Cooperativa: _____
 () Sindicato: _____
 () Associação de produtores: _____
 () Associação comunitária: _____
 () Conselho municipal: _____
 () Associação de mulheres/Clube de mães

() Igreja _____

() Outro _____

37) Meios de Comunicação: (número)

- () Rádio Aparelho de som
 () Televisor
 () Computador/notebook/tablet
 () Aparelho de Celular
 () Sinal/rede móvel
 () Telefone fixo
 () Internet. Tipo:

38) Acessam ou acessaram alguma outra linha de PRONAF específica?

() Sim () Não

Se sim:

38.1) Qual?

() Pronaf B

() Pronaf Investimentos

() Pronaf Mulher

() Pronaf Jovem

() Pronaf Eco

() Pronaf Floresta

() Pronaf Agroecologia

() Pronaf Cota Parte

() Pronaf agroindústria

38.3) Utilizaram para qual finalidade?

38.4) Fizeram este através de quem (banco, cooperativa de crédito)?

38.5) O que isso impactou ou impacta na família/propriedade? Qual a importância dessa linha de Pronaf?

38.6) Gostariam de acessar alguma dessas linhas que não acessou? () Sim () Não

Se sim, qual e por quê gostariam de acessar?

38.7) Por que não acessaram?

39) Venderam ou vendem alimentos para a merenda escolar (PNAE – alimentação escolar)? () Sim () Não

Se sim:

39.1) Em qual período?

39.2) Através de alguma organização formal? () Não () Sim - Qual?

39.3) Qual a importância/influência dessas vendas para família/propriedade?

Se não:

39.4) Por quê?

40) Venderam ou vendem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (compras públicas pelo PAA)? () Sim () Não

40.1) Em qual período?

40.2) Através de alguma organização formal? () Não () Sim - Qual?

40.3) Qual a importância/influência dessas vendas para família/propriedade?

Se não: **40.4) Por quê?**

41) Possuem “Bloco de Produtor Rural” (Inscrição Produtor Rural)?

() Sim () Não

Se não: Por quê?

42) Qual a importância/influência da Previdência Social Rural para a sua família (aposentadoria, direito de se aposentar através do “Bloco de produtor”, salário maternidade, auxílio doença etc.)?

43) Recebem acompanhamento de assistência técnica? () Sim () Não

Se sim:

43.1) De quem?

() Técnico(a) da Emater – Frequência de visita:

() Cooperativa – Frequência de visita:

() Sindicato – Frequência de visita:

() Agropecuária/empresa privada – Frequência de visita:

() Outro. Especificar:

Se não:

43.2) Já procuraram assistência técnica? () Sim () Não

Se sim:

43.2.1) Quando e onde?

43.2.2) Foram atendidos?

44) Recebem ou receberam “bolsa família”? ()Sim ()Não

Se sim:

44.1) Em qual período?

44.2) Qual importância do Bolsa Família pra sua família/propriedade?

Se não:

44.3) Por quê?

Educação:

45) Possuem filhos em idade escolar: ()Sim ()Não

Se sim,

45.1) Encontram alguma dificuldade para acessar a escola/educação?

46) Existe transporte escolar? ()Sim ()Não

47) Algum membro da família teve (ou tem) acesso a educação voltada especificamente para o rural (educação do campo)?

()Sim ()Não

Se sim, especificar:

48) Como é o acesso à educação no meio rural na percepção de vocês?

Saúde:

49) Como é o acesso à saúde no meio rural na percepção de vocês?

50) Qual a distância do Hospital mais próximo?

51) Qual a distância do Posto de saúde mais próximo?

52) Tem visitas Programa de Saúde da Família (PSF)? ()Sim ()Não

Se sim:

52.1) De quem? ()Médico(a) ()Agente de saúde

52.2) Como é o atendimento?

52.3) Qual a importância/influência do PSF na família?

53) Receberam algum outro recurso do governo do estado (FEAPER, Programa de irrigação, construção de açude etc.)? ()Sim ()Não

Se sim:

53.1) Como funcionava?

53.1) Para que foi utilizado?

53.2) O projeto foi feito através de alguma organização/entidade? Quem?

53.3) Qual a influência/importância desse recurso para a família/propriedade?

54) Lembra(m) de outra(s) políticas e/ou recursos recebidos por ações de nível federal estadual, municipal ou de outros atores (ONG, Sindicato, Cooperativa, Banco, empresa, SEBRAE, SENAR etc.) que chegaram para a família?

54.1) Caso positivo, qual a importância e a influência dessas políticas/ações para a família/propriedade? Qual a diferença que essa política fez/faz para a família/propriedade?

55) Alguma política pública que gostariam de acessar e não acessa?

()Não ()Sim - Qual(is)?

55.1) Por que gostaria de acessar?

55.2) Por que não acessa?

56) Observando este panorama, as políticas públicas governamentais têm alguma importância/relevância para a família na manutenção/permanência no rural?

()Sim ()Não ()Indiferente

56.1) Por quê?

57) No entendimento de vocês, dentre as políticas públicas que chegam (são acessadas), quais as políticas públicas mais importantes para a família/propriedade? Por quê?

58) No entendimento de vocês, que tipo de política pública ou ação do governo deveria existir para **melhorar a situação da agricultura familiar**? Por quê?

59) No entendimento de vocês, quais políticas públicas ou ações do governo são necessárias para melhorar a **situação da família/propriedade**? Por quê?

60) Alguma política pública ou ação governamental que considera negativa/prejudicial?

Sim Não Não sabe

Se sim, **60.1** Qual?

60.2 Por quê?

61) **O projeto da família é permanecer na agricultura?**

Sim Não Não sabe/ não respondeu

61.1 Por quê?

62) **Gostariam que seu(s) filho(s) seguisse(m) a profissão de agricultor(a)?**

Sim

Não

Não sabe/ não respondeu

Não tem filhos

63) **Existe algum membro da família (filho ou outro/a) que prevê continuar a trabalhar na propriedade depois que não puder(em) mais trabalhar nela?**

Sim: _____ Não Não sabe/ não respondeu

64) **Caso haja uma piora na renda nos próximos anos, pensam em fazer o quê?**

Continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal.

Buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade.

Procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra.

Vender ou arrendar a terra e ir morar e trabalhar na cidade.

Não sabe/ não respondeu.

Outro _____

65) Como veem a sua situação e modo de vida atuais, em relação a 10 anos atrás?

Melhor Pior Igual

65.1 Por quê?

66) Quais os objetivos da família para a propriedade? Como vocês imaginam a propriedade daqui a 5, 10 e 20 anos (projetos, sucessão, produção, comercialização, subsistência etc.)?